

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS COM ÊNFASE EM
CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE-PPGREC

JAQUELINE SOUZA DE JESUS

RELAÇÕES ÉTNICAS, MIGRAÇÕES E EUGENIA: IDENTIDADE E
TERRITÓRIO EM SERRA GRANDE/BA

JEQUIÉ – BA
2021

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE-PPGREC**

JAQUELINE SOUZA DE JESUS

**RELAÇÕES ÉTNICAS, MIGRAÇÕES E EUGENIA: IDENTIDADE E
TERRITÓRIO EM SERRA GRANDE/BA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Orientador (a): Profa. Dra. Regina Marques de Souza Oliveira

**JEQUIÉ – BA
2021**

JAQUELINE SOUZA DE JESUS

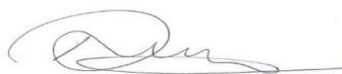
**RELAÇÕES ÉTNICAS, MIGRAÇÕES E EUGENIA: IDENTIDADE E TERRITÓRIO
EM SERRA GRANDE/BA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Linha de Pesquisa 1: **Etnicidade, Memória e Educação.**

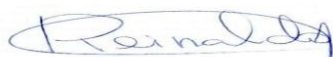
Aprovado em: 30 de Junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA



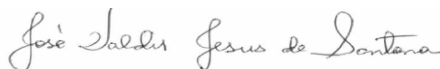
Prof. Dra. Regina Marques de Souza (UFRB)

Presidente da Banca e Orientadora



Prof. Dr. Reinaldo José de Oliveira (UFRB/NEPPINS/CNPQ)

Examinador Externo



Prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana (UESB)

Examinador Interno

**JEQUIÉ
2021**

J58r Jesus, Jaqueline Souza de.
Relações étnicas, migrações e eugenia: identidade e território em Serra Grande/Ba / Jaqueline Souza de Jesus.- Jequié, 2021.
281f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob orientação da Profa. Dra. Regina Marques de Souza Oliveira)

1.Território e Territorialidade 2.Migrações do Norte global 3.Relações Étnico-raciais 4.Identidades 5.Nativos negro-indígenas 6.Litoral Sul da Bahia I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

CDD – 300

À minha família da Caatinga (em Brejões – na comunidade Olhos d’água), da Zona da Mata (em Aiquara – na região dos Piaú) e à comunidade de Serra Grande: vocês me fazem caminhar em direção ao sol e (a)(o)mar, eu, que gosto de ver as estrelas a brilhar.

AGRADECIMENTOS

No capítulo seis, versículo vinte e um, o apóstolo Mateus escreve que “onde está o seu tesouro, lá também está o seu coração”. Escrever esses agradecimentos é, sem dúvida, falar sobre onde e em quem estão o meu tesouro e coração.

Eu não sei porquê, porém acreditei que essa fosse a parte mais fácil do processo árduo e doloroso que é escrever, gerar uma dissertação. No entanto, eu estava enganada. Essas primeiras linhas já me anunciam isso. Talvez, por isso, quer tenha sido pelo cansaço da caminhada, ou não, adiei ao máximo fazê-los. Não porque me falte gratidão, reconhecimento do quanto fui presenteada e cuidada ao longo desses dois anos. Longe disso. Mas porque definitivamente não é fácil olhar para esses dois anos. Não é fácil me encontrar comigo mesma quando em fevereiro de 2019 recebi a notícia da minha aprovação no mestrado.

Ela veio de uma mensagem no WhatsApp, de um amigo muito especial, que fez com que o meu coração se aquecesse muito mais do que tê-la lido numa página fria qualquer com o título RESULTADO. Obrigada, Roni! Você me inspirou e apoiou tanto a participar do processo seletivo. Lembro de nossos intervalos entre uma aula e outra na Escola Municipal Adolfo Ribeiro quando, com muita paciência e carinho, você me mostrou que era esse um sonho possível de sonhar e, o que é mais importante, de realizar. Essa dissertação também é sua!

Junto com o resultado da aprovação também veio uma informação extremamente importante. E esta dizia de quem seria o/a orientador(a) do trabalho que eu viria a realizar no PPGREC – Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. E o nome era: Regina Marques de Souza Oliveira. Eu não a conhecia, mas conhecê-la, de imediato, me fez sentir tanta esperança no trabalho que iríamos construir. Ao ter contato com a sua produção acadêmica eu entendi o porquê. Mais do que a intelectual potente e brilhante que ela é, há uma força tão grande em seus movimentos e gestos de cri (ação) que esperar tornar-se inerente a sua existência no mundo. Pelo menos no meu mundo é assim. Obrigada, professora Regina! Sou de todo meu coração e ser grata por ter me *ajudado* a ver as injustiças e violências que acometem a vida das populações vulnerabilizadas desse país. Injustiças e violências que me fizeram viver e sentir em todo o meu corpo a fala da personagem José do poema *Morte e Vida Severina* quando diz que “*é difícil defender, só com palavras, a vida, ainda mais quando ela é esta que vê, Severina*”. Mas, mais do que me conduzir a uma experiência mais consciente e reflexiva do mundo e das realidades, agradeço-a por ter me *ensinado* a enxergar a força e a resistência onde as violências, as dores, os sofrimentos e as

injustiças são apenas uma dimensão da história de vida das pessoas. Talvez, esse tenha sido o maior aprendizado adquirido nesse mestrado. Há mais coisa, há muito mais vida do que morte, mais força do que omissão, mais resistência do que submissão em meio às tantas mortes impostas cotidianamente, aos corpos marcados e feridos por essa sociedade que jaz ao seu próprio dismantelo. Em uma de nossas reuniões de orientação lembro-me de estar muito aflita com o campo e as questões da pesquisa. Eu, na minha inexperiência de subjetivar tudo, sentia uma impotência tão grande, uma tristeza tão amarga e nesse dia ela me disse algo que se tornou um norte desse trabalho: “a despeito de todas as violências, de todas as formas de extermínio, Jaque, essas populações permanecem, elas estão lá e estão falando das violências dirigidas aos seus corpos, território e vida”.

E foi assim, com esse misto de esperança, indignação, tristeza, impotência, alegria e força, sobretudo, força que essa dissertação foi escrita e vivida. E como foi difícil escrevê-la, como foi doloroso vivê-la. Mas também como foi gratificante poder fazê-la. E se de uma coisa eu tenho certeza é que eu não a fiz sozinha. Não mesmo. Não teria de jeito nenhum conseguido construí-la sem a permissão e a condução do meu Deus. Ele é fiel! É fiel nas promessas, nos caminhos e nos propósitos. Nas primeiras aulas no PPGREC com meu projeto inicial em mãos (que versava sobre contato linguístico na Vila de Serra Grande) pensei que eu estivesse no lugar errado para fazer o que eu havia planejado, porém Ele foi muito amoroso e cuidadoso em imediatamente me convencer de que embora eu pensasse que estivesse no lugar errado para fazer o que eu queria fazer, eu estava no lugar certo para fazer o que Ele queria fazer. Obrigado, Senhor, por ter me permitido realizar esse que, antes de um sonho meu, era um desejo do Teu coração. É imensa a minha alegria e gratidão.

À minha família por em seus braços de amor ter me auxiliado a chegar até aqui.

Aos meus irmãos Mateus, Gabriel, José Carlos e Anderson agradeço pela força do olhar e da companhia que sempre emitiam uma mensagem muito nítida: NÓS ESTAMOS AQUI, enquanto no meio do processo eu procurava alguma segurança. Amo vocês!

À minha mãe Leda por nem sempre compreender as minhas escolhas, entretanto ainda assim se fazer coluna para que eu pudesse me mover em direção aos caminhos que escolhi e precisava trilhar. Espero que um dia eu aprenda com a tua sabedoria simples que tantas vezes me acalmou durante esses dois anos quando dizia: “há tempo para todas as coisas nessa vida, filha”. Eu te amo, mãe! Você é a minha maior referência de força, alegria e resiliência. Sou a mulher que sou porque você é a mulher que é.

Ao meu pai José Carlos muito tenho a agradecer, você foi o meu maior incentivador para fazer esse mestrado, pai. Quando eu precisei fazer a difícil escolha de fazê-lo em

detrimento de continuar trabalhando (só a gente sabe o como para gente como a gente lutar pelo pão de cada dia é algo importante), foi a tua sobriedade e a tua vontade de que eu desse mais esse passo na minha formação que me ajudaram. Você me disse: “é raro, filha, alguém chegar nesse nível do ensino, na nossa família não tem ninguém ainda” e eu entendi que, para quem, morador da zona rural, só pôde estudar até a quarta série do Ensino Fundamental porque precisou trabalhar cedo para ajudar no sustento da família, com os pais adoecidos, você estava me guiando à revolução tão necessária nos nossos dias, vidas e práticas. Obrigada, pai, pela nossa revolução. Nós somos Mestres (!) e trazemos conosco aqueles e aquelas que abriram os caminhos para que isso pudesse acontecer. O nosso céu hoje brilha mais forte sobre os arvoredos e montes que envolvem a nossa casa.

Às minhas amigas de vida Adriana, Alana, Ana Valéria, Micaele, Maria Beatriz e Eloísa agradeço por se fazerem presentes mesmo à distância. Essa dissertação também é feita de muito do que compartilhamos.

A Pablo e Tássis e às minhas primas Tainara, Ingrid e Mari agradeço por terem feito a caminhada mais leve e os meus dias mais iluminados. Sem vocês faltaria cor.

À Rafa, pela amizade, apoio, leitura e feedback que tanto ajudaram na construção desse texto. Sobretudo, na revisão textual que junto com Bah, querida, realizaram com tanto empenho e cuidado. Minha gratidão a vocês duas é imensa!

À equipe do Colégio Estadual de Aiquara, de 2018, por ter sido exemplo de força, alegria, superação e dedicação. O ano compartilhado com vocês me capacitou para o porvir.

Aos meus colegas de turma do mestrado, agradeço pela oportunidade da partilha, pela força do caminhar. À Katiane e Manoelle toda minha gratidão pelo companheirismo, pelo ombro amigo, pelos tantos momentos de angústia e alegria compartilhados. Vocês são incríveis!

Eu não poderia também deixar de lembrar daqueles que objetivamente tornaram essa dissertação possível. Ao Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, na pessoa iluminada e humilde do professor e coordenador Marcos Lopes, agradeço pela acolhida de carinho.

Aos professores do PPGREC, em especial aos professores José Valdir de Jesus Santana, Natalino Perovano Filho, Ana Angélica Leal Barbosa e Danilo César Souza Pinto agradeço pelas aulas, saberes e discussões teóricas compartilhadas com tanto afincamento e comprometimento social.

À toda equipe que trabalha no ODEERE, meu carinho e gratidão. Vocês são fundamentais!

Ao professor Reinaldo José de Oliveira meus agradecimentos por ter sido essencial para que essa pesquisa tomasse os contornos que tomou. A sua perspicácia, inteligência e sagacidade me ensinaram muito e me fazem olhar aquém e além do agora.

Aos meus queridos professores e professoras da graduação em Letras na UESB, campus Jequié, André Luís Faria, Adriana Abreu, Anísio Assis Filho, Rosana Alves, Elizete Souza, Vivian Antonino, Marcos Salviano Bispo e Valéria Lessa, meus agradecimentos por serem fonte de inspiração para a minha caminhada acadêmica e para o meu fazer pedagógico. É grande o meu carinho e admiração por cada um de vocês. Sigo acreditando com todas as minhas forças no poder da educação e da linguagem para a mediação e o exercício de práticas sociais mais justas e igualitárias.

Por fim, mas de suma importância para a concretização desse trabalho em tempos tão difíceis, agradeço à FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. O auxílio à pesquisa é fator crucial para que pesquisas como essa – na área das Ciências Humanas e Sociais – feita por gente como eu – das classes populares desse país – aconteçam. Não é novidade reiterar a dimensão político-social da produção do conhecimento, mas é necessário reforçar o compromisso ético-social para com uma Ciência que seja efetivamente nossa, de toda a população brasileira.

Numa galeria de quadros, um homem contempla a paisagem de uma cidade e essa paisagem se abre a ponto de incluir a galeria que a contém e o homem que a está observando.

(CALVINO, 2007, p. 1)

RESUMO

A presente dissertação analisa de que forma a projeção do Brasil-paraíso tropical e do litoral-paraíso são utilizadas para a construção e promoção de um território e vida in natura no Litoral Sul da Bahia e o papel que as migrações do Norte global, expressivamente da Europa e dos Estados Unidos, desempenham neste processo frente a uma cultura, territorialidade, território e população local negro-indígenas. Observa-se como a ação da política do meio ambiente do Estado da Bahia (de conservação do ideário do paraíso tropical) no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré por meio da criação do PESC (Parque Estadual da Serra do Conduru) operara e opera um projeto territorial eugenista capitalista-ambiental para essa região. Os resultados revelam a ação violenta de uma prática capitalista colonialista infligidora dos modos histórico-culturais das populações negras e indígenas ocuparem e (sobre) viverem na Mata Atlântica e no seu litoral. A análise é feita através da investigação etnográfica, realizada com o suporte da técnica da entrevista de História de Vida – advinda dos estudos de identidade na Psicologia Social (CIAMPA, 2005) – e do levantamento de dados sociais, que busca compreender como se dão as relações e a produção de identidades entre moradores nativos negro-indígenas e migrantes brancos do Norte global na Vila de Serra Grande, em Uruçuca, bem como se dá a produção desse território nesse contexto. A dissertação indica que a migração de internacionais para o eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, onde está localizada a Vila de Serra Grande, está atrelada a um projeto político-territorial responsável pela atração de migrantes brancos com maior poder aquisitivo para a região e pela expulsão e segregação da população nativa negro-indígena do território. A criação do PESC nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, pelo Decreto Estadual nº 6.227 de 1997, aparece como marco principal da inauguração de tal projeto, conforme indicam os dados deste estudo. A instalação de uma cultura e territorialidade altamente capitalistas na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré paralela à implantação do PESC, por meio dos empreendimentos hoteleiros e das propriedades de lazer de grandes empresários e poderosos, anunciam ter o projeto territorial eugenista em ação no eixo suas bases fincadas no capitalismo imperialista global e em uma tendenciosa e suspeita política de preservação ambiental sustentada e orientada pela ideologia de Desenvolvimento Sustentável que age aliada aos ideais e interesses da branquitude capitalista. A despeito de tais ataques ao território, as territorialidades e as populações nativas negro-indígenas do eixo e da Vila de Serra Grande, os dados deste estudo apontam e confirmam a presença majoritária de uma população negra cuja historicidade revela a identidade, o pertencimento e o protagonismo negro-indígena do Litoral Sul da Bahia.

Palavras-chave: Território e Territorialidade. Migrações do Norte global. Relações Étnico-raciais. Identidades. Nativos negro-indígenas. Litoral Sul da Bahia.

ABSTRACT

This dissertation analyzes how the projection of Brazil-tropical paradise and the coast-paradise are used for the construction and promotion of a territory and natural life in the South Coast of Bahia and the role that migrations from the global North, expressively from Europe and the United States, play in this process facing a black-indigenous culture, territoriality, territory and local population. It is observed how the environmental policy of the State of Bahia action (of conservation of the ideal of tropical paradise) in the Ilhéus-Uruçuca-Itacaré axis through the creation of the PESC has operated and operates a capitalist-environmental eugenic territorial project for that region. The results reveal the violent action of a colonialist capitalist practice inflicting the historical and cultural ways of black and indigenous populations to occupy and (over) live in the Atlantic Forest and its coast. The analysis is done through the ethnographic investigation, carried out with the support of the Life History interview technique – arising from the identity studies in Social Psychology (CIAMPA, 2005) – and the survey of social data, that seeks to understand how relationships and the production of identities occur between native black-indigenous residents and white migrants from the global North in Vila de Serra Grande, in Uruçuca, as well as the production of that territory in this context. The dissertation indicates that the migration of internationals toward the Ilhéus-Uruçuca-Itacaré axis, where Vila de Serra Grande is localized, is hitched to a political-territorial project responsible for attracting white migrants with greater purchasing power to the region and for the expulsion and segregation of the native black-indigenous population of the territory. The creation of PESC in the municipalities of Ilhéus, Uruçuca and Itacaré, by State Decree No. 6,227 of 1997, appears as the main milestone of the inauguration of such a project, as indicated by the data in this study. The installation of a highly capitalist culture and territoriality in the region of the Ilhéus-Uruçuca-Itacaré axis parallel to the implantation of the PESC, through the hotel undertaking and the leisure properties of large and powerful entrepreneurs, announce that the eugenic territorial project is in action in the axis, its bases are rooted in a global imperialist capitalism and in a biased and suspicious policy of environmental preservation sustained and guided by the ideology of Sustainable Development that acts in conjunction with the ideals and interests of capitalist whiteness. Despite such attacks on the territory, the territorialities and the native black-indigenous populations of the axis and Vila de Serra Grande, the data of this study point out and confirm the majority presence of a black population whose historicity reveals the identity, the belonging and the black-indigenous protagonism of the South Coast of Bahia.

Keywords: Territory and Territoriality. Migrations from the global North. Ethnic-racial relations. Identities. Black-indigenous natives. South Coast of Bahia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: DESCORTINANDO O PARAÍSO: ABRINDO AS CORTINAS DO LITORAL SUL DA BAHIA	19
2. ANDARES DE UM CAMINHO: O PERCURSO TEÓRICO	33
3. CAMINHOS DE UM ANDAR: ASPECTOS METODOLÓGICOS	56
3.1 Contexto etnográfico	65
3.2 Etnografia das visitas.....	67
3.2.1 Relato etnográfico 01.....	68
3.2.2 Relato etnográfico 02.....	70
3.2.3 Relato etnográfico 03.....	73

PRIMEIRA PARTE - O TERRITÓRIO E AS SUAS TERRITORIALIDADES: O LITORAL SUL DA BAHIA E A VILA DE SERRA GRANDE SÃO NEGRO-INDÍGENAS

4. A VILA DE SERRA GRANDE E A SUA SITUACIONALIDADE TERRITORIAL: QUE TERRITÓRIO É ESSE? UM DIAGNÓSTICO DA REGIÃO	77
5. UM CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE LITORAL SUL	90
6. NARRATIVAS NEGRO-INDÍGENAS: MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO NA VILA DE SERRA GRANDE.....	113

SEGUNDA PARTE – A AÇÃO DE UM PROJETO TERRITORIAL EUGENISTA CAPITALISTA-AMBIENTAL NO EIXO ILHÉUS-URUÇUCA-ITACARÉ E RESISTÊNCIA NO LITORAL SUL DA BAHIA

7. A LEI DE TERRAS DE 1850 E A SUA ATUALIZAÇÃO COMO MECANISMO DE CONTROLE, PODER E EXPROPRIAÇÃO DA TERRA NA POLÍTICA TERRITORIAL EM TORNO DO MEIO AMBIENTE POSTA PELA CRIAÇÃO DO PESC NO EIXO ILHÉUS-URUÇUCA-ITACARÉ	131
8. INTERDITOS DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PARA QUÊ E PARA QUEM?	151

9. FORÇAS DE PODER E RESISTÊNCIA NO LITORAL SUL DA BAHIA: A INSTALAÇÃO DE NOVOS ATORES E APARELHOS SOCIAIS NO EIXO ILHÉUS-URUÇUCA-ITACARÉ: “De dois mil pra cá Serra Grande explodiu”	159
9.1 O Txai Resort Itacaré, a Natura, o Festival de Arte e Gastronomia e o Festival Blues Jazz de Serra Grande	160
9.2 A inscrição e participação de aparelhos político-econômico-sociais, culturais e educacionais no gerenciamento do território da Vila de Serra Grande	166
9.2.1 As ONGS.....	166
9.2.2 O sarau Serra Viva.....	168
9.2.3 A Escola Rural Dendê da Serra	171
9.3 A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Serra Grande – mais que uma organização comunitária, um movimento, um símbolo de afirmação, reconhecimento e reivindicação do território, das territorialidades e da vida das populações tradicionais do Litoral Sul da Bahia.....	173

TERCEIRA PARTE – MIGRAÇÕES, MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E MIGRANTES DO NORTE GLOBAL NO EIXO ILHÉUS-URUÇUCA-ITACARÉ

10. MIGRAÇÕES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: O NORDESTE, A BAHIA E O EIXO ILHÉUS-URUÇUCA-ITACARÉ COMO DESTAQUES DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL	176
10.1 Dinâmicas das migrações nas cidades brasileiras e baianas: os fatores qualificação e poder aquisitivo em evidência	176
10.2 Migrações internacionais para o Brasil e a Região Nordeste	185
10.3 Migrações internacionais para a Bahia.....	190
10.4 Migrações internacionais para o eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré	193

QUARTA PARTE - NATIVOS NEGRO-INDÍGENAS DO LITORAL SUL DA BAHIA E MIGRANTES BRANCOS DO NORTE GLOBAL: NUANCES DE UMA ATUAL VELHA HISTÓRIA: UMA COLONIZAÇÃO QUE SE INSCREVE, MAS NÃO SE EFETIVA

11. NATIVOS NEGRO-INDÍGENAS E MIGRANTES BRANCOS DO NORTE GLOBAL NO EIXO ILHÉUS-URUÇUCA-ITACARÉ.....	201
---	-----

11.1 Balanço da presença de migrantes internacionais (europeus e norte-americanos) na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, considerando os dados referentes à população residente por cor/raça nos censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010	202
11.2 Quilombos na Bahia: resistência escrava, quilombos no sul da Bahia e as comunidades remanescentes de quilombos no Território de Identidade Litoral Sul e no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré	210
12. A SERRA GRANDE DO SÉCULO XXI	224
12.1 Uma comunidade quilombola esquecida, silenciada e violentada pelo racismo ambiental	224
12.2 A presença de migrantes internacionais no território da Vila de Serra Grande	230
12.3 “As identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela”	233
12. 3. 1 O <i>expulso-ainda-presente</i> e o <i>presente-ainda-alheio</i>	242
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: UM TERRITÓRIO QUE SE DISPUTA, UMA HISTÓRIA QUE SE REPETE, A ESPERANÇA DE UM LITORAL NEGRO-INDÍGENA QUE RESISTE, QUE PERMANECE	250
REFERÊNCIAS	254
APÊNDICES	264
ANEXOS	268

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

ATLAS - Atlas Temático Migrações Internacionais na Região Nordeste

CEP - Comitê de Ética e Pesquisa

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESB - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia

IFV - Instituto Floresta Viva

ONG - Organização Não Governamental

PA Nova Vida- Plano de Assentamento Nova Vida

PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PDTS - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável

PESC - Parque Estadual da Serra do Conduru

PPGREC - Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade

RNM - Registro Nacional Migratório

RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia

SEMA - Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia

SETUR - Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

SINCRE - Sistema Nacional de Cadastros e Registros

SISMIGRA - Sistema de Registro Nacional Migratório

TLS - Território de Identidade Litoral Sul

UC - Unidade de Conservação

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E IMAGENS

Figura 1 - Imagem da Vila de Serra Grande, Uruçuca-BA.

Figura 2 - Mapa Território de Identidade Litoral Sul.

Figura 3 - Mapa Biomas do Estado da Bahia.

Figura 4 - Mapa Zonas Turísticas do Estado da Bahia.

Figura 5 - Mapa do Estado da Bahia com traçado correspondente ao território da Capitania de São Jorge dos Ilhéus.

Gráfico 1 - População residente por cor/raça em Uruçuca-BA, IBGE (1991).

Gráfico 2 - População residente por cor/raça em Uruçuca-BA, IBGE (2000).

Gráfico 3 - População residente por cor/raça em Uruçuca-BA, IBGE (2010).

Gráfico 4 - Número de Imigrantes no Brasil por origem, IBGE (2010).

Gráfico 5 - Migrantes internacionais registrados por estado do Nordeste entre 2000 e 2017, ATLAS (2019).

Gráfico 6 - Migrantes Internacionais residentes no Nordeste segundo Regiões do mundo entre 2000 e 2017, ATLAS (2019).

Gráfico 7 - Migrantes Internacionais registrados no Estado da Bahia entre 2000 e 2017 segundo Regiões do mundo, ATLAS (2019).

Gráfico 8 - Imigrantes Internacionais registrados em Ilhéus, Uruçuca e Itacaré em 2000, Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo.

Gráfico 9 - Número de migrantes internacionais por origem em Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, IBGE (2010).

Gráfico 10 - Imigrantes internacionais registrados em Ilhéus até março de 2020 segundo regiões do mundo, Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo.

Gráfico 11 - Imigrantes internacionais registrados em Uruçuca até março de 2020 segundo regiões do mundo, Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo.

Gráfico 12 - Imigrantes internacionais registrados em Itacaré até março de 2020 segundo regiões do mundo, Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo.

Gráfico 13 - População residente por cor/raça em Ilhéus-BA nos censos IBGE de 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 14 - População residente por cor/raça em Uruçuca-BA nos censos IBGE de 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 15 - População residente por cor/raça em Itacaré-BA nos censos IBGE de 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 16 - Valor do rendimento médio mensal da população residente por cor/raça nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, IBGE (2010).

Quadro 1 - Lista parcial dos quilombos e mocambos no Sul da Bahia, retirada de Sacramento (2008).

Quadro 2 - Aspectos econômicos dos Quilombos do Borrachudo no século XIX na Vila de Barra do Rio de Contas (atual município de Itacaré), Sacramento (2008).

1 INTRODUÇÃO: DESCORTINANDO O PARAÍSO: ABRINDO AS CORTINAS DO LITORAL SUL DA BAHIA

O tema do Paraíso Terreal representou em diferentes épocas, um modo de interpretar-se a história, um efeito da história e um fator da história. Se o descobrimento do Nôvo Mundo foi o sucesso que mais claramente serviu para despojá-lo do conteúdo puramente religioso, a verdade é que, secularizando-se, continuaria êsse mito a marcar com fôrça a vida americana (HOLANDA, 1969, p. XVI).

Esta dissertação busca refletir sobre as relações e a produção de identidades, decorrentes da migração para o território de Serra Grande, distrito do município de Uruçuca, localizado no Litoral Sul da Bahia, ao norte da cidade de Ilhéus, na região denominada Costa do Cacau (SETUR, 2011), e algumas das forças de atração (a reificação das imagens míticas fundadoras da América e do Brasil, o *Novo mundo* (HOLANDA, 1969) e o *Brasil-paraiso* (CHAUÍ, 2000); a reedição do projeto colonizador, através (i) da implantação de novas formas de territorialidades que subsidiam a instauração de um mercado cujo principal expoente é a natureza – sua biodiversidade – e as suas belas paisagens, quer seja para o Turismo, quer seja para outras formas de apropriação e dominação de um dos mais importantes biomas do mundo, a Mata Atlântica, e (ii) da injeção do capital estrangeiro econômico e humano no território; e o discurso do Desenvolvimento Sustentável como prática ecologicamente viável com os objetivos do capitalismo, que é a legitimação da produção do capital) que alinham os ponteiros da bússola dos migrantes para esse território. Para tanto, questões envolvendo as discussões sobre território, etnicidade, territorialidade, identidade, memória, capitalismo, luta de classes e migrações serão desenvolvidas e analisadas sob a ótica dos estudos culturais e das ciências humanas e sociais.

Importante informar aqui que a intenção não é abordar os motivos e causas que impulsionam o deslocamento das pessoas no trânsito mundial e nacional por considerarmos que esses podem ser e são das mais variadas e distintas ordens, abrangendo a esfera das subjetividades. Todavia, não garantimos que, em certos momentos, estes motivos e causas não apareçam, uma vez que podem estar diretamente entrelaçados à causalidade da escolha do destino para o qual migrar. Nosso foco, então, não é olhar para as razões da migração de um modo geral, mas buscar e apontar os fatores, os mecanismos, os movimentos e processos que podem estar conduzindo (e direcionando!) o deslocamento de pessoas para um destino específico, no caso, o território de Serra Grande, distrito do município de Uruçuca no sul da Bahia, para assim buscarmos compreender que relações e identidades são produzidas entre

moradores nativos¹ e migrantes em um território costeiro na/da Mata Atlântica baiana do nordeste brasileiro.

Serra Grande está localizada no Litoral Sul da Bahia, entre os municípios de Ilhéus e Itacaré, faz parte do município de Uruçuca, que fica a aproximadamente a setenta quilômetros de Serra Grande pela rodovia ou, ainda, a quarenta quilômetros pela estrada de chão, há alguns anos abandonada pelas más condições de tráfego. Considerada um recanto de belezas naturais, lindas praias, rios, lagoas e cachoeiras cenarizam a vida da população residente que a cada dia se torna mais diversa e contrastiva.

Ao associarmos a imagem da Vila de Serra Grande à ideia emblema do *paraíso tropical* tão acionada nas representações e discursos (re) produzidos e vendidos sobre o Brasil e o Litoral da Bahia, na tentativa de configurar e divulgar o país e esta região como uma verdadeira ilha paradisíaca – o mito do Brasil-paraíso de que fala Chauí (2000) –, aberta à visitas e negociações, torna-se compreensível porque tantas *novas caras*² têm circulado e aportado em Serra Grande. Só que um impasse é colocado no que diz respeito à própria noção de paraíso que pode estar direcionando a migração para o Litoral Sul da Bahia. Importante lembrarmos neste ponto que o Litoral Sul da Bahia está em uma localização político-geográfica e econômica estratégica, uma vez que liga o Nordeste às regiões Sul e Sudeste do país, destinos principais da migração internacional para o Brasil, tendo em vista o papel econômico e político desempenhado por estas regiões.

Se rastreamos o emprego e os usos da expressão *paraíso* em diferentes enunciados e contextos, perceberemos que o campo semântico acionado pelo vocábulo *paraíso* não evoca a um lugar social, à uma sociedade, à uma população. A expressão evoca antes à crença em um lugar em que seria possível a plenitude da vida, sem interferência de sofrimentos, dores, mazelas ou conflitos humanos e, portanto, sociais.

Considerando o que pondera Holanda (1969) a respeito de sua obra *Visões do paraíso*, em que busca apontar o papel (e o efeito) das *visões do paraíso* – produzidas a partir da crença na existência e possibilidade de um paraíso terrestre –, cultivadas desde a Antiguidade, tanto por religiosos como por não religiosos, na elaboração da América e do Brasil, tem-se que, segundo o autor:

¹ Assim como Grunewald (1999, p. 16) afirma acerca de Santa Cruz Cabrália, consideramos a respeito de Serra Grande que: “nativo, em Santa Cruz Cabrália – em toda a região do litoral sul da Bahia –, é uma categoria nativa e não uma utilização antropológica. Considera-se nativo a pessoa que nasceu no (e assim pertence ao) lugar”.

² A expressão *novas caras* está sendo usada para se referir a eminente presença de estrangeiros e migrantes, sobretudo, das regiões Sul e Sudeste do país que circulam, visitam e ou residem no território da Vila de Serra Grande.

O que nêle (no livro *Visões do Paraíso*) se tencionou mostrar é até onde, em tôrno da imagem do Éden, tal como se achou difundida na era dos descobrimentos marítimos, se podem organizar num esquema altamente fecundo muitos dos fatores que presidiram a ocupação pelo europeu do Nôvo Mundo, mas em particular da América hispânica, e ainda assim enquanto abrangessem e de certa forma explicassem o nosso passado brasileiro (HOLANDA, 1969, p. XI).

Assim, o autor da célebre obra desenvolve que a imagem, a construção mental do *paraíso* é, antes de tudo, uma crença, uma ideia que guiara e fora imposta às terras do além mar, inscrevendo sobre a América, principalmente a hispânica, e o Brasil motivações que satisfizessem àqueles a que tal ideal – o do *paraíso terrestre* – trazia movidos pelos desejos de riquezas e bem viver (HOLANDA, 1969).

Portanto, o *paraíso*, na narrativa mítica que o compõe – recheada de pulsões históricas –, faz referência a algo para além e aquém do social, não faz parte de uma conjuntura político-social, está para a natureza, para as riquezas, para o ócio, para um estágio natural e divino da vida. Logo, a imagem de uma população nativa que vive em sociedade e que luta e enfrenta várias dificuldades de ordem socioeconômica, frequentemente, não faz parte, é suplantada do imaginário que compõe o ideário do *paraíso terrestre* e da Vila de Serra Grande.

Nesse ponto, a presença de populações nativas em territórios produzidos pela crença do *paraíso terrestre perdido*, manipulada pelo colonialismo – e seu capitalismo adjacente –, enquanto paraísos tropicais, redutos de riquezas naturais, recantos para se desfrutar de uma vida livre da confusão e estresse do mundo urbano e, não se pode esquecer, enquanto sítios dados à negociação, em que figura a ideia de que um lugar e vida no paraíso estão à venda, torna tais territórios, como são os litorâneos do sul da Bahia, eminentes cenários de tensões e conflitos.

Assim, o adjetivo *tropical* – que compõe a expressão *paraíso tropical* comumente empregada para fazer referência a várias paisagens americanas e brasileiras –, funciona com um qualificador do substantivo *paraíso* e reforça linguístico e semanticamente a ideia de que o paraíso é um reduto da/na natureza, está nos trópicos (na América, no Brasil, na Bahia), é um recanto distante e, portanto, de fuga da realidade baseada na convivência e organização social. No *paraíso tropical* só conseguimos projetar nós mesmos e, no máximo, aqueles a quem amamos, os mais próximos, é claro. Não há espaço para “intrusos”, para “outros” no sonho tropical. Não se quer dividi-lo. Se falarmos ainda de uma perspectiva do capital, que organiza nosso modelo de estruturação social, no *paraíso tropical*, espelho do *paraíso terrestre perdido*, só há espaço para àqueles que podem pagar por ele.

Com relação a concretude terrena que equivaleria ao paraíso terrestre perdido – ou ao *paraíso terreal* –, conforme Holanda (1969):

Sabe-se que para os teólogos da Idade Média não representava o Paraíso Terreal apenas um mundo intangível, incorpóreo, perdido no comêço dos tempos, nem simplesmente alguma fantasia vagamente piedosa, e sim uma realidade ainda presente em sítio recôndito, mas porventura acessível (HOLANDA, 1969, p. XI-XII).

Ou seja, ao passo em que era constituído como uma crença histórico-cultural que atravessara as idades ocidentais, o *paraíso* também constituía-se enquanto vir a ser realidade presente, materialidade acessível em algum reduto da Terra. Materialidade esta à espera de quem dela desfrutasse, o que para os europeus dos séculos XV e XVI, ávidos por novos territórios, povos e mercados para a expansão mercantilista em emergência na Europa, servira não só como convite, mas como justificativa para a colonização europeia da América.

Assim, sob a crença e a possibilidade de vir a ser do paraíso terrestre estava o desejo pela conquista de novos territórios e povos para serem explorados a serviço da produção e do desenvolvimento do capital europeu. Como resultado, os recém “descobertos” “paraísos” americanos, territórios ameríndios, foram feitos celeiros de exploração e expropriação do velho continente.

Como conclui Holanda (1969, p. XII) acerca do paraíso, “o fato é que esteve continuamente na imaginação de navegadores, exploradores e povoadores do hemisfério ocidental”. A questão que aqui se coloca, então, no contexto da realização deste estudo, é que o paraíso parece continuar ocupando um lugar venerado na imaginação e desejo do homem pós-moderno e na expansão e desenvolvimento do capital. O paraíso terrestre não desvaneceu com o caricato descobrimento da América, ao contrário, o mito do paraíso em terras americanas fizera eclodir um verdadeiro catálogo de paraísos consumíveis, para variados gostos, mas a um só público: o que poderia pagar e, portanto, consumi-los, como são outras mercadorias e bens caros do sistema do capital. Sendo assim, o acesso ao paraíso tornou-se sinônimo de poder e alvo da disputa entre poderosos e os nativos da terra que historicamente são expulsos de seus territórios e empurrados para as periferias dos grandes centros urbanos onde o acesso à cidade, aos bens e direitos sociais, enfim, à cidadania é violentamente negado (OLIVEIRA, 2016).

De tal forma, à medida que os lugares do mundo se tornavam conhecidos – eram invadidos –, os estados nacionais se consolidavam e o capitalismo se expandia, ideologias de territórios paraísos acessíveis ao capital não paravam de acenar e assim um outro movimento da colonização capitalista mostrava a sua força, o que incidia sobre a posse e propriedade privada da terra nos territórios nacionais, sobretudo, naqueles em que o Estado mantém, protege e cultiva com maior afinco o mito paradisíaco que tão bem sustenta a jogada

capitalista, que é a exploração, a colonização dos territórios, dos corpos e dos desejos. Deste modo, a soberania nacional, como viu-se após a independência dos países americanos, nunca esteve acima do poder do capital, uma vez que o capitalismo fizera da instituição territorial e do desejo a sua soberania vital e global. Dito de outra maneira, não há capitalismo forte sem territórios que o acomodem, do mesmo modo em que não há territórios produzidos enquanto paradisíacos em que os anseios e a força do capital não lhes sustentem a cortina. Que cortina? O mito do paraíso terrestre que eficientemente mostrou-se ser o grande trunfo para a colonização capitalista europeia do continente ameríndio americano.

Não à toa, a empresa do turismo, também mobilizadora e responsável pela narrativa colonialista de produção de territórios-paraíso, tornou-se o grande boom paralelo ao desenvolvimento do capitalismo no século XIX. Nesse contexto da produção de territórios-paraíso, a criação, a projeção e consolidação da América e da África enquanto ‘outros’ europeu atualizara a crença em um paraíso terrestre perdido ao passo em que territórios dos dois grandes continentes foram tornados exemplares exóticos da materialidade paradisíaca – edênica – capitalista moderna. Para Aitchiton (2001), conforme citado por Silveira (2017):

O conjunto de descritores utilizados na representação dos destinos turísticos condizem a um legado colonial no qual os destinos são vistos como paisagens místicas, conservados no tempo e preparados para serem explorados no seu estado natural. Invariavelmente, essas representações, sejam elas de pessoas ou de lugares, transmitem impressões de espaços exóticos, virgens, naturais, selvagens e desejáveis. As paisagens, amiúde, são representadas nas brochuras turísticas como tesouros escondidos ou como telas sobre as quais o turista tem a possibilidade de imprimir sua marca sem resistência local (AITCHITON, 2001 apud SILVEIRA, 2017, p. 30).

Percebe-se, pois, que acompanhada a elevação das supostas condições edênicas dos territórios-paraíso produzidos pelo mito colonialista do paraíso terrestre está um fator invisível, mas não silencioso, quase inerente aos cenários paradisíacos, que é a comercialização de tais lugares. Ou seja, as entrelinhas da narrativa colonialista dos territórios-paraíso deixam a entender que o paraíso é acessível, está à disposição, não tem dono e se não tem dono, na ótica capitalista que move a colonização dos territórios (assim como dos corpos e desejos), pode e deve ter um proprietário.

Assim, os territórios-paraíso, como foram feitos muitos dos territórios do Litoral Sul da Bahia, são tornados mercadorias, matéria de expropriação e usufruto de riquezas. O paraíso revela-se, então, comprável e de alto valor financeiro, pelo menos assim o é para os agenciadores do capital que movimentam em muitos sentidos a narrativa do paraíso terrestre acessível para a finalidade básica do capitalismo, que é a colonização dos territórios, corpos e desejos para a obtenção e acumulação de lucros.

Desta forma, nas décadas finais do século XX e nas iniciais do século XXI, no contexto baiano do Nordeste brasileiro, territórios litorâneos da Mata Atlântica do sul da Bahia foram e são revestidos do mito do paraíso terrestre quando o Estado da Bahia tem elegido – após a queda do cacau causada pela propagação da vassoura de bruxa nas décadas finais do século XX – o turismo como uma das atividades primordiais para o desenvolvimento econômico e territorial dessa região. A força do mito do paraíso terrestre na política de estado da Bahia é tão expressiva que em 2014 o estado organizara seu território em 26 Territórios de Identidade, conforme características que enfatizam a dimensão da peculiaridade da natureza nesses territórios – atualizando a narrativa em torno do paraíso terrestre perdido, mas acessível em algum recôndito da natureza – e que servem e orientam à base de um plano de turismo para os territórios do estado. É uma Bahia vitrine – uma Bahia consumível – em que os anseios do capital, e não das populações nativas, dão as coordenadas das novas configurações territoriais. Assim, tem-se, dentre os Territórios de Identidade do Estado da Bahia, o Território de Identidade da Chapada Diamantina, o Território de Identidade Velho Chico, o Território de Identidade do Litoral Sul e o Território de Identidade da Costa do Descobrimento.

Assim, a ideia do paraíso terrestre, do paraíso tropical fora e é constantemente ativada e renovada quando as instâncias de representações do Brasil (e dos territórios brasileiros) apontam e evocam a dimensão dos aspectos da natureza – e de uma mentirosa cordialidade de seu povo – desvinculada e em detrimento dos aspectos histórico-sociais, das lutas e resistências das populações indígenas e negras brasileiras. A narrativa triunfante em torno das cores da bandeira do país, o Zé Carioca ser um papagaio, o colorido, as frutas e flores que vestiram a portuguesa Carmem Miranda como símbolo da brasilidade, os animais retratados em nossas cédulas, as muitas imagens das paisagens brasileiras projetadas na literatura, o Globo Repórter (em seu constante apresentar de destinos exóticos do país e do mundo) e até mesmo as imagens e narrativas comunais que se apresentam da Amazônia, da Mata Atlântica e do Pantanal brasileiros distanciam e suprimem o caráter histórico das trajetórias e atuações das populações negras e indígenas do país nesses territórios, afinal, como analisa Chauí em *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (2000, p. 63), “essa produção mítica do país-jardim, ao nos lançar no seio da Natureza, lança-nos para fora do mundo da história”.

Fora assim que a ideia do paraíso terrestre dos trópicos que estamos discutindo encontrara e ressoara no tom festivo e harmônico dos versos de *País Tropical*, de Jorge Ben Jor, que se tornara um hino sobre o Brasil, o viver no Brasil e a alegria de ser brasileiro, um discurso que é, antes de tudo, produzido sobre a crença do Brasil-paraíso e para os anseios do

capital, para fins de apresentação, enaltecimento e convite do país *paraíso-tropical*, que caricata o brasileiro embebecido e grato por morar no paraíso tropical “abençoado por Deus e bonito por natureza, que beleza!”.

Em sentido consoante, como coloca Holanda (1969):

Não admira se, em contraste com o antigo cenário familiar de paisagens decrepitas e homens afanosos, sempre a debater-se contra uma áspera pobreza, a primavera incessante das terras recém-descobertas devesse surgir aos seus primeiros visitantes como uma cópia do Éden. Enquanto no Velho Mundo a natureza avaramente regateava suas dádivas, repartindo-as por estações e só beneficiando os previdentes, os diligentes, os pacientes, no paraíso americano ela se entregava de imediato em sua plenitude, sem a dura necessidade - sinal de imperfeição - de ter de apelar para o trabalho dos homens. Como nos primeiros dias da Criação, tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro (HOLANDA, 1969, p. XII).

Causa admiração, entretanto, que tenha se negligenciado o papel (dos modos de vida) dos povos ameríndios na construção e cultivo da bonança que revelava as terras a que chegaram os europeus nos séculos XV e XVI. Causa inquietação ainda que tenham negligenciado o estado da natureza americana enquanto fruto da ação das culturas indígenas aqui atuantes e, mais, que passados mais de quinhentos anos de tal chegada ainda se alimente tal crença nada ingênuas: a de que vivemos no paraíso, onde “tudo aqui era dom de Deus”. Desta maneira, a ação dos povos indígenas e tradicionais do Brasil é negligenciada da formação do nosso território (e sua natureza) e do gerenciamento da vida nele, em detrimento de uma crença ocidental lendária, porém histórica e intencional, como demonstra ser a do paraíso terrestre “abençoado por Deus e bonito por natureza”. Em resumo, tal crença, a de um paraíso que se oferece magnânimo e independente da ação humana, suprimiu e suprime a dimensão histórica, social e cultural dos territórios e populações ameríndias (e, também, depois, dos territórios e populações tradicionais negro-africanas) em nome das bênçãos – de um Deus trago pelos colonizadores – derramadas sobre a dimensão da natureza e rompe-se, assim, o laço de implicatura entre a ação humana dos povos indígenas e tradicionais da América e o estado de cultivo da natureza brasileira. Ou seja, o que queremos dizer é que a Mata Atlântica, a Amazônia e outros biomas de que são retiradas as projeções e imagens do paraíso terrestre em terras americanas – as *visões do paraíso* de que trata Holanda (1969) – foram criados, plantados, cultivados e conservados pelas populações indígenas e tradicionais dos territórios que compunham esses biomas. Não são causas inerentes, inatas da natureza. Antes, são criações coletivas de povos que priorizam o lugar em que vivem enquanto extensão de seus próprios corpos, histórias e vidas (TONHASCA, 2005). Assim, para as culturas e populações indígenas e negras o território constitui-se como extensão do próprio corpo, do corpo coletivo, um território-corpo vivo e sempre pulsante. Como afirma Sônia Guajajara,

importante liderança indígena brasileira, “quando atinge a terra, o nosso corpo é totalmente impactado”³. No mesmo sentido, reiterando a dimensão do território-corpo-vida, uma moradora nativa da Mata Atlântica do Litoral Sul da Bahia declara que “a nossa vida vem da terra, da mata e do mar”.

Todavia, tais populações, responsáveis pelas riquezas “naturais” da América e do Brasil, foram e são continuamente violentadas e expelidas de seus territórios nesses biomas por serem vistas e tidas como obstáculos a penetração e desenvolvimento do capitalismo nesses territórios que tornaram-se – com o aparato da narrativa do paraíso terrestre acessível empregado pelo colonialismo capitalista – meios de produção de um desejo e mercadoria lendárias: o acesso e a posse do paraíso e das suas riquezas. No entanto, no centro de tal negócio capitalista que destituiu os territórios e às suas populações, a propriedade da terra e os históricos conflitos envolvendo a negação do direito à esta pelas populações indígenas e tradicionais do Brasil despontam como fundamental paradigma do capitalismo conflitante com o estado de democracia, em que a luta pela democracia, segundo argumenta a liderança indígena citada, passa pela luta pelo território, sobretudo, em territórios da América Latina onde as novas fronteiras extrativas do capital atravessam cada vez mais, e com mais violência, os corpos e territórios.

Assim, tendo como marco legal a Lei de Terras de 1850, que funcionara como instrumento de inviabilização e impedimento do acesso à terra pelas populações indígenas e negras nela presentes e colocadas à margem do projeto de país que se impunha à ex-colônia, escravocrata portuguesa, o acesso e o direito à terra no Brasil estiveram (e estão) sob as forças de poder e anseios do capital mercantilista. Sobre a incidência de lei e, logo, de poder – do capital – sobre a terra, de acordo com Costa (2007), citado por Oliveira (2019):

Em 1850, com a implantação de Lei de Terras, o Estado brasileiro já estabelecia, no plano formal, as bases iniciais da segregação negra no país. Antes e na pós-abolição, os quilombos e a população negra foram segregados, no quadro socioeconômico e na hierarquia de poder (COSTA, 2007 apud OLIVEIRA, 2019, p. 183).

Projeto similar fora imposto as populações indígenas brasileiras, de modo que as lutas pela demarcação e regularização fundiária de territórios quilombolas e indígenas – previstas pela Constituição Federal de 1988 – persistem ainda no século XXI ao passo em que projetos

³ A colocação aconteceu no evento Conversas latino-americanas – Ciclo de debates feministas organizado pelo Instituto Equit, realizado em plataforma digital, no ano de 2020, durante a pandemia da COVID-19, no debate de abertura do evento – intitulado *Corpos e Territórios: Novas fronteiras extrativas do capital na América Latina* – que contou com a participação da intelectual feminista Silvia Federici e da líder indígena brasileira Sônia Guajajara. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KdaWykSxy0E>>. Acesso em: 10 de set. de 2020.

político-econômicos de estado impõem as demandas capitalistas como cada vez mais inerentes ao Estado de direito nas sociedades modernas.

Assim, a propriedade privada da terra, a ocupação territorial e os conflitos e disputas que envolvem as demandas (im)postas sobre territórios de biomas como a Mata Atlântica e a Amazônia revelam a ação violenta com que o capitalismo e os seus aparatos ideológicos desagregam o território – tanto natural como cultural – enquanto espaço histórico e simbólico de subjetividades, lugar de vivências, reduzindo-o à mercadoria, isto é, à eficiente meio de produção e usufruto do capital. Desta forma, territórios de populações tradicionais negro-indígenas, como são os do Litoral Sul da Bahia, são feitos pautas de negócios para a inserção e produção capitalista ao passo em que as suas populações nativas são precavidamente expulsas e distanciadas de qualquer tipo de desenvolvimento aliado ao sistema político-econômico operante.

Diante de tal contexto de complexidade histórica, política, econômica, territorial, cultural, racial e social, movidas pelo desejo e pela projeção, quase personificada, de um atraente e sedutor paraíso tropical, pessoas de vários lugares do globo e do país veem-se hipnotizadas para ter acesso (e posse) à algum desses paraísos tropicais situados no Brasil e na Bahia. É assim que Serra Grande, localizada no litoral sul da Bahia, se apresenta a seus novos moradores, os migrantes. Eles vêm, chegam à Vila e procuram se localizar, preferencialmente, próximos ou no interior das áreas de Mata Atlântica que contornam o território e abrigam as riquezas da fauna e flora local, além de, na maioria dos casos, tais áreas encobrirem extensões de praias ainda primitivas “em meio a águas claras e mornas”, conforme informa um site de turismo local (SERRAGRANDE.NET). Ou seja, uma migração que dispõe de capital financeiro, já que a região possui um dos metros quadrados mais caros da Bahia e do Nordeste, conforme apontam as estatísticas dos cadernos imobiliários e sites de vendas do estado (IMOVELWEB; VIVAREAL).

Assim, até aqui, no contexto do Litoral Sul da Bahia a imagem do paraíso tropical se sustenta. As belezas naturais, os animais, as praias e coqueiros.

Todavia, essas “novas caras” – os migrantes nacionais e internacionais –, também encontram, em meio ao tão almejado *paraíso*, um elemento, talvez inusitado (ou não), inesperado (ou não) e, em certo sentido da ideia de paraíso que vimos acima, indesejado. Esse elemento é a população já residente no território. São os moradores nativos do território, aqueles que nasceram, cresceram e vivem na Vila. Aqueles que têm histórias com o lugar, que fazem parte das histórias do lugar, aqueles dos quais as histórias dizem, mesmo que tais histórias não sejam social e historicamente contadas como parte da memória desse território

marcado, entre a última década do século XX e início do século XXI, pela propagação e propaganda do mantra de ser um paraíso tropical, envolto pela Mata Atlântica, pelo Oceano Atlântico e por intenções e práticas de preservação e conservação da natureza atreladas a um desenvolvimento territorial que encontra no turismo elitizado, ou ecoturismo, e nas atividades para a sua subsistência, como a hotelaria, a gastronomia, o artesanato e eventos de cunho artístico-cultural, as grandes vocações para o Litoral Sul da Bahia e para a Vila de Serra Grande (ESTUDO DE POTENCIALIDADES ECONOMICAS LITORAL SUL, 2016). Essa população, que estava lá antes desse processo de transformação territorial, é camuflada sob o devaneio paradisíaco tropical. É apagada e desfocada, em sua realidade, da promoção do paraíso tropical em meio às florestas à beira mar das terras do Litoral Sul do Nordeste baiano brasileiro.

Relembrando que foi pelo Litoral Sul da Bahia que os colonizadores europeus chegaram e afirmaram terem “descoberto” o que viria a ser o Brasil, inscrevendo na costa brasileira todo tipo de violência, característico da colonização europeia sobre o continente americano e as suas populações, é no mínimo de causar inquietação (e indignação) que quinhentos anos após a invasão de Pedro Álvares Cabral ao litoral brasileiro, atualmente catalogado no Sul do Estado da Bahia na região Nordeste, os territórios litorâneos do Sul da Bahia sejam ainda e ou mais uma vez alvos de cobiça por parte de migrantes – nacionais e internacionais – e de uma elite empresarial disposta a fazer desses territórios um investimento milionário para atender, aparentemente, a um turismo especializado de alto nível que cresce a largos passos num território que registra histórica situação de pobreza acometedora das populações nativas da região do Sul baiano (CERQUEIRA; JESUS, 2016).

De toda forma, apesar do jogo representacional e mental manipulados para a venda e a compra da ideia-imagem do paraíso tropical, existe uma população local, existem pessoas, moradores nativos, vivendo e convivendo em Serra Grande. Pessoas também ligadas à natureza, que possuem laços com a terra e que, em sua grande maioria, produziam e produzem a partir dela o seu sustento e das suas famílias. Conforme Cerqueira e Jesus (2016) ao considerar indicadores do ano de 2010:

O Território do Litoral Sul também pôde ser classificado como rural, pois a densidade demográfica era de 52,69 hab./km². No território, identificam-se 14.610 agricultores familiares, 2.564 famílias assentadas, 2.743 pescadores e marisqueiras, quatorze comunidades quilombolas e duas etnias indígenas (Tupinambá de Olivença e Pataxó-Hã-Hã-Hãe), sendo importante a presença da agricultura tradicional (BRASIL, 2010 apud CERQUEIRA e JESUS, 2016, p. 187).

Essas pessoas que enfrentaram e enfrentam, assim como grande parcela da população brasileira, nordestina e baiana, várias dificuldades socioeconômicas e estruturais, veem-se, como num piscar de olhos, diante de um “outro”, público alvo das chamadas do turismo e do capitalismo para a região, que sonha com o paraíso em/de suas terras, e mais, um “outro” que dispõe de recursos financeiros, políticos e intelectuais para executar ali seus planos de instalação e instauração, já que no período de 2000 a 2017, segundo o *Atlas Temático: Migrações Internacionais na Região Nordeste*⁴, o Nordeste atraiu, principalmente, migrantes oriundos de países europeus, devido a possíveis “especificidades turísticas da região e de investimentos do capital transnacional”.

Conforme matéria do site ESTADÃO sobre o *Atlas Temático: Migrações Internacionais na Região Nordeste*, que analisa os fluxos migratórios para a região entre 2000 e 2017, lançado em Salvador pelo Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP), o Observatório das Migrações no Estado do Ceará e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB):

O atlas mostrou que, entre 2000 e 2017, 117,9 mil migrantes internacionais registrados se instalaram na região Nordeste, a maior parte deles no estado da Bahia (36,2 mil). Em segundo lugar vem o Ceará, com a presença de 26,4 mil migrantes. O Brasil se consolidou na rota das migrações internacionais, demonstrou o levantamento, com a chegada de 1,1 milhão de pessoas em 17 anos.

Ocupando o lugar de terceira região com maior concentração de fluxo migratório, **o Nordeste atraiu, principalmente, migrantes oriundos de países europeus**, que correspondem à quase metade dos países de origem analisados, com um total de 52,5 mil pessoas. A publicação da UNICAMP destacou **possíveis “especificidades turísticas da região e de investimentos do capital transnacional” como justificativa para isso** (ESTADÃO, 2019, grifos nossos).

Ao fazer referência às possíveis especificidades turísticas da região Nordeste e de investimentos do capital transnacional, podemos apontar o território do Litoral Sul da Bahia, onde está situada Serra Grande, como um dos territórios alvos desse fluxo imigratório, expressivamente branco europeu, e da ação do capital transnacional.

É, então, o cenário e a dinâmica do encontro entre esses dois “outros” de universos socioeconômicos e geográficos distantes, isto é, migrantes e nativos, em contato, que pretendemos abordar para dar foco às relações e às identidades que são produzidas no contexto da migração para o território de Serra Grande no Litoral sul da Bahia, litoral este produzido como um dos principais destinos paradisíacos da Bahia e do Brasil.

Por isso, nesta dissertação, também propomos pensar como a ideia do *paraíso tropical* americano tende a se chocar com a realidade da população local nativa do sul da Bahia e a ruir nos discursos produzidos e nas relações mantidas por essa população tão diversa e

⁴ ATLAS, 2019.

contrastiva que vêm tecendo e constituindo a comunidade de Serra Grande, erguida no alto da Serra do Conduru e do sonho tropical de conhecer, visitar, viver e, quiçá, possuir o paraíso.

Temos, pois, assim, como questão norteadora deste trabalho, a seguinte: Tendo em vista a presença de migrantes na Vila de Serra Grande no Litoral Sul da Bahia, como tem se constituído as relações e a produção de identidades entre moradores nativos e migrantes nesse território? A partir de tal questionamento buscamos compreender as relações e identidades que têm emergido e mediado o contato entre moradores nativos e migrantes no território de Serra Grande no Litoral Sul da Bahia, na Mata Atlântica, bem como se dá a produção desse território nesse contexto e a migração para esse destino.

Para tanto, procuramos situar a Vila de Serra Grande em sua dimensão histórico-territorial e político contemporânea no Litoral Sul da Bahia para, assim, investigar a migração para esse território costeiro do Território de Identidade Litoral Sul (TLS) e analisar as relações e identidades que são produzidas no contexto do contato entre moradores nativos e migrantes no Litoral Sul baiano.

Deste modo, inicialmente esta dissertação está organizada em três capítulos que introduzem e tratam dos aspectos teóricos e metodológicos que subsidiam a produção deste trabalho. Em seguida, o texto está organizado em quatro partes maiores que tratam respectivamente (i) do Território e das territorialidades do Litoral Sul da Bahia e da Vila de Serra Grande; (ii) da ação de um projeto de transformação territorial para o Litoral Sul baiano, no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré através (a) da política de controle e expropriação territorial imposta e administrada pelo Decreto nº 6.227 de 1997 que criou o PESC – o Parque Estadual da Serra do Conduru – nos municípios citados, e (b) da instalação de novos atores sociais no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, ou seja, uma série de articulações em torno do que postulamos e apontamos como a reincidência do projeto colonizador capitalista no litoral sul do estado; (iii) da migração internacional para o Litoral Sul da Bahia, no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, que não apenas se revela vinculada e associada ao projeto colonizador capitalista na região, principalmente, em sua instância mercadológica posta pela transformação territorial, como efetiva e operacionaliza o projeto territorial eugenista capitalista-ambiental nesse triângulo da costa sul da Bahia, e; (iv) das relações e identidades que são produzidas no contexto da situação de contato entre moradores nativos negro-indígenas e migrantes do Norte global na Vila de Serra Grande e de como essas relações e identidades produzem esse território e condicionam a experiência do existir e do viver de suas populações residentes.

No que se refere aos aspectos teóricos que subsidiam a produção desta dissertação, é apresentado um capítulo no qual situam-se as seguintes discussões: de território e

territorialidade(s); de migrações; de relações étnicas; e, de identidade, pautada em uma perspectiva psicológica social e histórico-cultural, tendo em vista a questão de investigação e os objetivos pretendidos por este estudo.

No capítulo que trata dos aspectos metodológicos que estruturaram a realização desta investigação, a etnografia é apontada como método de acesso ao campo de pesquisa ao passo em que a entrevista de História de vida – advinda dos estudos sobre identidade na Psicologia Social (CIAMPA, 2005), orientada por uma perspectiva histórico-cultural – e o levantamento de dados sociais são apresentados como técnicas principais empregadas para a coleta de dados.

Na primeira parte que compõe este estudo trata-se (i) do diagnóstico sócio-político-econômico da região onde está localizado o território de Serra Grande no século XXI; (ii) do contexto histórico da formação do território do Litoral Sul da Bahia e (iii) da genealogia do território e da comunidade de Serra Grande; apontando a constituição negro-indígena dos territórios e populações tradicionais do Litoral Sul baiano.

Na segunda parte sinaliza-se a ação de um projeto de transformação territorial para o Litoral Sul da Bahia, no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, em curso desde a última década do século XX e início do século XXI, através (i) da atualização da Lei de Terras de 1850 como mecanismo de controle e expropriação da terra na política territorial imposta pela criação, instalação e atuação do PESC, e (ii) da instalação de novos atores sociais (o turismo – o Txai Resort Itacaré, o Festival de Gastronomia da Serra e o Festival Blues Jazz de Serra Grande –, a Natura, o Sarau Serra Viva, as ONGs, a Escola Rural Dendê da Serra). Em seguida, aponta-se a formação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Serra Grande como um movimento, uma estratégia, uma ação de resistência e articulação da população nativa frente às mudanças e demandas capitais impostas ao território.

Na terceira parte desta dissertação aborda-se a migração para a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, a presença de migrantes internacionais e suas relações com o projeto de transformação territorial – inaugurado com a criação do PESC em 1997 – imposto a esse território do Litoral Sul da Bahia. Objetiva-se apontar as características da migração para o TLS e o perfil de migrante que tem se direcionado para esse território.

Na última parte do trabalho, analisa-se como as relações e identidades têm sido produzidas no contexto do contato entre moradores nativos e migrantes no Litoral Sul da Bahia, mais especificamente no território de Serra Grande, e como essas relações e identidades têm produzido esse território enquanto agência de disputa, poder e segregação.

É um trabalho inicial e, de certo modo, inédito, no sentido de que há pouca documentação registrada sobre Serra Grande e os dados sociais a que se tem acesso estão vinculados indistintamente ao município de Uruçuca, do qual o distrito litorâneo faz parte. Portanto, foi necessário rastrear os eventos que marca(ra)m a transformação territorial pela qual Serra Grande tem passado – explícita, sobretudo, pela implantação do PESC (o Parque Estadual da Serra do Conduru), pela construção da BA-001 trecho Ilhéus-Itacaré, pela instalação do turismo e da propriedade da Natura e pela chegada de novos moradores, os migrantes, ao território – para assim conhecer um pouco mais afundo o passado e o presente de um lugar aparentemente a-histórico, mas que possui nas narrativas de seus moradores nativos as memórias que anunciam a pertença étnica e territorial de uma comunidade que resiste em meio aos muitos ventos do “desenvolvimento” e do “progresso”, buscando na relação com o território, as suas terras, matas, rios, mares e histórias mais que o sentimento de pertença, a busca pela relação com a própria identidade. Identidade esta que em Ciampa (2005) realiza-se pela comunicação entre o indivíduo e a sociedade, o pessoal e o histórico, a experiência e o contexto, a personagem e o enredo, o passado e o presente.

2 ANDARES DE UM CAMINHO: O PERCURSO TEÓRICO

Enquanto nação moderna, o povo brasileiro é desde a sua formação social e histórica oriundo de um complexo e delicado advento: o encontro, o contato, o embate entre povos, línguas e culturas. Historiadores, sociólogos, antropólogos e sociolinguistas podem ratificar essa afirmação. São das entranhas sociais do Brasil que avulta-se um traço constitutivo da identidade brasileira, a sua multiculturalidade. Enquanto povo, os brasileiros se levantaram da relação conflituosa entre as culturas indígenas, europeias e africanas. Hoje sabemos que as bases dessa relação eram abusivas, discriminatórias, destrutivas. Somos, portanto, enquanto sociedade o fruto desse relacionamento em que a tentativa de assimilar o outro/ “o diferente” culminou com o massacre aos povos indígenas, a escravização dos africanos, o genocídio ininterrupto dessas populações mundiais e a supervalorização de uma suposta superioridade ocidental – europeia e norte-americana estadunidense – marcada por um ideal de branquitude que tenciona as relações sociais no Brasil em suas dinâmicas cotidianas e estruturais (MUNANGA, 2003; OLIVEIRA, 2017).

Por conseguinte, infere-se a necessidade e, talvez, a emergência de um estudo que vise olhar e compreender o que tem ocorrido em termos de relação de contato entre moradores nativos e migrantes no território da Vila de Serra Grande no Litoral Sul da Bahia no Brasil, já que a presença e, portanto, o contato entre pessoas de universos socioeconômicos, geográficos e culturais distantes implicou historicamente (e implica!) formas, performances e dinâmicas sócio, políticas, econômicas, étnicas, culturais e territoriais pautadas por forças e relações de poder geradas pelo colonialismo, pelo capitalismo, pelo racismo e pelo sexismo.

Em uma análise diagnóstica e reflexiva sobre a situação de contato decorrente dos movimentos migratórios no mundo pode-se constatar que o contato, o encontro e o embate entre culturas e povos sempre foram uma constante ao longo da história da humanidade, uma vez que a migração constitui-se como *processo de mudança de um lugar, espaço geográfico, para outro*, desde os primórdios dos tempos e em decorrência dos mais variados motivos e causas.

Sobretudo no que se refere à discussão acerca das migrações na modernidade, Stuart Hall (2013) salienta que os deslocamentos dos povos no mundo têm constituído mais a regra que a exceção.

Nesse sentido, pensar sobre migrações a partir dos séculos XV e XVI é intrinsecamente pensar também acerca da projeção da inauguração da Modernidade, sendo

esta concebida como período de ascensão do homem (branco europeu) sobre a natureza (América, África e Ásia), e, portanto, do poderio europeu sobre o espaço, a natureza e outros povos pertencentes a uma ordem de mundo distinta daquela que construíra a Europa enquanto centro do mundo e sinônimo do quê de mais avançado em termos civilizacionais poderia existir.

Desse modo, é importante problematizarmos o uso do vocábulo *nascimento* para referenciar a ascensão do europeu sobre o mundo e os demais povos existentes na Terra quando o período tratado fora marcado, delineado e constituído pela imposição da violência do suposto poder, autoridade e soberania do homem branco europeu e não pelo nascimento, compreendido de modo naturalizante e arbitrário, da modernidade enquanto modelo civilizatório avançado de vida e de homem.

De maneira mais direta, a modernidade não nascera, não eclodira de um estágio natural da atuação do homem (branco europeu) sobre o mundo, como convencionava-se pensar. Ao contrário disso, fora (e é!) um projeto impositivo em que um modelo de vida, de mundo, de comportamento e de homem, o eurocêntrico, servira (e serve) de parâmetro à existência, à experiência e à vivência dos sujeitos a partir de sua implantação. Projeto impositivo este executado às custas de uma série de violências investida contra os territórios e as populações não brancas e não europeias, que passam a ter as suas histórias menosprezadas e violentadas pelas mãos que, outrora, as inscrevem como breves notas de rodapé das muitas páginas do livro *O Ocidente* que narra as crônicas da Europa no cenário mundial (SAID, 1990).

As migrações realizadas, portanto, como empreendimento da expansão marítima europeia nos séculos XV e XVI e, logo, da modernidade, impulsionaram-se da crença de que a Europa e o homem branco europeu eram e deveriam ser a medida de todas as coisas, inclusive das que estariam no além mar, no novo mundo chamado então de América, em homenagem a um europeu que, movido pelo eurocentrismo – valor fundamental à construção da modernidade – migrara e chegara às terras a que afirmara ter descoberto, mesmo já sendo estas ocupadas por vastas populações de habitantes, com diversos imaginários, modos de vida e pensamentos. Assim, tais populações foram coisificadas pelo ímpeto moderno europeu na medida em que foram imaginadas, inventadas e produzidas enquanto “descoberta” de um outro não civilizado, não culto, não branco, não moderno, enfim, não humano.

Sobre a era pré-cabralina e o contato entre os povos originários da América e os europeus no que viria a se chamar de Brasil, Schwarcz e Starling (2016) colocam que:

Cinco séculos atrás, a região atlântica do Brasil era dominada pelos povos Tupi-Guarani. Nos sertões desconhecidos de floresta, caatinga e cerrado, habitavam os Tapuia — nome pejorativo dado pelos índios da costa aos provenientes do interior, e

adotado pelos portugueses. Tupi ou Tapuia, a invasão europeia foi uma catástrofe de terríveis proporções aos nativos da Terra de Santa Cruz. Os contatos amigáveis iniciais entre brancos e índios logo se converteram em guerras de ocupação e resistência. Coletores, caçadores e agricultores, não raro antropófagos, os povos indígenas foram obrigados a abandonar suas crenças e costumes milenares e a trabalhar como escravos, tudo ao alcance da colonização. As únicas alternativas eram a morte ou a fuga para o sertão. Começava o genocídio que reduziu os vários milhões de índios da era pré-cabralina aos atuais 800 mil, por fome, doenças e extermínios físicos e culturais diversos (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p. 12).

Movidos por pulsões e ideais edênicos e imperiais (SILVEIRA, 2017), para os europeus, o chamado Novo Mundo em todo seu mirado esplendor paradisíaco, necessitava avidamente da presença daqueles que haviam sido supostamente designados para encontra-lo e que dispunham das condições essenciais para o estabelecimento do poder e, portanto, da civilização e modernidade que faltavam àquelas terras abençoadas pela natureza, mas condenadas pelas populações e pelos modos de vida nelas encontrados. Contrapondo-se a tal raciocínio etnocentrista, faz-se importante trazer o que coloca Chauí (2000) em *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*:

A América não estava aqui à espera de Colombo, assim como o Brasil não estava aqui à espera de Cabral. Não são “descobertas” ou, como se dizia no século XVI, “achamentos”. São invenções históricas e construções culturais. Sem dúvida, uma terra ainda não vista nem visitada estava aqui. Mas Brasil (como também América) é uma criação dos conquistadores europeus. O Brasil foi instituído como colônia de Portugal e inventado como “terra abençoada por Deus”, à qual, se dermos crédito a Pero Vaz de Caminha, “Nosso Senhor não nos trouxe sem causa”, palavras que ecoarão nas de Afonso Celso, quando quatro séculos depois escreve: “Se Deus aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos”. É essa construção que estamos designando como mito fundador (CHAUÍ, 2000, p. 57-58).

É essa forma etnocêntrica, colonialista e progressista-evolucionista de projetar a América e o Brasil que a autora concebe como sendo o grande mito fundador da criação europeia, Brasil. Nesse sentido, é urgente e necessário o canto entoado por Krenak (2019) de que os povos originários da chamada América não estavam “à espera”, não precisavam da “misericórdia”, da civilização, da cultura, do desenvolvimento e progresso dos europeus, não os queria, não os desejava e, mais, lutaram (e lutam) pela realização de seus modos de existir e estar na Terra. Antes, foram os europeus que estavam à procura de territórios para exploração. Nas palavras do autor:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2019, p. 8).

À vista disso, a migração de europeus para o chamado Novo Mundo fora o principal instrumento de transformação daquelas terras no que viria a se designar América. Assim, a modernidade (que fizera acontecer a América), consentida como a ascensão do homem (europeu) sobre o mundo, revelou-se estabelecer e realizar-se através da dominação do homem (europeu) sobre o homem (não europeu) para o alcance do fim prático da expansão marítima europeia, isto é, a obtenção de riquezas; finalidade da conquista e dominação de novos povos e territórios. Ou seja, o princípio da modernidade fora (e é!) a dominação de uns sobre outros para a posse do poder por meio do capital.

Desta forma, o capital assume a posição de catalisador da modernidade, das migrações e da colonização, revelando o caráter mercantilista enrijecido na corrida das nações europeias pela busca do domínio de novos povos e territórios. Assim, evidencia-se ser íntima a relação entre a empreitada das migrações – como empreendimento para a dominação de povos e territórios – e a produção do capital. Conforme Novais (1979), citado por Chauí (2000), a respeito das navegações, das conquistas e da colonização europeias:

Do ponto de vista histórico, ou seja, econômico, social e político, sabemos por que se realizam as grandes navegações, as conquistas e a colonização, isto é, sabemos que são elas constitutivas do capitalismo mercantil: “A colonização européia moderna aparece, em primeiro lugar, como um desdobramento da expansão puramente comercial. Foi no curso da abertura de novos mercados para o capitalismo mercantil europeu que se descobriram as terras americanas” (NOVAIS, 1979, p. 67 apud CHAUI, 2000, p. 59).

Ou seja, a autora enfaticamente situa que as grandes navegações, as conquistas, a colonização, enfim as migrações europeias para os demais territórios do mundo se realizaram em razão, isto é, para a expansão do capitalismo mercantil europeu. Tal causa para a fundação da chamada Idade Moderna e, conseqüentemente, da América e do Brasil não deve ser perdida de vista ao considerarmos os processos contemporâneos de dominação e migração e a estruturação e expressão do colonialismo em territórios americanos da contemporaneidade.

Em tal sentido, é sabido que o desembarque do europeu no “terra à vista” inscrevera mais que o desejo de descobrir, de encontrar e de conhecer o que nas novas terras existia; inscrevera o desejo colonial, a busca pela expansão do capitalismo europeu. É o começo de uma história que faz de tudo para acionar, ativar e mobilizar a supremacia europeia como ímpeto e força narrativa, de modo a tornar-se personagem, narradora e autora da modernidade constituída como advento e parâmetro capitalista europeu sobre o mundo.

Assim, a modernidade, objetivada através das migrações como veículo da expansão marítima europeia, impõe-se postulando o poder do europeu branco sobre o não europeu não

branco e seu território. A hierarquização é, portanto, a sua base primordial e a violência seu *modus operandi*. Seu objetivo maior: a dominação e a alienação.

Daí, abordar a estrutura e a construção do poder, assim como os mecanismos psicossociais da colonização, conforme nos ajuda a pensar Foucault (1978) em sua *Microfísica do Poder* e Fanon (1968) em *Os condenados da terra*, faz-se preponderante para pensar as relações de poder, controle, violência e dominação advindas e movimentadas pelas migrações – Norte-Sul – como instituição e investimento político-cultural-ideológico do colonialismo europeu e seu sistema econômico.

Sobre a violência intrínseca ao empreendimento colonial e, logo, ao sistema do capital expandido pelas migrações europeias, Fanon (1968, p. 27) escreve que “não se desorganiza uma sociedade, por mais primitiva que seja, com tal programa se não se está decidido desde o início, isto é, desde a formulação mesma deste programa, a destruir todos os obstáculos encontrados no caminho”. Os obstáculos a que Fanon se refere diz de territorialidades, culturas, territórios e sujeitos que atuam como expressões de valores e práticas de mundo e de vida distintas daquelas que sustentam a soberania ocidental capitalista branca.

Em tal direção, as migrações europeias configuraram-se como evento primordial e constituinte da estrutura de poder europeu imposta nas colônias instaladas nos territórios explorados da América, da Ásia e da África. Importante destacar, nesse sentido, que junto às migrações europeias para esses territórios várias formas de exploração, expropriação, apropriação, dominação e violência foram impostas às populações e aos territórios colonizados. Assim, a imposição do exercício do poder atua como estruturadora das práticas de colonização europeia. Sobre a análise da estruturação do poder, Foucault (1978, p. 103) escreve que “o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia”. Age, portanto, em rede, em múltiplas articulações que atuam sobre e através dos sujeitos e territórios.

À vista disso, a relação com a natureza tornou-se, por exemplo, e, por sua vez, pautada na busca frenética pelo que se extrair do território para se obter e gerar riquezas, ao passo em que a relação com o social pautou-se na escravização dos corpos indígenas e negros. Fora assim que os territórios das Américas tornaram-se verdadeiros centros de ocupação e expropriação europeia, quer seja da terra e dos recursos, quer seja da liberdade, autonomia e humanidade das populações massacradas pelo colonialismo e sua obsessão delirante pelo capital. No contexto do Brasil, Schwarcz e Starling (2016) argumentam que:

Para efetivar a ocupação territorial da colônia brasileira, os portugueses implantaram em sua região costeira um novo sistema de produção e acumulação mercantilista, sobretudo nos atuais estados das regiões Nordeste e Sudeste. Vilas e cidades,

fortalezas, portos e entrepostos brotaram em torno de engenhos e plantações movidos a trabalho escravo. Embora já experimentada nas ilhas portuguesas do Atlântico, a manufatura açucareira aqui adquiriu proporções e características inéditas. A importação de africanos para substituir a mão de obra indígena se iniciou no final do século XVI. Se a escravização de índios enfrentava forte oposição dos jesuítas — a poderosa ordem religiosa encarregada da catequese da colônia na década de 1540 —, o comércio negreiro se revelou tão lucrativo quanto o do açúcar. Começava a grande catástrofe humana da deportação massiva de cativos para o Brasil, que até 1850 vitimou quase 5 milhões de africanos. Criava-se também a clivagem entre casa-grande e senzala: mundos divididos que correspondiam a sociedades também em parte muito divididas [...] Paraíso para os senhores de engenho, inferno para os índios e negros, o Brasil e suas riquezas eram objeto de cobiça para outras nações europeias (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p. 19).

Por conseguinte, constata-se que a migração e colonização europeias e o seu eurocentrismo e colonialismo estruturadores operaram em duas ordens de ataque aos sujeitos e aos seus territórios. Ora invadiram e tomaram as terras, os territórios indígenas, violando o existir e o estar dessas populações e dizimando grande parte destas. Ora invadiram e sequestraram milhares de africanos de seus territórios para serem escravizados em territórios estrangeiros, alvos do capital a partir dos séculos XV e XVI, violando, assim, o existir e o ser africano, uma vez que ataca-se, rouba o estar no território, o estar em África e, mais, impondo o extermínio das populações negras em diáspora.

Em suas duas formas de ataque à América e a África, isto é, a violência da invasão e a violência do sequestro, do tráfico, da deportação, a migração e colonização europeias revelam uma arquitetura perversa para a escravização, a alienação e o genocídio da vida objetiva e subjetiva dos sujeitos e dos territórios, em razão do capital.

Logo, a perversão da colonização europeia no mundo – realizada por meio da migração de europeus para territórios além Europa – expõe o desejo colonial que é o desejado capital. Para o alcance do desejado, vale tudo e pelos meios mais violentos e cruéis, admitindo-se, para tanto, a barbárie, o genocídio, o extermínio das populações negras e indígenas mundiais.

Conclui-se, portanto, que em suas linhas mais reveladoras a colonização europeia, posta pelo advento das migrações, da chamada expansão marítima para territórios além Europa, fundamentara-se essencialmente pela violência da perversão da subtração de povos e territórios para a realização do desejo colonial. Desejo colonial este que revela o poder do capital como instância desejada, em que “a estrutura e desejo de um mundo não híbrido” (OLIVEIRA, 2017, p. 144), hegemonizado a serviço do alcance dos seus objetivos, fazem parte do projeto de sobreposição europeia ocidental branca sobre os territórios e povos do mundo.

A respeito do racismo e da arbitrariedade da hegemonia branca europeia sobre os demais povos e territórios, conforme Munanga (2003) analisa:

Os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (MUNANGA, 2003, p. 5).

Assim, conclui-se que a sequência busca por **riquezas**, ou seja, pelo poder do capital – busca por **povos e territórios** – imposição da **colonização** e da **escravização** aos sujeitos não europeus não brancos – **promoção da barbárie** gerara e produziu uma modernidade e contemporaneidade adoecidas, uma vez que expropriara territórios e desumanizara corpos, vidas e mortes em função da produção e manutenção incessante do capital pelo sistema capitalista eurocêntrico e racista de estado.

Deste modo, a globalização – acusada de conectar o mundo –, como causa e efeito da modernidade, da colonização, da escravização e da ascensão do capital e da violência como fenômeno global na dinâmica das sociedades, atualiza e efetiva a compulsiva e bárbara lógica da busca do capital pelo capital e para o capital, ocasionando assim modelos sócio-políticos, econômicos e territoriais frágeis e pouco otimistas no que diz respeito a princípios democráticos, como os de igualdade, liberdade individual e justiça social.

De tal forma, em síntese, tanto a invasão de europeus à territórios ameríndios nos séculos XV e XVI quanto o despejamento de povos africanos nesses territórios para trabalharem sob o regime de escravização e a imigração direcionada de estrangeiros para o Brasil e a Bahia no século XIX sugerem que os movimentos migratórios são transpassados, atravessados, investidos e revestidos por relações de poder na brigada capitalista moderna e colocam uma categoria primordialmente política no centro das discussões sobre migrações e relações de poder. Trata-se da categoria *Território*.

Nesse sentido, os estudos sobre migrações evocam e estão atrelados à discussão do território (o território de origem e o território de chegada), tanto em sua instância micro – o território local – como em sua instância macro – o território global –, que são indissociáveis. Desta maneira, é importante lembrar o que propõe um dos maiores e mais brilhantes geógrafos brasileiros e baianos de todos os tempos, Milton Santos (2005, p. 161), quando afirma que “hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar”. Assim, o autor está apontando o local como instância

potente de reflexão sobre o global e as relações e consequências que de sua inscrição resultam. Lembrando que o global negocia as forças de um local que, pela violência interna e/ou externa ao seu território, impõe-se sobre os territórios do mundo, legitimando um sistema de violências que lhe operacionaliza.

Assim, em sentido similar, conforme analisa Wieviorka (2006):

No mundo contemporâneo, a globalização econômica, a comunicação moderna, as redes, a generalização da cultura e do consumo de massa, a multiplicação das diásporas e dos fluxos migratórios impedem os raciocínios demasiado simples que encerram a reflexão no quadro único dos Estados-nações e de suas relações. Os problemas internos a nossas sociedades são indissociáveis e frequentemente inextrincáveis dos problemas internacionais ou transnacionais, o “dentro” só se compreende referindo-se ao “fora” e vice-versa (WIEVIORKA, 2006, p. 141).

Diante disso, no caso do território de Serra Grande no Litoral Sul da Bahia, o que acontece dentro desse território – as dinâmicas, relações e identidades que o atravessam e produz – só se compreende referindo-se, relacionando ao que acontece – as forças que se impõem – fora, no âmbito regional, nacional e internacional do cenário geopolítico mundial.

Desta forma, abordar e pensar o território, o local, apresenta-se como um importante, potente e perspicaz meio de apreender como o – capital – global – e o seu colonialismo adjacente – se estrutura e se estabelece, através das forças e relações de poder, impactando (e violentando) os territórios e as populações, no caso deste estudo, do contexto litorâneo da mata atlântica na região sul da Bahia.

Por isso, nos baseamos no conceito de território trabalhado por Haesbaert (2004), segundo o qual o conceito de território vincula-se à categoria poder, porém não estritamente ao poder no sentido concreto de dominação (poder político), mas também ao poder simbólico, ligado à apropriação de determinados grupos para com seu espaço de vivência. Para o autor o território é político e é simbólico porque:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2004, p. 1).

Em sentido concomitante, o autor conclui que:

O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Assim, o território também constitui-se tanto como dimensão objetiva como subjetiva ao passo em que, ao agenciar forças e sentidos políticos e simbólicos, produz-se enquanto instância administradora da vida, dos corpos, das relações e, mais, produz-se enquanto instância de (re)produção de desigualdades e violências, assim também como instância de lutas e resistências.

Isto posto, faz-se complementar considerar aqui a noção de território desenvolvida e defendida por Guattari e Rolnik (1996), segundo a qual:

O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323).

Assim, para os autores, o território, enquanto conjunto de projetos e representações, estrutura-se como agenciador do objetivo e do subjetivo, da vida pública e privada, das relações e da construção de subjetividades e identidades, pautadas nos dilemas e paradoxos do sistema político-social e simbólico operante; como atestara Frantz Fanon ao tratar dos impactos e efeitos da colonização e do colonialismo na psique comportamental humana em suas revolucionárias obras *Pele negra, máscaras brancas*, de 1952, e *Os condenados da terra*, de 1961.

Em *Os condenados da terra* ao se referir a ação da colonização, do ímpeto colonial sobre os territórios e corpos, Fanon denuncia que:

Não se desorganiza uma sociedade, por mais primitiva que seja, com tal programa se não se está decidido desde o início, isto é, desde a formulação mesma deste programa, a destruir todos os obstáculos encontrados no caminho. O colonizado que resolve cumprir este programa, tornar-se o motor que o impulsiona, está preparado sempre para a violência. Desde seu nascimento percebe-se claramente que este mundo estreito, semeado de interdições, não pode ser reformulado senão pela violência absoluta (FANON, 1968, p. 27).

Desta forma, o autor sustenta que os territórios e corpos na modernidade – envergados pela ação da colonização – não só são interpelados pela violência absoluta, como atuam por meio dela. Por isso, o colonialismo é tão nocivo, porque ao interpelar os territórios e corpos os inscrevem em sua estrutura e manutenção do poder através da subjugação ao modelo de mundo colonial capitalista.

Tal subjugação, a de submeter a força territórios e corpos às ordens e demandas do capital, produz uma série de violências materiais e simbólicas que resultam no que o pensador camaronês, Achille Mbembe, elaborou como sendo uma *Necropolítica* para os corpos e territórios ao argumentar que a natureza humana é social e que as formas de soberania que atravessam as relações no sistema ocidental capitalista operam enquanto seleção social,

matéria de contradições, instituindo, desse modo, a quem é concedido o direito de viver e a quem é dada a obrigatoriedade de morrer e de como os corpos são tratados na esteira das formas de viver e das formas de morrer no sistema do capital.

Sobre o caráter perverso e enganador, revelado através do conjunto de projetos e representações que envolve a dimensão do território poder-capital, segundo Oliveira (2019) que cita Santos elabora:

O território, conforme Santos, representa as faces da perversidade e da enganação, perverso porque ele impõe ao mundo, em especial, aos países, culturas e povos vulneráveis às ordens do capital internacional. A face da enganação, a partir do consumo desenfreado, das tecnologias e do sistema de informação que nos faz acreditar que este é um momento em que todos podem usufruir e viver as territorialidades dos cenários local e global. Na realidade, a perversidade e a enganação, estão no cotidiano das sociedades, das cidades do mundo e do Brasil; elas são mercadorias, ideologias, fetiches e poder político que são impostos por estados e pequenos grupos de pessoas em relação aos países em desenvolvimento e em pleno estado de pobreza (OLIVEIRA, 2019, p. 192).

É no contexto da ação de um sistema político, econômico e simbólico que, através das faces da perversidade e da enganação, opera a morte dos corpos e territórios negros e indígenas – uma vez que foram e são essas populações e seus territórios os mais interpelados pelo capitalismo colonialista europeu e estadunidense –, que olhar para o território e os corpos (nativos negro-indígenas e migrantes brancos) no cenário da Vila de Serra Grande é tão revelador da violência do capitalismo e do poder colonial que se mantém na invisibilidade dos (migrantes) brancos – do poder branco – e, ao mesmo tempo, é tão contestador da força com que os corpos, com que as populações negro-indígenas resistem e atuam nesse território. E nesse ponto, uma inflexão da ordem colonial capitalista imposta faz-se necessária, a de que a despeito de mais de quinhentos anos de violência, de subjugação, da elaboração das muitas formas de matar e morrer, as populações negras e indígenas do Litoral Sul da Bahia permanecem. Ao questionarmos como permanecem e porque permanecem encontramos na concepção de território que cultivam, o território, o estar na terra, como extensão de seus próprios corpos, histórias e vidas, uma simples e complexa possibilidade de resposta. Por isso permanecem. Porque o território – extensão do corpo coletivo, da história e da vida – não pode ser retirado delas, mesmo que as violentem, que as expulsem, que as retirem à força do território. Por isso, a África e o Brasil antes da chegada dos que assim o chamaram nunca foram retirados de dentro dos nossos ancestrais negros e indígenas e das populações negras, indígenas e negro-indígenas que permanecem. O território que ao ser extensão se desloca para dentro dos corpos está nas sociedades modernas como um contra poder à todas as violências e

mortes que se impõem, como brotos de vida na desertificação capitalista branca do mundo. Por isso, segundo Ewald, Gonçalves e Bravo (2008):

A noção de Espaço não pode ser reduzida a uma concepção tecno-científica que o toma como algo dissociado da subjetividade. Ao contrário, ele é o lugar de encontro das subjetividades, possibilitado pela expressividade do corpo, no qual se realiza o intercâmbio entre sujeito e mundo (EWALD; GONÇALVES; BRAVO, 2008, p. 756).

É, pois, assim que o território, enquanto espaço de vivência, de “intercâmbio entre o sujeito e o mundo”, se expressa enquanto dimensão política e simbólica (HAESBEART, 2004), mas também e, sobretudo, o território se expressa enquanto dimensão étnico-racial (SANTOS, 2001; OLIVEIRA, 2016) e psicológica ou (inter) subjetiva (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Por essa razão, diante da situação de contato, proveniente de migrações, buscamos investigar e compreender como as relações e identidades têm sido produzidas entre moradores nativos e migrantes *no território* – que é extensão dos corpos, da história e da vida de suas populações – de Serra Grande, em Uruçuca, no Litoral Sul da Bahia, uma vez que a categoria analítica *Território* que aqui propomos permite apreender mais que as expressões políticas e simbólicas que expandem o espaço geográfico ao campo social e psíquico de atuação das dinâmicas de poder, violência e resistência que constituem e atravessam uma sociedade. Ela permite deslocar o território para dentro dos corpos e compreendê-lo como realização, extensão e movimento do agir, do atuar e do se relacionar dos corpos e das forças sociais operantes.

Em sentido concomitante, Oliveira (2016) afirma que:

O território é produção e reprodução social do espaço e, em especial, gestão e organização das funções, atividades e realizações necessárias no cotidiano social das cidades no Brasil (OLIVEIRA, 2016, p. 85).

Logo, o território enquanto esfera política e simbólica possibilita a compreensão de que, conforme Sack (1986, p. 6 apud HAESBAERT, 2004, p. 3), “controla-se uma “área geográfica”, ou seja, o “território” material, visando “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos”, assim como atingir, afetar, influenciar e controlar visões de mundo, cosmogonias e territorialidades divergentes e desestruturantes da ordem ocidental capitalista colonial imposta. Nesse sentido é que Bertrand Badie (1995), conforme citado por Oliveira (2016), afirma ser:

A questão política é a base da produção do território, é por intermédio da ação política que o território tem suas bases sedimentadas, edificadas e construídas. [...] território significa construção, elaboração do plano espacial tendo como referência ações de poder, controle e criação (BADIE, 1995 apud OLIVEIRA, 2016, p. 89).

Sendo assim, o território ainda é o principal campo de disputa e poder na contemporaneidade, uma vez que é nele que a vida acontece, que os sujeitos vivem, trabalham, produzem e consomem. É nele que o mercado e as suas demandas se inscrevem. É sobre ele que leis, pautas e demandas incidem. E mais: é através das forças sobre o território atuantes que formas de vida e visões de mundo são violentadas e destruídas, destituindo os sujeitos de seus sentidos sobre o ser, o fazer, o sentir e o estar, acometendo assim, brutalmente, a vida objetiva e subjetiva dos milhares de corpos fulminados pela ordem imperialista do capitalismo global. Entretanto, tais forças agem e violentam o território porque, antes do mercado, ele é o campo unânime da vida, da existência e da resistência, é força de potência (SANTOS, 2001). É extensão dos que o constroem, dos que por ele lutam como lutam pela vida.

Considerando ainda que o território é composto pelas diversas formas de viver e ocupar um espaço geográfico e visando conceituar a categoria *territorialidade*, útil à reflexão sobre a formação e produção do território e às relações que o constituem, consideramos que tal categoria diz respeito às formas de ocupação e relação desenvolvidas no território. Tais formas incluem diversos e distintos aspectos da vida de uma comunidade. Sobre a territorialidade, Haesbaert (2004) defende que:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Mais uma vez as dimensões do político e do simbólico – do significado atribuído ao lugar –, apresentam-se como meios possíveis de se analisar o fenômeno territorial e as suas configurações. A territorialidade é, pois, para Sack (1986) um componente do poder:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986, p. 219).

Deste modo, as formas dos corpos e populações se inscreverem no território emitem sentidos que vão desde as visões de mundo às práticas sociais e culturais que operam seus modelos de vida, de sujeito e de mundo. As territorialidades inscrevem, pois, sobre o território seu traço constitutivo. Isto é, a luta. A luta pelo espaço, pelas formas de viver, de fazer, de acreditar, de sobreviver e produzir dos seus coletivos. O território faz-se, pois, campo unânime de luta, sobretudo, no contexto moderno e contemporâneo, marcados e delineados pela subjugação ocidental capitalista, europeia e estadunidense, dos territórios do mundo.

É no contexto das forças e relações de poder impostas aos territórios mundiais e às suas populações – assim como às suas formas de existir e estar – que o campo de estudo das relações étnicas ganha força ao olhar para os movimentos e expressões resultantes de formas de relações pautadas pela violência do eurocentrismo, do colonialismo, do capitalismo, do racismo e do sexismo. E mais, ao propor as lutas sociais e culturais como constituintes da vida e da morte na contemporaneidade. Desta maneira, tomamos como outra categoria analítica do estudo sobre a presença de migrantes (nacionais e internacionais) num território litorâneo do sul da Bahia, a categoria *Relações étnicas*, com a qual buscamos aprofundar a compreensão do território, das migrações, das relações e identidades – que compõem a Vila de Serra Grande – na contemporaneidade.

Sendo assim, além da atuação sobre o território, a categoria migrações, que orienta a questão de investigação deste estudo, implica outro campo de discussão, desta vez, dos estudos antropológicos, culturais e sociais, trata-se da categoria da *etnicidade*, ou seja, dos movimentos, das formas de produção de *relações* pautadas pela intensificação do contato entre diferentes a partir da imposição da modernidade colonizadora, da expansão do capitalismo e do seu sistema ideológico – o colonialismo – estruturador.

Sobre a situação de contato e a produção de relações advindas dos movimentos migratórios, Goldman (2006, p. 1) pontua que “nas primeiras décadas do século XX no contexto dos problemas levantados pela imigração européia para os Estados Unidos” o termo *etnicidade* é introduzido nas discussões acerca da presença e do contato entre diferentes grupos em um determinado Estado-nação, associando, assim, a noção de etnicidade aos contextos de migração – Norte-Norte (se considerarmos os Estados Unidos e a Europa como os principais centros do poder capitalista), Norte-Sul (se considerarmos os Estados Unidos como ex colônia inglesa) e Sul-Norte (se considerarmos os Estados Unidos como recém potência econômica mundial) – e à questão do Território.

Evidencia-se, assim, portanto, o entrelaçamento entre as categorias migrações, território e etnicidade na abordagem deste trabalho, visto que olhamos para o movimento de migrantes do Norte global para um território tradicional negro-indígena litorâneo do sul da Bahia na região Nordeste do Brasil na América do Sul.

Todavia, anterior ao contexto das migrações europeias para os Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX que introduzira a cunhagem do termo etnicidade para se referir aos problemas levantados pela migração de europeus para a América do Norte, consideramos importante apontar um outro movimento das migrações europeias só que desta vez para a Argélia no século XIX. A respeito da migração de europeus para o território

argelino e da violência do empreendimento colonial capitalista no continente africano, Bourdieu (1958) analisa que:

O europeu gradualmente criou um ambiente que refletia sua própria imagem e era uma negação da ordem tradicional, um mundo no qual ele não mais sentiu ser ele próprio um estrangeiro e em que, por uma inversão natural, o argelino foi finalmente considerado o estrangeiro” (BOURDIEU, 1958, p. 131).

Em linhas gerais, Bourdieu aponta para a situação étnica, de contato entre europeus e argelinos, em que estes últimos foram tornados estrangeiros em/de seu próprio território pela força da imposição do mundo europeu, da colonização branca europeia, ao cenário argelino.

Desta forma, o autor denuncia o movimento de negação e destruição da alteridade postos pela migração e colonização europeias na Argélia, trazendo à luz a relação sincrônica entre migração europeia e colonialismo ou, ainda, a relação entre migrações sentido Norte-Sul e colonialismo.

Assim, Bourdieu chama a atenção para o fato de que as migrações europeias e a imposição da colonização, do modelo de mundo branco capitalista europeu, são atravessadas pelo investimento de força e violência contra a diferença, a alteridade, a cultura, a subjetividade, a territorialidade, a historicidade e identidade dos sujeitos não brancos e não europeus, enfim contra tudo e todos que não seja, ou escape, a hegemonia branca, ocidental, europeia, capitalista.

Deste modo, para o autor, o eurocentrismo e o colonialismo, postos e disseminados pela presença e atuação do europeu na Argélia, produziram uma espécie de espelho invertido, no qual argelinos foram transformados em estrangeiros, no sentido de estranhos, inconvenientes, não pertencentes, não dotados de direito ao lugar, ao passo em que europeus foram tornados donos do lugar, no sentido de impositores de força e poder sobre o território e as suas populações. Há, desta maneira, um investimento de violência, de massacre à identidade do argelino, uma vez que lhe são negadas possibilidades de identificação com um ambiente e dinâmica de mundo e de vida que lhe são tornadas alheias. Enfim, o ataque ao território, à Argélia, – expresso pela imigração de europeus – é, sobretudo, um ataque à vida objetiva e subjetiva de suas populações, um ataque às suas identidades.

Evidencia-se pois, desta forma, as implicaturas das conjunturas contemporâneas de dominação e migração, de relações delineadas pelo colonialismo para a vida dos sujeitos e territórios colonizados. Como escreve Loyal (2018), sobre os processos de dominação e migração francesa na Argélia:

A Argélia foi colonizada pela França em 1830. Em 1848, era legalmente uma extensão do território francês e, portanto, teoricamente tinha o direito de ser

governada sob os princípios humanísticos do iluminismo baseados nos direitos do homem (HEARTFIELD, 2002). A realidade do domínio colonial diferia de forma assombrosa. A subordinação da economia argelina às necessidades e interesses econômicos da França foi estabelecida por meio da introdução de uma nova forma de agricultura capitalista, transformando as estruturas das propriedades da terra. Tal fato foi complementado por uma tentativa de conversão ideológica por atacado de “corpos e almas” argelinos por meio da imposição de relações e valores sociais europeus. Finalmente, esses processos socioeconômicos foram combinados com projetos de reassentamento forçado ou reagrupamentos voltados para a pacificação. Essa política tríplice, que resultou na profunda destruição econômica, social e física do campesinato argelino, foi intensificada pelo início da violência feroz durante a Guerra de Independência da Argélia (1956-62), onde estima-se que cerca de 400 mil foram mortos (LE SEUER, 2001:1) (LOYAL, 2018, p. 112).

Percebe-se então a forte relação entre migração e colonialismo e a proposição da situação étnica e da violência em territórios alvos de migrações para a colonização e dominação capitalista.

Desta maneira, revela-se, como desenvolveu Fanon (2008), que a colonização – materializada pelas migrações europeias –, as formas de opressão e violência coloniais capitalistas incidem não apenas sobre as condições materiais, objetivas de existência dos sujeitos, mas, antes, incidem sobre dimensões e funções psíquicas e emocionais que impõem ao indivíduo colonizado o lugar da ‘estranheza’, da impossibilidade do ser e da existência plena e efetiva, acometendo, assim, a saúde psíquica e a vida dos sujeitos. A respeito das postulações de Fanon sobre a relação entre condições histórico-sociais impostas pelo colonialismo e a psique humana, Oliveira (2018) escreve que:

Ele demonstra o constructo do pensamento psicológico pela dialética da violência do massacre da identidade do colonizado. Descreve como as condições subjetivas dos sujeitos são negadas diante das conveniências capitalistas de exploração comercial das pessoas, que são tornadas objetos (OLIVEIRA, 2018, p. 43).

Em sua vasta experiência como clínico psiquiatra, ele constatou que a fragilidade do aparelho psíquico decorre antes pela precariedade social e violência histórica, que gera também alienação. Os atores sociais estão marcados mais por tais circunstâncias político-ideológicas e seguem muito menos influenciados por fatores clinicamente orgânicos (OLIVEIRA, 2018, p. 44).

Assim, Bourdieu, Fanon e Oliveira fazem denúncias. Denúncias acerca da violência da colonização, do contato entre povos pautado pela expropriação e apropriação do território, pelo extermínio da cultura do outro e pelo genocídio material e imaterial das populações locais dos territórios alvos da imigração e colonização europeias, para a expansão do capital. Demonstram que as formas de relações étnicas baseadas nos parâmetros da inferioridade e da superioridade produzem, conforme coloca Mbembe (2018), as muitas formas de viver e de morrer delegadas aos sujeitos e povos negros, indígenas e brancos pobres do mundo.

Tendo em vista tal relação entre migrações e forças de poder (forças do capital), é fundamental considerarmos que os estudos sobre migração e situação de contato produzidos na contemporaneidade abordam a temática sob distintas perspectivas. Uma das abordagens é a dos “problemas levantados” ou passíveis de serem causados pelo fenômeno imigratório às nações, como é o caso do que é apontado nos EUA e em países da Europa que repelem os movimentos imigratórios, principalmente, os de sentido Sul-Norte global.

Outra abordagem é a de demonstrar como os migrantes fazem parte, são efeitos do projeto da modernidade colonizadora e da globalização. Daí a presença de africanos na França e no Reino Unido, de americanos na Europa e de europeus e latino-americanos nos Estados Unidos. Nessa abordagem vem à tona as implicaturas da colonização capitalista europeia e estadunidense sobre os deslocamentos humanos no mundo. Tais deslocamentos expressam-se nos sentidos Sul-Norte (MACHADO, 2003, 2006, 2007) e Norte-Norte.

Uma outra abordagem acerca dos estudos em contextos de migração é a de apontar outros movimentos da migração no mundo, como é o caso de ex-colônias do chamado *terceiro mundo* que passam a receber um contingente considerável de sujeitos da Europa (incluindo das ex-metrópoles colonialistas, como Portugal, Espanha, França e Reino Unido), dos Estados Unidos, da Ásia e de outras ex-colônias da América Latina e também da África, como é o caso do Brasil. Os deslocamentos, neste caso, expressam-se nos sentidos Norte-Sul e Sul-Sul.

À vista disso, no contexto brasileiro da contemporaneidade encontram-se vários estudos dos deslocamentos sentido Sul-Sul. Ou seja, são predominantes os estudos e pesquisas que abordam as migrações venezuelanas, colombianas, haitianas, asiáticas, africanas, sírias e outras mais do movimento global Sul-Sul.

Todavia, é inquietante a ausência de estudos e pesquisas que abordem as migrações sentido Norte-Sul, mesmo estas correspondendo a um expressivo contingente migrante no país (SISMIGRA, 2019). Dito de outra maneira, praticamente não há estudos e pesquisas que abordem a migração de europeus e norte-americanos para o Brasil, isto é, que abordem a presença desses migrantes no território brasileiro da atualidade.

Entretanto, faz-se crucial observar que, se os migrantes sentido Sul-Norte global são tomados como efeitos do projeto da modernidade colonizadora capitalista e da globalização, os migrantes sentido Norte-Sul global também são expressões desse projeto.

Desta forma, no contexto dos estudos sobre a imigração europeia para o Brasil, os trabalhos se concentram, em grande parte, na presença e influência de alemães, italianos e poloneses nas regiões Sul e Sudeste do país – sobretudo, sob a perspectiva da culturalização

do fenômeno (SEYFERTH, 1986) –, pautados quase que geralmente pela perspectiva diacrônica – que focaliza essas migrações na história da colonização do Brasil e, portanto, sempre atreladas aos séculos do Brasil Colônia, do Brasil Império e do Brasil República até a primeira metade do século XX – em detrimento da perspectiva sincrônica – que orienta a abordagem dos fenômenos relacionando-os aos contextos causais e de implicações dos eventos num tempo em que é possível apreender dinamicamente tais contextos, ou seja, na presentificação da temática imigratória.

Sendo assim, no Brasil, vigora a abordagem das migrações europeias como um fenômeno que aconteceu na história – uma história enquanto sinônimo de tempo passado – e não que acontece na história enquanto sinônimo das lutas e movimentos do presente. Ou seja, prevalece uma concepção de história como mudança, em que algo que aconteceu no passado fica preso, relegado ao tempo histórico esvaído. Todavia, conforme defendem Schwarcz e Starling (2016) em *Brasil: Uma biografia*, o presente está repleto de passado; desta forma, a história é mudança, mas é também reiteração. E é nos movimentos de reiteração que, segundo as autoras, podemos encontrar muitos detalhes importantes sobre o Brasil como um país da ambivalência, da ambiguidade.

Desta maneira, tal modo de operar a temática das migrações europeias para o Brasil – com a aparelhagem de uma linguagem referente ao tempo verbal do pretérito perfeito –, remetendo ao passado e, conseqüentemente, à interrupção e finalização dessas migrações produz um efeito sócio-histórico que precisa ser questionado. As migrações de europeus para o Brasil – migrações sentido Norte-Sul – deixaram de acontecer ao longo da história do país após a primeira metade do século XX (recorte predominante sobre o estudo da temática)? Se não, por que paramos de estudá-las (se é que um dia as estudamos) e problematizá-las enquanto expressão e ação de uma colonização capitalista europeia expansiva em territórios sul-americanos? E as migrações norte-americanas estadunidense, sobre as quais também recaem o símbolo da colonização capitalista e do imperialismo global? Qual o histórico dessas migrações para/no território brasileiro, já que também expressam o deslocamento sentido Norte-Sul global?

Tais questionamentos sugerem, e ao mesmo tempo comprovam, que tem-se negligenciado o estudo das migrações sentido Norte-Sul para o Brasil na contemporaneidade e, mais, tem-se negligenciado o estudo das formas de *relações* produzidas no contato entre migrantes do Norte global e populações brasileiras, sobretudo em contexto de territórios e populações tradicionais, como é o caso do Litoral Sul da Bahia. Todavia, apesar da invisibilização e silenciamento envolta do tema, a dinâmica de um contato que historicamente

estabeleceu as bases das relações sociais modernas no Brasil revela-se ser um relevante meio de olhar para a dinâmica dos territórios brasileiros contemporâneos – sobretudo, os tradicionais –, bem como para as demandas do capital e as condições de vida impostas às suas populações.

Assim, podemos concluir que apesar das ordenadas dos fluxos migratórios no mundo serem variadas e distintas, elas anunciam que o deslocamento de pessoas no trânsito mundial, a origem das emigrações, os destinos das imigrações e as relações e acontecimentos sociais decorrentes da situação de contato oriunda desses movimentos merecem e requerem atenção especial na contemporaneidade.

Desta forma, no tocante às relações produzidas pela situação de contato entre as populações do globo – propositiva do colonialismo e da expansão capitalista – faz-se importante pontuá-las como reveladoras expressões das forças, dinâmicas e violências coloniais capitalistas nos territórios locais do mundo. Daí, a relevância deste estudo sobre as relações e identidades que são produzidas na situação de contato, advinda de migrações do Norte global para a Vila de Serra Grande no Litoral Sul da Bahia, e, conseqüentemente, produzem esse território.

Deste modo, considerando que os processos de migração ampliaram-se após a intensificação dos fenômenos e conseqüências do capitalismo, da modernidade e da globalização (BAUMAN, 1999; CIAMPA, 2005; WIEVIORKA, 2006; HALL, 2013); apontando o *local* e o *global*, o *subjetivo* e o *objetivo*, o *psicológico* e o *social*, como facetas interdependentes da identidade cultural do sujeito moderno, o estudo das migrações sentido Norte-Sul, da presença de migrantes do Norte global em territórios locais da contemporaneidade faz-se uma importante ferramenta para a compreensão das forças e relações que têm estabelecido a geopolítica imperante sobre os territórios e populações locais do mundo.

Diante disso, ao abordar as dinâmicas do local e do global em contato, Bauman (1999) em seu livro *Globalização: as conseqüências humanas*, constata e argumenta que cada vez mais as localidades são violentadas, gerando dependência de um global que se impõe ao passo em que a violação se estabelece.

Os usos do tempo e do espaço são acentuadamente diferenciados e diferenciadores. A globalização tanto divide como une; divide enquanto une — e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo (...) O que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel (...) Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Os desconfortos da existência localizada compõem-se do fato de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão

perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam (BAUMAN, 1999, p. 8).

Desta maneira, a força dos movimentos migratórios, resultante direta da disputa e ascensão do capital na modernidade e dos efeitos da globalização no mundo, acarreta e impulsiona o encontro, o contato entre pessoas, motivações e modos de vida. Ou seja, se a migração gera o contato, logo, à medida que a migração avança na diáspora mundial, evento que temos assistido e presenciado no mundo pós-moderno de Bauman, o contato entre as pessoas e os seus modos de vida se intensifica, se fricciona, expressando-se nas formas de relação e de produção do sentido na contemporaneidade.

A situação de contato, então, conforme estamos abordando aqui, enquanto proveniente dos movimentos migratórios para territórios tradicionais, é atravessada por questões de poder e etnicidade que se entrelaçam na medida em que diferentes atores – movidos por motivações distintas – passam a atuar e incidir sobre os territórios destinos, as dinâmicas de relações e a produção de identificações e diferenciações.

Na discussão acerca da etnicidade, Poutignat e Streiff-Fenart (1998) defendem que ela deve ser considerada como uma dimensão universal das relações humanas e não como um fenômeno característico dos grupos que o senso comum, atravessado por discursos hegemônicos, definem como “étnicos”. Segundo os autores, a etnicidade possui caráter relacional e, portanto, diz sobre a complexidade das formas de organização que os sujeitos constituem socialmente.

Compreendendo a cultura como algo constantemente reelaborado e investido de novos significados, Cunha (2009, p. 235) expõe que “uma relação central em antropologia é a que articula as representações com a organização da vida material e das relações de poder em cada sociedade”. Deste modo, as representações operam as formas de sociabilidades e, portanto, os processos de etnicidade, de produção de relações baseadas em identificações e diferenciações.

A etnicidade, nesse sentido, segundo Cunha (2009, p. 237), pode ser compreendida como linguagem, “não apenas no sentido de remeter a algo fora dela, mas no de permitir a comunicação”. Isto é, na dinâmica das relações entre os sujeitos, *nós/eles*, nativos/migrantes, o que essas relações comunicam em termos de elos do cotidiano de um dada coletividade constitui o campo de atuação da etnicidade. A etnicidade é, portanto, a categoria de estudo acerca da linguagem das dinâmicas sociais travadas nos terrenos da identificação e da diferenciação. Enquanto linguagem, o que a etnicidade comunica, no conteúdo e na forma relacionais, é o que o estudo das relações étnicas almeja alcançar. Visto que o que é

comunicado o é coletivamente e em sociedade, a etnicidade também pode ser vista como uma forma de organização política, demonstrando assim uma performatividade finalística nas relações de alteridade e semelhanças (CUNHA, 2009).

Desta forma, conforme Silva (2009), as identidades e as diferenças dispõem os sujeitos em formas de organização social e cultural específicas, produzindo agrupamentos e formas de relação conforme os critérios de identificação e diferenciação ativados nas práticas sociais que compõem e estruturam os modos de vida e comportamento em uma dada sociedade.

Ao apontar a produção de agrupamentos e formas de relação mediante os critérios de identificação e diferenciação ativados nas práticas sociais, o autor destaca o papel dos critérios de identificação e diferenciação como gerenciador da produção de formas de relação e identidades. Deste modo, no contexto do contato entre migrantes do Norte global e nativos do Sul americano é necessário pensar que critérios de identificação e diferenciação ativados nas práticas sociais mediam a produção das relações e identidades no território da Vila de Serra Grande no Litoral Sul da Bahia.

Nesse sentido, no contexto das sociedades modernas capitalistas, como constitui-se grande parte dos territórios brasileiros, o acesso e o não acesso aos bens do capital, tal como a propriedade dos meios de produção, a propriedade privada, o acesso à tecnologia de ponta, a educação, moradia, segurança e saúde de qualidade, o acesso à veículos de cultura, como livros, teatro e cinema, a disposição de recursos para viagem e lazer, o conhecimento de outras línguas e países, atuam como critérios de identificação e diferenciação entre os sujeitos, sobretudo e com mais força nas sociedades em que as disparidades socioeconômicas – produzidas e sustentadoras do sistema do capital –, que o contexto mundial tem denunciado que são raciais, são mais graves. Assim, no cenário brasileiro, tais critérios de identificação e diferenciação elencados dizem respeito à categoria social de classe, mas também alcançam à categoria social de raça/cor.

Desta forma, a presença de migrantes do Norte global – e com Norte global estamos referenciando os territórios agenciadores do capital internacional como são os territórios das chamadas metrópoles mundiais – em territórios tradicionais do Sul americano – e com Sul americano estamos referenciado os territórios nacionais da América responsáveis pela mão-de-obra, produção e exportação de matéria-prima – material e imaterial – para o sistema do capital, concentrado no Norte global – articula um contexto sócio-político, econômico, cultural e racial que remete aos cenários da colonização europeia e estadunidense uma vez que as relações assimétricas de poder foram e são mantidas respondendo e atendendo ao próprio sistema capitalista colonial que as produzem.

Nessa direção, analisando a dinâmica do capitalismo no Estado-nação brasileiro, Oliveira (2012) atesta que:

O regime capitalista e de direita sempre foi tradicionalmente forte e exclusivo na história do Brasil e foi ele que edificou sua estrutura social e política. Por tal razão o Brasil é um país que sempre esteve nos dez primeiros “rankings” das economias mais bem desenvolvidas do mundo, porém com uma taxa de desenvolvimento social baixíssima. Pois a lógica do capitalismo atende aos interesses dos regimes políticos de direita que em geral são afetos a concentração de capital e renda a partir de privilégios e benefícios de uma minoria do país (OLIVEIRA, 2012, p. 34).

Assim, a autora evidencia a relação do vínculo colonial instituído pelo sistema capitalista e as consequências sociais de um regime segregacionista que opera para uma minoria – branca – ao passo em que:

As populações pobres, negras e mestiças, em um Brasil que se pretende branco a partir da modernização, capitalista – transformação, da sociedade agrária em sociedade urbano industrial – serão consideradas inexistentes por questões políticas e ideológicas. Europeus pobres de um território esfacelado - a Europa do pós-guerra - receberão incentivos para habitar e transformar a “infeliz constatação” de um Brasil negro (OLIVEIRA, 2012, p. 34).

A respeito do crivo étnico-racial que atravessa o Brasil capitalista, o inquestionável é que as riquezas foram e são concentradas nas mãos de uma minoria branca que a cargo da colonização do país sempre esteve com o chicote da escravização, da exploração, da morte e da indiferença para distanciar as populações negras e indígenas – tornadas mercadorias e depois pobres – do mundo que outrora ela as impunha – e que é construído com a mão-de-obra dessas populações – e com a mesma intensidade as nega – nega-se às populações negras e indígenas condições de vida e existência em um mundo construído a partir de sua própria força de trabalho. Assim, se no Brasil Colônia, tais populações foram feitas objeto, coisa, mercadoria. E no Brasil República, sem nenhuma reparação ao período de escravização e colonização, angariam à pobres e analfabetas. A questão que se coloca é: E no Brasil República Democrática, instituído com o marco da Constituinte de 88, qual o projeto que tem se revelado para esse país que, a despeito das inúmeras formas de extermínio, permanece um Brasil negro e indígena? Como essas populações e os seus territórios, a população e o território negro-indígena brasileiros participam do contexto desse Brasil Capitalista que se tenta, com poucos – mas importantes – sucessos, democrático?

Em análise sobre o rumo dado as populações negras da cidade de São Paulo ao longo da constituição do território paulista, Oliveira (2012) argumenta que:

A população negra da cidade de São Paulo edificou territórios no coração do ouro e da riqueza da cidade. Expulsa pelas redes ideológicas e sociais de cerceamento e domínio dos espaços, ela conseguiu formas de sobreviver às afrontas e desprezos dos representantes públicos governamentais. Se no passado eles foram empurrados para o longínquo Paissandu, hoje, é na periferia da cidade que as populações negras

habitam, junto com todos os outros desprezados e desprovidos de direito e cidadania na ordem capitalista do lucro que concebe o território como mercadoria a partir da desapropriação de populações historicamente desprezadas no cenário mundial (OLIVEIRA, 2012, p. 36).

Sobre a desapropriação imposta às populações negras em seus territórios de ação e os deslocamentos acarretados, a autora afirma que:

[...] os habitantes negros da metrópole paulistana que a edificaram enquanto riqueza do espaço produzido e habitado, através de políticas públicas direitistas, serão desapropriados de seus territórios ocupados e legitimamente construídos a partir da produção social do trabalho, forçando-os ao deslocamento para zonas menos centrais da cidade (OLIVEIRA, 2012, p. 33).

A desapropriação e os deslocamentos, por sua vez, conforme a autora, são expressões de um fenômeno brutal do capitalismo e da cidade. Isto é, a mercadorização do espaço, a concepção do território como mercadoria:

A cidade que é força motriz engajada por todos, não pertence a todos, pois no espaço da totalidade ele - o espaço - se tornou mercadoria universal por excelência, se convertendo em especulações de ordem econômica, social, política e ideológica (OLIVEIRA, 2012, p. 32).

Deste modo, o espaço-mercadoria não respeita a historicidade do território, não respeita a trajetória e a vida das populações que o produziram e o produzem. É um espaço desencarnado. Seu ritual sagrado é a capitalização. Assim, enquanto o território extensão do corpo coletivo, da vida e da história – o território das e para as populações negras e indígenas – é cordão umbilical que os liga à vida, a capitalização do espaço atua como a sua circuncisão e mutilação. Sendo assim, o território mutilado, circuncisado pela ação capitalista colonialista, mutila também os corpos que o compõem, as vidas que nele se inscrevem e as histórias que o constituem.

Desta maneira, pensar migrações e pensar território é pensar deslocamentos e pensar deslocamentos é também pensar expropriação e apropriação e pensar expropriação, apropriação e a mercadorização do espaço é chegarmos as bases da colonização e do capitalismo. Ou seja, a imposição da propriedade privada à territórios e a violação de suas populações e seus modos de vida e sobrevivência.

Diante da discussão engatinhada nestas páginas, defendendo que migrações, território, territorialidade, etnicidade e identidades são categorias analíticas que se relacionam e interagem na abordagem deste estudo, uma vez que ao olhar para a migração do Norte global para um território litorâneo tradicional negro-indígena sul-americano busco analisar que relações e identidades são produzidas e operacionalizadas nesse encontro que é um encontro, como vimos e veremos, (im)posto pelos movimentos, ações e ordens do sistema capitalista de

Estado que gerencia o Ocidente, produzindo uma série de violências aos territórios e as populações negras, indígenas e brancas pobres do mundo.

3 CAMINHOS DE UM ANDAR: ASPECTOS METODOLÓGICOS

O campo de investigação deste estudo é o território da Vila de Serra Grande localizado no litoral sul da Bahia, entre os municípios de Ilhéus e Itacaré, distrito do município de Uruçuca. Considerada um recanto de belezas naturais, lindas praias, rios, lagos e cachoeiras cenarizam a vida da população residente que a cada dia se torna mais diversa e contrastiva. Pequena em extensão e com uma população em torno de quatro a cinco mil habitantes – segundo informação municipal baseada nos dados do censo IBGE de 2010 –, a Vila fica numa serra na encosta marítima acerca de 80 metros do nível do mar – daí, segundo moradores nativos, o nome Serra Grande –, no bioma da Mata Atlântica e é um dos destinos a que leva a BA-001, trecho Ilhéus-Itacaré, e a BA-653, rota que liga Uruçuca à Serra Grande.

A presença de migrantes⁵ no cotidiano da Vila, ao lado de uma população local que, como a maioria da população brasileira, nordestina, baiana e negra, enfrenta dificuldades socioeconômicas e estruturais, torna a Vila de Serra Grande um potencial laboratório de investigação acerca das formas de relação e sociabilidades que têm constituído as sociedades contemporâneas marcadas em considerável escala pela situação de contato decorrente dos movimentos migratórios nacionais e internacionais e em grande escala pelas contradições implicadas e produzidas a partir de um modelo político-econômico-ideológico que Karl Marx (1988) definiu como *Capitalismo selvagem*.

Temos, desta forma, para compreender as relações e identidades que estão sendo produzidas no contexto da situação de contato decorrente da migração para o território da Vila de Serra Grande, como sujeitos de pesquisa deste estudo os moradores nativos da Vila, sendo as entrevistadas: duas moradoras nativas do território⁶, isto é, nascidas no local – ou em arredores.

Uma vez que buscamos olhar para a dinâmica do contato, da produção de relações e identidades decorrente da migração para o território da Vila de Serra Grande, a seleção dos sujeitos de pesquisa sob a categoria elencada – ou seja, a de morador nativo – deu-se por esta razão. Ao passo em que a proposta é abordar a migração para a Vila de Serra Grande e as relações e identidades advindas da situação de contato – da presença de migrantes – nesse território, ter como sujeitos de pesquisa os moradores nativos do território fez-se de

⁵ Por migrantes estamos compreendendo os indivíduos, nacionais e internacionais, que se deslocam para o território da Vila de Serra Grande – que fica na costa litorânea do Sul da Bahia.

⁶ A escolha das duas moradoras nativas deu-se por serem referências citadas pelos moradores nativos no que diz respeito à história e a vida na Vila de Serra Grande e por terem aceitado participar deste estudo.

fundamental importância para a compreensão das dinâmicas e transformações territoriais que atravessaram e têm atravessado a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, onde está localizada a Vila de Serra Grande.

Sendo assim, este estudo se localiza no campo da investigação qualitativa, sendo esta uma abordagem metodológica característica de estudos realizados nas chamadas Ciências Humanas e Sociais. De natureza social, a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p. 21). Nesse sentido, ir a campo envolve uma postura atenta, comprometida e reflexiva do pesquisador uma vez que os sujeitos e sujeitas de pesquisa estão imersos em redes de significados (GEERTZ, 1989) e de relações que os projetam enquanto sujeitos históricos, enquanto produtores e produtos de narrativas, enquanto atores sociais de uma dimensão histórica que ultrapassa a cronologia dos fatos no mundo e atinge a historicidade das histórias de vida dos sujeitos (CIAMPA, 2005).

Conforme Minayo (2007, p. 14) “a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas”. Desta forma, o método de pesquisa empregado para a realização deste estudo é a etnografia, uma vez que por meio de imersões no campo de pesquisa – imersões estas que dizem de processos de experenciação do lugar através do corpo físico e psíquico, individual e coletivo, ancestral e imediato da pesquisadora e das interações estabelecidas na Vila – fora possível à pesquisadora interagir com o cotidiano e o não cotidiano, com as memórias e a história de vida de seus moradores nativos, com as dinâmicas sociais, os movimentos políticos e ideológicos, as forças econômicas e culturais e as expressões relacionais e identitárias dos sujeitos que atua(ra)m na construção do território da Vila de Serra Grande no Litoral Sul da Bahia.

Nesse ponto, é importante situar que mesmo sendo o método etnográfico característico da Antropologia Moderna (Franz Boas e Malinowski), este, assim com a disciplina antropológica, apresenta na contemporaneidade um novo desafio. No desenrolar de uma Antropologia do mundo contemporâneo, segundo Klinger (2006, p. 90) que cita Appadurai (2001, p. 67 e 79), “a tarefa de uma nova etnografia está, segundo Appadurai, na procura por resolver o seguinte enigma: “em que consiste a natureza do local como experiência vivida no contexto de um mundo globalizado e desterritorializado?”. Assim, o método etnográfico tem suas dimensões redirecionadas nas sociedades capitalistas contemporâneas uma vez que cada vez mais os corpos, os povos, os territórios e as sociedades têm suas existências e dinâmicas de interação subjugadas pela força e violência do capital e do seu sistema estruturador – o colonialismo.

Em tal sentido, no que diz respeito a prática da pesquisa etnográfica, segundo Rocha e Eckert (2008):

A pesquisa etnográfica constituindo-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) impõe ao pesquisador ou a pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 2).

Trata-se, portanto, de uma prática que visa investigar as formas de sociabilidades cujas quais os fenômenos se apresentam em sociedade. Desta forma, conforme Rocha e Eckert (2008) colocam:

A prática da pesquisa de campo etnográfica responde, pois a uma demanda científica de produção de dados de conhecimento antropológico a partir de uma inter-relação entre o(a) pesquisador(a) e o(s) sujeito(s) pesquisados que interagem no contexto recorrendo primordialmente as técnicas de pesquisa da observação direta, de conversas informais e formais, as entrevistas não-diretivas, etc (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 1).

Assim, as técnicas utilizadas para a coleta de dados deste estudo foram o diário de campo, a pesquisa bibliográfica e a análise de dados sociais e a entrevista de História de vida. Esta última, advinda dos estudos sobre identidade na Psicologia Social, mais precisamente da perspectiva que desenvolveu Antonio da Costa Ciampa (2005) em *A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social*, “concebendo o homem como um ser produzido historicamente e, portanto, essencialmente social” (LANE, 2005 apud CIAMPA, 2005, p. 11).

Quando Ciampa (2005), na primeira parte de sua obra, analisa a identidade da personagem do Severino, cuja estória fora contada no poema de João Cabral de Melo Neto intitulado *Morte e vida Severina*, ele chama a atenção para o fato de que, na tentativa de dizer quem é, a personagem Severino recorre ao contexto de sua história de vida. Esse contexto, por sua vez, diz da localização de sua existência material, a qual está imbricado. Assim, conforme o autor:

Sua identidade é a História personificada – não se tratando de ver alguém apenas sendo afetado por condições históricas determinadas que pudessem ser destacadas dele ou ele delas pudesse ser separado: ser Severino é personificar a História, é a História se concretizando (CIAMPA, 2005, p. 25).

Tal contexto – que é a História se concretizando –, conforme a personagem vai percebendo, não lhe individualiza e identifica enquanto sujeito de uma história singular, de uma existência única, antes percebe-se tão igual em sua condição de vida aos demais severinos existentes no seu meio que busca na ação de contar de si e de relatar a sua

peregrinação para encontrar vida o caminho para a identidade humana, negada pelo determinismo histórico.

À vista disso, “o Severino da Maria do Zacarias lá da serra da Costela, limites da Paraíba” começa a identificar-se referenciando os pais e o lugar de origem e vivências. Assim, o nome próprio, a relação familiar e a relação territorial são os suportes de sua identidade mais básica, aquela a que primeiro recorre para falar de si.

Todavia, ao notar que as condições impostas aquela “serra magra e ossuda” – ao território –, da qual seus pais, ele e os demais severinos faziam parte, não lhes identificavam, mas, antes, lhes condenavam a mesmice, Severino, interrompendo o fluxo da narrativa, muda de atitude e não mais tenta dizer quem é. Severino, para que melhor possa ser conhecido e para que melhor se possa conhecer a história de sua vida, passa, como ele próprio enuncia, “a ser o Severino que em vossa presença emigra”.

Desta forma, o Severino que emigra é o que, conforme relata a narrativa, no movimento de busca pela vida se vê cercado pela morte até encontrar na coletividade de um grupo que festeja o nascimento de uma criança – uma criança qualquer – a possibilidade de ter encontrado condições para enfim se identificar como um ser humano. Assim, segundo Ciampa (2005, p. 38-39), “podemos, então, entender que o desejo de Severino de *encontrar vida* pode ser traduzido por buscar concretizar uma identidade humana”.

Em sua empreitada para encontrar vida, para concretizar uma identidade humana, Severino relata que “*desde que estou retirando só a morte vejo ativa, só a morte deparei, às vezes até festiva. Só morte tem encontrado quem pensava encontrar vida e o pouco que não foi morte foi de vida Severina aquela vida que é menos vivida que defendida*”.

De tal forma, infere-se que o desejo de Severino de encontrar vida, de busca pelo concretizar de um identidade humana que lhe individualize e identifique está sujeito à represália, à execução do corpo Severino, mas não da sina severina. É o que entende em sua trajetória de retirante quando no funeral de um lavrador ouve dos amigos do finado que “*Esta cova em que estás, com palmo medida é a parte que te cabe deste latifúndio. Não é cova grande, é cova medida. É a terra que querias ver dividida*”. Conclui-se assim que a luta – isto é, os movimentos por ruptura das condições históricas a que os sujeitos estão submetidos para encontrar vida e concretizar uma identidade humana – é combatida com a mesma violência e destrutividade da morte severina, que é, segundo Severino, “*a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia*”.

Deste modo, é na narrativa da História de sua vida que Severino consegue emigrar, sair do lugar, não precisamente do lugar físico, mas do lugar histórico-social que lhe mantém

prisioneiro. Ou seja, é na narrativa de sua História de vida que a personagem consegue escapar da igualdade que assola aqueles que como ele também são ele, dando assim a fuga para um corpo coletivo em que na busca – para encontrar vida e concretizar uma identidade humana – de um está a libertação de todos. Assim, Severino ao falar, ao contar de si e de sua busca para encontrar vida – de sua História de vida – liberta os outros e os outros também o libertam ao refletirem nele aquela igualdade que os arrebatam diante de um contexto histórico-social minado pela impossibilidade do vir-a-ser humano. Desta maneira, com a libertação do Severino corpo coletivo – que é a concretização da identidade humana, de sua humanidade –, vem a acusação das condições histórico-sociais que o mantinham sujeito sem identidade ou, nos termos do próprio Severino, um *morto-ainda-vivo*.

Assim, a História de vida faz-se caminho para a emancipação dos sujeitos e, mais, para a libertação do sujeito corpo coletivo que é engendrado pelas condições históricas de seu tempo, um tempo em que:

Tudo parece igual: presente, passado e futuro.

Cada novo esforço em descrever sua identidade revela que sua existência é a encarnação de um momento da História, fazendo com que seu tempo seja um tempo Severino.

Um tempo Severino que é vivido como um cotidiano estruturado na luta pela sobrevivência (CIAMPA, 2005, p. 25).

É nesse sentido que empregamos a técnica da História de vida advinda da Psicologia Social: no de apreender, compreender e problematizar a existência e a vida como encarnação de um momento da História. Uma História que, como vimos no capítulo anterior, revela-se inescrupulosamente perversa, sobretudo, com o advento da modernidade, da colonização, do capitalismo e da globalização. E a História é perversa porque as relações e forças de poder que operam todas essas instituições também são. Assim, os territórios e populações mundiais estão no centro de uma História que realiza-se por meio da violência às suas existências. A geopolítica imperial dos Estados Unidos da América e também da Europa comprovam isso. Que a perversidade tem gerido a História, invadindo e destruindo territórios, violentando modos de vida, crenças e corpos, se apropriando de riquezas materiais e imateriais, matando pessoas de muitas e variadas formas, desde o ataque às suas religiões ao impedimento de aportarem, por exemplo, em costas europeias, lançando-as ao mar da morte, enfim, impedindo de inúmeras maneiras as condições para a concretização de uma identidade humana para grande parcela da população mundial.

Por isso, segundo Maccali et al. (2013), a utilização da técnica da História de vida mostra-se um instrumento tão potente porque:

Possibilita ao pesquisador contatos com diferentes memórias [...] como também permite ao indivíduo pesquisado o estabelecimento de um diálogo interior com seu próprio eu, tomando consciência sobre sua existência e compreendendo, assim, sua trajetória de vida (MACCALI et al., 2013, p. 2).

Assim, a técnica da História de vida permite um esquadrinhar da História por meio da narrativa da trajetória de vida dos sujeitos e, também, no caso deste estudo, da narrativa do e sobre o seu território. Interessante enfatizar aqui a intrínseca relação demonstrada entre a história de vida narrada pelos moradores nativos da Vila de Serra Grande e as dinâmicas territoriais que compunham e compõem o contexto sócio-histórico do território investigado.

Tendo isso em vista, no movimento dialético de contar sua história de vida, de narrar quem se é e o que se viveu e se vive, narra-se também configurações territoriais e sociais em que a comunicação com o contexto histórico-social, ou seja, com uma história mais ampla a qual está imbricado vai acontecendo. Nesse movimento, a História vai se refazendo por outros caminhos, os caminhos da luta, da busca para encontrar vida, para concretizar uma identidade humana. Identidade humana esta que realiza-se pela fuga “da desumanidade que é ser um morto-ainda-vivo” (CIAMPA, 2005, p. 39) e que explode a desumanização da sina Severina, já que, como coloca Ciampa (2005, p. 132), “em nossa sociedade de classes, somos todos explorados e violentados – alguns mais, outros menos”. Ou seja, somos todos, em alguma instância, Severinos. Por isso, Ciampa (2005, p. 130) afirma, a respeito da personagem do Severino, que, “ele também falou de nossa realidade, de nosso tempo – também falou de nós”, visto que, como defende o autor, “o singular materializa o universal”.

Identidade em Ciampa é, pois, desta forma, a comunicação, a dialética, entre o indivíduo e a sociedade, o pessoal e o histórico, a experiência e o contexto. Uma vez que, “no seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela” (CIAMPA, 2005, p. 132).

Atentando então para o conceito dialético e historicizante da identidade em Ciampa, tomamos a técnica da Entrevista de História de vida como meio para a constituição de um corpus de dados sobre os moradores nativos da Vila de Serra Grande e suas relações com o território, a comunidade e a história da Vila, mas também sobre o contexto histórico-social e as relações que têm constituído esse território e estabelecido as dinâmicas sociais nele travadas.

Deste modo, as entrevistas de História de vida foram realizadas com os moradores nativos da Vila de Serra Grande, ou seja, com aqueles que historicamente estão ligados à constituição desse território e às formas de vida nele realizadas, uma vez que, no contexto do contato do Norte global com um Sul americano tradicional negro-indígena, são eles e elas os

severinos e as severinas da História do Litoral Sul da Bahia, sobre os quais recaem condições de existência que os enlaçam à um contexto sócio-histórico que opera para a negação da concretização de uma identidade humana, violando, assim, seus corpos, seus territórios, seus modos de vida, seus saberes, seus fazeres, suas histórias, suas existências.

Assim, por meio do emprego da técnica da História de vida e da concepção historicizante de identidade em Ciampa foi possível ir além da história pessoal dos moradores nativos da Vila de Serra Grande para elucidar o contexto sócio-histórico em que estas histórias se desenvolvem e são moldadas. O contexto, então, como estruturante da experiência de vida dos sujeitos ocupa espaço central na análise das relações e identidades produzidas a partir da situação de contato entre moradores nativos e migrantes no Litoral Sul da Bahia.

Desta forma, em suma, a entrevista de História de vida, advinda dos estudos sobre identidade na Psicologia Social, tem como questão norteadora a seguinte formulação: *Conte-me sobre sua história de vida...* A partir de tal questão-gatilho os entrevistados e entrevistadas narram episódios de sua trajetória de vida, vivências, lembranças, memórias, enfim, um conjunto de experiências e reflexões de vida que os fazem compor tal narrativa. Neste processo, é comum que emoções venham à tona e que uma espécie de gramática dos sentidos seja composta pelas expressões extra textuais manifestas – como, o choro, as pausas, os silenciamentos, a voz embargada, os sorrisos, os esquecimentos e etc – que costuram a história narrada. Assim, a História de vida é posta como a narrativa de uma história de vida em que o entrevistado assume ao mesmo tempo os papéis de autor, de narrador e de personagem da história contada. É, pois, uma técnica que possibilita múltiplos movimentos do entrevistado em direção a quem narra, ao que é narrado e a quem é narrado. O pesquisador-entrevistador, por sua vez, também encontra no emprego de tal técnica e na seleção e análise dos dados coletados uma multiplicidade de possibilidades interpretativas que deve ser alinhada e delineada de acordo com os objetivos e à questão de investigação do estudo.

Assim, em sentido paralelo, de acordo com Maccali et al. (2013) que cita Queiroz (1998):

O relato de um indivíduo sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e, de igual modo, transmitir a experiência que adquiriu, desvelando fatos significantes que revelam a identificação do narrador com o seu grupo social, familiar e profissional na construção de sua identidade, ou seja, é a “invenção de si mesmo” apresentando sua versão sempre baseada nos fatos reais de sua vida (QUEIROZ, 1998 apud MACCALI et al., 2013, p. 3).

Desta forma, conforme conclui Maccali et al. (2013) ao citar Boje (1995):

O método de história de vida possibilita que os indivíduos apresentem suas histórias, falem de si, recorram a sua memória, suas lembranças e suas testemunhas. Ou seja,

as pessoas não apenas contam histórias, elas contam histórias para decretar algo de si mesmas e de sua comunidade (BOJE, 1995 apud MACCALI et al., 2013, p. 3).

Fora o que demonstrara Ciampa (2005) ao analisar a identidade do Severino, da ficção de João Cabral de Melo Neto, e a identidade da Severina, da trama da vida real de uma brasileira nascida no sertão baiano. Severino e Severina não apenas contaram as suas histórias pessoais de vida, ambos contaram histórias para decretarem algo de si mesmos e de sua comunidade. O que decretaram? O que defende Ciampa: que a identidade é contextual, isto é, é sócio-histórica, mas é também processo, é metamorfose. E metamorfose é vida (CIAMPA, 2005).

Desta forma, os sujeitos em situação de contato, decorrente da migração para a Vila de Serra Grande no Litoral Sul da Bahia, são sujeitos históricos, possuidores de histórias e produtores de uma história que se inscreve no dia a dia, na relação de contato entre os moradores nativos e migrantes da Vila. Assim, a preocupação com a objetividade do empírico (a situação de contato e a produção de relações e identidades entre esses moradores, decorrente da migração para o território) abre espaço para a subjetividade (as histórias de vida) e para os aspectos e dados sociais da vida dos sujeitos como processo histórico (LANE, 2005 apud CIAMPA, 2005, p. 13).

A pesquisa bibliográfica e a análise de dados sociais, por sua vez, também foram técnicas empregadas para a obtenção de dados deste estudo. Baseadas em um conjunto de fontes de dados sociais da população residente no Brasil, na Bahia e em seus territórios (como o Censo IBGE, o SISMIGRA, o *Atlas Temático Migrações Internacionais para a Região Nordeste* (2019) e o Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo), tiveram como objetivo a composição de um corpus de dados sobre a população local e os migrantes internacionais residentes na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré e, conseqüentemente, sobre as características da migração para o Litoral Sul da Bahia.

Desta forma, buscou-se em tais fontes – o Censo IBGE, o SISMIGRA, o *Atlas Temático Migrações Internacionais para a Região Nordeste* (2019) e o Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo – fazer um levantamento de dados que possibilitasse analisar a migração para a Vila de Serra Grande no Litoral Sul da Bahia e o perfil de migrante que tem se direcionado para esse território, assim também como observar o delineamento, as conjunturas da situação de contato entre os migrantes e a população nativa do território.

O diário de campo, por seu turno, foi outra técnica empregada durante as imersões no campo empírico da pesquisa. Tradicionalmente usado nas pesquisas etnográficas como

suporte de observações, descrições e reflexões do campo etnográfico, foi o principal recurso de registro sobre o contato com o campo e os sujeitos de pesquisa, auxiliando nas diversas etapas de produção do trabalho.

Deste modo, o método etnográfico e as técnicas empregadas para a coleta de dados possibilitaram a pesquisadora interagir com o campo, com os sujeitos, com as memórias e com os aspectos, dados e dinâmicas sociais para a partir desta interação produzir análises acerca do território, do contato e das relações e identidades produzidas entre moradores nativos e migrantes no sul da Bahia, assim como tecer considerações acerca da migração e do perfil imigratório para a região. Ou seja, análises das ocorrências históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais, raciais e simbólicas que movimentam, estruturam, organizam e tencionam as vivências e experiências dos sujeitos na Vila de Serra Grande.

Também foram utilizadas outros meios secundários de apreensão do campo de pesquisa, como fotografias do território e outras fontes informacionais para a caracterização do campo e dos atores sociais, sobretudo, documentos a nível estadual e sites oficiais de coordenações e planejamentos do Estado da Bahia, além de sites de outras entidades atuantes na Vila (ONGs, institutos, Reservas e Resort).

Os instrumentos utilizados para desenvolver a pesquisa de campo foram gravador, caderno de campo, notebook e câmera fotográfica.

Para a realização da análise dos dados empregamos uma abordagem do materialismo histórico em consonância com a perspectiva dos estudos em relações étnicas na contemporaneidade e em diálogo com uma compreensão étnico-racial acerca do fenômeno da situação de contato advindo da migração para o território da Vila de Serra Grande, de modo a demonstrar as relações e identidades que estão sendo produzidas na situação de contato entre moradores nativos e migrantes no contexto sócio-histórico, político, cultural, econômico e racial da Vila de Serra Grande no Litoral Sul da Bahia.

Assim sendo, decorrente da perspectiva teórico-metodológica adotada para o empreendimento desta pesquisa, temos como categorias analíticas deste trabalho as de: Território e Territorialidade; Migração; Relações Étnicas e Identidade, que são empregadas e movimentadas para a compreensão do objeto de investigação deste estudo, a saber: a situação de contato entre migrantes e moradores nativos do Litoral Sul da Bahia, advinda da migração do Norte global para o eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré – onde está situado o território da Vila de Serra Grande – pertencente ao Território de Identidade Litoral Sul.

3. 1 Contexto etnográfico

O primeiro contato da pesquisadora com o território da Vila de Serra Grande deu-se alguns anos antes da elaboração do projeto de pesquisa que orientara a realização deste estudo.

Em 2014, no contexto de uma viagem de fim de ano para celebrar a vinda de um novo ano no litoral – típica do turismo de estação que movimentava o litoral brasileiro e baiano em temporadas como a do Carnaval e do Reveillon – cheguei à Vila de Serra Grande.

Moradora de Jequié, no Médio Rio de Contas, estudante de Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em fase de iniciação à docência na Educação Básica, a viagem, hoje consigo perceber, acabou sendo mais que um simples passeio, uma aventura de duas amigas pelo mundo – um território do Litoral Sul da Bahia.

A lotação dos ônibus em direção ao litoral e os conflitos em forma de barreiras humanas e queima de pneus na BA-001 (uma estrada litorânea), no trecho que liga Ilhéus à Itacaré, que reclamavam o transporte dos moradores dessa região, principalmente de Ilhéus, para as praias mais conhecidas ao Norte do município, como as de Serra Grande, em Uruçuca, e de Itacaré, indicavam que tratava-se de ser o Litoral Sul da Bahia um território de disputa.

Chegando ao destino, a pequena Vila refletia algumas características típicas dos destinos turísticos. Dentre elas, três chamaram a atenção. O êxito conferido ao lugar e ao estar no lugar. A presença de visitantes de vários lugares do país e do mundo. E a presença de uma população local discreta que parecia ter sido projetada como figurante daquele cenário festivo.

Talvez, por não ter um grande repertório de destinos e viagens, tudo me chamou muito a atenção. Mas, em dois dias eu estava voltando para casa.

Passado cerca de um ano, estive novamente na Vila e a sensação fora a mesma da primeira vez: estranhamento e desconforto. Todavia, desta vez, a sensação foi um pouco menos confusa. Tratava-se de uma dinâmica entre o global – expresso, sobretudo, pela presença de estrangeiros na Vila – e o tradicional – evocado pelas pessoas e modos de vida ligados a terra, ao mar e a mata – que constituía aquele território.

Os rostos e as línguas dos estrangeiros transitando pela praça principal da Vila faziam a experiência ser enigmática e inquietavam um questionamento: como era viver ali, naquele lugar que parecia tão contraditório... Novamente, em dois dias eu estava voltando para casa.

Alguns anos se passaram e quando da necessidade de elaboração de um projeto de pesquisa para seleção de mestrado no Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e

Contemporaneidade da UESB, campus de Jequié, só um lugar vinha a minha mente. A Vila de Serra Grande. E era só o que eu tinha, a ideia de um lugar sobre o qual fazer um estudo. Sendo assim, até a definição de um objeto, questão e objetivos de pesquisa o caminho foi longo e bastante árduo, como creio que é dar corpo e alma a uma ideia que não está pronta, mas que vai se realizando conforme vamos interagindo com ela. Foi e é um processo. E como é comum aos processos, gera-se mudanças, amadurecimentos, incertezas, receios e força. Todo processo é um exercício de força. E com uma pesquisa acredito não ser diferente. Exercício de força. Força do campo, dos sujeitos e sujeitas de pesquisa, da interação do pesquisador com a pesquisa.

Assim, como resultado desse exercício de força, esta dissertação aborda o contato e as dinâmicas do contato entre a população migrante e a população nativa do Litoral Sul da Bahia, decorrente da migração de nacionais e estrangeiros para o território da Vila de Serra Grande, distrito do município de Uruçuca.

3.2 Etnografia das visitas

As visitas etnográficas deram-se em três momentos a partir do mês de outubro do ano de 2019, conforme aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP (Comitê de Ética e Pesquisa) da UESB, e se caracterizaram por dinâmicas de conhecimento e contato com o território, os espaços e eventos da Vila de Serra Grande e com a população residente.

Foram realizadas muitas conversas informais com os moradores da vila, dentre elas, com o subprefeito da Vila e com a professora Silvia Reichmann, e duas entrevistas de História de vida com duas moradoras nativas do território da Vila de Serra Grande. A seguir apresentar-se-á os relatos etnográficos da experiência no campo de pesquisa.

3. 2.1 Relato etnográfico 01

A primeira imersão ao campo de pesquisa deste estudo ocorreu nos dias 12, 13 e 14 de outubro do ano de 2019.

A Vila estava movimentada devido ao feriado do dia 12 de outubro que coincidia com o final de semana. A circulação de pessoas e carros era intensa e a noite descobri que estava acontecendo um evento na Vila. Tratava-se de um Festival de Gastronomia, o III Festival de Arte e Gastronomia de Serra Grande, cuja proposta temática do ano era *Da raiz à mesa*. Conforme os cartazes e anúncios do evento anunciavam, o festival contava com o apoio e a parceria de vários colaboradores, dentre eles, empresários e empresas locais, a prefeitura de Uruçuca, ONGs, institutos e outras entidades de cunho privado sediadas no entorno.

O Festival contaria com a presença de chefes de cozinha reconhecidos no cenário local, nacional e internacional. O público parecia contemplado com a proposta do evento, demonstrando interesse e entrosação com as atividades oferecidas. Aulas show, degustação, shows musicais, feira de artesanato e praça de alimentação compunham o cronograma e organização do evento. O público principal do evento era de visitantes, turistas – que tinham no Festival uma opção e atração de lazer complementar ao seu feriado e final de semana no Litoral Sul da Bahia, na Zona Turística da Costa do Cacau – e de moradores migrantes simpatizantes (e também, muitas vezes, financiadores) da proposta e do evento.

Durante os dias do Festival, a Vila esteve lotada, sobretudo, no período da noite. Durante o dia o fluxo de carros seguia em direção às praias e aos estabelecimentos alimentícios de Serra Grande. Dentre eles, restaurantes, pizzarias, sorveteria, tapiocaria e outros.

Ademais, a população local aparecera camuflada àquela dinâmica de feriado e final de semana no litoral. Estavam na feira de frutas e verduras no sábado pela manhã, muitos vendiam seus produtos em barracas, carrinhos de mão ou em caixotes e lonas no chão. Também passavam para os mercados. Na praia, os vendedores de picolé comentavam o movimento daqueles dias e contavam que eram moradores das redondezas. Muitas vezes mais calados que falantes, mantinham-se gentis e, com uma aparência cansada, aguardavam, quase sempre olhando para o mar, para saber se o freguês iria querer outro picolé.

A noite, na praça em que acontecia o Festival, a população local não era presença assídua, mas vagueava pelas ruas e vielas da Vila como que atentos e observantes àquela dinâmica que acontecia em seu território, embora não fizesse parte dela. A sensação parecia

ser como a de alguém que empresta a sua casa para a realização de uma festa e não é convidado para ela. Além de não ser convidado, era como se tudo na tal festa operasse uma negação à presença e existência do dono da casa. Embora a casa servisse para a festa que se queria e fazia, os donos da casa deveriam ficar de fora. E estavam. Só que presentes.

Na segunda feira foi realizada uma visita à sub prefeitura de Uruçuca que funciona na Vila de Serra Grande, devido ao fato da Vila estar ligada administrativamente a este município. Nesta, o subprefeito apresentou em linhas gerais como é a vida na Vila, em termos de critérios como emprego, infraestrutura, transporte, saúde, educação, meio ambiente e comércio. Lá foi citado o nome de uma moradora nativa que poderia contar sobre a história da Vila, como é vida na Vila e algumas dinâmicas que atravessam esse território, como, por exemplo, a questão do meio ambiente, do turismo e dos novos moradores, os migrantes.

Com o início da semana a Vila se apresentava mais calma e a dinâmica de um cotidiano de trabalho revelava a rotina daquela comunidade.

Em uma visita a represa, um dos pontos turísticos da Vila, foi observada a presença, sobretudo, de moradores nativos no lugar onde crianças se banhavam e brincavam, mulheres secavam roupas em pontos específicos das margens e alguns banhistas relaxavam nas mesas do bar e restaurante principal.

Esta primeira imersão no campo anunciara a dinâmica de um lugar atravessado e constituído por distintas e complexas realidades. A simbologia dos corpos negros e brancos – nativos, migrantes e turistas – que cruzam a vila, a força de um lugar entoadado como um paraíso, mas tecido por contextos de tensões e desigualdades, expunham que a pequena Vila de Serra Grande é palco de ocorrências e configurações que necessitam ser analiticamente observadas afim de que se possa trazer à luz as relações e identidades que têm mediado a experiência de vida nesse território litorâneo da Mata Atlântica do Sul baiano.

O contato com os moradores migrantes mostrou-se dificultoso por alguns motivos, dentre eles: são reservados, menos receptivos e (a partir de informações, empiria e dos dados coletados em entrevistas, constatou-se que) não costumam morar precisamente na Vila, mas sim em seus arredores, zonas de mata, costas marítimas privadas, locais aos quais a pesquisadora não teve acesso devido ao fato de se tratarem de propriedades privadas localizadas em regiões de difícil acesso sem o recurso de um carro com tração.

3. 2.2 Relato etnográfico 02

A segunda imersão ao campo de pesquisa do estudo ocorreu nos dias 29, 30 e 31 de outubro e 01 e 02 de novembro do ano de 2019.

Nesta, foi realizada uma visita a uma das moradoras mais antigas da Vila. Tal visita rendeu uma entrevista com a moradora que gentilmente relatou vários episódios importantes vivenciados por ela ao longo da história e das mudanças ocorridas na Vila de Serra Grande, como, por exemplo, a fundação do PESC – o Parque Estadual da Serra do Conduru – em meados da década de 1990, a construção da BA-001, trecho Ilhéus-Itacaré, a chegada do turismo e de novos moradores, os migrantes, ao território. Durante a entrevista, nomes de outros moradores, que também vivenciaram a história da Vila, foram citados e outras visitas foram feitas no período desta imersão. As visitas e decorrentes entrevistas aconteceram nas casas dos moradores nativos e duraram cerca de duas à três horas.

Em uma destas visitas, ao apresentar os objetivos da pesquisa realizada, foi citado o nome de uma moradora alemã que vive em Serra Grande há alguns anos. Tal moradora é uma das responsáveis por uma escola que funciona no território da Vila, a Escola Rural Dendê da Serra. Para encontrar com tal moradora, buscou-se o seu ambiente de trabalho. Um prédio de educação infantil situado no território urbano da vila. A sede da escola, por sua vez, onde funcionam outros segmentos da educação básica, situa-se no perímetro rural do território investigado. Em uma primeira visita não a encontramos. Todavia, na segunda ida ao prédio de educação infantil Dendê da Serra encontrei com a moradora, ali professora, e conversamos informalmente sobre a escola, a vila, a população residente e alguns embates do convívio nesse território. A visita não demorou muito. A moradora concedeu seu telefone para possíveis contatos posteriores, previamente notificados, uma vez que relatou ter uma rotina bastante atarefada com a dinâmica da escola. Escola esta, contou ela, fundada por ela e mais algumas amigas que ansiavam por um modelo de educação para seus filhos e filhas voltado para a integralidade da pessoa humana. Tal educação baseava-se na Pedagogia Waldorf e tinha nos preceitos postos pelo filósofo austríaco Rudolf Steiner as bases de sua prática e formação pedagógica. A escola cresceu e atualmente recebe tanto estudantes pagantes, oriundos de uma classe média alta residente no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, como estudantes bolsistas, esses últimos moradores da vila e de localidades rurais aos arredores; configurando-se como uma escola particular de base comunitária, em que os sistemas de doação e apadrinhamento são contribuintes para a manutenção da mesma, conta a fundadora e

professora, moradora alemã do território da Vila de Serra Grande. A escola atende estudantes da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental.

Em caminhadas pelo território urbano da vila, conversando com alguns moradores, fui informada de que ao perímetro urbano da vila se anexavam localidades rurais e periféricas que compunham o território da Vila de Serra Grande, como a Vila Badu, a Ecovila, o Sargi e outras. Ônibus escolares a serviço da prefeitura de Uruçuca fazem o transporte dos estudantes dessas localidades para a sede da vila. Foi assim, de um desses ônibus escolar, que pude visualizar e percorrer a estrada de chão e paisagens que ligam a sede da Vila de Serra Grande à Vila Badu. Como a própria denominação anuncia, trata-se de um pequeno vilarejo de origem familiar, em que casas e casebres figuram entre a paisagem rural e litorânea da Mata Atlântica. No trajeto percorrido foi possível observar algumas propriedades rurais e suas denominações. Algumas destas, revelavam suntuosas construções em seu interior, onde o uso de madeira e vidro permitia a observação idílica da mata e do mar num horizonte mais distante, no caso das propriedades localizadas na costa margeada pelo Oceano Atlântico. Também foi possível perceber a extensão de uma propriedade privada muito citada pelos moradores da Vila de Serra Grande, chamada por eles de a Natura.

No ônibus escolar, em que faltava segurança – já que os passageiros, alguns bem pequeninos, sacolejavam nos acentos –, crianças e adolescentes da rede pública de ensino conversavam, sorriam e ansiosas pulavam em seus pontos de descida. Às vezes, bem na porta de suas casas. Mães, tias, avós e as crianças menores aguardavam àqueles e àquelas que serão o futuro não só de uma nação, mas de um povo, os nativos do Litoral Sul da Bahia.

No sábado, dia 02 de novembro, feriado nacional de Finados, pela manhã aconteceu na vila a feira de frutas e verduras. Por volta do meio dia, praticamente já não havia no local da feira vestígio desta. Diferente do último feriado, o do dia 12 de outubro, a vila não estava movimentada, não tinha o intenso fluxo de carros com placas de outros municípios e estados, sobretudo das regiões sul e sudeste do país, como acontecera no feriado anterior. Foi um dia silencioso na vila e até mesmo à noite na praça principal, onde há movimentação constante de pessoas, visitantes e moradores, a dinâmica era de um paradeiro incomum aos dias em que lá estive. Além desse silêncio e paradeiro, nenhuma outra atividade pública fazia lembrar do dia destinado aqueles e aquelas que partiram. Todavia, no caminho de volta para a pousada onde estava hospedada, ao passar em frente a uma casa, a janela entreaberta revelava uma vela acesa em seu interior. No portão da pousada, observo a rua parada e ao olhar para a casa em frente, um sobrado cuja construção havia sido interrompida, e onde moravam muitas pessoas, percebo que a escuridão em seu interior revelava um feixe de luz que fugia por uma janela

entreaberta. Não se tratava de luz elétrica. Ao que parece, na serra seus mortos e vivos estavam conectados.

Ao longo das visitas e entrevistas realizadas com os moradores nativos, foi relatada a existência de ONGs, institutos e outros atores sociais, tal como um famoso resort localizado nas redondezas da vila e a propriedade de um dos maiores empresários do Brasil.

Esta segunda imersão no campo de pesquisa anunciara ser o território da Vila de Serra Grande uma lugar tecido por muitas realidades, forças, vidas, mortes e histórias. A vila quieta do dia de Finados dizia muito sobre a relação do seu povo com a morte, mas também com a vida. Com a vida defendida, uma vida que guarda, que lembra, que respeita e oferece espaço aos seus entes queridos não mais presentes fisicamente, mas ecoantes pelo território. Talvez por isso as ruas e a praça principal estivessem mais vazias no feriado do dia 02 de novembro. Era dia dos mortos. Dos que viveram naquele território, que trabalharam nele, que lutaram por ele. Dos que pariram nele, que brincaram nele e que demonstravam naquela expressão do território quieto e resiliente toda a sua movimentação, força e vida. São também o território e estavam lá, no dia de Finados, colocando o seu território-corpo-vida e morte acima do território capital.

3. 2.3 Relato etnográfico 03

A terceira imersão no campo de pesquisa ocorreu nos dias 13, 14, 15, 16 e 17 de novembro do ano de 2019. Tal imersão foi planejada para acontecer nestas datas em razão de um evento que aconteceria na vila nos dias 15 e 16 de novembro, cujo o qual um cartaz no mural de aviso de uma ONG – localizada na praça principal – informava. Tratava-se do I Festival de Blues Jazz Serra Grande sediado na praça principal, a Praça Pedro Gomes. O objetivo era observar as dinâmicas de relação movimentadas na vila durante o evento, bem como a interação entre a população da vila, a organização e proposta do evento e o público do festival. Na ocasião desta imersão também foram realizadas visitas e entrevistas com os moradores nativos da vila, além de visitas às localidades de Pé de Serra e da Eco Vila e observação da feira de frutas e verduras que também acontece na praça principal, em suas margens.

Em visitas e entrevistas com os moradores nativos da vila, muitas dinâmicas que atravessam esse território vieram à luz, tal como o Sarau “dos gringos” – assim chamado por uma moradora nativa –, que acontece mensalmente na praça Pedro Gomes, normalmente no segundo sábado do mês. Segundo relatam os moradores nativos, a partir dos anos dois mil muitas pessoas de fora, tanto nacionais como estrangeiros, passaram não só a circular na vila, como a residir nesse território. A presença desses novos moradores, sobretudo dos estrangeiros, é expressiva do cenário de mudanças pelas quais a Vila de Serra Grande tem passado, conforme argumentam os moradores nativos desse território.

O crescimento da violência no território também fora narrado como fator de impacto na vida da população e nas dinâmicas territoriais, como, por exemplo, o policiamento de mulheres e crianças nativas nas áreas mais isoladas de pesca e circulação no território. A brutalidade de alguns crimes – envolvendo o tráfico e consumo de drogas no território e na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré – foi narrada em tons de perplexidade e indignação. Uma indignação que, com frequência resultava na seguinte reflexão: “mas, quem era essa Serra? A gente dormia aqui era com as portas abertas, ninguém fazia mal a ninguém. Hoje a gente tem medo de tudo e de todos. É tanta coisa que apareceu aqui”.

As dificuldades de sobrevivência também são enfatizadas na narrativa dos moradores nativos que denunciam a falta de oportunidades de trabalho, sobretudo, com as barreiras postas à agricultura familiar, devido as forças político-econômicas e ideológicas incidentes sobre o território e a propriedade da terra na região. O que desponta como alternativa mais

frequente de emprego, relatam os moradores nativos, é a construção civil, a prestação de serviços gerais, como camareira, arrumadeira, cozinheira, auxiliar de cozinha, garçom, zelador e outros do ramo.

Em visita à localidade do Pé de Serra, onde localiza-se a principal praia de Serra Grande, foi possível perceber que um conjunto de propriedades privadas, como, casas de passeio, casas de aluguel para temporadas e feriados, estabelecimentos comerciais, como restaurantes e bar, pontos de esportes radicais e pousadas cercam a praia. Do outro lado da BA-001 – que divide a área da costa, onde está a praia, da área da mata – homens e mulheres – negros e pardos – com trajes e utensílios de trabalho rural caminham em direção as suas rotinas de serviço.

Em visita à localidade conhecida como Eco Vila, situada às margens da BA-001 – que atravessa o território da vila –, foi possível observar um conjunto de casas de pequeno e médio porte e alguns casebres de tábuas de madeira e folhas de eternit, em uma área que sinaliza estar em crescimento devido à presença de obras em andamento. Não há calçamento, nem pavimentação. Assim, a Eco Vila constitui-se, em termos territoriais, como uma localidade que parece resultar do alargamento do território urbano da vila.

O primeiro festival de música instrumental da Costa do Cacao – como constava no material de divulgação do evento –, intitulado Festival Blues Jazz Serra Grande, teve início no dia 15 de novembro de 2019, na sexta feira – feriado nacional referente à Proclamação da República do Brasil –, pela manhã, com uma proposta de vivências composta por duas atividades: uma Alvorada no Parque da Serra do Conduru – cujo ônibus sairia da praça às sete horas – e um momento de Yoga – coordenado por um grupo de profissionais do ramo – na praça Pedro Gomes.

A vila estava bastante movimentada e vários praticantes de Yoga concentraram-se na praça para o momento de meditação. Dentre o público, não se constatava a presença de moradores nativos. O grande número de carros estacionados ao entorno da praça anunciava ser o público formado por visitantes e/ou moradores do entorno territorial, áreas de propriedades privadas, situadas no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré.

O festival, de organização admirável, fora patrocinado, conforme informava o folheto de programação do evento, pela ONG Tabôa – Fortalecimento Comunitário, pela Prefeitura Municipal de Uruçuca e pelo Instituto Arapyauá. Contara ainda com a parceria, o apadrinhamento e o apoio de diversos estabelecimentos comerciais e entidades públicas e privadas situadas no território, tais como o Instituto Floresta Viva, o Txai Resort Itacaré e a Aldeia da Mata Eco Lodge. Na programação, oficinas de música, bate papos musicais, shows

musicais e ações de cuidado com o meio ambiente compunham as atividades do evento que se realizariam na praça Pedro Gomes e em outros espaços e pontos comerciais da Vila de Serra Grande. Entre as atrações, tanto nacionais como internacionais, musicistas, pianistas, flautista, companhia de dança, artistas circenses, saxofonista, guitarristas, cantores e percussionistas.

Na praça Pedro Gomes, local de acontecimento central do evento, toda uma estrutura e logística foram postas a serviço do público. Área de show, banheiros, espaço de alimentação, espaço infantil e de experimentos sonoros. O palco do evento, uma estrutura feita de madeira, tinha proporções de uma obra de arte cubista moderna que aliada aos coqueiros e a grama da praça conferiam ao cenário o esplendor provavelmente objetivado pela organização do festival.

O público do evento era composto por visitantes e moradores do território admiradores de música instrumental e de artistas afiliados aos estilos musicais Blues e Jazz. A ausência expressiva da população local participando do evento destacava a atitude de não reconhecimento da proposta do festival como fator de identidade daquela comunidade, uma vez que grande parte dos moradores presentes era de moradores migrantes, ou seja, de nacionais e estrangeiros que passaram a residir no território nos últimos anos.

Todavia, uma exposição de murais com a imagem, o nome e uma breve biografia de alguns dos moradores mais antigos da Vila de Serra Grande agregava a ornamentação do festival informações acerca dos traços histórico-culturais que compunham a identidade daquela comunidade e de seus moradores nativos.

No sábado, enquanto oficinas oferecidas pela organização do festival aconteciam em dois pontos da vila, a feira de frutas e verduras acontecia as margens da praça Pedro Gomes. A feira estava movimentada. Muitas frutas, legumes e hortaliças produzidas na região coloriam a paisagem e atraíam os fregueses. Dentre os produtos à venda, graviola, poupa natural de açaí e cupuaçu.

A presença de algumas bancas de artesanatos refinados – como colares, brincos, braceletes e anéis, alguns com pedras ornamentais – de valor considerável, tendo em vista o valor do salário mínimo no ano ser de novecentos e cinquenta e quatro reais, chamou a atenção, sobretudo, de visitantes e moradores que apreciavam e podiam adquirir tais peças.

Desta forma, esta imersão no campo de pesquisa, assim como as demais, permitiu a observação de importantes dinâmicas que cruzam e determinam as condições de vida nesse território. Um território que manifesta o conflito de interesses e perspectivas entre os atores sociais nele atuantes e revela desigualdades socioeconômicas que constituem o Litoral Sul da Bahia e assolam a vida de seus moradores nativos.

***PRIMEIRA PARTE - O TERRITÓRIO E AS SUAS TERRITORIALIDADES: O
LITORAL SUL DA BAHIA E A VILA DE SERRA GRANDE SÃO NEGRO-
INDÍGENAS***

4 A VILA DE SERRA GRANDE E A SUA SITUACIONALIDADE TERRITORIAL: QUE TERRITÓRIO É ESSE? UM DIAGNÓSTICO DA REGIÃO

“O presente está sempre cheio de passado. Há mais passado no presente do que se possa imaginar” (Lilia Schwarcz, 2015)⁷.

Buscando um caminhar teórico que dê conta da discussão que propomos neste trabalho partimos da compreensão de território pensada por Haesbaert (2004), segundo o qual o conceito de território vincula-se à categoria poder, porém não estritamente ao poder no sentido concreto de dominação (poder político), mas também ao poder simbólico, ligado à apropriação de determinados grupos para com seu espaço de vivência. Segundo o autor:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar (HAESBAERT, 2004, p. 1).

Tendo em vista esta dupla dimensão que envolve a discussão sobre o conceito de território, a do poder político e a do poder simbólico, é que empreenderemos neste capítulo uma tentativa de elucidar o território onde está situada a Vila de Serra Grande a partir de contextos e episódios que atua(ra)m no campo de relação entre o político e o simbólico nesse cenário.

Oliveira (2013) que cita Rolnik, afirma que a questão do território é central para a discussão sobre a cidade e o urbano e acrescentamos que, conseqüentemente, a questão do território é fundamental para a discussão sobre as relações e identidades que nele se inscrevem, de tal forma que a compreensão do fenômeno territorial revela-se chave-mestra para pensar e compreender a dinâmica das vivências e experiências dos sujeitos que nele atuam, assim como os processos inerentes e imbricados na estrutura sócio, político, econômica e cultural que nele se constrói e apresenta. Almejando demonstrar por conseguinte as relações como forma de constituição e identificação territorial, propomos situar o território onde está a Vila de Serra Grande da seguinte maneira:

Localizada no Litoral Sul da Bahia, a aproximadamente quarenta quilômetros de distância, ao norte da cidade de Ilhéus, a Vila de Serra Grande, distrito do município de Uruçuca, faz parte do chamado Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, que junto com o

⁷ Trecho da fala da historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz em conversa sobre a obra *Brasil: Uma Biografia*, promovida pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DwD_z_6Tpn4>. Acesso em: 11 de nov. de 2020.

Território de Identidade Costa do Descobrimento compõem a trajetória do principal fluxo de turismo para o Sul do Estado.



Figura 1- Imagem da Vila de Serra Grande, Uruçuca-BA⁸

Em 2014 a Secretaria de planejamento do Estado da Bahia, através da Lei Estadual nº 13.214, estabeleceu a política de desenvolvimento territorial do Estado, sendo este subdividido em 27 Territórios de Identidade, dentre eles o do Litoral Sul e o da Costa do Descobrimento. Tal proposta deu-se em consonância com a perspectiva de uma política de desenvolvimento sustentável para a proteção, conservação e uso consciente dos principais biomas e recursos naturais de seus territórios, atrelando assim o desenvolvimento econômico às consideradas *vocações*⁹ de cada território. Todavia, a empreitada em função de uma ideologia e política de governo que aliasse a pauta da preservação ambiental e da sustentabilidade à agenda das atividades econômicas postas para o território do Litoral Sul da Bahia é anterior a essa data como veremos mais adiante.

No sentido de um planejamento estadual que defina as coordenadas político-econômicas para os seus territórios, vale lembrar o que Oliveira (2016) coloca acerca do território. Segundo o autor:

O território é produção e reprodução social do espaço e, em especial, gestão e organização das funções, atividades e realizações necessárias no cotidiano social das cidades no Brasil (OLIVEIRA, 2016, p. 85).

⁸ Fonte: <<https://arapyau.org.br/instituto-arapyau-comemora-avancos-no-sul-da-bahia/>>.

⁹ O termo é usado pelo governo de estado da Bahia para apregoar as atividades inerentes ao desenvolvimento do território, atestando haver nas ditas vocações uma relação intrínseca entre uma suposta potencialidade econômica e o desenvolvimento sustentável da região.

Quanto aos aspectos naturais/geográficos do território em análise, dentre os principais biomas do Estado da Bahia, a Mata Atlântica desponta como de grande interesse para fins turísticos por atrair as atenções para suas belas paisagens, sobretudo, as banhadas pelo Oceano Atlântico e com fama de, em pleno século XXI, serem ainda primitivas, praticamente desérticas e abrigarem uma das maiores biodiversidades do planeta.

Deste modo, o Território de Identidade Litoral Sul - BA formado por 26 municípios da microrregião cacauera do Sul da Bahia, sendo os mais conhecidos: Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Maraú, Una (a Ilha de Comandatuba) e Uruçuca (Serra Grande), a maioria por ocuparem a região da costa, conhecida também como Zona Turística da Costa do Cacau, está inserido no bioma da Mata Atlântica. Os mapas a seguir ilustram tais informações e situam a dimensão espacial-geográfica do Território do Litoral Sul onde está situada a Vila de Serra Grande – distrito litorâneo do município de Uruçuca –, campo de investigação deste trabalho.

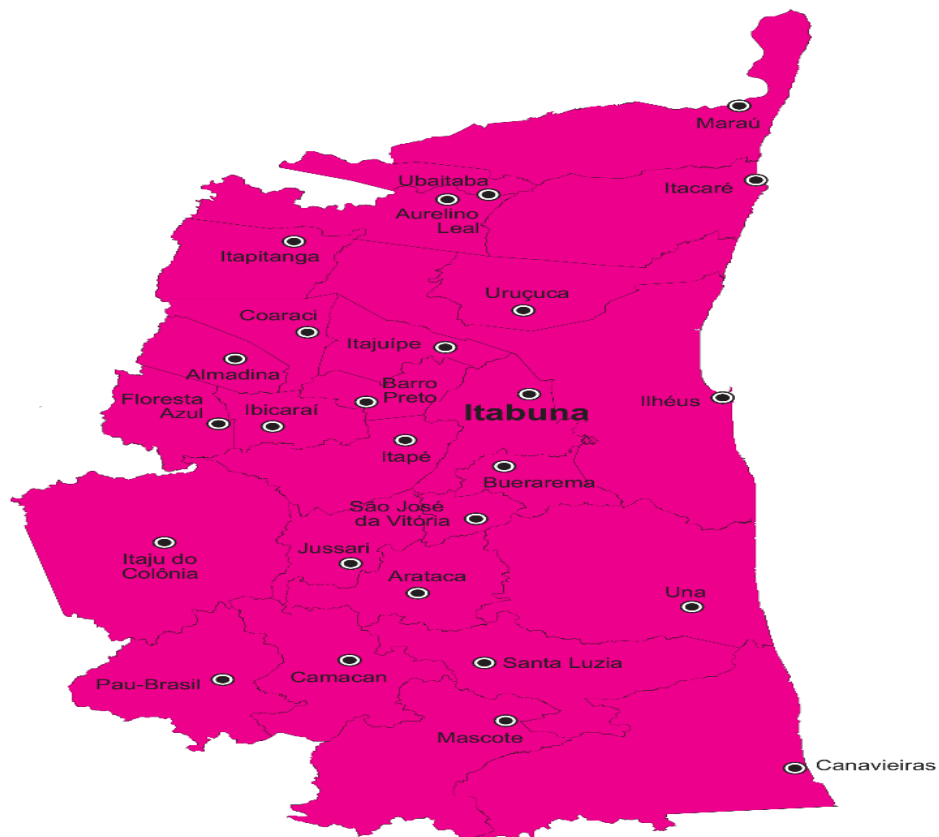


Figura 2- Mapa Território de Identidade Litoral Sul¹⁰

¹⁰ BAHIA, PDTS, 2016.



Figura 3- Mapa Biomas do Estado da Bahia – Área em Verde: Mata Atlântica, Laranja: Caatinga, Amarelo: Cerrado¹¹

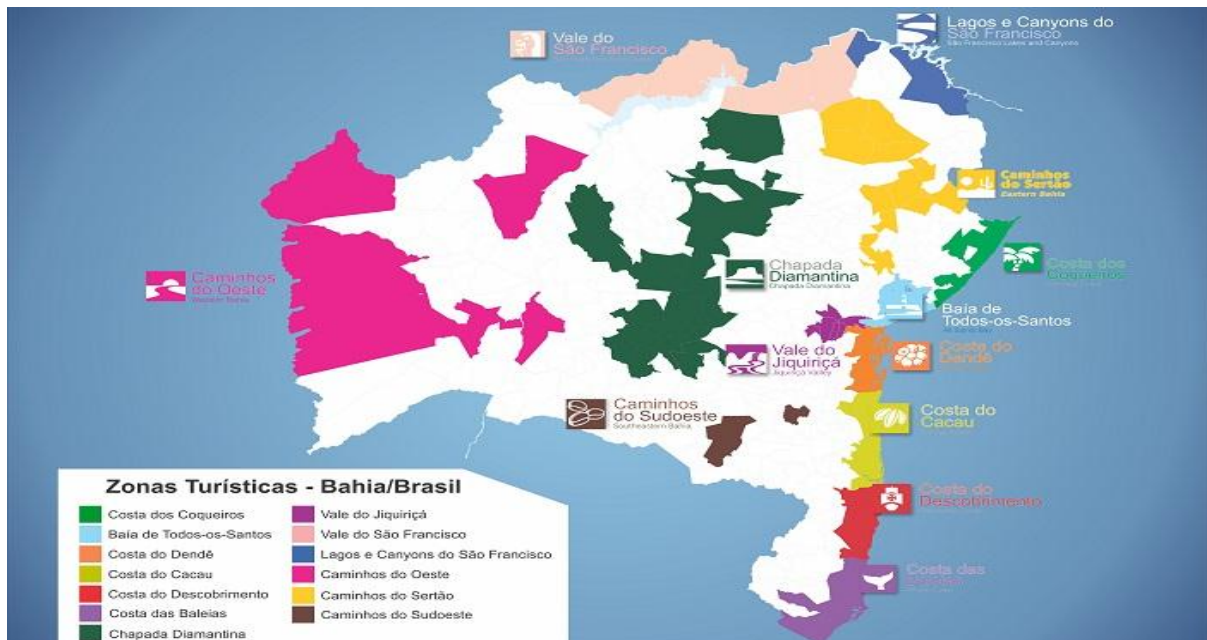


Figura 4- Mapa Zonas Turísticas do Estado da Bahia¹²

¹¹ BAHIA, SEMA, 2017.

¹² BAHIA, SETUR, 2011.

Além de ocuparem a região costeira, o município de Itacaré, o distrito Serra Grande, pertencente a Uruçuca, e alguns distritos de Ilhéus, se destacam por estarem situados em uma espécie de corredor central que corta a Mata Atlântica (IFV, 2010).

A área faz parte do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), uma Unidade de Conservação de proteção integral, nos municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus, criada em 21 de fevereiro de 1997 pelo Decreto n.º 6.227 do Governo do Estado da Bahia. Na época o governo do Estado estava sob a responsabilidade administrativa do então governador César Augusto Rabello Borges, mais conhecido no cenário político e popular como César Borges, e a presidência tinha Fernando Henrique Cardoso, conhecido pela sua afabilidade às privatizações, como chefe supremo da Federação. Conforme o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Conduru (2005) a unidade abrange aproximadamente 45% do Município de Uruçuca, 40% do Município de Itacaré e 15% do Município de Ilhéus.

Conforme vários documentos a nível estadual atestam, a principal prerrogativa para a fundação do Parque, com extensão de mais de sete mil hectares de pura, ou pouco alterada, Mata Atlântica e, por isso, detentora de uma das maiores biodiversidades do planeta, segundo o IESB (Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia), era compensar a construção da BA- 001 de 1998, trecho Ilhéus/Itacaré, e cuidar para a conservação e reflorestamento do bioma que havia passado por sequentes destruições desde a chegada dos portugueses ao território vizinho, da chamada Costa do Descobrimento, que tem nos municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, mas principalmente Porto Seguro e o seu distrito Trancoso seus principais nomes no que concerne à pauta turística da região.

Assim, o artigo 4º do Decreto 6.227 de 1997, que instituía a criação do PESC prescreve que:

Objetivando alcançar as finalidades técnicas e científicas do Parque Estadual da Serra do Conduru, a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária poderá firmar acordos com entidades públicas ou privadas (BAHIA, 1997).

Não esclarecendo quais seriam tais finalidades técnicas previstas e objetivadas pela criação do PESC e concedendo ainda abertura para a atuação de interesses de entidades privadas, ao não apresentar uma legislação de regulamentação que desse conta de firmar quais as finalidades dos objetivos (que não foram colocados), das atividades (que não foram delineadas) e das consequências (a curto e a longo prazo) da instalação do PESC para os diferentes atores envolvidos, sobretudo, para as populações nativas, *povos da mata*

*atlântica*¹³, o projeto do PESC parece mais ter funcionado e funcionar como manobra político-econômica, sustentada pelos discursos da ideologia do desenvolvimento sustentável, para a desapropriação de terras de moradores da zona costeira – pequenos agricultores, extrativistas, pescadores, marisqueiras – e para a apropriação de terras pelo Estado e por grandes proprietários, afim de atender aos interesses do capital. Sendo assim, o Estado atuou e tem atuado, segundo o panorama das dificuldades e desigualdades que assolam essa região – mesmo movimentando um alto capital financeiro – como retentor legal e corretor oficial de terras para um mercado aos poucos revelado pelas ditas vocações e potencialidades da região.

Acerca da manobra político-econômica de desocupação das terras do Litoral do Sul, o Decreto 6.227 de 1997, que instituiu a criação do PESC nos municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus, no artigo 3º determina que:

Ficam declaradas de **utilidade pública**, para fins de **desapropriação**, nos termos do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/41, modificado pela Lei nº 2.786, de 21/05/1956, **as áreas de terra e benfeitorias localizadas dentro dos limites da área descrita no art. 1º** (BAHIA, 1997, grifos nossos).

Tendo o artigo 1º **estabelecido que** “fica criado o Parque Estadual da Serra do Conduru, nos municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus, com área estimada em 7.000 (sete mil) hectares”, o artigo 3º em seu parágrafo único delega ainda que:

A Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária fica autorizada a promover, em caráter de urgência, os atos administrativos e judiciais necessários à efetivação **da desapropriação** de que trata o caput deste artigo, **imitando-se na posse das áreas mencionadas, providenciando, inclusive, a liquidação e o pagamento das indenizações, utilizando-se, para tanto, dos recursos de que dispuser** (BAHIA, 1997, grifos nossos).

Segundo entrevistas com os moradores nativos da Vila de Serra Grande, a desapropriação aconteceu aliada à intervenção do PESC e de um de seus principais aliados, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), nas terras que agora deveriam atender a rígidos padrões de produção sustentável e conservação florestal. Os agricultores e extrativistas, sobretudo os de pequeno porte, assim como os pescadores e as marisqueiras, não preparados para a nova realidade que se anunciava viram-se então diante de difíceis situações: (i) aderir aos padrões colocados pela política de Preservação Ambiental e à própria política, que se instaurava com vigor na região do PESC (sobretudo através de Institutos, provenientes da iniciativa privada, e de ONGs), respaldada pelo argumento do desenvolvimento econômico territorial atrelado às principais vocações do

¹³ Aqui o termo refere-se as populações herdeiras de modos de vida e ocupação do território baseados nos recursos oferecidos e cultivados no bioma da Mata Atlântica e na costa marítima que a banha.

território – o turismo ou, em sua adjetivação politicamente correta, o ecoturismo, e o mercado em torno da exotização do território–; (ii) vender as suas terras e/ou ir embora do lugar onde se vivia; ou (iii) permanecer em meio à nova ordem territorial, política, econômica, cultural e social que ali se impunha. Segundo relatos dos moradores nativos da Vila de Serra Grande, as três situações ocorre(ra)m e o território e a manutenção da vida nele tornaram-se a principal agência de disputa entre os moradores nativos e o poder público e privado.

Sobre o caráter da instalação do PESC, o depoimento de uma moradora nativa da Vila de Serra Grande, de 72 anos de idade, elucidada como ocorrera e significara tal episódio, respaldado pelo Decreto 6. 227/1997:

Primeiro veio a criação do Parque da Serra do Conduru, foi uma coisa que é boa pra o mundo inteiro, mas pra gente foi uma grande barra difícil de enfrentar, os agricultores que viviam aqui na época, né, que moravam aqui, todo mundo roçava, todo mundo queimava, todo mundo plantava, todo mundo colhia, né, que isso aqui foi uma zona de muita produção de farinha, entendeu? E outra coisa também que o povo daqui vivia era da extração de madeira, serrava a madeira, botava no pé de serra, levava pa Ilhéus pa vender pa tirar o seu sustento. Aí quando foi em noventa e oito foi criado o plano do parque, que é a criação do Parque Estadual da Serra do Conduru. Isso pra nossa comunidade foi um baque triste, hoje a gente reconhece, mas naquela época pra gente foi uma... porque a gente não tava preparado pra isso, o pessoal daqui não estava preparado pra isso, então desde que começaram a agredir as pessoas daqui, que tinha suas roças, que comiam daquela roça, que viviam daquilo ali, né, e todo mundo tinha sua propriedade, todo mundo plantava, todo mundo cortava, todo mundo queimava. Eles não vieram primeiro com a educação, dizendo ao povo como é que ia fazer, eles já vieram já, eu digo pra Rui, o parque começou de cima pra baixo e pra gente foi um grande sofrimento. Hoje a gente vê que trouxe benefício pro mundo inteiro, mas na época pra gente foi difícil, viu, foi tão difícil que até hoje tem famílias no parque que não foram indenizadas e tão lá pagando o preço até hoje (DANDARA, 2019).

O que podemos perceber é que entre as consequências da criação e da atuação do PESC, a perda do direito destes moradores às suas formas de sobrevivência através da agricultura e das atividades advindas do mar foi o quê de mais difícil lhes acontecera, afetando e acometendo o seu bem mais precioso, ou seja, a terra, o território. Segunda a mesma moradora:

Mas foi difícil, viu, hoje tá aí, assim que o asfalto começou, nem terminou, antes de terminar que o pessoal de fora foram descobrindo isso aqui aí vieram comprando as terras das pessoas que tinham suas terras e a preço de banana, né? Porque o povo daqui era tão assim, coitado, sem noção que vendeu suas terras por qualquer preço. Uns vendeu por dez mil, outros por vinte, outros por trinta. Também com medo de perder, né? (DANDARA, 2019).

Constata-se, então que tanto a venda quanto a resistência à esta coexistiram, coexistem e delinea(ra)m uma dinâmica de tensão entre os moradores nativos, os agentes da política de preservação ambiental e os novos proprietários, uma vez que a implantação da nova política territorial, baseada nos discursos e na ideologia da Preservação Ambiental,

sobretudo através do PESC, apontava para um redirecionamento – urbano-capitalista – do território – até então tradicional-agricultor – e para uma espécie de seleção do perfil de morador que esse território acolheria, já que as formas de ocupação e produção de renda, como a agricultura, por exemplo, estavam sob rígido controle e proibição.

Nesse sentido, entre as principais consequências territoriais decorrentes do processo de desapropriação/apropriação de terras nos municípios de Uruçuca (Serra Grande), Ilhéus e Itacaré, oficializado pelo Decreto 6.227 de 1997, podemos notificar, segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul (2010, p. 45), pelo menos dois efeitos concernentes à dinâmica desses territórios, que são os “conflitos nas localidades costeiras entre comunidades locais nativas e empresários ou novos proprietários de imóveis” e os “conflitos de acesso entre pescadores e marisqueiras para áreas históricas de pesca”. Como consequências de tais relações, segundo o Plano:

Com as dificuldades cada vez mais acentuadas para a prática da agricultura tradicional, o êxodo rural, o trabalho assalariado e a venda da propriedade continuam a ser as únicas alternativas vistas pelo pequeno agricultor e tem caracterizado a dinâmica demográfica da maioria dos municípios brasileiros, como também o Território Litoral Sul (BAHIA, 2010, p. 36).

Os conflitos, a venda de propriedades, o êxodo rural e o desemprego – que também passara a assolar as populações da região do PESC, que caminham de uma dinâmica de vida no campo para a urbanização, sempre aliada aos discursos do desenvolvimento territorial e da Preservação Ambiental – sinalizam as mudanças que ocorriam e ocorrem no território e consequentemente em suas populações.

De tal modo, conforme relatos dos moradores nativos da Vila de Serra Grande sobre as tensões, violências, conflitos, intimidações e partidas que marca(ra)m a desapropriação de terras pelo PESC no território, não é difícil imaginar o quão complexa fora toda essa situação para tais moradores do Litoral Sul da Bahia, que viram diante de si as suas principais formas de existência e de sobrevivência, atreladas à terra, à mata e ao mar, inquiridas. Sobre o cenário de violências inscrito no território da Vila de Serra Grande e seus entornos, lembramos o que Haesbaert, (2004) coloca quando escreve que:

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Isto é, para além de terem suas formas de sobrevivência, através da agricultura, do extrativismo, da pescaria e da mariscagem, negadas ou sob rígido controle por parte dos agentes do PESC, do IBAMA e dos novos atores sociais atuantes sobre o território, esses

moradores tinham também suas formas de vivência do território sendo brutalmente violentadas, uma vez que viam não só as suas formas de fazer, como de ser, de viver e de agir sendo sorrateiramente proibidas, menosprezadas e destruídas pelo novo modelo social – desenvolvimentista-preservacionista – que ali se impunha.

Nesse sentido, conforme Sack (1986, p. 6 apud HAESBAERT, 2004, p. 3), “controla-se uma “área geográfica”, ou seja, o “território”, visando “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos”. Era, pois, então, a forma de se relacionar com a terra, com o território e com a comunidade daquela população que se almejava atingir. Ou seja, era à territorialidade o foco do ataque destinado àquelas populações da Mata Atlântica e do litoral do Sul da Bahia. Sobre a(s) territorialidade(s) da Vila de Serra Grande e do Litoral Sul da Bahia trataremos nos próximo capítulos a fim de pensarmos o território e a(s) sua(s) territorialidade(s) como instâncias históricas, político-econômicas e simbólicas de poder social.

Sobre a ação de atores externos ao território que passavam agora – com as mudanças impostas – a controlá-lo, com o apoio de equipamentos sociais, como institutos e ONGs que no território se instalaram – em grande parte advindos de movimentos da iniciativa privada –, aos moradores nativos restavam resistir e negociar/elaborar novas estratégias de sobrevivência e vivência no lugar ao qual pertenciam e mantinham uma forte relação identitária, ou partir e levar na memória às lembranças de toda uma vida de peleja e, agora, expulsão. Ao passo em que tais moradores e moradoras nativas da Mata Atlântica da costa litorânea da Bahia foram tornados inconvenientes do projeto de desenvolvimento territorial preservacionista elaborado pelo governo e política do estado e executado em parceria com a iniciativa privada.

Quanto ao território da Vila de Serra Grande e seus entornos é importante pontuar que, assim como a maioria da população baiana, trata-se de populações majoritariamente negras, com baixa escolaridade, ligadas à agricultura de subsistência, à pesca artesanal, ao extrativismo e à mariscagem. Ou seja, populações negras, semianalfabetas e empobrecidas por um modelo sócio-político e econômico-cultural que tem a desigualdade e a miséria em seu bojo de sustentação. Populações costeiras residentes na Mata Atlântica e cujas formas de vida estão diretamente entrelaçadas a este bioma e ao mar. Populações oriundas de relações de exploração que marcaram e delimitaram esse território ao longo de sua constituição e de sua história, como veremos nos capítulos seguintes que compõem a primeira parte desta dissertação.

Tendo consideradas estas populações locais do Território de Identidade Litoral Sul, é possível observar, a partir de documentos e empiria, que, treze anos após a publicação do

Decreto 6.227/1997 que instituía a criação do PESC nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, para fins de preservação e conservação do bioma Mata Atlântica, mas que atendia concomitantemente aos interesses do capital global na região, o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul (2010), elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial assevera que:

Na região da Costa, chamada Costa do cacau, verifica-se que ocorreu um redirecionamento da economia regional e local – antes voltada para a produção agrícola, com ênfase na monocultura cacauzeira, na agricultura do corte e queima para o plantio da mandioca, no extrativismo, notadamente a madeira, piaçava, dendê –, **passando a fixar sua pauta econômica em torno da exploração do turismo, ensejando considerável incremento das atividades de comércio e serviços, sobretudo aquelas voltadas para atendimento dos visitantes** (BAHIA, 2010, p. 87, grifo nosso).

Uma pauta econômica em torno da exploração do turismo, que bem se sabe ser executada por grandes empresas e poderosos empresários, fazia parte das finalidades técnicas objetivadas pelo Decreto 6.227/1997 que instituiu a criação do PESC? Uma simples pesquisa mais atenta ao setor de hotelaria na região permite perceber que o Litoral Sul da Bahia, em seus pontos estratégicos, coincidentemente ou não, em territórios de Ilhéus, Uruçuca, Itacaré e Una (Ilha de Comandatuba), áreas de estipulada proteção ambiental, receberam a instalação de luxuosos hotéis e resorts, como é o exemplo do Txai Resort Itacaré, hospedagem cinco estrelas, localizada nos entornos do município de Itacaré, mas a apenas três quilômetros da Vila de Serra Grande e do Transamerica Resort Ilha de Comandatuba, localizado em uma imensa área verde de 8 milhões de metros quadrados no município de Una, na encosta do continente.

De forma mais direta, o redirecionamento da economia no Litoral Sul teve como um de seus outorgantes o Decreto nº 6.227/1997 que instituía a criação do PESC, já que as atividades desenvolvidas por este, de preservação e conservação da paisagem, atuam em consonância com uma pauta econômica em torno da exploração do turismo, da exotização do território e da promoção de uma vida in nature, enrijecendo deste modo o mito do *Brasil-paráíso* (CHAUÍ, 2000; HOLANDA, 1969) vendido por uma política ‘do capital pelo capital’ que, historicamente na experiência latino-americana brasileira, investiu e investe contra territorialidades indígenas e negras em nome do “desenvolvimento”, do “progresso” e, agora, também, em nome da Preservação Ambiental.

A respeito da influência e importância da Zona Turística Costa do Cacau, na seção sobre Turismo, o Estudo de Potencialidades Econômicas do Território de Identidade Litoral Sul (2016), organizado pela Superintendência de Estudos e Políticas Públicas, pela Diretoria

de Estudos e Planos e pela Coordenação de Planos de Desenvolvimento do Estado da Bahia, afirma que:

A região, que tem clara vocação para o turismo, alia belas paisagens com praias quase intocadas, áreas de desova de tartarugas marinhas, rios com corredeiras, cachoeiras e matas ciliares, extensos coqueirais, falésias, manguezais, restingas e remanescentes da Mata Atlântica ao turismo histórico, com visita a casarios coloniais dos séculos XVIII e XIX e as fazendas de cacau. O contato com a natureza em estado bruto remete ao ecoturismo, à prática de arborismo e caminhadas e a esportes radicais como rappel, mountain bike, rafting, parapent, tirolesa e surf (BAHIA, 2016, p. 15).

Diretamente aliada às atividades e interesses desses empreendimentos econômicos que visam na relação com as paisagens e a natureza a propulsão de um mercado turístico, a região do PESC conta ainda com duas grandes áreas de proteção ambiental APAs, que resguardam a valiosa paisagem e biodiversidade da região – e do turismo –, como informa o site oficial do Parque¹⁴:

Todo o entorno do PESC é englobado por Áreas de Proteção Ambiental (APA), sendo ao Leste, Norte e Oeste pela APA da Costa de Itacaré/Serra Grande, e ao Sul pela APA da Lagoa Encantada e Rio Almada (PARQUE DO CONDURU, 2019).

Para a apresentação do PESC, o site segue ainda informando que:

Há, também, no entorno do PESC um conjunto de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, dentre as quais: RPPN Pedra do Sabiá, RPPN Rio Capitão, RPPN Fazenda Capitão, RPPN Araçari, RPPN Salto Apepique e RPPN Jindiba (PARQUE DO CONDURU, 2019).

Em pesquisas na internet que conduziram ao Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN foi possível chegar aos nomes dos proprietários, declarados no sistema, de tais RPPNs. Outra pesquisa revela ainda que os nomes são de profissionais da medicina em Ilhéus, também de empresários no ramo do mercado imobiliário, de empresários de marcas de produtos famosas no Brasil e no exterior ligadas à perfumaria, à estética e a esportes como o surf e outras modalidade ligadas à natureza, além de um nome estrangeiro e o nome de um instituto de estudos socioambientais da região, cujo principal patrocinador é a empresa brasileira de cosméticos *Natura*.

Constata-se assim que, além das ações de proteção ambiental do PESC atreladas às Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Territorial, o turismo que se instalava incisivamente na região atraía cada vez mais visitantes e moradores com alto poder aquisitivo, nacionais e internacionais, impulsionando, portanto, os movimentos de migração para esse território. Em poucos anos, Serra Grande se tornara famosa mundialmente pelos seus atributos

¹⁴ PARQUE do Conduru. 2020. Disponível em: <<http://www.parquedoconduru.eco.br/>>. Acesso em: 10 de mar. de 2020.

naturais, visitantes e novos moradores não paravam de chegar, conforme conta uma moradora nativa. Deste modo, a população nativa se via (e se vê, conforme veremos adiante) cada vez mais distanciada desse território ao mesmo tempo identitário e repleto de contradições, conflitos, violências e tensões.

Logo, podemos afirmar que é o turismo e as atividades a ele ligadas, para a sua instalação, manutenção e desenvolvimento, as grandes vocações atestadas para o Território de Identidade Litoral Sul, que tem nas regiões litorâneas isoladas pela Mata Atlântica seus territórios-alvo, como são os exemplos dos empreendimentos hoteleiros de luxo implantados em áreas de Itacaré, Ilhéus e Una. Podemos afirmar ainda que o discurso de preservação e conservação da Mata Atlântica e de suas paisagens, sobretudo, as banhadas pelo oceano Atlântico, atendem diretamente a uma finalidade econômica prática, que é o mercado do Turismo e a atuação do capital global nessas regiões.

Resumindo, afirmamos que, diante dos conflitos abordados e do panorama aqui apresentado, os indícios são de que a desapropriação de terras no Litoral Sul da Bahia, promovida pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, através do Decreto 6. 227/1997 que instituía a criação do PESC, a partir de 1997, legitima (i) a desterritorialização pelas populações nativas, apontando para um movimento de expulsão de moradores nativos, empobrecidos e com baixa escolaridade dessas terras, sobretudo, as costeiras e (ii) a implantação de uma economia que consolida os grandes empresários e proprietários de terra; anunciando a violência por detrás das diversas formas de desterritorialização, de infringência de territorialidades e desocupação da terra a que populações historicamente violadas, exploradas e vulnerabilizadas estão sujeitas quando ocupam territórios-alvo de uma elite econômica e de um Estado capitalista que não poupa fôlego, discursos, negociações e investimentos para executarem seus planos de produção do capital ou, politicamente colocando, de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável e territorial.

Concluimos, assim, neste capítulo que o diagnóstico elaborado acima acerca do território onde está localizada a Vila de Serra Grande apresenta indícios de que a dinâmica entre as esferas de poder político e simbólico, que constituem e caracterizam o domínio do território, tem incorrido em uma série de avanços (no campo econômico, sobretudo, de uma elite empresarial ligada ao turismo e ao discurso de desenvolvimento territorial sustentável) e retrocessos (no campo social, sobretudo, atingindo e infligindo populações costeiras nativas quanto aos seus modos de fazer, de viver e de ser), deixando transparecer assim uma ata de violências contra populações vulnerabilizadas, como é o caso das populações de nativos da

terra (indígenas, caboclos, negros, pardos, pretos, quilombolas) situadas nas regiões litorâneas que fazem parte da chamada Zona Turística da Costa do Cacau, anunciando, assim, ser esse um território de conflito e violência em que há ocorrência de várias formas de controle do território, opressão e tentativa de expulsão e submissão das populações nativas do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia.

Há de se afirmar ainda, antes de passar para o próximo capítulo, que segundo Haesbaert (2004), a inauguração de um novo formato de vida social, consequência direta da transformação territorial, está baseada na introdução de novas formas de uso do território e que, nessas novas formas de uso do território, muitas vezes, territorialidades foram e são continuamente violentadas até que o território e os sujeitos assumam as características do modelo em implantação – de expansão da ação do capital global. É nesta direção que seguiremos nos próximos capítulos desta dissertação.

Sobre os movimentos resultantes do imperativo do capital sobre os territórios do mundo, expresso pelo contato entre o centro e a periferia, é importante colocar que, conforme Vieira Júnior (2008) atesta:

Também não é demais lembrar, que nas últimas décadas, a imposição da escala planetária nas atividades econômicas e de poder, fizeram emergir forças de resistências sustentadas em princípios essencialmente regionais (VIEIRA JÚNIOR, 2008, p. 84).

Nesse sentido, é possível afirmar que no contexto da Vila de Serra Grande forças de resistências emergem ao passo em que a defesa da vida e do território de vivências torna-se condição fundamental da existência de sua população local que resiste, mesmo frente a uma série de ataques ao território e as populações tradicionais do Litoral Sul da Bahia, como veremos a seguir.

5 UM CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE LITORAL SUL

Que histórias, populações e relações forma(ra)m o território onde está situada a Vila de Serra Grande? Do território das populações indígenas e afro-brasileiras ao território-alvo do capital humano e financeiro global no Sul da Bahia.

Pensando ainda nas esferas de poder político e simbólico que, segundo Haesbaert (2004), administram a dimensão do que consideramos ser o território, cabe aqui situar o território onde está a Vila de Serra Grande no que diz respeito à formação territorial do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia.

Para tanto, nos basearemos também no que Pierre Bourdieu pensou como sendo o poder simbólico e os seus sistemas em sua obra *O Poder Simbólico* de 1998. Bourdieu (1989, p. 7-8) argumenta que o que está nomeando como poder simbólico “é esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a ele”. É também sobre essa dimensão de um poder invisível ou, isto é, do poder daquilo que não é visível, mas que através da cumplicidade daqueles que o comungam se constitui que buscaremos tratar da formação do território onde está localizada a Vila de Serra Grande, a partir, principalmente, dos marcos históricos narrados por uma literatura de vanguarda, produzida na região.

Sobre o poder simbólico e os sistemas simbólicos que o exercem, Bourdieu (1989, p. 8) coloca que “a tradição neo-kantiana trata os universos simbólicos (mito, língua, arte, ciência) como instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos”. Nesse sentido, estamos propondo e entendendo o território também como universo simbólico, como potente instrumento de conhecimento e de investigação do mundo (e das realidades) dos sujeitos e das suas histórias. Daí o cruzamento da dimensão territorial onde está situada a Vila de Serra Grande – de sua disposição, localização e aspectos geográficos, sociais e políticos –, com a dimensão das narrativas elaboradas sobre a formação histórica desse território, como metodologia para a produção de uma narrativa sobre a constituição do território que aqui propomos elaborar.

Visando conceituar a categoria territorialidade, útil a reflexão sobre a formação do território, consideramos que tal categoria diz respeito às formas de ocupação e relação desenvolvidas no território. Tais formas incluem diversos e distintos aspectos da vida de uma comunidade. Sobre a territorialidade, Haesbaert (2004) defende que:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Mais uma vez as dimensões do político e do simbólico – do significado atribuído ao lugar –, apresentam-se como meios possíveis de se analisar o fenômeno territorial e as suas configurações. A territorialidade é, pois, para Sack (1986) um componente do poder:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986, p. 219).

Partimos, então, desta forma, de tais referenciais teóricos, buscando uma compreensão da relação entre território(s), territorialidade(s), etnicidade(s) e identidade(s) no território onde localiza-se a Vila de Serra Grande. Para tanto, basear-nos-emos mais uma vez nas dimensões do poder político e do poder simbólico que atravessam os domínios da vida social e territorial, procurando refletir sobre o que há de simbólico em termos político e o que há de político em termos simbólico. Intencionamos demonstrar, desta forma, que *relações de poder e etnicidade* são, respectivamente, possíveis elucidações às duas seguintes reflexões: *o que há de simbólico no político?* e *o que há de político no simbólico?*

Para exemplificar o raciocínio que estamos propondo tomamos o exemplo da apropriação/desapropriação de terras no Território de Identidade Litoral Sul já citado anteriormente.

Em termos simbólicos a que se referiria a apropriação/desapropriação de terras do Litoral Sul pelo Estado e por grandes empresários e proprietários de imóveis para com uma população em sua grande maioria empobrecida, negra, com baixa escolaridade e historicamente segregada dos espaços de poder senão às relações de poder. O poder de quem detém o capital e conseqüentemente o mais insurgente espaço simbólico de poder da modernidade e do capitalismo, ou seja, a terra, a propriedade privada. A relação de poder, baseada no capital e em suas diversas formas de produção e detenção, justificaria a desocupação de terras por um segmento populacional desprovido de poder político-econômico para atender a uma numerável parcela de ricos e poderosos, detentores de poder político e econômico, interessada em fazer da terra, do território e das suas paisagens, enfim do espaço simbólico, de vivências das populações nativas, um alto investimento capital. As relações de poder são, portanto, neste contexto, geradoras de violências – expressas pela manifestação de conflitos, tensões e desigualdades – pautadas em uma lógica do capital e do Estado capital que estabelece a quem é concedido o direito (lembrando Achille Mbembe em

Necropolítica) de viver, ocupar, e, na perspectiva da ideologia do *paraíso tropical*, de desfrutar desses territórios litorâneos da Mata Atlântica do Sul da Bahia.

Todavia, o capital por si só não dá conta de se auto estruturar, de modo que os sistemas culturais são mobilizados – através da inserção do capital e de discursos e práticas que com ele comungam (o conceito de desenvolvimento sustentável, por exemplo, como veremos no capítulo 8) – afim de produzir um modelo sociocultural, político-econômico e territorial fértil ao desenvolvimento de uma cultura capitalista, ou, no caso mais específico do Território de Identidade Litoral Sul, a um modelo de territorialização baseado no consumo da vivência e da experiência territorial da Mata Atlântica litorânea, expresso na crescente especulação imobiliária, nas migrações sentido Norte-Sul e na atuação do Turismo, especificamente de um turismo elitizado, exclusivista e altamente privativo, que encontra na natureza do território mais que uma forte aliada, uma grande propositora desses segmentos e movimentos do mercado do capital.

No que se refere a segunda reflexão posta acima, sobre o que haveria de político no simbólico no exemplo da desapropriação/apropriação, poderíamos apontar o argumento da(s) etnicidade/historicidades(s) das populações costeiras da Mata Atlântica desapropriadas pelo Decreto nº 6.227/1997 no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia como forma de reivindicar o direito ao território ao qual essa(s) etnicidade(s) estão ligadas. Estaríamos acionando o caráter político-histórico e cultural de sua(s) territorialidade(s), poderíamos enfatizar diferenças que singularizassem essas populações e assim fundamentaríamos a afirmação ou a contestação de uma etnicidade ligadas às formas históricas de ocupar, de viver e de produzir no território.

Deste modo, para o melhor entendimento do que estamos elaborando e apresentando em termos de reflexão faz-se necessário situar a partir de quais autores estamos aplicando os conceitos de etnicidade nesta discussão. Partimos dos trabalhos desenvolvidos por Carneiro da Cunha (2009) sobre a relação do Estado-nação brasileiro com os indígenas e a produção e realce das diferenças acerca dos coletivos indígenas em seus muitos movimentos pela reivindicação do direito ao território e às suas formas de territorialidades.

Segundo Carneiro da Cunha (2009), a etnicidade pode ser compreendida como linguagem, não apenas no sentido de remeter a algo fora dela, mas, antes de tudo, no de permitir a comunicação. Isto é, na dinâmica das relações entre os sujeitos, *nós/eles*, o que essas relações comunicam em termos de elos do cotidiano de um dada coletividade constitui o campo de atuação da etnicidade.

Assim, a etnicidade produz comunicação, diz do comunicar sócio-histórico e cultural, da ação do que é inscrito em coletividade e isso as formas de ocupação e de relação no e com o território trazem e apresentam com efetividade. Visto que o que é comunicado é comunicado coletivamente e em sociedade, a etnicidade também pode ser vista, segundo a autora, como uma forma de organização política, demonstrando assim uma performatividade finalística nas relações de alteridade e semelhanças (CARNEIRO DA CUNHA, 2009). Nesse sentido, a etnicidade é como uma consciência da cultura, uma compreensão político-cultural e histórica que um dado coletivo desenvolve, pratica e atribui a si a partir das relações estabelecidas com os outros.

A etnicidade funciona, portanto, enquanto categoria de estudo acerca da linguagem das dinâmicas sociais travadas nos terrenos da identificação e da diferenciação e por isso aqui à acionamos para pensar as relações que permeiam e atravessam o território, delineando distintas territorialidades, isto é, distintas formas de vivenciá-lo.

Consciente dessa dimensão conceitual de manejo teórico, político e social seguiremos então na tarefa de pensar a formação do território do Litoral Sul da Bahia onde está localizada a Vila de Serra Grande, território de conflito e violência, como vimos no capítulo anterior.

O bioma da Mata Atlântica, que enverdece o Litoral Sul da Bahia, juntamente com a abundância de água, faz o solo ser de uma riqueza inigualável, fazendo assim das terras do Litoral Sul do estado promissoras em população e força de produção ligada à natureza, ao trabalho com a terra e o mar. É este o cenário do território que compôs no século XVI a Capitania de São Jorge dos Ilhéus.

Conforme a historiografia corrente e documento oficial do Estado da Bahia (2010) atestam:

A capitania de Ilhéus, no sistema das capitanias hereditárias, foi uma das divisões da costa brasileira determinada pelo rei Dom João III como sistema de colonização do Brasil. Foi criada no trecho da costa entre o Morro de São Paulo até à margem esquerda do rio Jequitinhonha, em Belmonte (PTDSLS¹⁵, 2010, p. 29).

¹⁵ BAHIA, Plano Territorial De Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul Litoral Sul– PTDSLS, 2010.



Figura 5- Mapa do Estado da Bahia com traçado correspondente ao território da Capitania de São Jorge dos Ilhéus¹⁶

Sobre a dimensão sociocultural e étnica do território onde fora imposta a empresa colonial da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, Marcis (2004) argumenta que:

Os colonizadores chegaram a uma terra estrangeira, habitada por inúmeros povos possuidores de organizações sociais, políticas, econômicas e culturais distintas e que mantinham relações de amizade e de guerra entre si. Os habitantes das terras da capitania derivam, segundo critérios linguísticos, de dois grandes grupos: os Tupi-Guarani e os Macro-Jê. Os grupos falantes da língua Macro-Jê se espalhavam pelo interior e, segundo Maria Hilda Paraíso, era grande sua diversidade: existiam os Kamakã-Mongoió, também referidos como Menian, os Pataxó/Patacho, pertencentes ao grupo Maxacali, os Aimoré, também conhecidos como Tapuia, Gren, Guerén, Kren e Botocudos. Esses grupos se comunicavam entre si por línguas diferentes e se subdividiam em outros subgrupos, aumentando ainda mais a diversidade. Eram predominantemente caçadores e coletores, fatores que implicavam o elevado grau de mobilidade espacial, embora essa mobilidade fosse limitada pelos territórios ocupados por cada grupo (MARCIS, 2004, p. 25).

Desta forma, a autora destaca características importantes acerca do território e dos povos existentes nas terras ocupadas pela Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Dentre elas, estão a existência de inúmeros povos nas terras invadidas e cedidas pela Coroa Portuguesa ao rico fidalgo português Jorge de Figueiredo para o empreendimento da colonização, a diversidade desses povos e as relações de amizade e de guerra que mantinham entre si. Destaca ainda a predominância das atividades de caça e coleta exercidas pelos povos falantes de línguas que derivavam do grupo linguístico Macro-Jê – que se espalhavam pelo interior da

¹⁶ A área demarcada equivale a extensão do território do Morro de São Paulo no município de Cairu aos limites do Rio Jequitinhonha em Belmonte e correspondia ao território da Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Acima localiza-se o território da Capitania da Baía de Todos os Santos e abaixo o território da Capitania de Porto Seguro. Disponível em: <<http://www.blogdogusmao.com.br/tag/mapa-da-capitania-de-sao-jorge-dos-ilheus/>>. Acesso em: 10 de fev. de 2021.

capitania – e, em detrimento disso, o elevado grau de mobilidade espacial com que tais grupos exerciam seus modos de vida e de vivência do território.

Sobre os habitantes que se espalhavam pelo litoral da capitania, falantes de línguas que derivavam do grupo linguístico Tupi-Guarani, Marcis informa que:

Dois povos tupis viviam em aldeias espelhadas pelo litoral: os tupinambás, na faixa de terra da Mata Atlântica entre o rio São Francisco e o atual município de Camamu, e os tupiniquins que se espalhavam entre Camamu e o Rio Doce, no atual Estado do Espírito Santo. Esses grupos eram mais sedentários, praticavam agricultura além da caça, pesca e coleta (MARCIS, 2004, p. 26).

Então, podemos concluir que dois povos, os tupinambás e os tupiniquins, habitavam o litoral da Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Ao norte do município de Camamu viviam os tupinambás e ao sul deste município os tupiniquins; lembrando que o território de ocupação da Capitania se estendia do Morro de São Paulo, no atual município de Cairu, às margens do Rio Jequitinhonha no município de Belmonte.

Faz-se importante frisar ainda, para fins do objetivo proposto para este capítulo, que esses dois povos habitantes do litoral da Capitania eram, conforme a autora, mais sedentários – em relação aos povos e grupos do interior da capitania – e praticavam a agricultura além da pesca, da caça e da coleta; tendo, portanto, inscrito nesse litoral suas formas de se relacionar com o meio, ou seja, com a terra, a mata e o mar, de modo que a riqueza e a magnanimidade da Mata Atlântica sejam resultado da ação de tais povos sobre o espaço geográfico em que viviam.

Assim sendo, pode-se afirmar que tal forma de territorialidade baseada na harmonia com o meio, bem como as atividades de sobrevivência desenvolvidas neste contexto, são características e identitárias dos povos e modos de vida que compunham o Litoral Sul da Bahia enquanto território sócio histórico-cultural. E como território sócio histórico-cultural não se pode deixar de olhar para as histórias que atravessam esse território. Uma delas, a mais violenta – que é um divisor de águas –, é a da invasão e colonização desse território.

Sobre o enredo da inserção dos colonizadores no território da Capitania de São Jorge dos Ilhéus e os primeiros contatos, Marcis (2004) escreve que:

Os novos ocupantes/invasores contavam com o apoio desses grupos tupis do litoral, com quem os europeus já mantinham relações de alianças e negociações desde o período da exploração do pau-brasil. Essas relações se transformavam na medida em que aumentava a ocupação e a exploração. O que em um primeiro momento pareceu favorável para ambos os grupos, logo se definiu como relação de dominação/subjugação, estando os colonizadores na posição dominante, apesar de numericamente inferiores (MARCIS, 2004, p. 26).

A respeito das consequências das relações de dominação e subjugação impostas pelos colonizadores europeus aos povos indígenas das terras da capitania, a autora afirma que:

A desorganização social dos povos indígenas ocorreu com a substituição do escambo pela agricultura, uma vez que a prática dessa atividade exigia, entre outras, mão-de-obra e terras disponíveis e sob controle dos não-índios. Aos poucos, a colonização foi se tornando efetiva, sendo a tecnologia e as armas incorporadas nas atividades cotidianas dos grupos tupis, modificando, por exemplo, a correlação de forças entre os grupos inimigos, os motivos e significados das guerras, bem como o destino dos prisioneiros. Aumentaram, porém, os conflitos internos e externos devido à desestruturação da organização econômica e social dos grupos indígenas, cada vez mais submetidos às necessidades e caprichos dos colonizadores (MARCIS, 2004, p. 27).

Deste modo, evidencia-se a forma como a imposição da colonização e, conseqüentemente, da lógica mercantilista nas terras de vivência dos povos indígenas alterara a estrutura social desses povos e violentara à vida e às formas de relação destas populações, sobretudo, com o território.

Todavia, não se pode e não se deve esquecer que esta não é a única nem a mais importante história acerca desse território e de seus povos, embora seja de fundamental importância para se compreender a violência das dinâmicas que se inscreveram – a partir do século XV – e se inscrevem sobre o território do Litoral Sul da Bahia. Muitas e outras histórias atravessam e constituem esse território e as formas de vida e de relação nele presentes, agindo, portanto, como reveladoras da resistência e da potência do gerenciamento da vida por seus povos e culturas.

Tendo considerado isto, a história da invasão e colonização do território do Litoral Sul da Bahia – por onde começa a atuar a empresa colonial portuguesa na recém instituída colônia de Portugal – será abordada, mas são nas muitas e outras histórias que atravessam a constituição desse território que este trabalho se pauta para afirmar ser esse um território negro-indígena e reivindicar o protagonismo das populações negras e indígenas frente uma história de violência que se impôs e se impõe a territórios da América.

Sobre a história da invasão e colonização do território do Litoral Sul consideramos que a invasão e a colonização de terras, como vimos, habitadas por tantos povos, modos de vida, línguas e culturas revelam o sistema violento gerido e imposto pelos europeus em sua ânsia de conquista dos territórios da América.

Nesse sentido, parece muito óbvio, mas é sempre crucial atentar para o fato de que não se tratava de um continente – e no caso do Litoral Sul, não se tratava de um território – sem cultura, sem civilização, sem sistemas religiosos e filosóficos, sem política, sem lei, sem justiça, sem arte, sem ciência, sem história. Antes disso – a ciência do século XXI engajada

com as condições de vida dos sujeitos tem lutado para contestar que – todas essas agências são inerentes à ação do Homo Sapiens no mundo e não à condição antropocêntrica e eurocêntrica de se estar nele. Contudo, a invasão, a colonização e junto com estas a escravização e o extermínio de populações continentais, como a dos indígenas da América, pautaram-se (e pautam-se) na negação da condição humana – cujas agências citadas seriam portadoras – ao não europeu, constituindo-se, portanto, em uma das mais cruéis formas de violência da história da Humanidade.

Diante disso, enfatizamos o que afirma Fanon (1968, p. 27), a respeito do empreendimento colonial europeu, quando analisa que “não se desorganiza uma sociedade, por mais primitiva que seja, com tal programa se não se está decidido desde o início, isto é, desde a formulação mesma deste programa, a destruir todos os obstáculos encontrados no caminho”. Assim, na história da colonização europeia as populações indígenas e negras e as suas formas de vivência figuram como obstáculos à implantação do modelo de mundo europeu regido pela desumanização e dessacralização da vida operacionalizadas pelo capitalismo mercantil.

É, pois, no contexto de implantação e expansão do capitalismo mercantil – através da empresa colonial estabelecida num primeiro momento por meio do sistema de capitania hereditárias – nas terras em que se instalara a Capitania de São Jorge dos Ilhéus – território, como vimos, de diversos povos e grupos indígenas – que, contrariando a imensa extensão territorial e as incontestáveis riquezas naturais da Capitania no que concerne aos recursos hídricos e ao solo extremamente fértil do bioma da Mata Atlântica, acerca das condições que se têm declaradas sobre a região no século XVI, o que se sabe é que, segundo o professor Arléo Barbosa enfatiza no prefácio que escreveu para a obra *Um Lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*, de 2007, sob a organização dos pesquisadores e professores da UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus) Marcelo Henrique Dias e Ângelo Alves Carrara:

Os poucos documentos encontrados originavam-se de colonos que se queixavam de terríveis e constantes dificuldades, **através dos quais buscavam fugir do fisco insaciável** (BARBOSA, 2007 apud DIAS; CARRARA, 2007, p. 8).

A respeito do objetivo pretendido pelo projeto da obra *Um Lugar na História*, a saber, “investigar as estruturas sociais e econômicas da Capitania de Ilhéus entre 1700 e 1850”, na apresentação do texto, os organizadores argumentam que houve uma ampliação deste objetivo, um vez que, segundo eles:

Percebemos um hiato entre a dinâmica econômica que as fontes primárias revelavam e as visões correntes na historiografia, as quais apontam um estado crônico de miséria em todo o território da capitania e comarca de Ilhéus entre o final do primeiro século de colonização e o advento da expansão da monocultura cacaueteira na segunda metade do século XIX (DIAS; CARRARA, 2007, p. 10, grifos nossos).

Ao cruzarmos o discurso emitido pelos colonos e a motivação deste (a negligência fiscal para com a Coroa), com as visões correntes na historiografia, que atestam um estado de intensa miséria na região desde o primeiro século da colonização até a segunda metade do século XIX, com a implantação e ascensão da cultura cacaueteira, chegaremos ao denominador de que houve (e há) indícios de um forte interesse político-discursivo de menosprezar o potencial produtivo das terras pertencentes à Capitania de Ilhéus, das quais fazem parte a região atualmente equivalente ao Território de Identidade Litoral Sul, onde está, portanto, situada a Vila de Serra Grande.

Se opondo à a visão corrente na historiografia de que as capitanias hereditárias, iniciadas em 1530, não teriam logrado êxito e que tal fato acarretou a instalação do Governo Geral em 1549, Dias (2007) alega que no tocante a Capitania de Ilhéus, esta:

Doada em 1534 ao fidalgo Jorge de Figueiredo Corrêa, escrivão da Casa Real, permaneceria na condição de capitania privada até o ano de 1761, época em que a administração pombalina eliminou por definitivo as últimas donatárias ainda existentes na América portuguesa (DIAS, 2007, p. 47).

Podemos concluir então, conforme Dias (2007), que o território da Capitania de Ilhéus, de extrema miséria e pobreza, segundo as visões correntes na historiografia e os registros elaborados pelos colonos (na tentativa de minimizar o fisco sobre as terras coloniais), fora até metade do século XVIII uma capitania privada. Mas, como e por que o regime de donataria (extinto, conforme a historiografia oficial, em meados do século XVI) teria se sustentado por tanto tempo, quase dois séculos, e, o mais contraditório, em um território tão miserável? Esta é uma questão que não objetivamos responder diretamente, mas que intencionamos expor como referência ao poder simbólico de que fala Bourdieu. Podemos continuar perguntando, a partir da dimensão do poder simbólico, por que o território da Capitania de Ilhéus teria, mesmo com a insurgência do Governo-Geral, sido mantido capitania privada? Seria essa uma peculiaridade político-econômica de um território extremamente miserável ou extremamente próspero e, por isso, poderoso?

Sobre os motivos de ter sido mantida capitania privada, mesmo quando já sob o regime do Governo Geral, Salgado (1985) aponta que “a dimensão do território e as pressões de alguns donatários impediam que se consolidassem os propósitos centralizadores”

(SALGADO, 1985, p. 68). Ou seja, havia interesses privados e particulares sobre a Capitania de São Jorge dos Ilhéus que afastavam esse território dos planos de centralização (e administração) do Governo Geral.

Sobre tais interesses e o potencial e dinâmica de produção das terras da Capitania, Dias (2007) afirma que:

Sob a pressão dos senhores de engenho do Recôncavo, o Governo Geral determinou que os territórios ao sul da capitania da Bahia se voltassem à função de celeiro para o abastecimento das tropas, das frotas, dos escravos e da população em geral de Salvador e de seu entorno. Lançou neste intento vários bandos (decretos pontuais), alvarás e ordens régias proibindo a expansão das culturas do tabaco e da cana-de-açúcar nas freguesias de Cairu, Camamu, Boipeba, São Jorge dos Ilhéus e Barra do Rio de Contas. Os moradores desses lugares se especializaram na produção de farinha de mandioca por conta, principalmente, de “acordos” que os obrigavam a enviar anualmente para a praça da Bahia (Salvador) quantidades pré-estabelecidas do produto, a preços também pré-fixados. A rica biodiversidade de suas matas e a topografia repleta de rios e mangues favoreceu o desenvolvimento paralelo de várias atividades extrativistas, além da indústria madeireira e da pequena produção naval (DIAS, 2007, p. 187).

Teriam, desta forma, os territórios ao sul da Capitania da Bahia de Todos os Santos, isto é, diretamente os territórios das Capitanias de São Jorge dos Ilhéus e de Porto Seguro servido de abastecedores agrícolas para a manutenção da Capitania da Bahia. Ou seja, tais territórios constituíram-se enquanto territórios de produção e de exploração, através dos quais a economia da Capitania da Bahia se sustentava e consolidava o potencial de exportação da colônia portuguesa. Daí, Dias (2007, p. 59) afirmar que “só é possível uma compreensão adequada da capitania de Ilhéus, se sua economia for incluída num espaço econômico mais amplo, articulando o mercado interno com a agro exportação”.

Assim, podemos pensar que às terras do sul baiano foram destinadas a um tratamento de colônia da colônia, funcionando como territórios- celeiros de exploração e manutenção da Capitania da Bahia de Todos os Santos. Todavia, talvez seja contundente afirmar que elites de ambas as capitanias foram responsáveis pelos acordos e negociações que atribuíam às terras do sul a função de abastecedora alimentícia dos territórios que hoje correspondem ao Estado da Bahia, do Sergipe e parte do Estado do Alagoas.

Segundo Dias (2007) relata em seu estudo sobre a economia e administração da Capitania de São Jorge dos Ilhéus:

Mesmo para aqueles produtores que possuíam as condições necessárias para ingressar na economia exportadora, ou seja, terras e escravos, **não foi permitido substituir as roças de subsistência, pois isto colocaria em risco não somente o principal setor da economia colonial, mas a própria governabilidade, face ao perigo de uma crise de fome** (DIAS, 2007, p. 115, grifo nosso).

Em argumento consoante, no tocante a tese de Cerqueira Neto, defendida em 2009, intitulada *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*, o autor defende o que chama de a deriva político-administrativa que acomete o Extremo Sul da Bahia. Deriva esta que, segundo ele, tornaria viável a integração deste território pelas regiões Sul e Sudeste do Brasil, as quais foram e são presentes, atuantes e grandes interessadas nessa região, sobretudo, por seu potencial capital de produção. Conforme Cerqueira Neto (2009):

A história econômica da região mostra que esta parte da Bahia sempre foi utilizada como produtora de suprimentos, no início da colonização com o fornecimento de madeira para Portugal e depois outros produtos como o açúcar para outras regiões do estado bem como para Salvador (CERQUEIRA NETO, 2009, p. 98).

Sendo delineados, a partir de tais fontes, como territórios de intensa produção e exploração, há de se pensar acerca das populações que habitavam as terras ao sul da Capitania da Bahia de Todos os Santos e sobre as condições de vida e trabalho impostas àqueles que aparecem, nesta perspectiva histórico-econômica, como os grandes responsáveis por abastecer e suprir os territórios equivalentes a parte do Estado da Bahia, ao Estado do Sergipe e a parte do Estado de Alagoas, que correspondiam a Capitania da Baía de Todos os Santos, tendo esta desempenhado papel importante na economia produzida pela colônia portuguesa, graças, nesses termos, às terras do Sul baiano ou, em outra terminologia, às terras das Capitânicas de Ilhéus e de Porto Seguro.

Uma pergunta crucial se impõe então acerca do histórico territorial do Litoral Sul e da Vila de Serra Grande no que concerne aos processos de formação e constituição desse território: quem eram essas populações que habitavam e formavam o território da Capitania de São Jorge dos Ilhéus (que junto à Capitania de Porto Seguro corresponde ao atual território do Litoral do Sul da Bahia) e foram responsáveis pelo potencial e capital de produção desenvolvido nestas terras?

Sobre o contingente populacional, Silva (2007, p. 130) coloca que, entre 1710 e 1758, na Capitania de Ilhéus, “a mão-de-obra negra era predominante sobre a indígena, pelo menos fora do domínio dos jesuítas, já que estes se aproveitavam do papel catequizador para utilizar nativos como trabalhadores”.

Tendo tido os jesuítas considerável influência sobre a propriedade da terra e a colonização no território da capitania (DIAS, 2007), é plausível afirmar que povos indígenas compunham grande parte do contingente populacional da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, ao lado de povos de África. Minorias europeias, principalmente, impulsionadas pelas correntes de imigração atraídas pelo projeto de colonização, desenvolvimento e

branqueamento da colônia portuguesa, também habitavam à capitania. Sendo assim, indígenas, africanos e europeus, assim como outras diversidades de povos imigrados compuseram a formação do Litoral Sul – em diferentes números, conforme os diferentes contextos históricos – em suas formas de ocupação, vivência e produção do/no território. Bem como relações de violência, tensão e dominação também delinearão esse território, historicamente marcado pela exploração para o abastecimento de outros territórios.

Sobre a atuação dos jesuítas na Capitania de São Jorge dos Ilhéus, sobretudo, em sua condição de capitania privada até o século XVIII, segundo Dias (2007):

Na capitania de Ilhéus, porém, os padres da Companhia não encontraram rivais capazes de enfrentá-los. O poder que gozavam neste território advinha de duas situações: em primeiro lugar, em razão da eficiência com que conseguiram pacificar os grupos indígenas que se tornaram hostis em decorrência das ações empreendidas por portugueses desde o início da colonização na caça de índios para o cativo. Ao garantir proteção às populações perseguidas, os jesuítas promoveram os aldeamentos, limitando o acesso dos colonos à mão-de-obra indígena.

A segunda situação que favorecia aos jesuítas era o senhorio que exerciam sobre uma grande área da capitania a eles doada como sesmaria ainda no tempo de Mem de Sá, o chamado fundo das doze léguas, que na prática se estendia da Ilha de Boipeba até o rio Itacaré, pouco ao sul do rio de Contas. Na condição de únicos sesmeiros deste amplo território - praticamente a metade da capitania de Ilhéus -, promoveram arrendamentos, concorrendo para a configuração de uma classe de pequenos produtores, camponeses e/ou pequenos proprietários de escravos, foreiros e produtores de farinha de mandioca. Foi gerado, assim, um extrato social de pouco poder de fogo na luta pelo controle dos recursos naturais e da mão-de-obra indígena. No território das doze léguas se desenvolveu a maioria dos aldeamentos que chegaram ao século XVIII, a exceção de Nossa Senhora da Escada e de Nossa Senhora da Conceição de Almada dos Índios Guerens, ambas no termo da vila de São Jorge (DIAS, 2007, p. 199).

De tal forma, no tocante a inserção econômica das populações indígenas aldeadas na Capitania de Ilhéus, Dias (2007) afirma que:

A participação dos índios na produção não se resumia a prestar compulsoriamente serviços para jesuítas, colonos e para a administração colonial, mas também desenvolviam dentro dos seus aldeamentos uma produção bem original, voltada para o mercado interno, a atender uma demanda de artigos cujo preparo requeria não apenas a força bruta, mas todo um conhecimento das matas e dos usos possíveis de diversas espécies vegetais (DIAS, 2007, p. 185).

Em argumentação consoante, o autor assevera ainda que:

No amplo território da antiga capitania de Ilhéus ... as populações indígenas aldeadas constituíram-se, ao longo do período colonial, num importante contingente populacional e na principal força de trabalho voltada para atividades como a extração e a condução de madeiras de lei, a extração e o beneficiamento de fibras vegetais utilizadas na construção naval (embiras), o artesanato de contas de rosário, redes de pesca e de dormir (giróis) etc (DIAS, 2007, p. 187).

Deste modo, conforme Dias (2007) o argumento da historiografia que direta ou indiretamente trata da capitania de Ilhéus e tem colocado as populações indígenas, sobretudo aimorés e pataxós, na qualidade de principais obstáculos ao desenvolvimento de sua

colonização, esvai-se, uma vez que, segundo o autor, um grande número de aldeamentos se edificou no território da Capitania, revelando, portanto, a condição ativa e protagonista das populações indígenas na estrutura econômica e social da capitania, cuja as melhores e maior parte das terras pertenciam e, portanto, estavam sob domínio dos jesuítas (DIAS, 2007).

Por sua vez, a atuação da presença da população negra no Litoral Sul da Bahia esteve historicamente ligada ao sistema de escravismo, responsável por grande parte das produções desenvolvidas no território da Capitania de São Jorge do Ilhéus, já que, conforme Dias (2007, p. 81) ao citar Silva, “o setor de produção de subsistência como um todo se integrava ao conjunto da economia escravista por via do circuito comercial dominante, onde se negociavam escravos e alimentos”.

De tal modo, para Dias (2007), as lavouras mercantis de mandioca ficavam principalmente a cargo dos escravos, uma vez que a mão de obra indígena voltava-se em grande parte para atividades que envolviam o conhecimento e domínio que tais populações detinham acerca do território e das matas, exercendo, por exemplo, a prática do corte de madeiras e do transporte destas pelas vias fluviais.

Sobre os proprietários de escravos na capitania, conforme Silva (2007), em seu texto *Cultivando a liberdade: Alforrias em Ilhéus (1710-1758)*, que também faz parte da obra *Um lugar na história*:

Os maiores produtores e, portanto, aqueles que possuíam mais escravos em Ilhéus eram os jesuítas. Os demais, em sua maioria, eram pequenos e médios proprietários, que nem por isso deixavam de ser escravistas (SILVA, 2007, p. 124).

As dinâmicas que envolveram a atuação e o protagonismo da população negra na Capitania de Ilhéus, entretanto, vão além da lógica de estruturação do escravismo e apontam para algumas ocorrências que merecem ser aqui destacadas. Dias (2007) destaca que a quantidade de alforrias concedidas em troca do pagamento do próprio escravo na Vila de Ilhéus, conforme os livros de nota da vila, indicam a existência de formas de ganho monetário dos cativos desde o início do século XVIII.

Segundo a autora de *Cultivando a liberdade*, “os pequenos e médios proprietários utilizavam os escravos nos cultivos de suas roças e em outros ofícios como barbeiros e ferreiros, sendo que algumas vezes até os alugavam” (SILVA, 2007, p. 133). O período estudado pela autora revela ainda que a população negra era composta por um número maior de homens do que de mulheres. Entretanto, eram as mulheres, conforme o estudo demonstra, que alcançavam a alforria com mais frequência na Vila de São Jorge dos Ilhéus.

Na direção das formas de organização do escravismo e dos movimentos para a produção e economia de subsistência, Dias (2007) afirma que:

A dificuldade não somente de comprar escravos, como de mantê-los, suscitou na capitania o estímulo à constituição da família escrava, assim como a ocorrência cotidiana de várias formas de relações de produção identificadas com o que se convencionou chamar de “brecha camponesa” (DIAS, 2007, p. 79).

Tal “brecha camponesa”, segundo o autor, no contexto do Brasil, refere-se à “concessão por parte do senhor de parcelas de terra e de tempo para que o escravo trabalhasse para o seu sustento e da família e, eventualmente ou constantemente, conforme o caso, vendesse o excedente no mercado ou para o próprio senhor” (DIAS, 2007, p. 79). Essa brecha funcionava então como motor para um mercado marginal entre senhores e escravos e escravos e escravos, quando, segundo Dias (2007):

Ao que parece, diferentemente da maioria dos senhores de engenho do Recôncavo, mais capitalizados, os produtores da capitania de Ilhéus não detinham os meios para comprar no mercado os produtos necessários à sobrevivência da escravaria (DIAS, 2007, p. 80).

Ou seja, como alimentar a população escravizada da Capitania de Ilhéus se as terras do Sul eram obrigadas a abastecer Salvador e seus entornos, num rígido controle de preços e produção para subsistência? A “brecha camponesa” parece ter sido, neste contexto, uma alternativa viável à situação de dificuldade enfrentada pela capitania que, a grosso modo, produzia para a venda e, portanto, para a manutenção de Salvador e seus entornos e padecia quanto ao seu próprio consumo. Dito de outra maneira, era a busca por uma opção em que os escravos produzissem para a venda, sob o regime do escravismo, e também para a sua sobrevivência e de sua família. Tratava-se, assim, de outra forma de delineamento das relações sociais e econômicas até então estabelecidas pelo sistema colonial e de escravismo (SILVA, 2007; DIAS, 2007).

A “brecha camponesa” teria, assim, feito com que, segundo Reis (1996, p. 363) “nas regiões produtoras de farinha, como eram muitas áreas da comarca de Ilhéus, a instituição da roça parece ter sido bem mais significativa”. Assim, teria o sistema de roças se exercido na região como principal mecanismo de garantia da sobrevivência das populações negras do Sul baiano. Paralelas à produção de farinha de mandioca, roças de arroz, feijão, milho, banana e outros víveres foram sendo cultivadas ao longo do território da Capitania de Ilhéus (DIAS, 2007), revelando, deste modo, o potencial de produção, sobrevivência e protagonismo das populações negras das terras do Sul baiano frente ao desenvolvimento econômico dessa região e à luta pela liberdade. Nesse sentido, Silva (2007) assevera que:

As roças garantiam uma certa autonomia econômica aos escravos, na medida em que delas eles retiravam o seu sustento e a possibilidade de comprar a alforria. Em Ilhéus, onde a principal forma de ganhar dinheiro era a lavoura, quer de mandioca, quer de outros gêneros alimentícios, os escravos acabavam cultivando para o senhor, para a sua subsistência e para a realização de um sonho: a liberdade (SILVA, 2007, p. 139).

Desse modo, o cultivo da terra, a aragem, o plantio e a colheita tornaram-se, pois, a base do modo de vida e sobrevivência das populações negras da Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Tal ligação com a terra acabou por gerar entre essas populações e o território que ocupavam uma relação identitária, em que a terra simbolizara a garantia da própria vida e sobrevivência dos sujeitos.

Logo, com a abolição da escravatura, é provável que a “brecha camponesa” tenha se desdobrado numa espécie de acordo entre fazendeiros e negros e negras livres, em que estes poderiam continuar nas terras em que residiam se continuassem trabalhando para os fazendeiros, mesmo que sem o recebimento de um salário, visto que moravam nas terras “dos fazendeiros” e geravam a partir dela e de outras atividades o sustento familiar.

Para o prosseguimento da discussão encaminhada neste capítulo, importante se faz situar que a Capitania de São Jorge dos Ilhéus era composta por, comarcas, vilas, aldeamentos e colônias, espécies de núcleos de ocupação e produção, que constituíram as principais características desse território. Dentre as vilas, a de Barra do Rio de Contas, atual Itacaré, e a vila sede da capitania, a vila de São Jorge dos Ilhéus, atual Ilhéus, são de especial interesse aqui, uma vez que o território da Vila de Serra grande, campo de pesquisa aqui abordado, fez parte do território sede da vila de São Jorge dos Ilhéus, como afirma Silva (2007):

Neste período, o termo da vila se estendia para o sul até o rio Una e, para o norte, até o rio Tijuípe, limites de Camamu, e abrangia diversas moradas de família que habitavam as margens dos rios Cachoeira, do Engenho, Esperança, Fundão e Itaípe (atual Almada) (SILVA, 2007, p. 128).

Como a foz do Rio Tijuípe está localizada na praia do Pompilho em Serra Grande, no município de Uruçuca, encontramos evidencia de que o território da Vila de Serra Grande pertenceu à Capitania de São Jorge dos Ilhéus, mais precisamente à vila sede da capitania, denominada vila de São Jorge dos Ilhéus, cuja vizinha ao norte era a vila Barra do Rio de Contas, atual Itacaré, na qual, no século XIX, João José Reis relatara a existência do Quilombo do Oitizeiro e Valdinéia de Jesus Sacramento apontara a existência do Quilombo do Borrachudo.

O território da Vila de Serra Grande está situado, portanto, no limite fronteiro do que fora a vila sede de São Jorge dos Ilhéus e como território fronteiro no passado, entre a vila de Barra do Rio de Contas e a vila de São Jorge dos Ilhéus, e no presente, entre os municípios

de Ilhéus e Itacaré, é possível que traços identitários de ambas as vilas, das quais se originaram os municípios citados, estejam relacionados ao surgimento e a constituição da Vila de Serra Grande no século XX, erguida no alto de uma serra no corredor central da Mata Atlântica, na costa litorânea do Sul da Bahia.

Sobre as vilas Barra do Rio de Contas e São Jorge dos Ilhéus, Dias (2007) afirma que:

A Barra do Rio de Contas foi descrita como pequena, cuja produção de farinha e algum arroz era o fruto do trabalho dos seus moradores, igualmente classificados como pobres. Na vila sede da capitania, São Jorge dos Ilhéus, os moradores também foram vistos como pobres, e viviam de “...fazer roças, arroz, feijão e 17 engenhocas de moer cana-de-açúcar para fazerem aguardente e melaço, e serrar madeiras de jacarandá e vinhático” (fls. 9-10) (DIAS, 2007, p. 217).

Tais características dessas vilas teriam se mantido, segundo o autor, até o século XIX, marcado por consideráveis alterações nas estruturas sociais e políticas da até então colônia de Portugal.

No que diz respeito ao contingente populacional e a dinâmica econômica do território da Capitania de Ilhéus em meados do século XIX, devido à suposta crise de mão-de-obra decorrente da proibição do tráfico de escravos em 1850, segundo Lyra (2007, p. 233), em seu texto *A “crise” de mão-de-obra e a criação de colônias agrícolas na Bahia: 1850 – 1889*, “um dos problemas que mais preocupou os governantes e a elite agrária baiana foi a crise de mão-de-obra agrícola”. Tal situação fez com que houvesse uma remodelagem na organização da produção, tratava-se da criação de colônias agrícolas. O estudioso afirma que:

Tanto os governantes como os produtores de açúcar da região atribuíam o declínio da economia à falta de braços para o trabalho agrícola, e tal suposição foi responsável não só pela importação de mão-de-obra estrangeira livre como também pela formação de vários núcleos coloniais agrícolas na Bahia, na segunda metade do século XIX (LYRA, 2007, p. 233-234).

Deu-se início, portanto, segundo o estudioso, à importação de mão-de-obra estrangeira livre e a formação dos núcleos coloniais agrícolas na Bahia, decorrentes de um argumento que, conforme atesta o autor, não se sustenta: à falta de braços para o trabalho agrícola. Como faltava mão-de-obra para a prática e desenvolvimento agrícola na Bahia se as populações negras foram lançadas à sorte de uma abolição que, amparada pela Lei de Terras de 1850, não reparara nem concedia um lugar à essas populações no projeto de país posto em execução pela ordem do capitalismo mundial, alicerçada pelo eurocentrismo hegemônico?

Como a atividade mais expressiva da Capitania de Ilhéus era a produção agrícola, em considerável parte de insumos para subsistência, exercida majoritariamente pelas populações negras escravizadas, o estabelecimento de colônias agrícolas no Sul da Bahia, justificado por uma suposta crise de mão-de-obra acarretada pela proibição do tráfico de escravos, datada no

mesmo ano em que se estabelecia a Lei de Terras de 1850 – que assegurava a propriedade da terra aos senhores do capital – anunciava mais que uma “dificuldade” em relação à mão-de-obra para as lavouras da Bahia. Inaugurava-se no Brasil um projeto político-social, territorial e cultural para a formação de uma ideia de Brasil e de povo brasileiro, pautada no eurocentrismo, na brancura, na ascensão do capitalismo e nas implicaturas da modernidade. O que era/deveria, pois, ser o Brasil? Quem era/deveria ser o povo brasileiro? Um lugar de populações majoritariamente negras e indígenas não parecia nada satisfatório aos ideais que se buscavam.

Assim, em decorrência das envergaduras empunhadas sobre o Brasil e o mundo no século XIX, os movimentos na direção de um ideal de Brasil e de brasileiro a serem alcançados foram muitos, mas aqui apontaremos um que, no contexto da discussão sobre a colonização do Brasil e a formação do território nacional, assim como do Litoral Sul da Bahia, apresenta-se como de salutar preponderância para este trabalho. Trata-se da imigração direcionada de europeus para o país *maximizada*¹⁷ no século XIX.

Conforme alega Seyferth (2008, p. 1) no artigo intitulado *Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político*:

A grande emigração de europeus para o continente americano coincidiu com o processo de consolidação dos estados nacionais e, conseqüentemente, produziu debates intensos sobre direitos de naturalização e cidadania, e possíveis interferências de governos estrangeiros junto aos seus “nacionais” em diáspora, além das previsíveis definições dos imigrantes preferenciais (SEYFERTH, 2008, p. 1).

Conforme os argumentos que estamos tecendo, a emigração de europeus para o continente americano não *coincidiu* com o processo de consolidação dos estados nacionais, mas, antes, no contexto brasileiro, a emigração de europeus funcionou como projeto, estratégia a serviço do eurocentrismo e capitalismo que deveriam sustentar o ideal de nação emergente nos territórios colonizados da América.

Nesse sentido, segundo Lyra (2007), começou a ser incentivada, na segunda metade do século XIX, a política de imigração estrangeira. No contexto da Bahia, nesta política

¹⁷ Acentuamos o uso de tal termo pois em uma análise mais profunda acerca do processo de expansão marítima iniciado no século XV e, com ele, o advento da modernidade, constata-se que o principal mecanismo para a colonização da América foi a imigração. Uma imigração voluntária, direcionada e motivada, em que as ideias de conquista, colonização, civilização, evangelização e dominação do novo mundo estavam intrinsecamente atreladas ao deslocamento de europeus para a América. Assim, quando os primeiros europeus desembarcaram em terras americanas, eram imigrantes antes de colonizadores. Todavia, ao se colocarem e agirem como “descobridores” e “superiores” às populações indígenas que aqui existiam (e existem!), automaticamente, a identidade de colonizador prevalecera sobre a de imigrante. No entanto, não se pode desconsiderar a íntima relação existente entre imigração e colonização e também entre imigração e embranquecimento/branquitude.

parecia estar implícita não só a crise de mão-de-obra decorrente do declínio da escravidão, mas:

A desestruturação da pequena produção, gerada não apenas pela evasão de escravos das pequenas propriedades, mas também pelas secas constantes e pelas novas medidas adotadas com o novo instrumento legal – a Lei de Terras de 1850 – que deveria agir como elemento reorganizador do acesso à terra (LYRA, 2007, p. 250).

Ou seja, paralela à proibição do tráfico de escravos – e não da escravização de africanos –, a Lei de Terras de 1850 funcionava como aparelho político-econômico de controle da propriedade da terra, sendo que em seus termos formais estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra e abolia, em definitivo, o regime de sesmarias. Logo, quando da abolição, ser livre, mas está privado da propriedade da terra, tornava-se condição oportuna à perpetuação da exploração e marginalização das populações negras.

A propriedade da terra despontava, então, como o produto-bem mais valioso do modelo que se instituía, a colônia agrícola, uma vez que, com base nos estudos de Lyra, parecia tratar-se, principalmente, do controle sobre a propriedade das terras do Sul da Bahia, cujas populações eram maciçamente negras e indígenas.

Visto que a política para a criação das colônias agrícolas na Bahia esteve ligada ao projeto imigratório, que buscava substituir a mão-de-obra escrava pela livre, em termos de um projeto nacional para o Brasil, almejava-se substituir as populações negras e indígenas por imigrantes europeus brancos, o que se configurou mediante o eurocentrismo e seu racismo estruturador, uma vez que tal era a inclinação das potências europeias no que concerne ao projeto capitalista civilizacional do século das revoluções industriais que reclamava a criação de uma categoria fundamental aos objetivos de desenvolvimento do sistema capitalista, tratava-se da emergência de uma classe trabalhadora livre – para a formação do proletariado.

Conforme defende Lyra (1982, p. 7) embora não existisse ainda, “na primeira metade do século XIX, uma certa direção e objetividade na política de colonização, a qual se caracterizava, no entanto, como uma política permissiva de acesso à terra por parte de imigrantes estrangeiros”.

No tocante ao projeto das colônias agrícolas para a Bahia, Lyra (2007) afirma que:

Foram incentivadas, na Bahia, na segunda metade do século XIX, duas formas de colonização: a colonização nacional e a colonização estrangeira. Esses dois tipos de colonização tiveram características próprias. No entanto, não parece que os dirigentes da Província estavam apenas interessados em resolver um problema social. [no caso da criação de colônias nacionais] O direcionamento desse contingente pobre para a região Sul da Bahia deveria estar ligado a razões econômicas. Não devemos esquecer que, a partir do final do século XIX e princípio do XX, foi exatamente nessa região que a lavoura do cacau veio substituir o açúcar nas pautas de exportação do Estado da Bahia. Em 1870, o presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins, declarou que a Bahia depositava grandes esperanças

nas comarcas do Sul, intitulado-as de “o celeiro da Província” (LYRA, 2007, p. 249).

Mais uma vez a atividade agrícola fora feita o maior investimento econômico nas terras do Sul baiano, já que, conforme assevera o autor, “as comarcas do sul da Bahia se apresentavam, até o final do século XIX, como uma área em potencial para a expansão agrícola”, sedimentando assim a fama de ser o Brasil um país agrícola.

O autor defende que “a região Sul da Bahia apresentava-se, durante todo o século XIX, como uma *área pouco povoada e com abundância de terras*, portanto, uma área em potencial para a expansão agrícola” e para o direcionamento de imigrações estrangeiras. Nesse sentido, alega que:

A criação de núcleos coloniais agrícolas na região Sul da Província estava diretamente ligada a uma política governamental para, muito mais que proporcionar a fixação de colonos como proprietários de terras, direcionar para aquela região o excedente populacional existente na Província (da Bahia) (LYRA, 2007, p. 253).

Quanto à formação de colônias nacionais na Bahia, mediante estudo de Lyra (2007), na Província da Bahia, na segunda metade do século XIX, foram criadas sete colônias agrícolas formadas por nacionais. Todas elas, segundo o autor, foram localizadas ao sul da Província de Salvador, por iniciativa oficial. Foram elas as colônias Sinimbu, Nacional do Rio de Contas, Salto do Rio Pardo, Nacional Agrícola, Comandatuba, Cachoeira e Jequiuriá. Podemos afirmar, conforme argumenta Lyra (2007), a respeito da motivação para o estabelecimento das colônias nacionais que:

A própria criação de colônias nacionais – sempre levada a efeito para resolver um problema social de excedente populacional (em Salvador) devido às constantes “secas” que periodicamente ocorriam na região Norte da Província – ilustra também que a crise realmente ocorrida na Província era muito mais de liberação de mão-de-obra do que falta de braços (LYRA, 2007, p. 250).

Portanto, constata-se que as colônias nacionais estabelecidas nas terras do sul da Província da Bahia tinham como interesse direcionar e receber populações em situações de miséria e pobreza de outras regiões da província para as longas extensões de terras férteis do Sul baiano. Ou seja, tratava-se também do encaminhamento de mão-de-obra para a exploração do potencial agrícola da região.

Deste modo, o plano para a criação de colônias agrícolas na Bahia caminhou na direção do povoamento das amplas extensões de terras produtivas ao sul da província de Salvador através de migrações direcionadas de nacionais e estrangeiros. Migrações estas que movimentaram as dinâmicas de formação territorial do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia.

Há de se perguntar, afim de melhor elucidar o plano da formação das colônias agrícolas, quem foram os administradores de tais colônias criadas oficialmente pelo governo. O trabalho de Lyra (2007) aponta para elites econômicas brasileiras, de descendência europeia, e para elites europeias como figuras responsáveis pela administração das colônias que foram estabelecidas na região sul da Bahia.

Por sua vez, os colonos, aqueles que se dedicavam à atividade agrícola, que lidavam com a terra, eram nas colônias agrícolas nacionais, segundo Lyra (2007):

Os colonos nacionais eram basicamente pessoas pobres: alguns, moradores da própria região onde se estabeleceram as colônias agrícolas, outros, flagelados de secas do norte da Província (de Salvador). Através dos pedidos de atestado para engajamento nas colônias agrícolas nacionais, encontramos geralmente pessoas naturais das comarcas do sul da Bahia e, através das falas dos presidentes da Província, encontramos referências ao aproveitamento da população “vagante”, flagelada pelas contínuas secas do Sertão baiano, para a formação de núcleos coloniais (LYRA, 2007, p. 246).

Quanto às colônias agrícolas formadas por estrangeiros, o autor alega, mediante pesquisas, que:

Em 1873, através da Empresa Moniz, formada pelos fazendeiros Egas Moniz Barreto de Aragão e Policarpo Lopes de Leão, foram criadas quatro colônias agrícolas no Sul da Bahia formadas por estrangeiros. Esses empresários estabeleceram três colônias estrangeiras: a colônia Muniz, a Theodoro e a Rio Branco. Além disso, celebraram um contrato com Jorge Adolfo Stolze, em setembro de 1873, para estabelecer, em sua fazenda no Rio Pardo, 50 famílias de alemães, colônia essa que se denominou Carolina (LYRA, 2007, p. 253-254).

Ao tratar dos dados analisados sobre as colônias formadas por estrangeiros, Lyra (2007) informa o seguinte:

As primeiras levas de estrangeiros trazidas pela Empresa Moniz começaram a chegar à Bahia em março de 1873, e vieram acompanhadas de um sacerdote, um professor, um médico, um boticário e um enfermeiro. Ao findar esse ano, o total de colonos importados chegou a 1.825, todos provenientes da Europa (na sua quase totalidade alemães e poloneses), a fim de serem estabelecidos nas quatro colônias criadas (LYRA, 2007, p. 257).

Tendo tido a colônia Carolina breve existência devido à dificuldade de adaptação por parte dos estrangeiros, segundo o autor, testifica-se que:

As demais colônias da Empresa Moniz foram estabelecidas entre Ilhéus e Canavieiras, no Sul da Bahia. A colônia Moniz situava-se meia légua ao Sul do Porto de Comandatuba. As colônias Theodoro e Rio Branco, à margem direita do rio Una, conforme descrição e mapas feitos em 1875 pelo engenheiro da Província Manoel Joaquim de Souza Brito, encarregado das colônias do Estado ao Sul da Província (LYRA, 2007, p. 255).

No que concerne à dinâmica de tais colônias formadas por estrangeiros no sul baiano, o autor expõe o insucesso destas ao afirmar em seu texto sobre a criação de colônias agrícolas na Bahia que:

No final do ano de 1873, a Empresa Moniz declarou o seu insucesso. Egas Moniz B. de Aragão e Polycarpo Lopes de Leão dirigiram-se à Presidência da Província solicitando que fosse encaminhado ao Governo Imperial o cancelamento do contrato celebrado em 1872, que deu origem à Empresa Moniz, no qual se comprometiam a estabelecer 10.000 estrangeiros agricultores na Bahia. Pediam, também, que ficassem a cargo do governo as colônias por eles estabelecidas. Justificaram tal atitude pela impossibilidade de continuarem a fazer as grandes despesas que inesperadamente começaram a aparecer. Tais gastos, inclusive, foram considerados como sendo a principal causa da ruína da fortuna de Polycarpo Lopes de Leão (LYRA, 2007, p. 260).

As colônias formadas por estrangeiros demonstraram, então, conforme Lyra (2007) uma dinâmica conturbada de prejuízos ao empreendimento inaugurado com a justificativa da obtenção de mão-de-obra livre para as terras do Sul da Bahia, isto é, a imigração. Deste modo, Lyra (1982, p. 6) coloca que “nos diferentes períodos de uma política de imigração e colonização a nível imperial, tudo o que se pôde localizar foram as várias experiências de insucesso da colonização na Bahia”.

Ainda numa avaliação das colônias agrícolas formadas no sul da Bahia, fazendo o comparativo entre as duas modalidades operantes, o autor afirma:

As colônias formadas por nacionais tiveram uma dinâmica bem maior do que as formadas por estrangeiros. Algumas delas chegaram a produzir alimentos não só para a auto suficiência da própria colônia, mas também para o abastecimento de Salvador e de outras localidades circunvizinhas (LYRA, 2007, p. 268).

Logo, com o instantâneo fracasso das colônias formadas por estrangeiros no Sul da Bahia revela-se que o argumento da “crise de mão-de-obra” alegado pelo Governo Imperial para a importação de mão-de-obra estrangeira livre, especificamente, de alemães, poloneses e outros povos das regiões da Europa Central e do Leste europeu (LYRA, 1982) servira fundamentalmente ao propósito de embranquecimento da população brasileira, do Sul baiano, majoritariamente composta pelas populações indígenas e negras. Ou seja, tratara-se de um movimento estratégico para o embranquecimento da população – negra e indígena – que mais tarde sofreria com o desserviço de uma das invenções que mais drasticamente afetam a compreensão de nossa história: o mito da democracia racial.

Logo, percebe-se a intrínseca relação existente entre a imigração de europeus para a América e as práticas de colonização e embranquecimento que compuseram o projeto eurocêntrico e racista de formação dos Estados-Nação nesse território. A imigração de europeus direcionada para o Sul da Bahia na segunda metade do século XIX exemplifica o

projeto moderno de colonização, baseado no embranquecimento, na europeização e na modernização, ostentadas pelo sistema do capital.

Concluimos então que o Litoral Sul da Bahia constituiu-se como território (i) de intensa produção agrícola decorrente da colonização e consequente exploração do potencial das abundantes e férteis terras do bioma Mata Atlântica e seu litoral; (ii) abastecedor da província de Salvador e seus entornos, o que corresponde atualmente aos territórios do Estado da Bahia, do Sergipe e parte do Estado do Alagoas; (iii) de protagonismo das populações indígenas e negras, tendo sido estas responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social dessa região e pela produção de alimentos para a Capitania da Baía de Todos os Santos; e (iv) alvo de imigrações direcionadas de europeus no século XIX, a partir, sobretudo, da Lei de Terras de 1850.

Nessa perspectiva, podemos afirmar, numa perspectiva sócio-histórica, que o território do Litoral Sul da Bahia, onde está situada a Vila de Serra Grande, foi até o século XIX caracterizado por dinâmicas de exploração das terras e da mão-de-obra indígena e negra nesse território empregadas. Além disso, é possível entrever um interesse especial, particular do capital nesse território, diante de suas potencialidades, sejam elas voltadas para a dimensão do território, a fertilidade das terras ou ainda a riqueza dos demais recursos naturais. A exploração da mão-de-obra das populações negras e indígenas, bem como a violência investida contra a existência dessas populações no decorrer da colonização (e também depois dela) caracterizam a configuração desse território alvo de imigrações no século XIX e nos séculos seguintes (como veremos, especificamente no século XXI), transcrevendo, portanto, o interesse do capital estrangeiro nesse território e a violência investida contra as populações e territorialidades negro-indígenas do Litoral Sul baiano.

No que concerne ao litoral do Território de Identidade do Litoral Sul – que abrange a costa litorânea dos municípios de Maraú, Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una e Canavieiras – dados do IBGE (2010) revelam que esse território tem sido alvo da imigração internacional, predominantemente, de europeus e norte-americanos (SOUZA; MARQUES DE SOUZA OLIVEIRA; DE OLIVEIRA, 2020). Se no passado a imigração de europeus expressara os ideais de embranquecimento da população brasileira e da branquitude capitalista, no início do século XXI tal imigração, no contexto do território da Vila de Serra Grande em Uruçuca, tem expressado que relações e mediado a produção de quais identidades no contato com um território e população local negro-indígena? A fim de elucidarmos tal questão ao longo desta dissertação buscamos no próximo capítulo apontar as formas de vida e ocupação originárias da formação desse território e de sua comunidade em meados dos anos de 1940 e 1950, assim

também como as relações e forças de poder que atravessam a sua constituição, a partir da narrativa de História de vida elaborada por duas de suas moradoras nativas.

6 NARRATIVAS NEGRO-INDÍGENAS: MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO NA VILA DE SERRA GRANDE

“Ser Severino é personificar a História, é a História se concretizando” (CIAMPA, 2005, p. 25).

Conforme os capítulos anteriores elucidaram, o território enquanto universo simbólico é esse lugar de contradições, de disputa de sentidos, de imaginários e de narrativas. É por isso que voltamos a partir deste momento à busca pelas vozes das narrativas que nos foram apresentadas como compondo esse território, o território da Vila de Serra Grande. Porque a historiografia oficial, considerada registro do real, e, portanto, portadora da verdade acerca dos lugares, dos tempos, dos sujeitos e das coisas, não pode suprimir, não deve cancelar a validade das histórias locais, particulares à vida daqueles que a vive(ra)m e a contam como que fazendo parte da identidade de si e do território que constituem. É por isso que nos voltamos agora à elaboração de uma genealogia do território da Vila de Serra Grande a partir das narrativas de seus moradores nativos, obtidas através de *pesquisa de campo*¹⁸ realizada no ano de 2019.

Considerando a dimensão do tempo e das experiências vividas no enigma que o envolve e o especifica enquanto unidade de existência em Tempos Vivos e Tempos Mortos, texto que compõe a obra *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*, Bosi (2003) coloca que:

Existe, dentro da história cronológica, outra história mais densa de substância memorativa no fluxo do tempo. Aparece com clareza nas biografias; tal como nas paisagens, há marcos no espaço onde os valores se adensam. O tempo biográfico tem andamento como na música desde o alegre da infância que aparece na lembrança luminoso e doce, até o adagio da velhice (BOSI, 2003, p. 2).

É sobre esse tempo inscrito na subjetividade que objetiva a história de vida dos sujeitos que nos orientamos para contatar o universo das experiências e vivências expressas nas narrativas de duas moradoras nativas da Serra Grande. César Ades do Instituto de Psicologia da USP ao resenhar o texto *A memória partilhada* da autora escreve que:

Ecléa Bosi explora o campo de experiência pessoal com os eventos do dia-a-dia, registrados na lembrança, contados para outrem. Não é a memória que se tranca em si mesma, mas a que partilha seus conteúdos quando há um ouvido disponível e atento, e que os define, no próprio ato de contar. Há uma história oficial, a dos manuais e das datas importantes que todos nós quando estudantes, e sob protesto,

¹⁸ A fase de imersão no campo de investigação aconteceu em outubro e novembro de 2019, tendo sido interrompido o período etnográfico programado no cronograma desta pesquisa em razão da Pandemia da Covid-19 alastrada ao longo do ano de 2020; o que, todavia, não impossibilitou a realização e conclusão deste estudo.

tivemos de decorar. A que se refere Ecléa é outra história, a de cada um, construída ao longo da vida, a partir de um cotidiano muitas vezes corriqueiro mas sempre relevante (ADES, 2014, p. 1).

Enfatizando a relação entre memória, como a compreende Ecléa Bosi, História de vida, como concebe Antônio da Costa Ciampa ao abordar a identidade como processo histórico, temporal e social, e território, enquanto instância de poder político e simbólico, é que realizamos a genealogia do território da Vila de Serra Grande a partir daqueles e daquelas que o produziram e o produzem nos muitos processos de rememoração da vida vivida e do lugar de vivência dessas memórias.

Tendo como braços marítimos a costa que leva até Itacaré, de um lado, e Ilhéus, do outro, a Vila de Serra Grande foi levantada no pico da Serra, a certa distância do mar. Todo o seu Leste é encoberto pelo Atlântico e a Oeste deste uma extensa cobertura de área verde do bioma Mata Atlântica. No interior desta área estão rios, como o Tijuípe e o Tijuipinho, além de cachoeiras, represa, lagoas e manguezais. Em síntese, um território rico em recursos hídricos e paisagens naturais. Sobre a localização da comunidade de Serra Grande, consideramos o que coloca Oliveira (2020, p. 130) ao afirmar que os territórios quilombolas apresentam “constituição altamente organizada em termos estratégicos e proximidades de áreas ambientais ricas em recursos hídricos, extensão para cultivos agrícolas e desenvolvimento de pecuária e subsolo com fontes de minérios”.

Segundo os moradores nativos mais antigos, as primeiras ocupações de que se tem registro acerca da Vila de Serra Grande datam a década de 1940 e 1950 e foram dando-se aos arredores do Rio Tijuípe, que nasce na região e corta a Vila em direção ao mar. Onde deságua, entre as chamadas praias do Pompilho e da Barra, fez-se local atrativo para as práticas da pesca e da mariscagem.

Isolada geograficamente pela ausência de estrada que ligasse o território a Ilhéus, principal polo comercial da região, e a Itacaré, cujo porto movimentara considerável escoamento da produção agrícola, os moradores da Vila de Serra Grande tinham como principal forma de deslocamento para os municípios citados a caminhada pela encosta marítima e o transporte por meio de caminhões que seguiam pela praia quando a maré estava baixa. Conforme relato da moradora nativa que aqui chamaremos de Dandara¹⁹ acerca do acesso à Vila:

¹⁹ Trata-se de uma mulher negra, nativa de Serra Grande, 72 anos de idade, professora aposentada, Fundamental I completo, separada, mãe de três filhos, membro da associação de agricultores de Serra Grande.

Aqui o carro não subia, né, então levava tudo para o pé da Serra. E lá embaixo no pé da Serra tinha tipo um armazém e era do pai de Edmundo que era dos Ribeiro e aí a gente viveu assim.

Aqui não subia carro, carro só vinha até o pé da ladeira, esses homens que era tropeiro levava a mercadoria para o pé de Serra pa do pé de serra levar para Ilhéus pela praia, porque os caminhão rodava pela praia naquela época (DANDARA, 2019).

O percurso da Vila até o ponto da praia, conhecido como Pé de Serra, era percorrido a pé pelos moradores e o transporte da produção ficava a cargo dos animais, através das tropas e dos tropeiros. A outra rota de acesso terrestre possível ligava o território ao município de Uruçuca através de uma estrada de chão que cortara a mata, onde atualmente estão concentradas grande parte das terras do PESC. Acerca da rota para Uruçuca pela estrada de chão, a moradora informa que:

Antigamente a gente ia aqui pela estrada de chão aqui para Uruçuca, é a mesma distância (que para Ilhéus) só que é estrada de chão e quando chovia, meu Deus, quase carro nenhum rodava por aqui (DANDARA, 2019).

Sobre o atual território da Vila de Serra Grande e a vivência de sua família associada à terra, à mata e ao mar, a moradora nativa que aqui chamaremos de Jaci²⁰ diante de seu quintal e da máquina de costura que pertencera a sua avô lembra que:

Isso aqui tudo era mata "fia", não tinha casa em canto nenhum aqui, por que eu morava lá no sítio, lá na praia, tem a praia do Pompílio? sim eu morava lá, meu padrasto tomava conta dali daquele sítio, aí eu me criei ali, eu e mais 4 irmãos se criemos ali (JACI, 2019).

Jaci revela em sua narrativa a vivência da infância junto ao litoral e à avó, num sítio onde o padrasto – o marido da avó – era empregado. Ela e os irmãos foram criados neste cenário em que as formas de vida e sobrevivência ligadas à relação com o território e a família fizeram com que tais crianças desenvolvessem as atividades da pesca, da mariscagem, da agricultura, da ervaria, da reza e de partear.

Sobre os acontecimentos que marcaram a infância de Jaci e a sua experiência de sujeito-criança do território, a moradora nativa segue contando que:

Então nessa época aqui a gente só estudava até a quinta série, aí quando chegava na quinta, por que só tinha professora até esse nível, hoje é quinto ano né? quando chegava nesse nível tinha que sair pra algum lugar, pra estudar porque aqui não tinha, tinha que ser em Ilhéus, não era nem Uruçuca, e aí quem tinha alguma financeirazinha que conseguia, ia, quem não tinha, eu parei na quinta série, porque assim eu fui criada adotiva e minha avó e meu padrasto e não era nem meu avô na época, e meu pai sumiu, me largou eu tinha 5 anos, sumiu até o dia de hoje, não encontrei mais nunca, minha mãe casou com outro, e aí eu fiquei, eu e mais 3 irmãos, agradeço a Deus né porque me criaram com amor e carinho, então eu estudei até a quinta série (JACI, 2019).

²⁰ Trata-se de uma mulher parda, nativa da região, 72 anos de idade, marisqueira e erveira, Fundamental I completo, casada, mãe de doze filhos, membro da associação de pescadores e marisqueiras de Ilhéus.

A voz da menina que só estudou até a quinta série do Ensino Fundamental revelada na narrativa de Jaci crescida – já bisavó – deixa desaguar em tom de confissão um desejo e uma mágoa da criança que viveu naquele território e sob as circunstâncias a ele impostas:

Porque meu sonho era estudar, não vou mentir pra você não, mas meu sonho era estudar, mas só, infelizmente fui até a quinta série (JACI, 2019).

Dandara, moradora nativa da Vila de Serra Grande, *encontrada* em seu quintal, repleto de árvores e plantas, diante de um cacauzeiro, conta que na década de 1950 deveria haver na Vila entre seis e oito moradores. Ao quantificar estes moradores estava se referindo aos homens de cada família que ali se encontrava. Dentre estes homens, estava seu pai, que vivia da agricultura e dos serviços prestados como tropeiro. Trabalhando em fazendas, nas quais também moravam e desenvolviam atividades agrícolas, a maioria desses moradores tinha na relação com a terra e com a natureza o cenário de suas formas de vida e de subsistência. Segue trecho da narrativa:

E na época que, mais ou menos assim, na década de 50 deveria ter aqui uns seis moradores só, tinha um senhor, que era o avô de Duda, morava lá na Vila Badu, chamava Severo. Tinha aqui no campo um senhor que chamava Euclides também. O Pedro Gomes, que era o que vivia aqui. Eu nasci em 48, então com 12 anos eu já lembrava, eu já lembro de tudo. Então quando eu nasci aqui tinha uns seis a oito moradores, pouquíssima gente, né (DANDARA, 2019).

A relação desses moradores com os fazendeiros, proprietários dessas fazendas, girava, segundo informações das moradoras nativas, em torno da exploração do trabalho, que não era pago ou, quando feito, precariamente, uma vez que os fazendeiros permitiam que morassem em suas terras e estivessem sob a sua proteção, numa espécie de troca, típica da condição de vassalagem, característica do modelo administrativo instalado nas terras brasileiras após a abolição da escravatura no século XIX. A respeito dessas relações, Dandara continua sua narrativa relatando que:

Sou filha de agricultor, meu pai era empregado de fazenda e não tinha salário, fazenda não, um sítio, uma roça que ele mesmo fez que era do coronel Bonfim e ele trabalhava para esse coronel Bonfim, que era o filho dele, o doutor Ivo Bonfim, que eram lá de Itacaré e meu pai não tinha salário. Então meu pai botava roça e a gente tinha tudo da roça, tudo assim de verdura, muita farinha, criava muito porco, muita galinha, essas coisas assim. Os filhos dele foi criado assim, a gente não tinha uma casa que prestasse, era uns ranchos de palha, mas a gente se alimentava bem pelo que a gente produzia da roça. A minha mãe gostava de plantar e meu pai para arranjar um dinheirinho era tropeiro desse Pedro Gomes, né, o Pedro Gomes que dava o dinheiro a pai, porque meu pai tinha uma tropa, sabe o que é tropa, né, é animais, carga, carregando carga, puxando madeira para o pé de Serra, farinha (DANDARA, 2019).

Diante das circunstâncias em que viviam, para sobreviver, o pai e a mãe de Dandara plantavam roças. Para ajudar na renda, o pai também prestava serviço como tropeiro,

carregando carga no lombo de animais. Assim, conseguiam a alimentação para a família. O enunciado *“a gente não tinha uma casa que prestasse, era uns ranchos de palha, mas a gente se alimentava bem pelo que a gente produzia da roça”* demonstra o que era vital para a família: ter o que comer. O valor da vida para a família baseia-se na presença ou na ausência da alimentação. A vida era boa, se tinham o que comer. A forma da habitação não tinha tanta importância, não era preponderante para quem precisava lutar tanto para ter o básico.

Assim, podemos perceber a relação de exploração vivida pelo pai de Dandara, relação semelhante ao sistema da brecha camponesa abordado no último capítulo. O pai da moradora trabalhava para o coronel Bonfim e não recebia salário. Sobre a condição de trabalho do pai a moradora Dandara discorre que:

No fim da história é que ele era o trabalho escravo, com trinta anos ele acertou conta com o patrão e o patrão perguntou quanto era os tempo dele, meu pai analfabeto, não tinha noção de nada, ele advogado, aí meu pai falou assim, “-Oia, você me dá um pedaço de terra pra eu acabar de criar meus filhos”, mas ele foi muito direito, ele tirou uma parte da terra e deu a meu pai tudo documentado, tudo direitinho (DANDARA, 2019).

Depois de trinta anos de serviço prestado ao coronel advogado, o pai da moradora consegue um pedaço de terra para continuar criando os filhos. Através da documentação regularizada, concedida ao agricultor este se torna proprietário do lugar onde a família vivia e produzia por meio da terra, da mata e do mar o seu sustento.

Nesse sentido, faz-se importante pontuar o que coloca Póvoas (2012) sobre a escravidão no Sul da Bahia, ao tratar das lacunas do contexto escravocrata na região aliadas a invisibilização e apagamento da população negra nesse território:

Ao abordar a escravidão no Sul da Bahia, fica patente um número considerável de lacunas a esse respeito. A documentação escrita sobre determinados fatos é escassa, apesar do redobrado esforço por parte de inúmeros estudiosos e pesquisadores da historiografia regional. Evidentemente, as lacunas não se prendem apenas à historiografia. Isso é também patente nas demais áreas do conhecimento, a exemplo da Linguística, Medicina e enfermagem. No quadro de tal escassez, inscreve-se o destino que tomaram os negros, a partir da falência do Engenho de Santana em Ilhéus, na Bahia. Uma rede de invisibilidade os envolveu, a tal ponto que, por muito tempo, negou-se o fato de ter havido escravidão em Ilhéus, na lavoura do cacau. Tal negação atendia aos interesses das elites cacaueiras em ascensão social e política (PÓVOAS, 2012, p. 26-27).

Em tal direção, a respeito da relação entre ideologia, memória e esquecimento, Ansara e Dantas (2015, p. 207) afirmam que a memória social *“funciona como ideologia quando respalda e legitima relações de dominação, manipula o passado e produz esquecimento por meio de mecanismos de ocultação da realidade ou elaboração de versões deturpadas dos acontecimentos passados”*. Sendo assim, há uma ideologia em volta da história que se conta acerca do Litoral Sul da Bahia que se concretiza a partir de lacunas, esquecimentos e

deturpações estratégicas. Tais lacunas, esquecimentos e deturpações, segundo Póvoas (2012), produziram uma memória coletiva que por muito tempo negou (e ainda nega) dinâmicas de violência contra as populações negras da região, como é o exemplo da negativa da escravidão na lavoura de cacau em Ilhéus.

Sobre as lembranças da vida da família, a Dandara segue contando que:

O meu pai mesmo, a gente, meus irmãos, a gente foi muito criado com caça, meu pai caçava muito, minha mãe pescava e criava galinha, e criava porco, a gente tinha muita fartura assim, de comida, mas era desse jeito, a gente mesmo que produzia, tinha até uma vaquinha pra beber um leite de vez em quando, que tirava o leite, o tanto de leite que tirava fervia todo, e aí a gente fazia aqueles pirão de leite, um bocado, meus irmãos, eu falo pro povo, meus irmãos tudo gordinho, não tinha nenhum magrelo, os buchozinhos tudo cheio, agora as roupas misericórdia (risos) era assim, mas não me sai da memória essas coisas, né?

Lá em casa de bulgariana fazia roupa pra todo mundo, era, os vestidos da gente, aqueles vestido de três saia, aquelas camisas, e mãe mesmo costurava, viu? fazia tudo (risos) e era dona de casa, e era tudo, mas era muito bom, era, hoje ninguém quer essa vida mais, mas foi assim que eu fui criada, e não tenho desprezo de contar minha história não, contar grandeza, pra quê? (DANDARA, 2019).

Mais uma vez a moradora enfatiza a relevância da alimentação e do trabalho e esforço realizados pelos pais para que a família tivesse alimento. Assim, a relação de sobrevivência com os recursos da natureza e com o empreendimento do trabalho da família fica, pois, evidente. A figura da mulher é também centralizada. A mãe de Dandara pescava, plantava, praticava a criação de galinha e porco, costurava o que podia para vestir os filhos, era dona de casa. Revela-se, portanto, o protagonismo das mulheres na provisão da vida e constituição do território da Vila de Serra Grande, o que indica uma forte proximidade com a territorialidade quilombola, uma vez que, conforme Oliveira (2020):

Na tradição dos quilombos, o papel das mulheres é tido como fundamental na economia de vida destes povos. Ela desenvolve a saúde física e saúde mental das crianças, jovens, adultos e velhos da comunidade. Desenvolvem a habilidade do cultivo das ervas, chás, conhecimentos que aplacarão a dor, os sofrimentos, curarão o mal (OLIVEIRA, 2020, p. 138, grifo nosso).

Nesse sentido, sobre a dinâmica da família no que compete ao trabalho e a alimentação, a moradora Jaci lembra e narra a força com que a avó e a família sob sua guarda produziam o sustento:

Então a gente viveu essa história, sem pai, sem mãe, só minha vovó, minha vovó uma pessoa maravilhosa, Dona Arabelia, ela fazia pote, fazia panela pra vender, né, de barro, fazia dendê, era lá na roça e aí a gente sobrevivia. Ela botava roça, nós botava roça, nós foi crescendo, meu irmão foi crescendo já ajudava ela, era muita fartura de tudo! Não sei o que era passar fome, a gente tinha fartura de tudo (JACI, 2019).

Desse modo, a narrativa de ambas as moradoras, Jaci e Dandara, revela, a despeito de todas as dificuldades e explorações enfrentadas no território, a potência do gerenciamento da

vida pelos moradores e moradoras nativas da comunidade da Vila de Serra Grande. Uma potência não apenas manifesta pela produção do sustento familiar, mas pelo cuidado e respeito para com a vida, a natureza e a comunidade.

A respeito do cuidado exercido entre os moradores e moradoras da comunidade e da relação com a natureza e a espiritualidade, Jaci narra um episódio em que sua mãe quase morrera devido a dificuldades no parto de um de seus irmãos:

Minha mãe teve um filho ai, quase morreu, quase morreu, Deus foi por ela, o menino era muito graúdo, deu muito trabalho pra nascer, eu tava com sete anos quando meu irmão caçulo filho do meu pai nasceu [...] e vó ficava mandando "vai ali Jaci tirar essa folha não sei de quê", aí eu ia tirar essa folha, ia ali chamava uma parteira e chamava outra e nisso foi duas, três parteira. Foi muito sofrimento. Que assim depois, criança não tinha muita curiosidade, né? daí eu ouvi o choro, daí ó nasceu! Ai eu toda felizinha pra ver meu irmão, claro, né? (JACI, 2019).

A criança que é solicitada a pegar folhas de uma erva para ajudar no processo de parto, é também quem vai chamar e pedir a ajuda de parteiras da comunidade para auxiliar na vinda da vida ao mundo, revelando assim o sagrado da infância para a vida comunitária. Desta forma, Jaci criança, as folhas, a avó e as parteiras que vieram ajudar gerenciaram a vinda do menino ao mundo e a vida e o reestabelecimento da mãe acometida por complicações de parto.

Segundo Oliveira (2020, p. 137), na tradição quilombola “as parteiras, também eram as que detinham e transmitiam a técnica do parto. Observando e acompanhando as gestantes, com recomendações pré-natal e pós natal, favorecendo o fortalecimento da família, da relação mãe bebê e comunidade”. São elas, as mulheres negras e indígenas do quilombo, conforme a autora, que “sabem prescrever remédios para os males. São capazes, como os sábios, de ouvir e escutar as dores, dar conselhos, acompanhar o sofrimento psíquico e organizar a ajuda familiar e comunitária para que a saúde de um membro psicologicamente afetado se restabeleça” (OLIVEIRA, 2020, p. 138-139).

Sobre os partos que realizou e os bebês que ajudou vir ao mundo, Jaci relata que:

Eu tenho uns meninos por aqui que eu peguei por essas região, outros tão lá fora, eles dizem assim: Oxe mãe vea (JACI, 2019).

A respeito dessa sociabilidade desenvolvida entre as parteiras e os bebês que auxiliaram trazer ao mundo, Oliveira (2020), que cita Hampatê Bâ alega que:

Nos quilombos os filhos das mães eram também sempre os filhos das parteiras. Na tradição quilombola, as parteiras são chamadas de mães pelas crianças que elas auxiliam as mães a darem à luz. E elas continuam cuidando do bem estar destes filhos e de todos os filhos do quilombo, das comunidades. E as crianças, quando adultas, continuam reverenciando as suas mães parteiras até morrerem. Isto demonstra o fio civilizatório de África, no qual, conforme Hampatê Bâ, algumas matrizes encontram-se presentificadas na vida e etnicidade do quilombo, como a

reverência e respeito ao ancestral, a importância ao sagrado materno e o valor da vida e bem estar comunitário (OLIVEIRA, 2020, p. 137-138).

Sobre as pessoas responsáveis pelos cuidados para com a saúde da comunidade, Jaci crescida relata que:

Tinha muita rezadeira, muito rezador, muita parteira [...] Aqui tinha Dona Juvina, Dona Joana, tinha Maria Sabina, quase todo mundo era parteira e rezadeira (JACI, 2019).

Inclusive ela, como conta no decorrer de sua narrativa, que já ajudara a trazer muitos meninos e meninas da comunidade e da região ao mundo. Assim também como orientara vários cuidados físicos, psicológicos e espirituais a partir de rezas e do uso e manuseio de plantas, ervas e saberes aprendidos com a avó.

Nesse sentido, Oliveira (2020, p. 138) expõe que “as rezas, os cânticos, as histórias, as danças, as formas de preparar os alimentos e cultivar a terra, os calendários das festas, bebidas e bolos trazem parte deste processo civilizacional negro indígena e, ao mesmo tempo, as formas de cultivar a saúde em seu sentido pleno”, e, portanto, são exemplos do protagonismo do gerenciamento da vida e do bem estar das populações negras e indígenas dos quilombos.

Diante de um território em que não havia assistência médica, em que o acesso a direitos sociais básicos, como moradia, saúde e educação, praticamente não existia, a existência e a atuação desses atores sociais (rezadores, erveiras, parteiras) e dos seus saberes tornaram possível a vida na Vila e a sobrevivência da comunidade de Serra Grande.

Sobre outras dinâmicas da vida na vila e das relações comunitárias desenvolvidas nesta, Dandara conta que:

Todo mundo respeitava todo mundo, né, as mulher, as comadre paria lá, ia certinho lá em casa, mãe pegava a galinha e dava, era, e ainda ia matar e fazer o pirão pra comadre comer, quando tava de parto em casa, era assim a vida, e era uma outra vida (DANDARA, 2019).

A moradora nativa também relata a doação de alimentos oriundos da produção de roças pelos moradores e moradoras. Se você plantasse uma roça de banana ou qualquer outra coisa e desse muita colheita e seu conhecido ou vizinho não tivesse aquele alimento, você deixava ele ir colher o quanto quisesse ou colhia e mandava um menino entregar, conta a moradora. Desvela-se assim o caráter solidário e de união entre os moradores e moradoras da comunidade.

Sobre esse caráter comunitário e de solidariedade para com o próximo, Dandara continua contando que:

Essa represa que hoje chama o turista pra'qui pra Serra Grande não foi construída para o turismo. Ela movia uma grande casa de farinha ali do lado de baixo e a casa

de farinha era movida a água. Tinha a represa em cima tipo assim uma, não era um cano, a água corria por um negócio feito de madeira que a água batia lá no rudijo e movimentava a casa de farinha, então ali ralava a mandioca, a massa tirava da prensa, era tudo movido a água, entendeu? Essa casa de farinha era bem grande, ela tinha quatro forno, quatro prensa e ela servia também de hospedagem quando o pessoa vinha de Itacaré para Ilhéus de pé, não tinha onde dormir, que aqui não tinha nada pra ninguém se pousar, eles pousava na casa de farinha, dormia, comia beju, né, ninguém matava ninguém, todo mundo tratava todo mundo bem, era assim uma família, entendeu? uma coisa bem assim bem bonita em relação a hoje [...] Antigamente não, todo mundo li dava uma dormida, li dava uma comida, todo mundo li acolhia, eu so dessa época (DANDARA, 2019).

A casa de farinha é lembrada e posta como lugar da comunidade e para a comunidade. Nela, além da produção de farinha, de beiju, teciam-se relações comunitárias entre os moradores da vila e as pessoas que vinham de Itacaré para Ilhéus. A vila funcionava, assim como a casa de farinha, como lugar de passagem e nessa passagem os passantes eram bem recebidos, pousavam, comiam, bebiam. Evidenciando desta maneira o cuidado com que os moradores da vila cercava não só aos membros da comunidade, mas também aqueles e aquelas que necessitavam de acolhimento em suas formas, meios e necessidades de luta pela vida.

Sobre as formas de habitação, Jaci e Dandara relatam que tratavam-se de construções de palha, tábua e barro cobertas geralmente por palha.

Porque aqui primeiro era umas casinhas de palha, a melhor casa que tinha em Serra Grande, a melhorzinha, era de tábua e coberta de talbilha [...] era tudo casinha de barro coberta de palha (JACI, 2019).

A respeito da valoração da propriedade da terra e sobre as atividades desenvolvidas no território da Vila de Serra Grande, Dandara conta que:

Ilhéus é zona cacaeira, lá é, mas aqui não é, aqui era terra, zona de pescador, entendeu, não tinha valor nenhum as terras aqui, porque o povo produzia muita mandioca e pescava, né, hoje que virou ouro, mas antigamente era um atraso danado, mas hoje quase não tem mais pesca, tem pesca hoje, porque as pesca aqui era de jangada, hoje pescam de barco, mas não é muito porque aqui não tem porto, né, aqui é mar aberto (DANDARA, 2019).

O cultivo da mandioca, a produção de farinha e a pesca foram, então, as atividades que constituíram o cenário do trabalho realizado pelos moradores e moradoras da Vila de Serra Grande quando da sua constituição. Além destas atividades, segundo moradores nativos, roças eram plantadas para a subsistência dos moradores e o que sobrava era levado para ser vendido em Ilhéus. Tais atividades desenvolvidas, assim como as relações comunitárias e os modos de vida descritos, revelam a presença de uma territorialidade negro-indígena no território da Vila de Serra Grande no século XX semelhante, em termos socioculturais, as formas de vida e produção inscritas nos séculos anteriores da história do Sul da Bahia.

Quanto as festas comemoradas pelos moradores e moradoras na comunidade rural que se estabelecia entre meados das décadas de 1940 e 1950, a moradora Dandara conta que:

Antigamente aqui tinha as, como é que diz, as festas aqui eram São Pedro, São João, o padroeiro daqui é São Pedro. Aqui ficava um ano sem vim um médico, o médico vinha aqui de ano em ano, o cartório vinha junto, o padre tudo num um dia só. Aí batizava os meninos que nascia durante esses anos, o povo que queria casar, casava, quem tava doente se receitava e registrava os meninos também tudo no mesmo dia (risos) dia de São Pedro, porque esse Pedro Gomes era da igreja católica e a esposa dele era batista, mas ele todo ano festejava o aniversário dele. Então todo mundo juntava fazia bolo, matava porco, que aqui criava muito porco e era aquela festança o aniversário de Pedro Gomes, que era o seu Pedro (DANDARA, 2019).

Ou seja, comemorava-se na pequena Vila as festas tradicionais do nordeste brasileiro, em grande parte oriundas da performance do catolicismo em terras brasileiras, como são as festas de São João e São Pedro, sobretudo, pela influência do fazendeiro Pedro Gomes que recebera tal nome por ter nascido no dia destinado ao santo católico. De religião católica, ao exercer influência no território em que se constituía a Vila por possuir propriedades no lugar e ali morar, Pedro Gomes tornara São Pedro o padroeiro da Vila. Ou seja, além do dia de São Pedro era também comemorado o aniversário do fazendeiro com bastante movimentação e mobilização na Vila.

Segundo relatos da moradora nativa atestam, a festa assumia outras dimensões da vida social da comunidade, além da de vertente religiosa. No dia de São Pedro, que era também aniversário de Pedro Gomes, o padre vinha de Uruçuca rezar a missa, batizar as crianças nascidas, realizar o matrimônio dos enamorados, junto com o cartório, que também registrava as crianças, o médico também vinha junto para atender aos adoentados e receitar medicação. Desta forma, é possível perceber a instituição religiosa amalgamada ao interesse particular (do aniversário) e ao Estado, num evento de caráter, sobretudo, político, visto que era um momento de inscrição dos moradores e moradoras da Vila na ordem social vigente, sendo que ligavam-se à atmosfera sociopolítica em um cenário onde vigorava a ausência do poder público, onde o acesso à educação era precário e aos demais direitos sociais, como saúde, segurança e justiça social não existia. Assim, o poder associava-se pois a figura de Pedro Gomes por meio da influência deste junto à prefeitura de Uruçuca e a representantes da Igreja e do Estado.

Sobre a inscrição de Pedro Gomes no território, Silvera (2020) coloca que:

Conforme o Diagnóstico Participativo Rural (DPR, 2008) de Serra Grande, Pedro Gomes é considerado fundador da comunidade e teria vindo para a região juntamente com outros membros do Exército brasileiro. A missão era observar a Costa Sul da Bahia e evitar que navios ou submarinos alemães aportassem (DPR, 2008 apud SILVERA, 2020, p. 32).

O documento ao qual a autora se refere fora elaborado por duas organizações não governamentais atuantes na região e aponta Pedro Gomes como fundador da comunidade. No entanto, esse padrão narrativo de conferir a uma figura de poder – como vimos econômico e político – do território o papel histórico de fundador da comunidade revela não apenas o passado da região sob a influência do coronelismo, mas a insistência do colonialismo na contemporaneidade em perpetuar narrativas que assegurem o lugar de poder de suas figuras centrais, como são a do coronel, a do fazendeiro, no desenvolvimento da história do Brasil.

Na direção de um contraponto, faz-se fundamental reiterar que, como estamos vendo, a constituição da Vila de Serra Grande acontece pelas mãos, pelos passos, pelo trabalho, pela espiritualidade, pelo sentimento de comunidade dos moradores e moradoras da mata litorânea do sul da Bahia. São eles e elas os responsáveis pela sedimentação das bases desse território que resiste, mesmo frente à forças externas contrárias, como expressão da força negro-indígena de sua população e de seus modos de ser, pensar, fazer e viver.

Sobre a causa da ida de Pedro Gomes para a região nenhuma menção aparecera nas narrativas das moradoras entrevistadas. Logo, a informação da missão de observar a Costa Sul da Bahia para evitar o aporte de navios e submarinos alemães por membros do Exército brasileiro, dentre eles, Pedro Gomes, aparece como um dado contextual que pode implicar duas conjunturas das relações históricas que atravessam esse território. Uma delas é a de que tal missão teria sido um pretexto para a ocupação e o controle de terras no Litoral Sul da Bahia, tendo em vista a presença de populações nativas negras e indígenas oriundas de uma República e projeto de país que as excluía. A outra conjuntura é a de que além da busca do domínio sobre essas terras e suas populações, o panorama de migrações europeias acarretadas pela desenvoltura da segunda guerra mundial iniciada em 1939 fizera com que as autoridades baianas – diante das notícias sobre o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães na costa brasileira (RABELLO, 2009) – temessem que navios e submarinos alemães aportassem nesse trecho da costa baiana, entre os municípios de Ilhéus e Itacaré, tendo em vista o histórico de tentativas de estabelecimento de alemães no Sul da Bahia e a presença de alemães não só em Salvador, mas em outros pontos do estado (RABELLO, 2009).

Ainda sobre o evento da festa de São Pedro, Dandara segue trazendo mais detalhes sobre a constituição do lugar da comemoração:

Aquí não tinha igreja nenhuma, nem a católica, aí tinha um grande pé de piaçava aí na praça, botava uma mesinha desse tamanho debaixo do pé de piaçava e botava uma imagenzinha de São Pedro e ali o padre celebrava a missa, ali casava, ali fazia tudo ali, né, aí na praça já, não era essa praça tão bonita como é hoje, mas sempre foi uma praça aí. E são essas as histórias de Serra Grande (DANDARA, 2019).

A praça era o lugar destinado à celebração do dia de São Pedro e do aniversário de Pedro Gomes. A praça enquanto espaço central, lugar de encontro, lugar em comum, lugar elo do cotidiano de várias passagens, tornava-se palco do evento religioso, político e sociocultural anual. A praça passava assim a lugar afetivo e identitário das vivências ali ocorridas. O pé de piaçava tornava-se testemunha onisciente dos acontecimentos. A mesinha com a imagem de São Pedro outorgava à festa o sagrado e a benção da comemoração: salve, São Pedro! E de quebra, salve, seu Pedro Gomes. Se o *São* santifica o apóstolo Pedro, o *seu* demarca poder e respeito a Pedro Gomes. E assim numa espécie de metamorfose São Pedro e Seu Pedro anfitriavam a festa, cuja dinâmica de celebração, a moradora descreve:

Era a semana toda de festa, forró, menina, o povo dançava, fogueira, licor, cachaça, assim sabe? Todo mundo embebedava, ninguém matava ninguém, ninguém fazia mal a ninguém, brincava e tomava licor.

Do jeito que eu te falei, tudo acontecia no mesmo dia, o casamento, o batizado, o aniversário, o forró (risos) e o pior que o povo vinha lá de Uruçuca, em cima de um caminhão véi [...] mas chegava até aqui, ainda tinha um sanfoneiro, que era Major Santinho, era um grande amigo desse Pedro Gomes, e ele era do batalhão lá de Ilhéus, e seu major santinho vinha com a sanfona (risos) e o povo dançava a noite toda, todo ano tinha festa do aniversário de Pedro Gomes, Ave Maria, era licor que misericórdia (DANDARA, 2019).

O forró, a fogueira, o licor, o sanfoneiro (um major de Ilhéus, amigo de Pedro Gomes), o pessoal que vinha de Uruçuca, compunham os elementos da festa que é lembrada em vários momentos da narrativa da moradora nativa informante.

Sobre a figura de Pedro Gomes, a influência dele no território em que se constituía a Vila e a vida do fazendeiro-comerciante, a moradora Dandara explica que:

A região toda trabalhava para Pedro Gomes, é que ele tinha na época um negócio que chamava bodega, a bodega era o lugar que vendia as coisas tudo, a carne, era o único que tinha essa tal de bodega aqui, trazia as mercadorias de Ilhéus em cima dos caminhão, e vendia o café, o açúcar e o feijão para o povo, aí o povo não tinha o dinheiro para comprar então trabalhava pra ele, né, e comprava fiado, quando vencia o mês ou a semana acertava, meu pai era um deles, então era assim, esse Pedro Gomes foi o primeiro que botou uma venda, e chamava de venda também, uma venda aqui na Serra, era ali aonde tem a igreja batista, e aquela casa que tá vendendo hoje sorvete, aquele negócio, era bem ali a casa dele, é tanto que aquilo ali é de uma moça, que a Dona Nália e seu Pedro Gomes não tiveram filhos, eles adotaram uma menina, chama Márcia, então hoje é tudo de Márcia. Era ali que seu Pedro Gomes vivia com dona Nália, ali no miolo da praça, então por isso que ali é praça Pedro Gomes, e outra coisa, seu Pedro Gomes, como todo ano ele fazia esse aniversário com essa imagem de são Pedro destamainha em cima de uma mesa, uma ano ele teve uma visita de Prisco Viana, um deputado lá que veio aqui, não sei como é que veio, eu sei que chegou (risos) e aí conheceu Pedro Gomes, no outro ano ele deu uma verba, um dinheiro, pra ajudar assim na construção da igreja católica, e tem uma imagem de São Pedro lá dentro da igreja deste tamanho, foi um presente que esse Prisco Viana deu pra Pedro Gomes, essa imagem de São Pedro, e colocou nessa igreja, que é a igreja católica que comemora todo ano as festas de São Pedro, e por isso o padroeiro é São Pedro, vinte e nove de junho dia de São Pedro (DANDARA, 2019).

É, portanto, possível constatar que o fazendeiro Pedro Gomes, também proprietário de uma bodega – lugar de venda de mantimentos – exercera uma influência muito grande sobre as formas de relação, sobretudo, de trabalho, travadas pelos moradores e moradoras nativos da Vila de Serra Grande no século XX. Desta forma, era visto, tido e respeitado como uma autoridade, uma vez que possuía propriedades de terras no território e detinha de recursos para a compra e a venda de produtos para a pequena comunidade de trabalhadores rurais que ali se agrupava, fosse para trabalhar em suas terras, fosse para trabalhar na propriedade de outros fazendeiros do entorno. Podendo também ser chamado de comerciante, Pedro Gomes fizera com que um comércio local se movimentasse entre ele e os trabalhadores rurais moradores do território. Como afirmara a moradora informante, muitos dos trabalhadores rurais ficavam devendo ao fazendeiro-comerciante e tinham que trabalhar para ele para quitar a dívida.

Sobre o fazendeiro-comerciante Pedro Gomes, em outro trecho da narrativa, Dandara descreve que:

Ele vendia muito fato, fato de boi, mocotó, essas coisas, e aí quando chegava, acho que no fim da semana, o que não vendia ficava meio estragado, levavam esses negócio pra represa lavava, botava sal de novo e botava em cima das pedra, e aquilo ficava tudo lá, amarelinho do sol, trazia e vendia de novo (risos) o povo chamava Pedro Gomes mocotó lavado, quem gosta de esculhambar, né? mas cada um que não se vire não, eu comi foi muito (risos) (DANDARA, 2019).

O xará de São Pedro, segundo a moradora, era um homem de influência, conhecido de deputado, amigo de major e de funcionário de nome da prefeitura. A praça onde a festa acontecia recebera, em sua homenagem, seu nome e mais tarde uma estátua de seu busto com o nome gravado. Todavia, por questões de politicagem, como solta a moradora, tal busto foi retirado da praça e não se sabe ao certo que fim teve.

Quanto a inclinação da serra, cenário desses acontecimentos e vivências, a moradora argumenta que:

Antigamente era assim, ó, (gestos indicando elevação) era altíssima mesmo, dos caminhão meter a cara e não subir ninguém em cima do caminhão, os ajudantes vinha atrás com o sebo, porque na hora que o carro botava o sebo, morreu foi muita gente aí nessa serra (DANDARA, 2019).

Dandara conta que isolados pela mata densa e pela aguda inclinação da serra os moradores e moradoras da comunidade tinham grande dificuldade em se locomover, principalmente, em caso de doenças. Agricultores acidentados, mulheres com complicações no parto morreram por não chegarem a Ilhéus a tempo.

Uma outra dificuldade exposta pelas moradoras diz respeito à escolarização dos moradores e moradoras da serra. Segunda contam, havia uma escola do município em que era ofertado o ensino até a quarta série do Ensino Fundamental. Por esse motivo, os moradores e

moradoras que participaram do sistema de escolarização formal tiveram os estudos interrompidos nessa fase do processo de ensino-aprendizagem. Nas palavras da moradora Dandara sobre o assunto ela conta que:

Aos 12 anos eu comecei a estudar, aqui mesmo tinha uma escola aqui, ali onde é o clube hoje, não, pra cá um pouco. A escola era um salão de madeira, um barraco de madeira, tinha uns bancos e eu comecei estudar, mas aí eu era uma pessoa, eu sempre fui uma pessoa muito, assim, inteligente. E quando eu cheguei na 4ª série, aqui só tinha até a 4ª série, a professora falou com meu pai, “-ah seu Ângelo leva Dandara pra Ilhéus para estudar, ela precisa crescer” aí ele disse não, eu sou burro e tô vivendo, eu não posso botar filho na escola não. Era assim e a gente ia pra escola porque mãe que comprava um tamanquinho, um caderno, um vestidinho, naquela época a gente vestia bulgariana, não sei se você já ouviu falar nisso (DANDARA, 2019).

Ao descrever o episódio de sua vida em que frequentara a escola, é possível percebermos a vivacidade das memórias de Dandara. A rudez do pai com relação a alternativa do prosseguimento dos estudos na cidade de Ilhéus e a iniciativa e esforço da mãe para que os filhos frequentassem a escola pulsam na narrativa da moradora, assim como a consciência de que sempre fora uma pessoa inteligente, reforçada pela lembrança do incentivo da professora quanto ao desenvolvimento da menina que, conforme revela, amava a leitura, as festas comemorativas da escola e, principalmente, o conhecimento da História do Brasil.

Os estudos foram interrompidos, mas a paixão pela escola e o seu papel social não. A moradora segue contando que:

Aos 15 anos, 16 eu botei uma escolinha particular. Meu pai tinha um barraco de tábua assim e eu comecei ensinar umas criança e os pais das crianças que me pagavam. Era, a primeira escola aqui foi a escola princesa Isabel, era a minha escola particular, mas já tinha a escola São Pedro com outra professora que me ensinou que foi a professora Brasilina Souza. E eu tinha minha escola particular que era a escola princesa Isabel que eu sempre gostei de história e as histórias do Brasil, ah, mas como eu gostava de história e aí a princesa Isabel eu estudava tanto sobre a princesa Isabel, Dom Pedro I, esses povo tudo (DANDARA, 2019).

O trecho da narrativa da moradora revela alguns aspectos importantes da ação do poder simbólico de que nos fala Bourdieu e da dimensão do território enquanto instância de poder político, simbólico e social.

Primeiro, a moradora Dandara impossibilitada de prosseguir seus estudos (porque a família não tinha condições de mandá-la estudar na cidade e não havia transporte gratuito) abre uma escola para ensinar as crianças da vila num barraco cedido pelo pai, agricultor e tropeiro.

Segundo, a escola fora nomeada de Escola Princesa Isabel pela moradora (porque ela gostava e estudara muito sobre as histórias da Princesa Isabel, de Dom Pedro II na escola e

nos livros de história do Brasil) e agora professora e proprietária da Escola Princesa Isabel; uma adolescente negra, que amava leitura, filha de agricultores.

Terceiro, a sua escola e a escola do município, por nome de São Pedro, eram as duas escolas da Vila na segunda metade do século XX, a menos de cem anos da data em que a referida princesa assinara a Lei Áurea, documento que decretava o fim da escravidão no Brasil. Assim, o santo católico e a herdeira do trono brasileiro simbolizavam a história da colonização do país e delegavam às instituições católica e monárquica lugar de privilégio, por meio da intitulação das duas instituições de conhecimento, no imaginário social da comunidade. São Pedro era o santo de devoção do influente fazendeiro e comerciante da vila, Pedro Gomes. A princesa Isabel era a personagem responsável pela libertação do povo do qual aqueles moradores e moradoras eram descendentes.

Dandara segue contando sobre a sua trajetória como professora:

E aí eu trabalhei, eu trabalhei nessa escola até os dezoito anos, nessa escolinha particular. Aos dezoito anos eu recebi a visita de um candidato a prefeito lá de Uruçuca, visitou minha escola. Minha escola tinha só os bancos e uma mesinha. Aí ele foi embora para Uruçuca, quando foi no final do ano ele me mandou de presente 14 carteiras, um quadro de giz e uma bandeira do Brasil, porque a escola do município tinha uma bandeira, tinha quadro e a minha não tinha nada. Aí eu ganhei de presente 14 cadeiras assim dupla que dava para sentar duas crianças e recebi a bandeira do Brasil e um quadro de giz. Ah, mas eu fiquei muito feliz (tom enfático e de emoção). No outro ano ele já me contratou, eu já fui trabalhar pra prefeitura como professora e trabalhei a minha vida inteira como professora leiga (DANDARA, 2019).

A visita do candidato a prefeito à escola da moradora Dandara, as carteiras, o quadro e a bandeira do Brasil recebidos de presente e em seguida a contratação da professora pelo município revelam o caráter político das ações de visitar, de presentear e de contratar, numa atmosfera de interesses políticos, uma vez que é possível perceber também a influência e importância da moradora na estrutura social da serra. Segundo outros moradores nativos e Jaci contam, os que sabem escrever o nome devem agradecer à moradora Dandara, responsável pela alfabetização de muita gente na comunidade. E, por ser uma das porta vozes das histórias e do legado dessa população e de seu território. A adolescente negra, filha de agricultores, que rompe as condições impostas ao território e a sua existência se tornando professora e atuando ativamente no seio social da comunidade por meio da educação é na atualidade responsável por uma das principais narrativas acerca desse território ao longo de sua constituição. Sendo constantemente citada pelos moradores da comunidade como referência para isso.

De modo bastante insurgente, Dandara conclui então que mesmo como professora leiga (relata que nunca estudou em uma faculdade), trabalhou vinte e cinco anos como

professora na Vila, tendo contribuído para a vida e o desenvolvimento da comunidade, e acompanhou toda a mudança ocorrida no lugar. Ela elenca os principais episódios marcados dessa mudança de forma muito consciente e reflexiva, com a didática de quem não apenas fora apaixonada por História quando criança, mas de quem posiciona-se como personagem e narradora de uma história local que anseia ser contada.

Assim, em sua narrativa Dandara (Jaci também) aponta a criação do PESC (Parque Estadual da Serra do Conduru) em 1997 pelo governo do Estado e a chegada da política do meio ambiente, a construção da BA-001, trecho Ilhéus/Itacaré em 1998, a instalação do Txai Resort Itacaré e da Natura nas terras aos arredores da Vila e a chegada de pessoas de vários lugares do país e do mundo, os migrantes, ao território da Vila de Serra Grande, distrito do município baiano de Uruçuca, como marcos elementares dos processos de mudança que vêm atingindo essa comunidade e o seu território de vivências e memórias.

Acerca das mudanças na dinâmica de produção e na valorização das terras do Sul da Bahia na última década do século XX, Dandara conta que:

Uma época a maior produção da zona de Uruçuca, a zona do Sul da Bahia era o cacau, né, aí duma hora pra outra apareceu a tal da vassoura de bruxa que acabou com tudo. As terras lá era boa, mas lá hoje tá mais barato do que as terras aqui, que as terra era ruim que ninguém queria, valorizou muito aqui (DANDARA, 2019).

Delineia-se, deste modo, uma transformação no território do Litoral Sul da Bahia com a baixa da produção do cacau, que na década de 1980 concedera ao Brasil e a região Sul do Estado da Bahia a titulação de maior produtor da especiaria no mundo. Logo, a epidemia da vassoura de bruxa que acometeu as plantações de cacau, sobretudo, no Sul da Bahia, alterara o valor das terras nas regiões destaques da produção da matéria-prima do chocolate, acarretando mudanças no cenário econômico, social, cultural e territorial do Litoral Sul da Bahia na última década do século XX e início do século XXI.

Na direção de tais mudanças, sobre as atividades que passaram a dominar o mercado de trabalho na vila, a moradora Dandara afirma que:

Aqui o que chegou muito é serviço de obra, né, construção civil, esses hotéis aí também vai (empregando as pessoas), né (DANDARA, 2019).

Evidencia-se, desta forma, que alterações nas dinâmicas do mercado de trabalho, antes em torno da agricultura familiar, da pesca e do extrativismo, anunciam e revelam que o território da Vila de Serra Grande passara por intensas transformações. Sobre estas transformações e os seus efeitos trataremos na segunda e próxima parte deste trabalho.

Tendo em vista uma melhor organização desta dissertação, trataremos dos marcos da transformação da Vila de Serra Grande, elencados pelas moradoras nativas, no próximo

capítulo que versará sobre o poder e controle exercidos sobre a propriedade da terra no território estudado, aliados à ação de novos atores sociais que passa(ra)m a incidir sobre o território e a vida neste. Buscamos a partir da discussão destes marcos sócio-históricos apontar na direção de um projeto de transformação territorial que vem se impondo à Vila de Serra Grande, a partir do final do século XX e início do XXI, e os efeitos desta transformação nas dinâmicas de relações e produção de identidades entre os moradores (nativos e migrantes) do território.

Concluimos então este capítulo e a primeira parte desta dissertação ratificando (i) o protagonismo dos moradores e moradoras nativas do território da Vila de Serra Grande e do Litoral Sul da Bahia ao longo de sua constituição – iluminando as Histórias de vida de Jaci e Dandara e apontando a identidade como personificação e concretização da História (CIAMPA, 2005) – e a (ii) potência do gerenciamento da vida nesse território de territorialidades marcadamente negro-indígenas, quilombolas, cujas formas de vida e ocupação tradicionais dessas populações produziram essa localidade como um território de resistência, ao passo em que as relações de poder e exploração a ele impostas ao longo da história vêm o produzindo como um território de violências e disputa que, como já visto no capítulo que trata do diagnóstico do território e como veremos adiante, vem sofrendo, mas também resistindo à ação da força do capital global e de suas demandas que cada vez mais impõem desigualdades e segregações às populações da terra.

**SEGUNDA PARTE – A AÇÃO DE UM PROJETO TERRITORIAL EUGENISTA
CAPITALISTA-AMBIENTAL NO EIXO ILHÉUS-URUÇUCA-ITACARÉ E
RESISTÊNCIA NO LITORAL SUL DA BAHIA**

7 A LEI DE TERRAS DE 1850 E A SUA ATUALIZAÇÃO COMO MECANISMO DE CONTROLE, PODER E EXPROPRIAÇÃO DA TERRA NA POLÍTICA TERRITORIAL EM TORNO DO MEIO AMBIENTE POSTA PELA CRIAÇÃO DO PESC NO EIXO ILHÉUS-URUÇUCA-ITACARÉ

“Há uma lacuna considerável na história da região sul da Bahia, no que diz respeito a registros sobre qual destino os descendentes dos escravos em Ilhéus tomaram. [...] Há de se perguntar, então, o que ocasionou tal silenciamento” (PÓVOAS, 2012, p. 41).

Iniciamos este capítulo, que busca discutir a aproximação e semelhança do projeto territorial nacional mediado pela criação da Lei de Terras em 1850 (quando da proibição do tráfico de africanos para o Brasil e da eminência de uma abolição no país) com o projeto territorial inaugurado pela criação do PESC (Parque Estadual da Serra do Conduru) em 1997 nas terras fronteiriças do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, onde está localizado o território da Vila de Serra Grande, contextualizando problemáticas envolvendo o acesso e o direito à terra no país, bem como a trama das populações historicamente violentadas frente a esse acesso pela ação colonizadora do capitalismo europeu. Em seguida, apontamos a estrutura de controle sobre a terra e o território da Vila de Serra Grande posta pelo Decreto 6.227/97 do Governo do Estado da Bahia e pela instalação e atuação do PESC nessa região do Litoral Sul baiano.

Para começar, é necessário enfatizar que as discussões em torno do direito à terra no Brasil apontam para fatores cruciais da estrutura social brasileira e para características marcantes da história da formação do país. Nesse sentido, o acesso às terras em que viviam milhares de indígenas esteve implicado a imposição da presença de europeus brancos no território e do poder e violência ratificados pela busca de expansão e consolidação do capitalismo mercantilista. Assim, muito antes da terra no Brasil ser tornada mercadoria, objeto de compra e venda, propriedade privada, tendo como marco principal a Lei de Terra de 1850, ela já era operacionalizada em níveis estruturais como instância valorativa de disputa, de poder, de exploração e também de luta.

Nesse sentido, Oliveira e Fischer (2016), que citam Benatti (2003), enfatizam o caráter histórico da exclusão social do acesso à terra no Brasil, ao argumentarem que:

Inicialmente, com a colonização portuguesa, o acesso à terra deu-se por meio do sistema sesmial, aplicado no Brasil por meio das Ordenações Portuguesas no Brasil. Nesse sentido, cumpre destacar ainda que não foi levado em consideração que o sistema sesmial era oriundo de uma realidade fundiária completamente diversa à existente no Brasil à época. A exclusão social provocada por esse regime se deu em virtude do sistema sesmial privar toda e qualquer pessoa que não tivesse

posses suficientes para receber a concessão de terra, podendo este fato ser considerado um dos primeiros marcos temporais no que tange à exclusão social do acesso à terra (BENATTI, 2003 apud OLIVEIRA; FISCHER, 2016, p. 23).

Nesse contexto, o acesso à terra no Brasil sempre fora condicionante da produção de desigualdades, violências e segregações uma vez que, com o advento da colonização portuguesa, a presença de uma população, a população branca europeia, teve como prerrogativa a expropriação do território e a exploração, a escravização e o genocídio das populações indígenas e negras para o controle das terras e riquezas do país.

Todavia, é com a criação da Lei de Terras de 1850 que institucional e formalmente começa a ação do Estado brasileiro e das elites nacionais e internacionais para o impedimento da propriedade da terra pelas populações negras – africanos e afro-brasileiros escravizados – e pobres do Brasil.

Sobre o contexto de elaboração da Lei de Terras de 1850, Cavalcante (2005), que cita Costa (1977), afirma que:

As transformações na economia mundial provocaram uma reavaliação da política da terra, e em diferentes países foram decretadas leis em torno desta questão. No século XIX, a terra passou a ser incorporada à economia comercial, mudando a relação do proprietário com este bem (COSTA, 1977 apud CAVALCANTE, 2005, p. 1).

Deste modo, no Brasil a Lei de Terras de 1850 outorgara a capitalização da terra como meio básico de acesso a esta. O que acarretaria vários problemas e conflitos que se estendem aos dias atuais tendo em vista o histórico de violências e desigualdades que traça a trajetória das populações negras, indígenas e brancas pobres do Estado nacional brasileiro.

Ainda conforme a abordagem de Cavalcante (2005, p. 1) a respeito da política de terra inscrita no Brasil no século XIX, “a terra, nessa nova perspectiva, deveria transformar-se em uma valiosa mercadoria, capaz de gerar lucro, tanto por seu caráter específico quanto por sua capacidade de gerar outros bens”. Sendo assim, a terra resplandecia como um dos bens mais valiosos do sistema capitalista visto que a propriedade desta permitiria a produção de insumos que movimentaria a indústria e o mercado mundial gerando riquezas. Do outro lado da produção de tais riquezas, conflitos e um cenário de intensa pobreza, miséria e desigualdade fora se impondo a realidade, sobretudo, dos países americanos e africanos massacrados pela colonização europeia.

Diante de tal contexto sociopolítico e econômico condessado na Lei de Terras de 1850, como as populações negras e pobres do Brasil seriam proprietárias, comprariam terra se eram a mão-de-obra explorada e escravizada para a produção de riquezas e, portanto, excluídas dos bolsões de bens e lucros gerados pelo capital?

Desta forma, segundo Oliveira e Fischer (2016), que citam Holston (2013), colocam pode-se afirmar que:

O principal efeito prático encontrado com o advento da lei de terras e seu decreto regulamentador foi a impossibilidade dos pobres terem acesso à terra, excluindo cada vez mais estes de terem o pleno acesso à cidadania, sendo forçados a migrarem do campo para a cidade em busca da afirmação desse acesso ao direito de propriedade (HOLSTON, 2013 apud OLIVEIRA; FISCHER, 2016, p. 28).

Por sua vez, do outro lado da balança da negação e do impedimento da propriedade da terra pelas populações negras e pobres do Brasil estava o incentivo à imigração europeia e a concessão de terras para o estabelecimento desses migrantes brancos no país (LYRA, 1982; AMORIM; GERMANI, 2005).

No cenário da Bahia do século XIX, Lyra (1992) discute a imigração europeia para o território baiano e a tentativa do estabelecimento de colônias estrangeiras, sobretudo, ao sul do estado. O autor conclui apontando o insucesso dessas tentativas e a ausência de marca relevante na história baiana. Todavia, apesar de tais tentativas de estabelecimento de colônias de estrangeiros na Bahia não terem obtido sucesso (LYRA, 1982, 2007), revelam o projeto de sociedade posto para o estado, em que evidencia-se a ação de uma política de branqueamento de sua população, majoritariamente negra e indígena, aliada à uma política territorial eugenista para a Bahia.

Segundo a abordagem de Stepan (1991) citada por Kobayashi, Faria e Costa (2009):

O termo eugenia, emprestado do grego eugenés, por Francis J. Galton, para denominar o movimento de melhoria da raça, pode ser analisado de acordo com os seguintes aspectos: primeiramente, pela “origem” da palavra que significa bem-nascido. Como “movimento social”, a eugenia representou a busca constante da sociedade pela melhoria da sua constituição, do encorajamento da reprodução dos indivíduos mais aptos e como “ciência”, ofereceu um novo entendimento das leis da hereditariedade humana (STEPAN, 1991 apud KOBAYASHI; FARIA; COSTA, 2009, p. 317).

Diante desse quadro, é importante trazer aqui o que analisa Oliveira (2019), que cita Costa (2007), quando afirma que:

Em 1850, com a implantação da Lei de Terras, o Estado brasileiro já estabelecia, no plano formal, as bases iniciais da segregação negra no país. Antes e na pós-abolição, os quilombos e a população negra foram segregados, no quadro socioeconômico e na hierarquia de poder (COSTA, 2007 apud OLIVEIRA, 2019, p. 183).

Dessa forma, o autor aponta a relação direta entre a ação da Lei de Terras de 1850, que impossibilitava a propriedade da terra pelas populações negras e pobres do Brasil, e a segregação dessas populações “no quadro socioeconômico e na hierarquia de poder” do país. Acerca das consequências da segregação da população negra, o autor argumenta que:

A segregação teve efeito devastador, como por exemplo, impediu a população negra e pobre de se tornar empreendedora, de ter a posse e poder desenvolver e viver da produção da agricultura, da criação e comercialização de animais, e de forma estrutural, o mito da democracia racial inviabilizou a população negra quanto a conscientização étnica racial, de organizar revoltas e protagonismos para pôr fim ao quadro de sub-representação na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2019, p. 184).

Ou seja, segundo o autor, de modo estratégico o mito da democracia racial, que considera e prega ser o Brasil um país sul-americano onde negros, brancos e indígenas viveriam e conviveriam sob os princípios e parâmetros da igualdade e da cordialidade, inviabiliza e invalida a compreensão da segregação da população negra como um problema e projeto sócio-histórico, político, econômico e cultural aos quais são necessários a contestação e a reparação. É sob essa lógica da igualdade, manipulada pelo mito da democracia racial, que problemas sociais, como a segregação, a pobreza, o desemprego, a violência, o analfabetismo, o crime e outros tantos são tratados como de responsabilidade dos indivíduos isolados e não da sociedade que os produz, afinal ela não faria quaisquer distinções, conforme o imaginário de tal mito. Assim, o racismo, a homofobia, a violência contra a mulher, o feminicídio, o genocídio e o encarceramento da população negra, a exclusão e a morte da população LGBTQ+, o desrespeito e violência para com as comunidades indígenas do território brasileiro, não são encarados, compreendidos e tratados como problemas, doenças sociais. Antes, são tornados casualidades, meras eventualidades de uma sociedade preconizadora da igualdade.

Sobre o projeto de sociedade brasileira posto pelo Estado e governo brasileiro nos séculos XIX e XX, Amorim e Germani (2005), ao tratar da presença incontestável de quilombos na Bahia e do estratégico processo de esquecimento das comunidades remanescentes de antigos quilombos como parte da política de branqueamento da população brasileira, afirmam que:

Quando o país decretou o fim do regime escravocrata, houveram práticas adotadas pelo Estado brasileiro que constituiu-se em “barreiras invisíveis” para marginalizar negros e negras agora libertos. A incorporação de mão-de-obra de imigrantes europeus, para trabalhar nas áreas onde havia a supremacia de negros e negras nas atividades e também na recente indústria que era instalada no Brasil, configurou-se como uma “política de branqueamento”, iniciada no século em que os negros brasileiros conquistaram sua liberdade. [...] Em um período de cinco décadas (1871 a 1920), os europeus que aportaram no Brasil, correspondiam quase o mesmo número de africanos que foram trasladados para o Brasil em três séculos (AMORIM; GERMANI, 2005, p. 801).

Desta forma, o século XIX e parte do século XX foram elementares do projeto de sociedade e da inserção de povos que se colocavam para o país majoritariamente negro e indígena.

Diante disso, a respeito das relações sociais que se travaram entre brancos, negros e indígenas ao longo da formação do Brasil, faz-se fundamental atentar para o que coloca Schwarcz e Starling (2016, p. 19) quando argumentam que “paraíso para os senhores de engenho, inferno para os índios e negros, o Brasil e suas riquezas eram objeto de cobiça para outras nações europeias”.

Sobre a prerrogativa de ser objeto de cobiça para europeus de várias nações da Europa, o fato de em um período de apenas cinco décadas (de 1871 a 1920), conforme argumentam Amorim e Germani (2005), o número de europeus que aportaram no Brasil quase ter correspondido ao número de africanos traficados para o país em três séculos confirma que não só o país permanecia figurando como objeto de cobiça para europeus nos séculos XIX e XX, como revela a ação de uma política de branqueamento da população brasileira por meio da “incorporação de mão-de-obra de imigrantes europeus para trabalhar nas áreas onde havia a supremacia de negros e negras nas atividades e também na recente indústria que era instalada no Brasil”.

Sendo assim, se considerarmos que o número de africanos traficados para o Brasil até 1850 se aproximou de quase cinco milhões (SCHWARCZ; STARLING, 2016), é possível perceber na expressiva leva de contingentes brancos citada a força do projeto de apagamento das populações negras e indígenas do país. A partir daí, a mestiçagem será incentivada ou ao menos acionada como meio a fim de que o país se tornasse menos negro e indígena, outra coisa que não negro e indígena. É assim, como consequência da ação da política de branqueamento – antinegros e anti-indígenas – da população brasileira, que emerge uma categoria histórica e politicamente problemática: a de pardo.

A respeito da problemática da miscigenação e da categoria *pardo* no Brasil, conforme Gomes (2019), que cita Abdias do Nascimento, coloca:

O embranquecimento da população negra e ameríndia existe como estratégia de genocídio desde o começo da diáspora forçada no século XVI. Alguns de seus meios, no entanto, alteraram-se durante os anos – o estupro da mulher negra é descrito como o primeiro. Por isso, o sujeito miscigenado é, antes de tudo, produto de séculos de estupros institucionais de mulheres negras e indígenas – da violação dos corpos de pessoas escravizadas [...]: “[para solucionar a ameaça da ‘mancha negra’] um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardavasco, o homem-de-cor, o fusco” (NASCIMENTO, 1978, p. 69 apud GOMES, 2019, p. 68).

Diante do que traz o autor, “os produtos de sangue misto” corresponderiam ao menos em parte aos objetivos da política de embranquecimento da população brasileira uma vez que o ser *pardo*, *moreno* ou *mulato* implicava o não dizer ser negro e indígena, mesmo que

cultural e socialmente tal elemento estivesse diretamente ligado a essas populações. Visto que o pardo não é social e culturalmente visto como branco, encontra-se no limbo identitário-racial de que fala Gomes. E o que isso tem a ver com política de terra? No Brasil, tudo! Porque na prática negros, indígenas e pardos continuam sendo – com base em inúmeros dados sociais – àqueles a quem a Lei de Terras de 1850 – como lei do capitalismo – impedia a propriedade da terra e a política eugenista de branqueamento buscava eliminar.

Desta forma, percebe-se que a Lei de Terras de 1850 e a política de branqueamento da população brasileira – por meio da imigração de europeus e da mestiçagem – apontam para a relação intrínseca entre projeto territorial e projeto social e racial no Brasil.

É nesse sentido que defendemos que o projeto territorial direcionado pela política do meio ambiente no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré por meio da criação do PESC atua como instância de controle e poder sobre a terra e o território na Vila de Serra Grande e daí sua aproximação e semelhança com a política posta pela Lei de Terras de 1850 e também com a política de branqueamento da sociedade brasileira dos séculos XIX e XX. Lembrando que trata-se ser o território da Vila de Serra Grande, como vimos no último capítulo da primeira parte desta dissertação, constituído pelo protagonismo de suas populações nativas, negro-indígenas, frente a uma história de violência e exploração que marca profundamente esse território e as histórias de vida de seus moradores e moradoras nativas, mas que também revela a resistência e a força de uma população local que se mantém viva e presente apesar de todo sistema de opressão.

Com o objetivo de argumentar a hipótese defendida – da aproximação e semelhança da política do meio ambiente por meio da criação do PESC com a política territorial eugenista posta pelo Estado brasileiro nos séculos XIX e XX através da Lei de terras de 1850 e da política de branqueamento da população brasileira, expressa pela imigração europeia e também pelo crivo da mestiçagem –, consideramos que, segundo contam as moradoras nativas informantes, Jaci e Dandara, dentre as mudanças ocorridas no território da Vila de Serra Grande e, conseqüentemente, na vida dos moradores e moradoras da Vila está, primeiramente, a instalação do PESC, o Parque Estadual da Serra do Conduru, criado, como já vimos, pelo Decreto nº 6.227 em 1997, e junto com ele a imposição de um projeto de territorialidade que não apenas não respeitava as formas de vida, ocupação e produção desenvolvidas pela comunidade de Serra Grande – formas estas oriundas da relação com a terra, a mata e o mar –, como apontava para a atração de um perfil de morador ideal para esse território. Nas palavras de Dandara:

Primeiro veio a criação do Parque da Serra do Conduru, foi uma coisa que é boa pra o mundo inteiro, mas pra gente foi uma grande barra difícil de enfrentar, os agricultores que viviam aqui na época, né, que moravam aqui, todo mundo roçava, todo mundo plantava, todo mundo colhia, né, que isso aqui foi uma zona de muita produção de farinha, entendeu? [...] Aí quando foi em noventa e oito foi criado o plano do parque, que é a criação do Parque Estadual da Serra do Conduru. Isso pra nossa comunidade foi um baque triste, hoje a gente reconhece, mas naquela época pra gente foi uma... porque a gente não tava preparado pra isso, o pessoal daqui não estava preparado pra isso, então desde que começaram a agredir as pessoas daqui, que tinha suas roças, que comiam daquela roça, que viviam daquilo ali, né, e todo mundo tinha sua propriedade, todo mundo plantava. Eles não vieram primeiro com a educação, dizendo ao povo como é que ia fazer, eles já vieram já, eu digo pra Rui, o parque começou de cima pra baixo e pra gente foi um grande sofrimento. Hoje a gente vê que trouxe benefício pro mundo inteiro, mas na época pra gente foi difícil, viu, foi tão difícil que até hoje tem famílias no parque que não foram indenizadas e tão lá pagando o preço até hoje. Foi bom, Serra Grande cresceu, evoluiu, foi ótimo, melhorou o conhecimento de muita gente, inclusive o meu, que eu fui uma pessoa que faço parte de uma associação dos pequenos produtores rurais aqui de Serra Grande, a primeira associação desse lugar e essas entidades que vinham por mais organizadas que eram, mas só batia na porta da associação dos agricultores e a gente abriu os braços não sabendo nem o que é que vinha de lá pra cá, né, mas foi assim como eu tô te falando e aí teve agricultores aqui que foram, que saíram daqui de dentro de suas propriedades algemados, como se fosse um bandido, muitas pessoas que viviam de cortar suas lenhas, que todo mundo cozinhava com fogão de lenha, tomar seus feixes de lenha na estrada, tomar facão, machado, distratar pessoa, isso foi assim, sabe, sabe como é que foi um grande reboição triste, mas aí com o tempo eles foram catequizando, catequizando aí foi mudando, né? [...] Hoje, graças a Deus, Serra Grande tá na mídia, né, é um dos maiores lugares que tem uma maior biodiversidade, né, hoje tem escola primária, tem ginásio, já tem até o segundo grau porque naquela época todo mundo que queria estudar tinha que ir pra Ilhéus. Mudou muito, hoje a gente tem posto de saúde, hoje Serra Grande tem tudo, mas foi muito difícil chegar aonde chegamos (DANDARA, 2019).

Como discutido no capítulo que trata do diagnóstico do território onde está localizada a Vila de Serra Grande, a criação do PESC pelo Decreto nº 6.227/1997 do Governo do Estado da Bahia apresentou como principal justificativa compensar a construção da BA-001, trecho Ilhéus/Itacaré, que seria implantada, conforme projeto do governo do Estado, no ano de 1998.

Segundo Barreto (2015) testifica em sua dissertação de mestrado sobre o histórico da criação, dos conflitos socioambientais e da gestão participativa do Parque Estadual da Serra do Conduru:

Criado em fevereiro de 1997, pelo Governo do Estado da Bahia, como medida compensatória pela construção da BA-001, trecho Ilhéus – Itacaré, o Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC, com uma área de 9.275 hectares, consiste em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, regulamentada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. **Uma vez que a implantação do PESC ocorreu antes da criação do SNUC - quando se tornou obrigatório a realização de audiências públicas para criação dessa categoria de Unidades de Conservação (UC) - houve pouca participação social no processo de criação do PESC.** Essa foi a principal causa do surgimento dos primeiros conflitos entre os interesses das comunidades rurais que habitavam a região - e faziam uso dos recursos naturais locais - e os interesses preservacionistas inseridos nos objetivos dessa UC (BARRETO, 2015, p. 6, grifo nosso).

Deste modo, conforme o autor, a principal causa de conflitos entre os interesses das comunidades rurais – que, segundo ele, *habitavam*²¹ a região, fazendo uso dos recursos naturais locais (o que é comum às formas de vida das comunidades inseridas nas dinâmicas de sobrevivência no campo/ na natureza, como são as oriundas de territórios e territorialidades negro-indígenas) – e os interesses preservacionistas objetivados pelo PESC fora a “pouca participação social no processo de criação do PESC”. O relato de Dandara expõe a perspectiva dos moradores nativos sobre a criação do parque ao afirmar que:

A gente não tava preparado pra isso, o pessoal daqui não estava preparado pra isso, então desde que começaram a agredir as pessoas daqui, que tinha suas roças, que comiam daquela roça, que viviam daquilo ali, né, e todo mundo tinha sua propriedade, todo mundo plantava (DANDARA, 2019, grifo nosso).

Ou seja, os moradores e moradoras nativas sobreviviam e viviam da relação que desenvolviam com a terra, a mata e o mar, por isso não estavam preparados para a mudança territorial imposta pela criação do parque. As agressões de que fala a moradora, conforme ela, eram decorrentes da resistência, da relutância da população local em aceitar e se adequar à política de controle sobre a terra imposta pelo parque e seus objetivos preservacionistas.

Como coerentemente fora analisado pela moradora nativa da Vila de Serra Grande, Dandara, acerca da falta de diálogo entre as partes envolvidas na instalação do parque, vejamos:

Eles não vieram primeiro com a educação, dizendo ao povo como é que ia fazer, eles já vieram já, eu digo pra Rui, o parque começou de cima pra baixo e pra gente foi um grande sofrimento (DANDARA, 2019, grifo nosso).

A fala de Dandara anuncia então a discrepância entre o que fora imposto pelo parque como práticas, métodos e ações preservacionistas e as formas de vida, de ocupação e de produção da comunidade negro-indígena da Vila de Serra Grande. Lembrando que a agricultura, a pesca e a mariscagem eram as atividades de sobrevivência e identidade cultural territorial desenvolvidas pela população nativa do território, o impedimento do acesso e do uso da terra pelos moradores e moradoras da Vila acarretou uma grande dificuldade de sobrevivência para essa população e constituiu-se em uma brutal violência contra a territorialidade e, conseqüentemente, contra a existência dessa população negro-indígena do

²¹ O uso do verbo no passado indica que tais comunidades rurais não habitam mais a região, o que revela que as ações do PESC caminham na direção da expulsão de moradores e moradoras nativos de seus territórios para o alcance dos objetivos preservacionistas e rentáveis do parque no contexto da implantação de territorialidades baseadas num mercado de consumo em torno desse território. Além disso, o emprego de tal tempo verbal denuncia o apagamento destinado a existência dos moradores e moradoras que ainda residem e resistem no perímetro do PESC.

litoral sul da Bahia, se considerarmos o vínculo identitário, afetivo e histórico dessa população com a terra e o território (capítulo 6).

O Rui a que a moradora Dandara se refere em sua fala é uma das figuras responsáveis pelo movimento de criação do parque nessa região. Conforme entrevista cedida por ele, presente na dissertação de Barreto (2015), o professor da Universidade Estadual de Santa Cruz conta que:

A história de se criar o PESC surgiu devido a mobilização promovida pelos ambientalistas e o IESB, contra a construção da estrada Ilhéus/Itacaré, uma vez que, foi verificado que o projeto da estrada não tinha um Estudo de Avaliação Ambiental adequado, desconsiderando também o estudo realizado pelo Jardim Botânico de Nova Iorque. Foi visualizado que a APA de Itacaré Serra Grande não iria satisfazer essa proteção e que as matas inseridas na região do PESC não estavam incluídas na unidade de conservação - APA. Nesse ano o Estado não queria criar unidade de conservação de proteção integral, alegando que paralisaria a economia local e teriam custos altíssimos com a desapropriação, argumentando também que as unidades de conservação, categoria APA não precisariam desapropriar. Diante desses relatos, foi exposto por nós, que as áreas de matas inseridas na região do PESC eram grandes e que a categoria APA não iria satisfazer a proteção devida, uma vez que, os moradores não iriam obedecer. Nessa época não havia promulgado o SNUC e ainda não se falava na categoria Reserva da Vida Silvestre. No ano de 1996, houve a audiência pública na cidade de Itacaré para a apresentação formal do EIA/RIMA da construção da estrada Ilhéus/Itacaré. Esse momento foi histórico, uma vez que tiveram presentes 700 pessoas nessa reunião. Nesse evento várias autoridades e pessoas falaram a respeito da construção da estrada. E quando chegado a minha vez, falei: “Que venha a Estrada, bem feita e que seja uma estrada parque. Que a estrada seja feita com cuidado, mantendo a vegetação do seu entorno, que respeite o máximo do traçado original para não sair arrebentando as áreas verdes; que ela tenha um plano de recuperação de áreas degradadas e que seja feita um plantio de gramíneas nos taludes. Por isso defendemos a criação de um parque ao lado da estrada na região da serra do Conduru, criando assim, uma unidade de conservação de proteção integral, objetivando proteger as matas da Bahia”. Foi reivindicado também nesse momento, a implementação das APAS Itacaré Serra Grande e Lagoa Encantada. Em fevereiro de 1997 aconteceu o Encontro Internacional com a participação da Conservação Internacional no hotel Transamérica, naquele momento reuniram pessoas importantes da conservação ambiental do Brasil e do mundo, desencadeando assinatura do decreto da criação do PESC. Passou-se 17 anos, quase duas décadas, e percebemos que a criação de áreas protegidas e de unidades de conservação é um trabalho em longo prazo, pois envolve muitas mudanças como: paradigmas e de economia; processo de regularização fundiária: mudanças nos conteúdos programáticos das escolas, entre outras. O PESC é atualmente uma unidade de conservação conhecida nacionalmente e mundialmente, valeu os esforços disponibilizados no passado por todos nós (Trecho de entrevista cedida por Rui Rocha à BARRETO, 2015, p. 127).

Diante do relato das circunstâncias em torno da criação do PESC é possível perceber o nítido interesse que essa região despertava em vários atores – nacionais e internacionais – externos a esse território. Constata-se também que embora tenha havido, segundo Barreto (2015), pouca participação social no processo de criação do parque, essa pouca participação diz apenas da ausência do diálogo com os moradores e moradoras nativas do território englobado pelo parque, já que várias foram “as pessoas importantes da conservação ambiental

do Brasil e do mundo” que se reuniram no encontro que desencadeou a assinatura do decreto da criação do PESC.

Desta forma, fica comprovada que a criação do parque numa área formada por comunidades rurais de pescadores, marisqueiras e agricultores, negro-indígenas, não consultadas sobre a proposta e o projeto de instalação do PESC, daria início a uma série de mudanças que afetaria diretamente a vida das populações nativas do território e direcionaria a ação de um projeto territorial eugenista para a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré.

Uma vez que sujeitos e instituições em nome de uma pretensa política do meio ambiente não deveriam e não poderiam definir e decidir as coordenadas territoriais e sociais para um território e população local negro-indígena da mata atlântica do sul da Bahia – oriundas de situações de escravidão –, é preciso que se reflita o que representa a criação do PESC não só para os moradores e moradoras nativas do território, mas para toda a sociedade brasileira. Ou seja, que mensagem social, histórica e cultural está sendo emitida quando implanta-se, na última década do emblemático século XX – o primeiro século de liberdade das populações negras do Brasil –, um projeto de proporções não apenas ambientais, mas, territoriais, econômicas, socioculturais e históricas que fere e viola drasticamente os modos de vida e produção, ou seja, a existência e presença da população negro-indígena do território? Questionemo-nos ainda em que medida a criação do PESC opera(ra) e articula(ra) um projeto territorial eugenista para a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, já que implicou a desocupação e a dificuldade de sobrevivência para as populações nativas, negro-indígenas do território?

Ainda a respeito da criação do PESC com áreas nos municípios de Ilhéus-Uruçuca-Itacaré é importante atentar ainda para o fato de, segundo Barreto (2015), a Unidade de Conservação Integral Parque Estadual da Serra do Conduru ter sido criada antes mesmo da criação do sistema que regulamentaria a criação dessa categoria de Unidade de Conservação no país. Ou seja, em outras palavras, faz-se necessário atentar para o quê e para quem de fato interessara a criação do parque em uma região da mata atlântica litorânea predominantemente formada por comunidades rurais nativas de pescadores, marisqueiras e agricultores, negro-indígenas, oriundas de relações de exploração e escravização do trabalho, mas também de resistência e protagonismo, como vimos nos capítulos 5 e 6 desta dissertação.

Sobre a extensão do parque, o artigo primeiro do decreto que institui a sua criação outorga que:

Fica criado o Parque Estadual da Serra do Conduru, nos municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus, com área estimada em 7.000 (sete mil) hectares, tendo as seguintes confrontações: começando na nascente do último afluyente da margem

direita do Riacho Capitão (coordenada 8412000 e 494900), determina-se o ponto 1; daí, descendo por este, até sua foz, no Riacho Capitão (coordenada 8413100 e 490600), determina-se o ponto 2; daí, subindo por este, até sua nascente na Serra Grande (coordenada 840400 e 488400), determina-se o ponto 3; daí, em reta de direção Sul, até cruzar com o Rio Tijuípe (coordenada 8402200 e 488400), determina-se o ponto 4; daí, subindo pelo Rio Tijuípe, até uma de suas nascentes, até cruzar com a estrada que liga Serra Grande à Uruçuca (coordenada 8399200 e 488200), determina-se o ponto 5; daí, seguindo pela referida estrada, sentido Uruçuca, até cruzar com o Rio Caldeirão (coordenada 8395500 e 483300), determina-se o ponto 6; daí, descendo pelo Rio Caldeirão, até a foz do seu primeiro afluente da margem esquerda (coordenada 8393300 e 484600), determina-se o ponto 7; daí, em reta de direção Oeste/Leste, até cruzar com o primeiro afluente da margem direita do Rio Pipite (Coordenada 8393200 e 4875500), determina-se o ponto 8; daí, em reta, passando pela nascente do Rio Pipite, até cruzar com a Ba-001, Trecho Ilhéus/Serra Grande (coordenada 8396000 e 492000), determina-se o ponto 9; daí, seguindo pela referida estrada até o marco fronteira ao ponto cotado de 124 metros (coordenada 8397500 e 493800), determina-se o ponto 10; daí, em reta, em direção ao ponto 4, até o ponto de interseção com a estrada que liga Serra Grande à Uruçuca (coordenada 8399900 e 491100), determina-se o ponto 11; daí, em reta, em direção à nascente do segundo afluente da margem direita do Rio Tijuípe (coordenada 8402600 e 490600), determina-se o ponto 12; daí, descendo pelo referido afluente até sua foz no Rio Tijuípe (coordenada 8404800 e 491350), determina-se o ponto 13; daí, em reta, em direção ao ponto inicial (coordenada de 8412000 e 494900) (BAHIA, 1997).

Deste modo, contata-se que a área de alcance do parque englobara as principais fontes de sobrevivência da população nativa da região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, como os rios que nascem e cortam esse território, as matas – muitas dessas áreas de roças de subsistência, onde desenvolvia-se a agricultura familiar – e os caminhos de acesso à costa marítima para realização da pesca – uma das principais atividades de sobrevivência da comunidade da Vila de Serra no século XX. Nesta direção, segundo Oliveira (2020, p. 131) “em muitas áreas quilombolas há a cooptação de seus recursos hídricos, impedindo-os de bem gerenciarem suas necessidades de abastecimento agrícola e manutenção de suas atividades cotidianas”.

Acerca de uma motivação maior para a criação do PESC, a preservação do bioma da Mata Atlântica – declarado Patrimônio Nacional na Constituição Federal de 1988–, Barreto (2015) coloca que:

Com o propósito de conservação e preservação de parte desse inestimável patrimônio da humanidade, envolvendo a iniciativa pública e privada, destacando-se o terceiro setor, é que o Governo da Bahia apresentou, em janeiro de 1997, os princípios fundamentais e etapas necessárias para criação do Parque Estadual da Serra do Conduru, no sul do estado, região cacauieira, inserido nos Municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré (BARRETO, 2015, p. 37).

Ou seja, em nome do propósito de conservação e preservação dessa parte da Mata Atlântica baiana, uma população, uma territorialidade e uma história de força e resistência negro-indígena foram colocadas sobre fortes ataques, visto que a existência e a atuação desses moradores e moradoras no território estavam diretamente ligadas a relação com a terra, a mata

e o mar. O alimento e a vida dessa comunidade advinham, como vimos no capítulo 6, da relação que desenvolviam com a natureza, através das roças, dos rios, do mar, das criações e das ervas e plantas cultivadas. Isto é, o trabalho desses moradores com a terra, a mata e o mar, assim como os saberes e conhecimentos que detinham e aplicavam, garantiu a sobrevivência dessa comunidade negro-indígena da mata atlântica do litoral sul baiano no século XX e o ótimo estado de sua natureza.

Quanto à iniciativa para a ação de criação do PESC, Barreto (2015) explica que:

Foi o Departamento de Desenvolvimento Florestal – DDF, com suporte da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado, através da Coordenação de Desenvolvimento do Turismo – CODETUR, que assumiu esta iniciativa, respaldado pelos atributos naturais, culturais, turísticos e paisagísticos dessa região. Naquela época a região vivenciava uma instabilidade econômica, proveniente da recente crise instalada na estrutura básica de sustentação financeira: a lavoura cacaueteira. Vislumbrando oferecer novas alternativas rentáveis, e se contrapondo a intensificação na extração de espécies madeireiras, o turismo despontava como uma boa opção, visto que, as UCs de uso sustentável que se encontravam próximas à área proposta para criação do Parque, já estavam cumprindo este papel (BARRETO, 2015, p. 38).

Ou seja, em decorrência da crise na lavoura cacaueteira que acometera a região do Sul da Bahia, ocasionando dificuldades econômicas, a criação do PESC, funcionando também como mecanismo legal para a desapropriação de terras no Litoral Sul do Estado, apontava para o Turismo como alternativa rentável, oposta às formas de uso do território pelas comunidades rurais negro-indígenas, já que o turismo apresentava-se como aliado à proposta preservacionista, como meio, estratégia – mercadológica – de salvaguardar as matas, os rios, cachoeiras e o mar para a contemplação de turistas que seriam atraídos para esse território justamente pelos aspectos de conservação e bom estado de sua natureza.

Sobre a desapropriação prevista para fins de preservação e conservação da área do parque, o artigo terceiro do Decreto nº 6. 227 de 1997 põe que:

Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, nos termos do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/41, modificado pela Lei nº 2.786, de 21/05/1956, as áreas de terra e benfeitorias localizadas dentro dos limites da área descrita no art. 1º deste Decreto (BAHIA, 1997).

É importante ressaltar que em nenhuma passagem do decreto de criação do PESC há referência às populações tradicionais do território, às comunidades rurais presentes, formadas por agricultores, pescadores e marisqueiras. Todavia, embora não sejam citados no decreto, a criação do parque incidiria diretamente em suas vidas, inclusive em suas presenças e condições de permanência nesse território.

Em tal direção, o parágrafo único do artigo terceiro do decreto informa que:

A Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária fica autorizada a promover, em caráter de urgência, os atos administrativos e judiciais necessários à efetivação da desapropriação de que trata o caput deste artigo, imitando-se na posse das áreas mencionadas, providenciando, inclusive, a liquidação e o pagamento das indenizações, utilizando-se, para tanto, dos recursos de que dispuser (BAHIA, 1997).

Nesse sentido, sobre o território e a regularização fundiária da área de proteção, conforme cita Barreto (2015, p. 42), “os parques estão inseridos na categoria de proteção integral, isto é, seu território deverá ser, obrigatoriamente, de posse e domínio público, tornando-se imperativo a resolução da questão fundiária”.

Todavia, a respeito da situação fundiária do PESC, o autor explica que:

Embora o Decreto Estadual de Criação do Parque Estadual da Serra do Conduru, sob nº 6.227 tenha sido promulgado em 21 de Fevereiro de 1997, com uma área estimada em 7.000 ha, até hoje a situação fundiária encontra-se com pendências recorrentes. A regularização fundiária do PESC teve seu princípio com o antigo Instituto de Terras da Bahia – INTERBA, em dezembro de 1997, quando se iniciou a demarcação da sua poligonal. Prosseguindo com os trabalhos, no período entre janeiro a dezembro de 1998, o INTERBA concluiu a medição de 45 imóveis, entre posse e propriedade, todos dentro da poligonal do Parque, mas só em Janeiro de 2000 ocorreu a primeira indenização de área pelo Estado (BARRETO, 2015, p. 42).

O não pagamento de indenizações das propriedades dentro da área do parque apresenta-se não apenas como um complicador da situação dos moradores e moradores da região, como evidencia o caráter de desapropriação posto pela criação do PESC. Uma vez que o parque controla e regulamenta o uso que se faz da terra com uma série de medidas de produção a que tais moradores não conseguem atender, cada vez mais torna-se difícil sobreviver nesse território. Impossibilitados de garantir o sustento familiar e não indenizados pela proibição do acesso aos recursos do seu território de vivência, memórias e sobrevivência, um quadro de extrema violência e desamparo – base funcional da necropolítica de que nos fala Mbembe (2018) – é imposto à vida dos moradores e moradoras da região. Sobre essa situação, ao analisar a implantação do parque, Dandara (2019) conta que “mas na época pra gente foi difícil, viu, foi tão difícil que até hoje tem famílias no parque que não foram indenizadas e tão lá pagando o preço até hoje”. Lembrando do poder simbólico de que fala Bourdieu (1989), faz-se fundamental atentar a simbologia movimentada pela perda do direito à terra pelas populações negro-indígenas do território da Vila de Serra Grande e seus entornos posta pela política do meio ambiente por meio da criação do PESC. Faz-se crucial lembrar também o que coloca Bourdieu (1958) quando afirma que a colonização de um território impõe um ambiente que é uma negação da ordem tradicional, em que os nativos são considerados e tornados estranhos, indevidos do lugar. Estranhos e indevidos no sentido de

não fazerem parte da configuração social, do modelo de mundo imposto pela dominação a que são submetidos.

Ainda sobre o contexto de criação do PESC, Barreto (2015) argumenta que já existiam Unidades de Conservação, UCs, de uso sustentável próximas à área proposta para a criação do parque e que, por isso, o turismo despontava como uma boa opção, tendo em vista o estado de preservação da área. A pergunta que emerge, então, é: o turismo despontava como uma boa opção para quem, se não houvera participação social da população local no processo de criação do PESC. Para o Governo, para a iniciativa privada, para os interesses do capital estrangeiro? Para quem? E mais, se as paisagens da região – formadas e cultivadas por comunidades rurais negro-indígenas – eram potencialmente atrativas para o mercado do Turismo, em que se sustenta a criação do parque, senão prioritariamente na proteção de um quadro idílico da natureza que correspondesse e atendesse às demandas políticas, socioculturais e econômicas postas para a região? Desta forma, percebe-se a fragilidade de uma pauta efetivamente ambiental na política do meio ambiente na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, ao passo em que fica evidente os interesses econômicos e financeiros em torno desse território. Daí, as populações nativas serem tornadas inconvenientes do território capitalista-ambiental que se impõe. Não porque destroem a natureza ou, muito menos, porque não a protegem. Mas, antes, são tornadas inconvenientes porque seus modos de vida – suas territorialidades – representam empecilhos, barreiras à inserção e dominação do capital global branco em seu território.

É importante situar que paralela à criação do PESC em 1997 e a construção da BA-001 em 1998 houve a movimentação de um mercado imobiliário das terras desta região, uma vez que a rodovia tornara possível o acesso às terras antes imersas pela Mata Atlântica, ao passo em que o PESC elegia como estratégia de preservação o apoio à ascensão do turismo na região e os moradores enfrentavam a proibição e o controle das suas formas de vida e sobrevivência e a desapropriação de terras pela política de preservação ambiental promovida pelo parque.

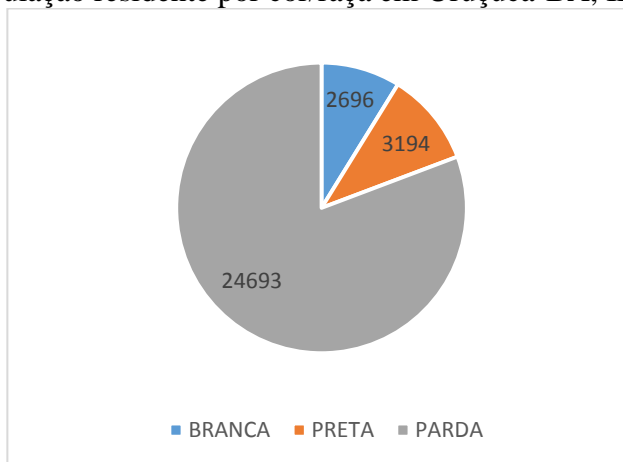
Em outros termos, a política do meio ambiente por meio da criação do PESC – e da estrutura socioeconômica e cultural posta a partir dele e junto a ele – passara a regulamentar o acesso, o uso e, conseqüentemente, as formas de vida e sobrevivência, ou seja, a existência das populações negro-indígenas do território da Vila de Serra Grande, denunciando, desta forma, as nuances de um projeto territorial eugenista para a região. Tal projeto se materializa, principalmente, na saída (expulsão) e na segregação socioespacial de moradores nativos negro-indígenas do território e na chegada (atração) de migrantes nacionais e estrangeiros a

esse território. Em outras palavras, o projeto territorial eugenista posto para a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré pela política do meio ambiente por meio da criação do PESC se manifesta em nossa análise pela diminuição da população total do município de Uruçuca – município sede do campo de pesquisa deste estudo – após a criação do parque, o que indica que a perda, a saída de moradores nativos do território – majoritariamente negro –, pelo aumento da população branca e pela diminuição da população negra no município.

Diante desse contexto, segundo dados do censo IBGE (2000), a população total de Uruçuca, município do qual a Vila de Serra Grande faz parte, sofreu uma baixa de mais de dez mil habitantes no período entre 1991 e 2000. Período que compreende os anos da instalação do PESC (1997) e da construção da BA-001, trecho Ilhéus/Itacaré (1998). Os dados do censo IBGE (1991) indicaram uma população total de 30.763 habitantes em Uruçuca. Ao passo em que os dados do censo IBGE (2000), por sua vez, apontaram uma população total de 20.323 moradores e moradoras no município. Ou seja, com a chegada da política do meio ambiente por meio da criação do PESC houve uma expressiva redução da população do município de Uruçuca. População esta predominantemente preta e parda, conforme dados do censo IBGE (1991), o que configura ser esse um território negro. Redução esta que indica as dificuldades de sobrevivência impostas aos moradores e moradoras do município pela política do meio ambiente por meio do PESC.

Segundo dados do IBGE (1991) referentes à população residente por cor/raça no município de Uruçuca têm-se que 91% da população era composta por pretos e pardos. Observemos o gráfico a seguir:

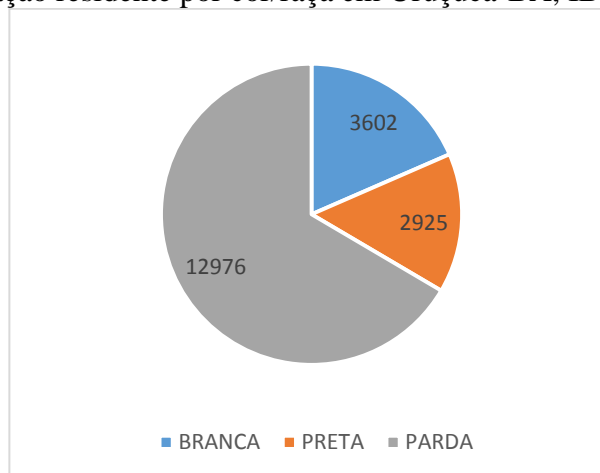
Gráfico 1 - População residente por cor/raça em Uruçuca-BA, IBGE (1991)



Fonte: IBGE (1991).

Por seu turno, no que concerne aos dados do censo IBGE (2000) sobre a população residente por cor/raça em Uruçuca tinha-se um total de 71% de população autodeclara preta e parda. O que representa uma queda de 20% na população negra do município, comparada aos dados do censo IBGE de 1991. Segue o gráfico referente aos dados citados:

Gráfico 2 - População residente por cor/raça em Uruçuca-BA, IBGE (2000)



Fonte: IBGE (2000).

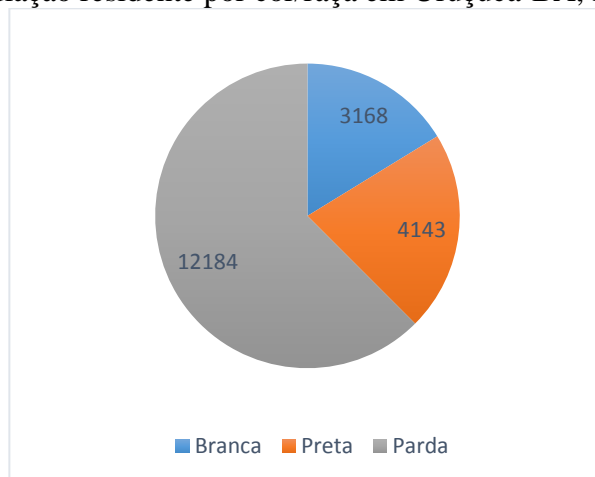
Os dados analisados mostram ainda que é possível perceber que houve aumento da população autodeclarada branca em Uruçuca após a criação do PESC, já que em 1991 tinha-se o número de 2.696 moradores declarados brancos enquanto em 2000 esse número cresceu para 3.602 moradores, equivalendo à um aumento de 8% nos períodos analisados. Tal aumento pode estar diretamente ligado a chegada de migrantes nacionais e internacionais no município após a criação do parque em 1997.

Ou seja, ao passo em que houve redução no número da população autodeclarada preta e parda no município e aumento da população autodeclarada branca no censo posterior à criação do parque, é possível entrever a ação de uma política territorial eugenista posta pela política do meio ambiente por meio da criação do PESC em 1997 na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré que vem se tornando referência de um lugar para o viver bem, o se reconectar com a natureza (SILVERA, 2020), ao passo em que cresce o status de uma turismo elitizado, altamente privativo na região.

Nesse contexto, os dados do IBGE (2010) continuaram demonstrando uma baixa na população total do município de Uruçuca, o que indica a dificuldade de superação das barreiras de sobrevivência postas pela política de meio ambiente à população negra na/da região. Entretanto, segundo dados do censo que tratam da população residente por cor/raça no

município, os números do censo de 2010 indicam algumas peculiaridades que necessitam ser observadas atentamente tendo em vista o contexto político e ideológico do governo brasileiro na época. Em comparação com o período anterior – 2000 –, constata-se que a população autodeclarada parda diminuiu ao passo em que a população autodeclarada preta aumentou, o que indica um reflexo estatístico de um governo aberto ao diálogo e às demandas das populações negras e indígenas do país; o que teria acarretado maior afirmação da população autodeclarada preta em Uruçuca. A população autodeclarada branca, por sua vez, apresentou uma redução comparada ao censo de 2000, voltando a ser menor que a população autodeclarada preta no município, o que pode indicar que pessoas autodeclaradas brancas em 2000 passaram a se autodeclararem pardas em 2010 numa tentativa de diminuir o contraste com a população majoritariamente negra do município. Observemos os dados:

Gráfico 3 - População residente por cor/raça em Uruçuca-BA, IBGE (2010)



Fonte: IBGE (2010).

Desta forma, os dados indicam um cenário racial no município de Uruçuca que é expressivo das dinâmicas dos contextos políticos e territoriais que incidem sobre a população residente nesse território do Litoral Sul baiano.

Sobre a BA-001, trabalhamos com a hipótese de que o PESC não só funcionara como uma medida compensatória em relação à rodovia, mas, antes, que essa fazia parte dos interesses do Turismo instalado nessa região paralelo a criação do parque. O relato de Dandara caminha no sentido de nossa proposição:

Assim que o asfalto começou, nem terminou, antes de terminar que o pessoal de fora foram descobrindo isso aqui aí vieram comprando as terras das pessoas que tinham suas terras e a preço de banana, né? Porque o povo daqui era tão assim, coitado, sem noção que vendeu suas terras por qualquer preço. Uns vendeu por dez mil, outros por vinte, outros por trinta. Também com medo de perder, né, então, a gente tem um

vizinho ali em cima, que tinha um sítio em frente ao nosso, aí ele vendeu o sítio dele por cinquenta mil, eita que esse homem ficou numa felicidade, disse, “-Ê, Anjinho (meu pai chamava Ângelo) Ê, Anjinho, tô rico, venda o seu também”. Aí meu pai falou pra ele, “-Beto, eu gosto muito de você, mas o meu não tem preço, eu arranji isso aqui pra criar meus filhos” [...] A gente tem isso aí até hoje, meu pai morreu tem dois meses, ainda não tem dois meses, mas a gente tem assim, sabe, essa benção. Foi muito difícil a vida aqui em Serra Grande (DANDARA, 2019).

Conforme coloca Silvera (2020, p. 53), em nota de rodapé, a respeito da compra de terras ao entorno e na Vila de Serra Grande por empresários, “a Família de Guilherme Leal, dono da Rede de cosméticos Natura, comprou uma grande extensão de terras em uma faixa litorânea na vila, em uma antiga área ocupada especialmente por pescadores e marisqueiras”.

Para um projeto que não contou com a participação social local, conclui-se que a implantação do PESC acarretou drásticas mudanças na vida e no território da Vila de Serra Grande, inclusive migrações de estrangeiros e nacionais para a região, dentre eles empresários. Movidos pelos discursos de preservação ambiental, pela ideologia do Desenvolvimento Sustentável, pelo investimento do capital ou, ainda, pelo sonho de viver e, quiçá, possuir o *Paraíso*, um número crescente de migrantes e novos proprietários de terra passaram a compor o cenário da Vila de Serra Grande e seus entornos, incidindo sobre as dinâmicas de vida nesse território.

Deste modo, se nos planos e expectativas do PESC o turismo apontava como uma boa opção de alternativa rentável para a região, o depoimento da moradora nativa Dandara chama atenção ao concluir que:

Depois de 2000 pra cá que os empresários descobriu a Serra Grande e as belezas de Serra Grande aí começaram, então pra você hoje vê um nativo daqui tendo alguma coisa é meio difícil, porque o que eles puderam pegar, eles pegaram, viu, o que eles puderam tirar do, a pessoa não tinha noção de valores, não tinha noção, tinham uma grande riqueza, mas não conhecia o valor que tinha, né, é tanto que hoje daqui de Serra só tem a gente, minha família, meu pai morreu há poucos dias, tem um sítio aqui subindo, antes de Badu, terminou o calçamento já é o sítio da gente. São vinte e duas hectares, né, ou são vinte e seis. A gente tem outro sítio aqui no Tijuípe também, indo pelo asfalto. Mas tem uma família aqui a família do Zé Barriga, que é da mesma família do meu pai e também segurou seus pedaços de terra, hoje mora dentro. Seu Valter ali também, mas é muito pouca gente, entendeu? (DANDARA, 2019).

Sobre a criação, instalação e ações do PESC, assim também como a justificativa rasa deste para compensar a construção da BA-001, trecho Ilhéus/Itacaré, concluímos que considerando (i) o que apregoa a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 68 – das Disposições Transitórias – que prevê o reconhecimento e a titulação das terras ocupadas por “remanescentes das comunidades dos quilombos”, (ii) a genealogia do território da Vila de Serra Grande no século XX elaborada a partir da narrativa de seus moradores e moradoras nativas, revelando evidências da presença de uma territorialidade negro-indígena na

constituição desse território e (iii) a forte e constante presença de quilombos no sul da Bahia (REIS, 1996; SACRAMENTO, 2008), o projeto do PESC em 1997, uma Unidade de Conservação de proteção integral, pela política do meio ambiente do Governo do Estado da Bahia, fere e viola as condições territoriais e culturais para o reconhecimento e regularização fundiária de terras ocupadas por populações negras do Litoral Sul da Bahia, nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré.

Uma vez que a política de preservação ambiental e a política de direito por reconhecimento e titulação de terras têm em comum o interesse pela posse da terra, uma para a preservação, a outra para a sobrevivência, vivência e identificação cultural de populações historicamente exploradas, violentadas e empobrecidas, não é incoerente hipotetizar que a política do meio ambiente do Estado da Bahia por meio da criação do PESC em 1997, aliada aos interesses do sistema capitalista de produção e ao investimento do capital global na região – através da indústria do Turismo, da Especulação Imobiliária, da Pesquisa Aplicada e outros, tenha atuado para dismantelar territorialidades negro-indígenas, agindo sobre o território e alterando a lógica das formas de vida e ocupação desses moradores e moradoras da Mata Atlântica no Litoral Sul da Bahia, para, assim, torná-los impróprios e inadequados à política de reconhecimento e titulação de terras de 1988 que intencionara alcançar e resguardar os direitos das populações oriundas do escravismo que fortemente imperou nessa região da Bahia, como visto nos capítulos 5 e 6 deste trabalho que tratam de um histórico da formação do território onde está situada a Vila de Serra Grande e da genealogia do território e da comunidade da Vila de Serra Grande.

Sendo assim, diante do que foi apresentado e discutido neste capítulo é possível afirmar que a política do meio ambiente por meio da criação do PESC em 1997 pelo Decreto nº 6. 227 – a menos de uma década da Constituição Cidadã que colocara, conforme Barreto (2015), a proteção e conservação da Mata Atlântica, **mas também** o reconhecimento e a titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombo – articulara um projeto territorial eugenista para o eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, formado por comunidades rurais de pescadores, agricultores e marisqueiras, negro-indígenas, da mata atlântica litorânea do sul da Bahia.

Ao passo em que o projeto territorial posto pela criação do PESC organizou a produção de uma territorialidade altamente capitalista, por meio da instalação do turismo e de uma cultura e mercado do bem viver conectado a natureza, da chegada de grandes empresários à região e da atração de migrantes nacionais e internacionais do Norte global, evidencia-se o caráter eugenista deste projeto territorial – justificado pela política do meio

ambiente na região – que implica a violência contra a vida e a existência da população negro-indígena do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, reproduzindo desta maneira contextos de relações étnicas de violência, segregação espacial e racial num cenário de extremas desigualdades.

8 INTERDITOS DA POLITICA DO MEIO AMBIENTE: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PARA QUÊ E PARA QUEM?

“A crise econômica e a crise ecológica resultam do mesmo fenômeno: um sistema que transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria, e que não conhece outro critério que não seja a expansão dos negócios e a acumulação de lucros” (LOWY, 2013, p. 79-80).

É inegável que as décadas que sucederam o fim da segunda guerra mundial, mostraram-se efervescentes no que diz respeito a pautas de cunho cultural, social, econômico, ambiental e político; quase todas, contestando a diferença como princípio de legitimidade e direitos, já que o holocausto de milhares de judeus pelo nazismo de Hitler revelara o racismo que instituíra as diferenças culturais a partir de determinações de cunho social. Uma pauta, entretanto, a do meio ambiente, contestava a responsabilidade do homem sobre os impactos acarretados à natureza e aos seus recursos através do modelo de produção capitalista, exigindo atenção e cuidado à questão ambiental.

Os horrores da guerra e o holocausto alavancaram nas sociedades ocidentais um olhar sobre si mesmas que atestava que moralmente o Ocidente decaíra. Como justificar, por meio da razão iluminista e do antropocentrismo, os campos de concentração, as câmaras de gás, a orquestração para o assassinato em massa ocorrido na Alemanha? Era preciso reparar os danos (e rápido) para que o sistema político-social e econômico que operava no Ocidente não fosse posto em acusação. Os estados-nação que outrora patrocinaram e/ou protagonizaram a guerra faziam agora questão de mostrar para o mundo os diferentes que existiam e tinham, supostamente, o direito de existir em seus territórios. A bandeira de defesa à vida e às diferenças fora erguida e a lição que preconizava era a da convivência pacífica e harmônica entre os povos, “diferentes” cultural e/ou racialmente, tornando-se modelo de marketing para o sistema capitalista que se reorganizava.

Nesse sentido, enquanto movimentos sociais eclodiam em todas as partes, o Brasil despontava como símbolo da convivência harmônica entre as raças, uma vez que o discurso proclamado por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* servira aos interesses dos que usavam a paz entre os povos como nova bandeira política para o Ocidente, produzindo o Oriente e os seus “outros” como o grande inimigo a ser combatido e vencido para, assim, ser dominado (SAID, 1990).

Por um outro lado, os efeitos do modelo de exploração e destruição da natureza – outorgado pelo capitalismo e sua expansão – despontavam como ameaçadores da vida no planeta Terra. Ainda mais mobilizadora do que à causa das diferenças, sejam elas de quaisquer ordens fossem, apresentava-se a causa do meio ambiente. Conforme Young (2001, p. 26) em seu artigo *Preservação ambiental: uma retórica no espaço ideológico da manutenção do capital*, “ao se defrontar com a possibilidade da insustentabilidade desse complexo vital, o ecossistema chamado Terra, torna-se fundamental pela elite capitalista a incorporação da questão da preservação ambiental em sua retórica” para a própria legitimidade da produção do capital, tendo em vista que, segundo Lowy (2013, p. 80) em seu artigo *Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista*, “a corrida louca atrás do lucro, a lógica produtivista e mercantil da civilização capitalista e industrial nos leva a um desastre ecológico de proporções incalculáveis”.

Assim, conforme os autores, no discurso de importância capitalista científico-ocidental, a demanda ambiental aparece acima de qualquer outra, com exceção da econômica. É preciso preservar o meio ambiente, cuidar do planeta, casa da humanidade, como prioridade, mas sem deixar de atender aos interesses da produção, manutenção e obtenção do capital.

Deste modo, outras pautas, como a das diferenças e justiça social perdem força em comparação ao dilema ambiental, manipulado pelas elites econômicas vinculadas ao sistema do capital.

A lógica que hierarquizava a demanda ambiental à frente das demandas pelo reconhecimento das diferenças, pela justiça social e também pela paz, produziu uma ideologia ambiental que instituiu ser o meio ambiente mais importante que os seus sujeitos e as relações entre estes. Essa ideologia ambiental, por sua vez, produziu discursos que pouquíssimas pessoas questionaram, sobretudo, no que se referem às questões antropológicas concernentes às populações que habitam biomas alvos da mira da preservação ambiental – no Brasil, temos como exemplo, a Amazônia e a Mata Atlântica –, e um conceito que era a nova bandeira política do sistema político-social e econômico operante, trata-se do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

O conceito de *desenvolvimento sustentável*, elaborado na década de 70, combina o tripé: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica e tornou-se popular após o Relatório de Brundtland, em 1987 (YOUNG, 2001). O conceito implica a capacidade de satisfação das necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade

das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Segundo Young (2001) discorre sobre o contexto de ovulação do conceito:

A preocupação ambiental foi se tornando hegemônica com o fenômeno da globalização, que também não é recente, nessas últimas décadas. É nessa circunstância que começa a surgir a ideia de sustentabilidade. A corrente do desenvolvimento sustentável baseia-se na lógica de combinar as questões de âmbito econômico com as questões sociais e ambientais, a serem incorporadas pelo Estado, empresas, ONGs e sociedade. O objetivo é o de garantir que o progresso tecnológico e produtivo não esgote os recursos naturais, nem degrade o meio ambiente de forma que venha a comprometer a sua existência futura (YOUNG, 2001, p. 27).

Todavia, no artigo *Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável*, de 2012, os autores apontam e demonstram, através da Teoria Crítica, que a contradição do conceito de desenvolvimento sustentável sob a ótica da lógica interna do capitalismo demonstra a impossibilidade de conciliação entre uma suposta prática ecologicamente viável com os objetivos desse sistema. Os autores concluem que:

O entendimento dominante do conceito fundamenta-se em uma concepção conciliatória com o capitalismo, que deixa transparecer uma ambígua relação entre as condições históricas de sua emergência como ideia pretensamente reparadora da atual crise socioambiental e de seu real sentido de reforço da lógica do capital. De forma muito clara, essa ambiguidade assinala o caráter ideológico que o conceito apresenta (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p. 570).

Acerca da racionalidade predominante sobre o desenvolvimento sustentável, os autores afirmam amparar-se em uma epistemologia baseada em um pragmatismo de foco utilitarista em que:

A sustentabilidade apresenta-se como um discurso necessário e útil na medida em que legitima as práticas das empresas e dos "intelectuais" que servem aos interesses das elites econômicas vinculadas ao sistema de capital (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p. 580).

Como ideologia, os autores de *Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável* (2012) defendem que a ideia de desenvolvimento sustentável operante no discurso político-econômico-ambiental que lhe sustenta:

De forma prática, trata-se simplesmente de prevenir as situações contraditórias facilmente encontradas nas organizações, a exemplo das ocorrentes em uma fábrica de produtos altamente poluentes, mas que tem programas de reciclagem somente para assegurar a seus funcionários a sensação de estarem fazendo a coisa certa, ou de amenizarem seu sentimento de culpa (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p. 581).

Amenizar o sentimento de culpa não só dos funcionários, mas de consumidores que passam a acreditar, através de ações, como a de reciclagem, estarem consumindo de modo ecologicamente correto. Logo, o consumo não é um problema, se a empresa tem responsabilidade ambiental e hoje são raras empresas e marcas que não se comprometam

discursivamente com a questão, que não a torne marketing de propaganda (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

Ou seja, conforme os autores, o que objetiva-se é o respaldo para o modelo de produção e consumo capitalistas, por meio da amenização social que a ideologia do desenvolvimento sustentável assegura ao propor formas de reparação dos impactos sobre a natureza, formas essas, sobretudo, ligadas ao tratamento dos ensejos produzidos e não a um controle da produção de mercadorias. Todavia, se não se altera a velocidade e a quantidade da produção, se continuamos produzindo em larga escala é ilusório pensar que, através de discursos e práticas paliativas, estejamos de alguma forma, verdadeiramente, mobilizados para as questões ambientais.

E mais, se ainda não atentamos seriamente para as injustiças e desigualdades sociais decorrentes do modelo de produção e consumo capitalistas que encontram agora no discurso da preservação ambiental um aliado, que os respaldam, é possível que mais vítimas estejam sendo feitas ao passo que o meio ambiente, os seus biomas, comportam populações que ficam na mira dessa ideologia que aponta os modos de vidas e subsistência dessas populações como de agressões ao meio ambiente, insustentáveis, ao passo que a produção e o consumo em larga escala e desordenados do sistema capitalista nunca são questionados.

Nesta direção, é preciso considerar o que coloca Lowy (2013, p. 79) ao afirmar que “a questão ecológica, do meio ambiente, é central no capitalismo”, todavia, “as tentativas de soluções, a exemplo da Tratado de Kioto e as medidas pactuadas em Copenhagen em 2008, estão muito aquém das providências necessárias à resolução do problema”.

É sobre os desdobramentos da ideologia do desenvolvimento sustentável, preconizada pelo sistema político capitalista em vigência, que faz-se possível e contundente alocar leis e decretos sobre questões e demandas, supostamente, ambientais, envolvendo a proteção de biomas e logo de terras da Mata Atlântica e da Amazônia, como maquinários do interesse capitalista sobre especiarias ligadas as características e potencialidades mercadológicas que esses biomas assumem na lógica de produção do capital. O que está se colocando em voga, portanto, são as dimensões política e econômica das ações direcionadas à suposta preservação ambiental e ao estratégico discurso e conceito de desenvolvimento sustentável.

Sobre os conflitos, violências e tensões envolvendo a criação da Floresta do Tapajós em 1974 na Amazônia, conforme Ioris (2014) escreve em sua obra *Uma floresta de disputas: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia*:

O governo tentou impor às comunidades não apenas um deslocamento forçado, mas também restrições ao acesso aos recursos florestais, fonte de sua subsistência e modos de vida. Entre estas restrições, elas foram proibidas de implantar lavouras nas

áreas mais centrais da floresta, ou de desenvolver qualquer atividade de caça. Segundo várias pessoas, os funcionários do governo justificavam a criação da Flona Tapajós, os esforços para deslocar as pessoas, e a restrição sobre recursos, dizendo “que era para proteger a floresta”. Expressando forte ressentimento, as pessoas com frequência ponderavam: “Por que eles criaram uma Floresta Nacional para proteger a floresta? Nós sempre temos vivido aqui, nossos avôs e bisavôs já viviam aqui, e nunca nenhum de nós destruiu a floresta. Essa floresta ainda existe porque nós temos protegido ela” (IORIS, 2014, p. 41).

Deste modo, a autora expõe uma grande contradição do discurso e da ideologia em torno da política do meio ambiente do governo brasileiro. Parte-se da prerrogativa de que as florestas, a fauna e a flora de biomas como a Amazônia e a Mata Atlântica precisam ser preservadas, mas não se considera o papel que as populações nativas desses territórios desempenharam e desempenham na produção desses biomas. A análise da formação do território do Litoral Sul da Bahia aponta nesta direção: foram as populações indígenas e negras, tradicionais desse território, as responsáveis pela formação desse território, inclusive do seu bioma, a Mata Atlântica. Foram as suas formas de vida que resguardaram e produziram a natureza de seus territórios.

Outro exemplo da atuação da política do meio ambiente no Brasil está na criação do Parque Nacional do Monte Pascoal no extremo sul baiano, região de presença dos Pataxó (CARVALHO, 2009). Como resultado da criação do referido parque, segundo a autora, uma série de dificuldades fora imposta à vida, à presença e à sobrevivência dos Pataxó nessa região:

A administração do PNMP resistia, mediante o exercício da violência, física e simbólica, ao estabelecimento de roças, em face do que muitos conflitos ocorreram. As pequenas roças eram complementadas com a pesca nos arrecifes, a coleta no mangue e a extração de piaçava às escondidas, nas primeiras horas do dia, para ser transportada, na primeira parte da noite, para Caraíva, onde era comercializada. O cotidiano alternava-se entre “redar [pescar com rede] uma semana, pegar o peixe pra comprar farinha, e outra semana ia tirar piaçava e as mulher fundava no mangue pra tirar o caranguejo. Ficamo um bocado de ano assim desse jeito...” (CARVALHO, 2009, p. 515).

Diante desses contextos descritos na Amazônia e na Mata Atlântica litorânea do extremo Sul da Bahia, é urgente lembrara ainda que o século XX fora o primeiro século de liberdade das populações negras do Brasil e justamente neste século a eclosão de uma política do meio ambiente no país – que incide diretamente sobre a terra e os territórios e, conseqüentemente, sobre a vida das populações negras e indígenas sobreviventes de um Brasil perverso e escravocrata – vem demonstrar as novas-velhas nuances de um Estado Brasileiro que não deixara de ser antinegro e anti-indígena e que encontrara na ascensão da política do meio ambiente no mundo a sua nova arena de (re)produção de violências, segregações e desigualdades, mas também de riquezas, privilégios e poderes.

Tal política do meio ambiente colocou em ação, como vimos no capítulo 7, um projeto territorial eugenista para a região de criação do PESC na Mata Atlântica litorânea do sul da Bahia, evidenciando desta forma a intrínseca relação entre projeto territorial e projeto social e racial no Brasil. E mais, tal política do meio ambiente por meio da criação do PESC no eixo Ilhéus-Itacaré-Uruçuca articulava a inscrição do capital financeiro e humano global nesse território, como visto, negro-indígena, quer seja pela instalação do Turismo, pela chegada de grandes empresários que compraram extensões de terra na região, ou, ainda, pela chegada de migrantes nacionais e internacionais à região.

Nesse sentido, aglutinado com a construção da BA-001, trecho Ilhéus-Itacaré, o Decreto n.º 6.227 de 1997 do Governo do Estado da Bahia que instituía a criação do Parque Estadual da Serra do Conduru nos municípios de Uruçuca, Itacaré e Ilhéus, áreas da Mata Atlântica, com fins de proteção ambiental desse bioma, pode ser apontado como constituinte de um plano político e empresarial para a entrada e atuação do capital financeiro e populacional global, ou seja, das elites econômicas nacionais e internacionais vinculadas ao sistema do capital, nesses territórios. Como enfatiza a moradora nativa de Serra Grande, Dandara, acerca das mudanças ocorridas a partir da criação do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC):

Assim que o asfalto começou, nem terminou, antes de terminar que o pessoal de fora foram descobrindo isso aqui aí vieram comprando as terras das pessoas que tinham suas terras e a preço de banana, né? Porque o povo daqui era tão assim, coitado, sem noção que vendeu suas terras por qualquer preço (DANDARA, 2019).

As atividades que despontaram após o decreto e construção da BA-001 foram, segundo documentos oficiais do Estado da Bahia (BAHIA, 2010, 2016), o turismo e as atividades para seu incremento, quase todas elas tendo foco na espetacularização da natureza e de suas paisagens e nas mudanças territoriais de adequação ao mercado e as demandas que se instauravam. Ou seja, o decreto orientado para a proteção da Mata Atlântica, articulava uma logística de produção do capital através do uso e exploração da natureza e dos seus territórios e populações, agora na forma do mercado do Turismo.

Em pesquisa de campo e entrevistas realizadas no ano de 2019 com representantes do poder público da região e moradores nativos, além do turismo, a construção civil desponta entre as principais atividades desenvolvidas na região do PESC. Duas atividades apontadas por especialistas como de grande impacto sobre a natureza e os modos de vida das populações nativas desses territórios.

A construção civil, por sua vez, anuncia um fenômeno importante de ser analisado, que é a ocupação e a transformação territorial a partir dos usos que são feitos desses territórios

para atendimento das pautas do capital nele inseridas, através de respaldo político e “ambiental” como observado na dinâmica do Decreto 6. 227 de 1997.

No mesmo cenário onde atuam o turismo e a construção civil, nas áreas da Mata Atlântica “resguardada” pelo PESC, aliadas à criação e proposta do PESC uma série de entidades, sobretudo, privadas, como institutos e ONGs, de cunho socioambiental ou ambiental, passaram a atuar nos territórios de alcance do PESC, incidindo sobre os modos de vida e ocupação, ou seja, sobre as territorialidades das populações nativas residentes nessa região.

Como a ideologia do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental operam para o alcance dos interesses capitalistas (YOUNG, 2001; VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012) é possível afirmar que tais entidades façam parte do maquinário para a ascensão do capital. Como a própria lógica interna de produção e consumo capitalista impossibilita a preservação e conservação do meio ambiente, denunciando o caráter ideológico do conceito de desenvolvimento sustentável e das ilusões sobre ele projetadas, faz-se contundente afirmar que muitas são as linhas de frente movimentadas para que se possa assegurar a soberania do capital sobre os recursos da natureza e quaisquer pautas sociais que inflijam diretamente as condições de vida dos sujeitos.

Desta forma, conclui-se que o conceito de desenvolvimento sustentável corrente e operante nos discursos de preservação ambiental, assumidos por instâncias públicas e privadas, expõe seu caráter retórico e anuncia a serviço do quê e de quem está. Em síntese: a ideologia do Desenvolvimento sustentável, tão polêmica no início do século XXI, está para a perpetuação das formas de produção capitalista e para as elites econômicas e seus aliados – ideológicos – executarem seus planos de produção e acúmulo do capital.

De forma direta:

Desenvolvimento sustentável para quê? Para o capital!

Desenvolvimento sustentável para quem? Para as elites econômicas mundiais que dominam o capital e as suas formas de produção, aceleração e acumulação.

As respostas parecem simples e objetivas, mas atingem dimensões imensuráveis no que diz respeito às condições de existência – social e ambiental – dos habitantes do Planeta Terra. Nesse sentido, Lowy (2013, p. 79) afirma que “por mais que acabe o petróleo, ou que se esgotem outras fontes essenciais da riqueza, o sistema (capitalista) continuará a explorar o planeta, até que a própria vida humana se encontre ameaçada”. O projeto capitalista-ambiental em ação no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré opera nesta direção: da ameaça da vida das populações negro-indígenas do território.

O caminho para a preservação do meio ambiente é o da regressão do capitalismo (LOWY, 2013) e não o da sua continuação e implementação respaldadas pela elaboração e atuação de uma política do meio ambiente baseada em um conceito ideológico, político e retórico como evidencia-se ser o de Desenvolvimento Sustentável, em que populações negro-indígenas e seus territórios são tornados “bodes expiatórios” do capital.

9 FORÇAS DE PODER E RESISTÊNCIA NO LITORAL SUL DA BAHIA: A INSTALAÇÃO DE NOVOS ATORES E APARELHOS SOCIAIS NO EIXO ILHÉUS-URUÇUCA-ITACARÉ: “De dois mil pra cá Serra Grande explodiu”

“Em tempos pós-coloniais, o poder exercido pelo Ocidente não é mais estritamente militar, mas articula-se com as representações, textualidade e exercícios simbólicos de diversas formas com o poder” (SILVEIRA, 2017, p. 25).

Neste capítulo busca-se apresentar os novos atores sociais que passaram a incidir sobre o território da Vila de Serra Grande após a chegada da política do meio ambiente por meio da criação do PESC em 1997 na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré. Defende-se aqui que esses novos atores sociais expressam a ação de um projeto de transformação territorial posto para o Litoral Sul da Bahia e a Vila de Serra Grande – como vimos, essencialmente, negro-indígenas –, operando como uma série de articulações em torno do que postulamos e apontamos como a reincidência do projeto colonizador capitalista no litoral sul do estado. Aparelhos sociais que agem e atuam sobre o território e a vida na Vila de Serra Grande também serão apontados, assim como a formação da Associação dos Pequenos Agricultores de Serra Grande enquanto uma instância de resistência e articulação frente às mudanças e demandas capitais impostas a esse território.

9.1 O Txai Resort Itacaré, a Natura, o Festival de Arte e Gastronomia e o Festival Blues Jazz de Serra Grande

A despeito da implantação do turismo e da chegada de empresários à região e mais precisamente ao território da Vila de Serra Grande e seus entornos, as moradoras Jaci e Dandara apontam a atuação de dois atores sociais nas dinâmicas de transformação do território e do mercado de trabalho na Vila de Serra Grande e seus arredores. Trata-se do empreendimento hoteleiro Txai Resort Itacaré e da propriedade da Natura.

Sobre a chegada de novos proprietários de terra na região e a instalação do Txai Resort Itacaré, a moradora Dandara conta que:

Do povo que chegou eu não li digo estrangeiro, só que não eram daqui da nossa região, porque o Txai eu nem sei como é que surgiu, comprou, começou a fazer esse hotel aí de grande porte, foi um dos primeiros, o Txai Resort, ele tá lá no município de Itacaré, mas o mesmo que comprou esses terrenos lá comprou um monte de terreno por aqui também (DANDARA, 2019).

A moradora relata que não sabe como surgiu o resort (mesmo ele estando a apenas três quilômetros da Vila de Serra Grande) e que quem comprou também não era da região, apontando, assim, para a tese de que o Litoral Sul da Bahia, no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, recebera a instalação de empreendimentos hoteleiros, alguns de alto luxo, revelando, assim, o perfil de visitante e turista que se almeja atrair para a região e a privatização desse litoral em muitos pontos da costa marítima.

Nesse sentido, sobre o Txai Resort Itacaré, uma outra moradora nativa de Serra Grande conta:

É um lugar onde vai muita gente famosa, que tem dinheiro mesmo [...] Tem yoga, tem massagem, o restaurante fica aberto praticamente 24 horas, tem restaurante na beira da praia que é pro almoço, tem outro de cima, às vezes eles fazem luau na beira da praia, o jantar é na beira da praia, assim tudo muito chique, muito bem organizado (MORADORA DA VILA DE SERRA GRANDE, 2019).

O site oficial do resort declara ter sido o empreendimento inaugurado no ano de 2000. Logo, é contundente afirmar que a propriedade fora adquirida e as obras iniciadas também na década de 1990, marcada pela atuação da política do meio ambiente por meio da criação do PESC na região e pela construção da BA-001, anunciando, deste modo, um projeto territorial para o Litoral Sul da Bahia, sobretudo, para as áreas próximas às Unidades de Conservação, UCs, como é o caso da Vila de Serra Grande, que prioriza a produção de uma cultura e padrão de vida altamente capitalistas, ao passo em que a população nativa negro-indígena – pescadora, agricultora e marisqueira – sofre com a proibição e discriminação das suas formas

de vida e sobrevivência ligadas à natureza, o que acarretara um cenário fortemente marcado pela falta de emprego e, logo, pela dificuldade de geração de renda por esta população.

Tal cenário, conforme contam as moradoras nativas da região, provocou o aumento da criminalidade e da violência no território da Vila de Serra Grande e seus entornos.

Essa modernidade acaba destruindo tudo, até a nossa paz, porque acabou nossa paz, a gente tinha muita paz, saía pra pescar nas peda aí, qualquer menino desse ou menina dessa ia pescar nas peda, ia pescar na barra, qualquer um. Hoje ou vai com um adulto, ou não vai, e se for duas mulher, eu não vou, porque faz medo ir e não voltar (JACI, 2019).

A moradora relata, então, um contexto em que a violência e o medo passaram a rondar a vida dos moradores nativos da Vila de Serra Grande e a controlar o acesso desses moradores à áreas do território, como as de prática da pesca. A violência como um fenômeno sociocultural (WIEVIORKA, 2006) expressa, desta forma, as tensões, os conflitos, as dificuldades e desigualdades que delinham o território e a vida na Vila de Serra Grande.

Sobre a mediação do turismo enquanto atividade sociopolítica e cultural, conforme Silveira (2017), que cita Aitchiton (2001), em sua tese sobre *O olhar europeu sobre o Brasil: da exotização do paraíso à mercantilização turística*:

O turismo deve ser considerado não apenas como um tipo de negócio ou indústria, mas como um poderoso cenário cultural, moldado pelas relações de gênero, representações de lugares, povos, nações e, sobretudo, culturas. Através do material de promoção turística, a indústria do turismo é percebida como um discurso tendencialmente colonialista. Uma indústria que, conforme argumenta a autora, convida os turistas ocidentais a consumir lugares do “Terceiro Mundo” e pessoas como autênticos produtos de lazer (AITCHITON, 2001 apud SILVEIRA, 2017, p. 25, grifo nosso).

Por isso, a autora defende que o turismo deve ser compreendido e analisado “numa ótica sócio antropológica, com origem num intercâmbio sociocultural, uma experiência ritualística moderna, uma prática de consumo diferenciada e um instrumento de poder político-ideológico” (SILVEIRA, 2017, p. 23).

Sendo instrumento de poder político-ideológico deve-se considerar a respeito do turismo que muitos estudiosos, segundo Echtner e Prasad (2003), citados por Silveira (2017, p. 26), “apostam no colonialismo como uma das influências mais fortes na interpretação e interação entre diferentes culturas”. Desta forma, o turismo atua como agência de disputa de sentidos, valores, realidades e territórios, tornando-se uma arena potente para a violência simbólica e psicossocial.

Conforme Rodrigues (1997), no que tange a relação entre capitalismo e turismo, o estudioso apresenta a seguinte análise:

A atividade turística permite e facilita o uso fugaz e intenso do território como parte integrante do ideal de modernidade que considera o desenvolvimento como uma

meta a ser atingida, medida e mediada pela produção de mercadorias. É parte integrante do ideal da pós modernidade a fragmentação do uso. É uma atividade que sacraliza a natureza e ao mesmo tempo submete-a ao mundo da mercadoria, pois se paga para desfrutar da natureza, da paisagem natural ou do ambiente natural ou construído (RODRIGUES, 1997, p. 47).

Desta forma, para o autor, o turismo ocasiona a mercadorização de territórios, constituindo-se, portanto, como um poderoso mediador e produtor de realidades²².

Ainda numa reflexão sobre o turismo como aparato político-ideológico e colonizador sobre os territórios e as suas populações, Silveira (2017) que cita Brito-Henrique (2014) argumenta que:

Os Estudos Culturais e Pós-Coloniais têm fornecido instrumentos conceituais que podem ser úteis para entender o que exatamente está em jogo em determinadas situações relacionadas com o turismo. Como teoria crítica, ao examinar os legados do colonialismo nas sociedades pós-coloniais, os Estudos Pós-Coloniais lidam com questões da cultura e identidade em países previamente colonizados, bem como suas auto e hetero-representações culturais. A ideia-chave da teoria pós-colonial é que o término do colonialismo formal e político, obtido através da independência das antigas colônias, não pôs um fim definitivo ao imperialismo nem às desigualdades coloniais. A descolonização cultural - muitas vezes referida como a descolonização da mente - tem sido um processo muito mais difícil do que a descolonização política, ou mesmo a descolonização econômica (BRITO-HENRIQUES, 2014 apud SILVEIRA, 2017, p. 25).

Acerca da propriedade da Natura e das dinâmicas territoriais a ela ligadas, a moradora Dandara coloca que:

Tem a Natura hoje que tá aqui na Barra, na foz do Tijuípe também que é do Guilherme Leal, eu não sei dizer se é um resort, eu nem sei que tipo de pessoa eles recebem lá, mas é uma coisa muito chique, não é pra qualquer um não (risos).
De um lado, agora não, caiu mais, mas na época gerou emprego pra muita gente aqui, mas depois, porque o turismo também não tá lá essas coisas hoje, quem trabalhava no Txai, misericórdia, hoje já não tá tão bom assim. A Natura a mesma coisa e outros e outros mais, né, a praia começou a exploração, todo mundo fazendo, todo mundo comprando, tudo barato, porque na época pra o pobre que vendeu tava rico, mas hoje tá pior do que os piores, viu (DANDARA, 2019).

Sobre a Natura, a moradora relata não ter muitas informações a respeito da propriedade, afirmando não saber ao certo nem que tipo de empreendimento realmente funciona no lugar. Conta, entretanto, que a propriedade está localizada na foz do Rio Tijuípe, no local chamado Barra, e que frequentá-la não é para qualquer um, pois, segundo ela, trata-se de coisa muito chique. Ou seja, pode-se concluir que os frequentadores da propriedade são pessoas detentoras de alto poder aquisitivo e que esta insere-se no território da Vila, sobretudo, por meio da mão-de-obra dos moradores da Vila e do entorno que nela trabalham.

²² Sobre o turismo na Zona Turística Costa do Cacau, têm-se importantes trabalhos como os de Silva Filho (2008); Oliveira (2008); Ramos (2008); Noia (2008); Neves (2007); Souza (2005). Disponível em: <http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/index.php?item=conteudo_dissertacoes_defend.php>. Acesso em: 09 de jan. de 2021.

A narrativa da moradora deixa entrever ainda que houve uma pressão, seja por meio da oferta ou outras vias, para que os moradores nativos vendessem as suas propriedades. Dispondo de capital, do apoio do PESC e da política do meio ambiente – aliada à ideologia de Desenvolvimento Sustentável baseada nas vocações e potencialidades eleitas para a região –, constata-se que não fora difícil aos empresários conseguir a posse de terras e a instalação de seus negócios e propriedades no Litoral da Mata Atlântica do Sul da Bahia. Território, como vimos, formado e de identidade das populações negras e indígenas nele inscritas ao longo de sua história.

Numa análise reflexiva acerca dos acontecimentos e das mudanças ocorridas na Vila de Serra Grande, advindas da instalação do PESC, da BA-001, do Txai Resort Itacaré e da propriedade da Natura, a moradora nativa Dandara relata que:

Hoje, oia antigamente se você chegasse aqui com um saco nas costas, como a gente falava, e quisesse fazer um barraquinho em qualquer lugar, você fazia, ninguém lhe dizia nada, hoje um terreno aqui você não compra por menos de cinquenta mil, oitenta, cem e é um terreno de 12X30, não é uma propriedade, aqui, sabe, nessa rua você encontra mais barato por aí de trinta, quarenta, mas não é aqui, é pra os arredores. Muito, valorizou muito, muito, muito, muito mesmo, então quem tem o seu pedacinho de terra segure, quem tiver seu barraquinho por mais feio que seja segure, tenha cuidado, não joguem fora, porque se jogar não compra outro mais nunca, viu. Você vê que trinta mil comprava uma fazenda, um sítio, era vinte hectares. Eu conheço uma senhora, ela até já morreu, ela vendeu o pedacinho de terra dela lá na beira do rio Tijuípe, eu tô embaixo, ela tava em cima, vendeu por trinta mil, nem fez uma casa pra morar, começou a fazer a casa, quem terminou de fazer foi a igreja, porque o dinheiro não deu, né, a falta de conhecimento, né, pelas graças de Deus, a gente sei lá, usou, teve a inteligência, sabedoria e foi se informando, né, e o povo querendo pisar a gente, esmagar a gente de qualquer forma, porque eles vem, eles são assim, ele vê você pobre, preto, já é vagabundo, já é ladrão, né, o bandido ele pode ser o bandido que for mas se for branco e bonito (risos), não é assim? Porque esse povo boto cancela, esse povo proibiu o povo de pescar, esse povo proibiu da gente passar pra roça da gente, esse povo pintou, eu considero uma vencedora porque a gente já tinha a nossa associação e aí a gente começou, alguém começou a orientar e a gente começou a buscar os recursos e tal e tal e até hoje nós estamos aí (DANDARA, 2019).

O depoimento da moradora acerca das mudanças ocorridas na Vila de Serra Grande revela a ação de um projeto de desenvolvimento territorial para o eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré distanciado dos moradores nativos, uma vez que eles aparecem à margem das novas dinâmicas do território. Um projeto que operacionalizou a desocupação das terras da região, seja pela desapropriação promovida e legitimada pela criação e atuação do PESC ou pela venda de terras dos moradores nativos decorrente das dificuldades de sobrevivência implicadas na nova ordem territorial imposta pelas transformações acarretadas pelo parque, aliadas, sobretudo, à ideologia do Desenvolvimento Sustentável que se fortalecia enquanto

aparato conciliatório entre os interesses preservacionistas e de produção do sistema capitalista.

Sobre as consequências que a presença desses novos atores sociais causaram na vida dos moradores nativos e nas dinâmicas do território, a moradora Jaci conta:

Compra aqui, compra ali, compra acolá e quer fechar as estradas nativas todas, aí com nada ele faz e bota o cão, pendura uma placa cuidado com o cão! quem vai passar? E são essas coisas que acabou com tudo, nossa liberdade acabou, os nativos daqui não tem mais liberdade (JACI, 2019).

Desta forma, a fala da moradora nativa denuncia a privação do território imposta pelos novos proprietários de terra à população local. De modo que o cerceamento e a vigilância fazem-se constante sobre esse território e os seus moradores nativos, controlando e impedindo o acesso às áreas históricas importantes para a sobrevivência da comunidade, como são as áreas de pesca e mariscagem ao longo da encosta marítima e de plantio no solo fértil da Mata Atlântica, agora, priorizadas para o turismo e o lazer dos novos proprietários de imóveis da região.

Decorrente do mercado do turismo instalado na região e dos novos proprietários e frequentadores do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré – que compõe a chamada Zona Turística da Costa do Cacau –, dois eventos, um de caráter gastronômico e o outro de caráter instrumentista-musical, têm acontecido anualmente na Vila de Serra Grande. Trata-se do Festival de Arte e Gastronomia e o Festival Blues Jazz de Serra Grande. Os eventos são realizados estrategicamente em datas de feriados nacionais e representam os esforços do projeto territorial capitalista-ambiental em fortalecer uma identidade turística em torno desse território, atrair e satisfazer o perfil do público almejado para o usufruto da territorialidade capitalista-ambiental ali produzida e ofertada.

Conforme observado em pesquisa de campo e também nas falas das moradoras nativas do território, Jaci e Dandara, tais eventos não contemplam a população nativa uma vez que não há identificação das propostas dos eventos com a cultura e os valores culturais locais da comunidade de Serra Grande.

Deste modo, pode-se afirmar a ação de um projeto territorial eugenista (como visto no capítulo 7) e colonizador capitalista (como vimos no capítulo 8 e ao longo deste capítulo) para a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, onde está localizado o território da Vila de Serra Grande, em que constantemente o território e a população local negro-indígena são violentados pelos anseios de um território capitalista-ambiental branco que se impõe. Viver e conviver com as desigualdades produzidas e legitimadas a partir desse projeto territorial

implica um cenário em que as condições de vida objetiva e subjetiva dos moradores nativos do Litoral Sul da Bahia estão sob forte ataque.

Além da inscrição do turismo – aqui expressa pela instalação do Txai Resort Itacaré no entorno da Vila –, de novos proprietários de imóveis – no caso da propriedade do empresário Guilherme Leal da rede de cosméticos Natura – e dos eventos citados – o Festival de Arte e Gastronomia e o Festival Blues Jazz de Serra Grande –, aparelhos sociopolíticos, culturais, econômicos e educacionais foram instalados e passaram a atuar sobre o território da Vila de Serra Grande a partir da chegada da política do meio ambiente no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré. Tais atores e aparelhos sociais operacionalizam, são movimentos do projeto territorial que fora imposto à esse território com a implantação do PESC na região. Um ator social, entretanto, criado em 1985, aparece, no contexto das transformações territoriais agenciadas no eixo, como uma estratégia, uma organização de resistência da população nativa negro-indígena da região frente às ordens e demandas do capital nesse território do Litoral Sul da Bahia. Esse ator social ao qual estamos nos referindo é a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Serra Grande. Ambos, os aparelhos sociais instalados pela nova ordem territorial e o ator social de resistência desse território, serão tratados nas duas seções a seguir.

9.2 A inscrição e participação de aparelhos político-econômico-sociais, culturais e educacionais no gerenciamento do território da Vila de Serra Grande

9.2.1 As ONGS

Conforme relatam as moradoras nativas da Vila de Serra Grande entrevistadas, com a chegada da política do meio ambiente na região por meio da criação do PESC, muitas ONGs (Organizações não governamentais) se instalaram e passaram a atuar sobre o território da Vila. Essas ONGs, como contam, partem de iniciativas de atores externos ao território e de novos moradores que chegaram já no contexto da transformação territorial, a qual a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré tem passado. Dentre as ONGs citadas pelas moradoras da Vila estão o Instituto Floresta Viva (2003), o Instituto Arapyauí (2008) e a Tabôa Fortalecimento Comunitário (2015). Tais ONGs atuam no sentido de equilibrar as mudanças pelas quais o território tem passado e a perspectiva dos moradores e moradoras residentes no território, principalmente, a dos nativos, ou, ainda, de articular o conhecimento, as histórias e a cultura local da comunidade com o projeto territorial capitalista-ambiental em desenvolvimento. Agem através dos eixos de pesquisa e extensão – no caso do Instituto Floresta Viva que tem como objetivo a preservação da Mata Atlântica baiana – e de fortalecimento econômico e comunitário por meio de linhas de crédito e apoio à propostas que alinhem produção de renda e sustentabilidade. Importante pontuar que a Tabôa Fortalecimento Comunitário e o Instituto Floresta Viva têm como um de seus investidores o Instituto Arapyauí, instituição privada fundada pelo empresário Guilherme Leal da Natura que possui uma grande propriedade na costa litorânea do território da Vila de Serra Grande. Ambas as ONGs tem sede no território da Vila.

Acerca da presença e atuação de ONGs na Vila, uma moradora nativa analisa que:

Tanta gente que aparece de ONG aqui, querendo formar uma coisa encima dos nativo, porque sabe que os nativos têm história, ai vem dizendo eles que quer melhora, pra quem? (MORADORA NATIVA DA VILA, 2019).

A fala da moradora reflete a desconfiança com que os moradores nativos lidam frente à atuação de aparelhos sociais oriundos de agentes externos ao território. Segundo a moradora, tais aparelhos estão interessados nos nativos porque sabem que os nativos têm história e com isso revela que há uma tentativa de captação da história e dos saberes locais desses moradores. Todavia, a fala também evidencia que a moradora sabe, tem consciência de

que a história dos nativos é de interesse desses novos atores e aparelhos sociais atuantes na Vila.

A reflexão crítica da moradora ao concluir e indagar *melhora pra quem?* expressa ainda a sagacidade com que compreende as transformações e as forças de poder que incidem sobre o território e a vida da população nativa de Serra Grande. Tal sagacidade, por sua vez, anuncia a resistência com que a população nativa age frente aos mecanismos e tentativas de incorporação e apropriação de suas vidas, culturas, saberes e histórias ao projeto territorial em ação.

Deste modo, a expressão *melhora pra quem?* utilizada pela moradora anuncia que as transformações que atingiram e atingem o território da Vila de Serra Grande não representaram e não representam uma melhoria para a vida dos moradores nativos e que ela está ciente e certa disso. De que o projeto territorial em ação (eugenista e capitalista-ambiental, como vimos) opera para o malefício dos seus – os nativos do território, negro-indígenas do Litoral Sul baiano.

9. 2.2 O Sarau Serra Viva

Ao narrarem as mudanças que ocorreram no território da Vila de Serra Grande e as dinâmicas socioculturais, políticas, econômicas e educacionais delas decorrentes as moradoras nativas entrevistadas relatam a realização mensal – geralmente no segundo sábado do mês – de um evento na praça Pedro Gomes. Trata-se do Sarau Serra Viva que atua como movimento artístico-cultural na Vila de Serra Grande. O evento é cunhado pelos moradores nativos de *Sarau dos gringos*, pois alegam que são os moradores chegantes²³ os mais envolvidos e que mais participam do evento.

Sobre o sarau, duas moradoras nativas da Vila contam e analisam que:

Tem um sarau aqui deles, é dia de sábado, eles são diferentes, sabe, a vestimenta, a língua, é tudo diferente (MORADORA NATIVA, 2019).

Sempre tem um sarau deles ai, né! desses pessoal de fora, vá um dia pra você ver, vá, nativos vão poucos (MORADORA NATIVA, 2019).

As falas das moradoras apontam que, para os nativos, o evento é dos novos moradores chegantes – *desses pessoal de fora* – e para eles, havendo pouca participação dos nativos. Também enfatizam as diferenças entre os moradores chegantes e os moradores nativos de Serra Grande. As roupas e a língua são apontadas como marcadores dessas diferenças e estabelecem as fronteiras étnicas entre os dois grupos.

Ao considerar a noção de fronteira elaborada por Barth, Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 152) afirmam que esta sublinha “que a pertença étnica não pode ser determinada senão em relação a uma linha de demarcação entre os membros e os não membros”. Deste modo, a fronteira demarcaria então o espaço das diferenças entre os grupos, nativo e não-nativo, e o da (re)produção de identidades étnicas que, segundo os autores, “só se mobilizam com referência a uma alteridade” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 152).

Alteridade esta estabelecida neste contexto pela presença do não-nativo, isto é, do migrante, do turista, dos novos proprietários de terra, empresários nesse território negro-indígena, como visto e apontado na primeira parte deste estudo. É, pois, neste ponto de uma dialética da alteridade que opera a compreensão da etnicidade enquanto fenômeno que “implica sempre a organização de agrupamentos dicotômicos Nós/Eles” (POUTIGNAT;

²³ *Chegantes, gringos* são termos usados pelos moradores nativos para se referirem aos novos moradores que chegaram ao território da Vila de Serra Grande a partir da chegada da política do meio ambiente na região por meio da criação do PESC no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré e do projeto territorial posto e agenciado por ele. Esses moradores serão chamados neste trabalho de migrantes tendo em vista o fenômeno social que expressam, a migração, o deslocamento de nacionais e estrangeiros para esse território do Litoral Sul da Bahia. A migração e a presença de migrantes nesse território serão abordadas nos próximos capítulos desta dissertação.

STREIFF-FENART, 1998, p. 152). Tal organização Nós/Eles, no cenário de Serra Grande, dá-se no contexto de um projeto territorial que, como pode-se observar, atrai e privilegia a chegada, a presença e a inserção de atores e sujeitos alheios ao território (*Eles*), ao passo em que a população nativa vem sendo segregada, excluída e expulsa (*Nós*) (ver capítulo 7).

Frente a esse projeto territorial, categorizado nesta dissertação como eugenista capitalista-ambiental, faz-se necessário atentar para a análise de que “é razoável pensar que as fronteiras entre os grupos são tanto menos permeáveis quanto mais a organização das identidades étnicas esteja ligada à divisão diferencial das atividades no setor econômico” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 155). Ou seja, quando os grupos em questão ocupam posições distintas – no sentido de uma hierarquização social – na estrutura socioeconômica de uma dada sociedade, as fronteiras e identidades tendem a ser mais rígidas e demarcadas. Assim, os autores ponderam que:

Quando as identidades étnicas estão fortemente correlacionadas a um sistema de estratificação socioeconômico (ou seja, quando as características fenotípicas ou culturais são associadas de maneira sistemática a posições de classe), a fronteira étnica superpõe-se à fronteira social, uma reforçando a outra (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 155).

Testificando tais argumentos, ainda a respeito do sarau e da presença e participação dos nativos, uma moradora nativa narra que:

O sarau não é daqui, começou depois que esses gringos chegou e foi crescendo, daí algum nativo daqui que gosta de vender um bolo, um doce, um artesanato, alguma coisa aí participa pra vender alguma coisa, um acarajé, um salgado ou alguma coisa, que já é uma forma de ganhar alguma coisa. Mas o sarau é deles! (MORADORA NATIVA, 2019).

Deste modo a fala da moradora nativa enfatiza o caráter não identitário do evento para a população nativa ao afirmar que *o sarau não é daqui*, isto é, não representa a comunidade nativa e que, embora alguns moradores nativos participem vendendo algum produto – comida ou artesanato – *o sarau é deles*, isto é, representa os anseios, as vontades, o festejar dos moradores chegantes. Os moradores nativos que participam, segundo a moradora, vão para comercializar alguns produtos na tentativa de produzir algum provento, visto que diante das dificuldades de sobrevivência e geração de renda enfrentadas pela população nativa, *já é uma forma de ganhar alguma coisa*.

Desta forma, as fronteiras entre os de dentro (nativos) e os de fora – outside – (migrantes e turistas) aparecem bem delimitadas nas dinâmicas do território, como é o caso do Sarau, do Festival de gastronomia e do Festival de Blues Jazz que acontecem na praça Pedro Gomes. A fala a seguir de uma moradora nativa da Vila atesta essa afirmação:

Os nativos de Serra Grande você sempre encontra na barraca do Tingo, no acarajé da Lia, naqueles bares, você nunca vê eles (os nativos) no meio da praça misturados com eles (os migrantes), os nativos sempre separados. Semana que vem mesmo (semana do dia do sarau) se você for na rua, só vê eles (MORADORA NATIVA, 2019, grifo nosso).

Revela-se então que a inscrição dos moradores nativos tanto no Sarau como nos demais eventos que passaram a ser realizados na Vila após a chegada da política do meio ambiente, do turismo e dos migrantes é limitada, sobretudo, à oferta, à venda de comida ou artesanato. Além disso, no caso de frequentarem a praça durante esses eventos, se restringem às margens desta, onde ficam as barracas dos nativos. Assim, a venda e o consumo nestas barracas se dão, principalmente, entre os próprios nativos. O público principal de tais eventos, entretanto, é composto, conforme fora relatado pelas moradoras nativas e observado em pesquisa de campo, tanto pelos moradores chegantes – migrantes nacionais e internacionais residentes na Vila e no entorno – como por turistas em passeio e hospedagem na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré.

9. 2.3 A Escola Rural Dendê da Serra

Diante das transformações impostas e acarretadas pelo projeto territorial inaugurado pela chegada da política do meio ambiente por meio da criação do PESC na região, a chegada de novos moradores nesse território implicou e implica a inserção de novas formas de viver, de habitar, de festejar, de educar, enfim, de se relacionar na Vila de Serra Grande. É nesse contexto que se inscreve a Escola Rural de Dendê da Serra. Fundada pela professora e moradora alemã residente no território há cerca de vinte anos, Silvia Reichmann. Segundo relatou em uma conversa informal, a escola nasceu do desejo dela e de algumas amigas proporcionarem, inicialmente aos seus filhos, uma educação que considerasse a integralidade do indivíduo. Tal desejo encontrava na Pedagogia Waldorf, baseada nos princípios desenvolvidos pelo filósofo austríaco Rudolf Steiner, um caminho de realização e no território da Vila de Serra Grande um campo de ação.

Partindo de tal filosofia educacional, a escola começou a funcionar em 2001, conforme informa o site da instituição escolar²⁴, e busca integrar crianças de universos socioeconômicos e culturais distintos tendo em vista ainda a harmonização do sujeito com a natureza e os ideais de sustentabilidade almejados para o território.

Com o passar dos anos a escola cresceu e atualmente recebe tanto estudantes pagantes, oriundos de uma classe média alta instalada no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, como estudantes bolsistas, esses últimos moradores da vila e de localidades rurais aos arredores; configurando-se como uma escola particular de base comunitária, em que os sistemas de mensalidade, doação e apadrinhamento são contribuintes para a manutenção da mesma, conforme conta a fundadora e professora, moradora alemã do território da Vila de Serra Grande.

Considerando que no Brasil as categorias classe e raça se cruzam, a proposta da escola assume também um projeto de interação, integração e união racial, o que no contexto brasileiro é desafiador e implica a desconstrução e a renúncia do lugar de privilégio assumido, ocupado e defendido pelas populações brancas dominantes no sistema capitalista de Estado. Sendo assim, é importante reiterar que o mito da democracia racial orquestrado por Gilberto Freyre e pelo Estado brasileiro do século XX operara uma falsa cordialidade entre as raças – branca, negra e indígena – na formação do Brasil que em muito compromete a compreensão

²⁴ DENDE Serra. 2021. Disponível em: <<https://www.dendeserra.org.br/>>. Acesso em: 02 de fev. de 2021.

da história brasileira e as condições de vida das populações negras, indígenas e brancas pobres do país.

Deste modo, pode-se afirmar que a escola Rural de Dendê da Serra atua como um aparelho social, político, ideológico, educacional e cultural importante do contexto das transformações acarretadas pelo projeto territorial capitalista-ambiental imposto ao território negro-indígena da Vila de Serra Grande na Mata Atlântica do Litoral Sul da Bahia. Nessa direção, a escola atua também como um lugar produtor de etnicidade, de uma germanização do tecido social (SEYFERTH, 2011), na medida em que considera e fundamenta-se em princípios filosóficos educacionais de origem germânica, que expressam os valores culturais de um Ocidente branco voltado para a Europa e o seu etnocentrismo na relação com os demais povos e territórios do globo, no processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes brasileiros, no caso dos nativos da comunidade de Serra Grande, negro-indígenas do sul da Bahia.

9.3 A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Serra Grande – mais que uma organização comunitária, um movimento, um símbolo de afirmação, reconhecimento e reivindicação do território, das territorialidades e da vida das populações tradicionais do Litoral Sul da Bahia

Frente às mudanças e transformações impostas ao território da Vila de Serra Grande pela política do meio ambiente por meio da criação e atuação do PESC na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Serra Grande aparece como um potente movimento de resistência da população nativa, negro-indígena, diante do projeto territorial capitalista-ambiental imposto ao seu território e às suas formas de vida e produção.

Conforme coloca Silvera (2020, p. 36) “a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Serra Grande foi criada em 1985, a partir de um conflito entre um empresário que estava comprando grandes extensões de terra na região e os pequenos produtores locais”. Deste modo, é possível afirmar que a especulação imobiliária, o interesse pela terra em torno dessa região é anterior a criação do PESC em 1997 e que este também surge a partir desse contexto de interesse pelas terras da Mata Atlântica litorânea do sul da Bahia.

A criação da associação anterior a chegada da política do meio ambiente indica que os moradores nativos da Vila de Serra Grande e seus entornos estavam atentos aos movimentos em torno da propriedade da terra e do território na região. Revela ainda que o projeto eugenista-capitalista de posse e controle da terra – Lei de Terras de 1850 – vem há muito tempo tentando expulsar a população negro-indígena dos seus territórios de ação, memória e identificação, como é o caso do Litoral Sul da Bahia.

Uma vez que o projeto territorial em ação e as configurações dele no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré violara e viola as territorialidades das populações nativas negro-indígenas do território em sua relação com a terra, a mata, os rios e o mar (como vimos ao longo da segunda parte desta dissertação), a formação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Serra Grande em 1985 pelos moradores e moradoras nativas da região aparece como símbolo, ação e estratégia de afirmação, reconhecimento e reivindicação do território, das territorialidades e da vida das populações tradicionais do Litoral Sul da Bahia .

Ao narrar os conflitos e as dificuldades implicadas à chegada dos novos proprietários de terra na região, a moradora nativa Dandara conta e declara que:

Porque esse povo (os novos proprietários de terra que chegaram a região) boto cancela, esse povo proibiu o povo de pescar, esse povo proibiu da gente passar pra roça da gente, esse povo pintou, **eu considero uma vencedora porque a gente já tinha a nossa associação e aí a gente começou, alguém começou a orientar e a gente começou a buscar os recursos e tal e tal e até hoje nós estamos aí, a gente tem uma sede aqui no pico do morro, a sede da associação dos agricultores, foi a primeira associação criada aqui e até hoje ela está aí** (DANDARA, 2019, grifo nosso).

A fala de Dandara revela a importância que a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Serra Grande assumiu como uma organização social e política da população nativa negro-indígena – agricultora, pescadora e marisqueira – do território frente aos novos atores sociais que sobre ele passaram a atuar. Segundo a moradora, o que se consegue manter das territorialidades e costumes tradicionais do território da Vila de Serra Grande deve-se a atuação da associação e a força e a luta dos seus integrantes. Deste modo, a associação funciona como um importante e potente ator social desse território e das suas populações nativas.

Destarte, diante das transformações que atingiram e têm atingido a vida e o território na Vila de Serra Grande e que fazem parte, estão associadas ao projeto territorial capitalista-ambiental colonizador em ação na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, no próximo capítulo tratar-se-á da chegada de novos moradores, os migrantes, nos municípios do eixo. Para tanto, buscamos investigar a migração para Ilhéus, Uruçuca e Itacaré a partir da chegada da política do meio ambiente nessa região por meio da criação do PESC em 1997 para assim apontar as características da migração e o perfil de migrante que tem se direcionado para esse triângulo do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia.

***TERCEIRA PARTE – MIGRAÇÕES, MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E
MIGRANTES DO NORTE GLOBAL NO EIXO ILHÉUS-URUÇUCA-ITACARÉ***

10 MIGRAÇÕES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: O NORDESTE, A BAHIA E O EIXO ILHÉUS-URUÇUCA-ITACARÉ COMO DESTAQUES DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

10.1 Dinâmicas das migrações nas cidades brasileiras e baianas: os fatores qualificação e poder aquisitivo em evidência

Neste capítulo busca-se abordar a chegada de novos moradores – os migrantes – ao território da Vila de Serra Grande, em Uruçuca, a partir das transformações territoriais impostas pelo projeto territorial capitalista-ambiental inaugurado com a chegada da política do meio ambiente na região por meio da criação do PESC em 1997 no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré (como visto na segunda parte desta dissertação), componente do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia. Para isto, abordar-se-á – por meio de dados do IBGE, do SISMIGRA (Sistema de Registro Nacional Migratório) e do *Atlas Temático Migrações internacionais para a região Nordeste* publicado em 2019 numa parceria entre o Observatório das migrações em São Paulo e o Observatório das migrações no Estado do Ceará –, sobretudo, a migração internacional para a Bahia, para o eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré a partir da criação do PESC e a presença de migrantes no território negro-indígena da Vila de Serra Grande. Objetivamos apontar as características da migração para o eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré e o perfil de migrante que tem se deslocado para esse território a fim de discutir as dinâmicas do contato entre tais migrantes e a população nativa negro-indígena da Vila de Serra Grande no próximo capítulo e parte final desta dissertação.

Inicialmente, faz-se necessário situar que a modernidade – enquanto período histórico e político – e a América – enquanto fenômeno histórico-político – são marcadas pelo deslocamento de povos e pelo contato entre povos, decorrentes da busca pela expansão e consolidação do capitalismo europeu. Neste contexto, o fenômeno, o evento social mais importante da modernidade e da América – no sentido de que mais profundamente as explicam – são as migrações. As migrações de europeus de várias nações da Europa para os territórios da América. Eis aí uma crucial definição de modernidade que tem – não sem motivo – na expansão marítima europeia seu marco fundamental.

Deste modo, o óbvio que queremos lembrar aqui é que fora com a migração de europeus para a América que se impunha a colonização europeia sobre os territórios

americanos, como é o caso do que ocorreu com o Brasil, por exemplo. Todavia, com o desenvolvimento do capitalismo, a globalização mostrara que por meio da migração do capital transnacional – humano e financeiro – é que as bases da dominação e da colonização pós-moderna se estruturariam. Assim, com a dependência cada vez mais intensa do capital financeiro europeu e estadunidense – posta pela própria lógica interna de expansão do capitalismo (WOOD, 2006) –, a migração de europeus e estadunidenses parece ter recebido passe livre para os vários territórios do globo, principalmente, para aqueles mais vitimados pela ação da colonização europeia e do imperialismo americano.

Desta forma, a migração (do capital financeiro ou do capital humano associado ao capital financeiro) como ferramenta colonial europeia e estadunidense não pode, por razão nenhuma, deixar de ser enfatizada como o principal mecanismo de dominação e colonização dos territórios além Europa e Estados Unidos. A América Latina, a África e a Ásia são exemplos disso.

Outro óbvio importante que precisa aqui ser lembrado é que a colonização, a dominação, e a escravização (que no cenário brasileiro acompanhou a colonização europeia desde seu primeiro século) não se fazem por si próprias. Aliás, por si próprias não existem. São materializadas e concretizadas por corpos e sistemas que as outorgam, que lhes colocam em ação. Na história da modernidade e da América esses corpos são corpos brancos europeus e na base de seus sistemas operantes está o sistema capitalista de produção e consumo. Nesta direção, os corpos visualizados pelos indígenas da América no século XV e os corpos visualizados pelos nativos negro-indígenas do território da Vila de Serra Grande no século XXI ainda são os mesmos, do mesmo continente europeu (ou da América do Norte), da mesma cor e materialidade consagradas superiores a partir do crivo eurocêntrico e racista ocidental funcional à atuação e desenvolvimento do capitalismo.

Sendo assim, se a migração de europeus – diretamente ligada aos interesses de expansão e consolidação do capitalismo e do poder da Europa sobre o mundo – representara o principal meio de exercer a colonização e a dominação sobre os territórios e corpos do mundo – através da inserção do capital –, por que essa migração não é inquirida como tal? Por que ainda não começamos a falar de uma diáspora branca que segue seu curso invicta há mais de cinco séculos na história da América, do Brasil e da Bahia? Uma diáspora que encontrou e encontra no desenvolvimento do seu sistema político-econômico – o capitalismo – a perpetuação de sua permanência sobre os territórios colonizados da África, da América e da Ásia?

Nesse sentido, olhar para a migração internacional que se direciona para a região Nordeste do Brasil, para a Bahia e para o eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré no Litoral Sul da Bahia é um movimento necessário, urgente e tardio das dinâmicas entre nativos negro-indígenas brasileiros e migrantes internacionais na contemporaneidade. Mas por que abordar a migração internacional especificamente para o eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré no Litoral Sul da Bahia?

Além dos motivos já referenciados aqui, porque, segundo Souza, Marques de Souza Oliveira e De Oliveira (2020), os municípios litorâneos do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia – que compreende a costa marítima dos municípios de Maraú, Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una e Canavieiras – têm sido alvos de uma imigração internacional predominantemente europeia e norte-americana, ou, numa perspectiva racial, de uma imigração internacional predominantemente branca. Também porque, segundo vimos na segunda parte desta dissertação, o projeto territorial capitalista-ambiental posto pela criação do PESC em 1997 – nas áreas fronteiriças dos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré – apresenta como um de seus principais desdobramentos, no contexto populacional e sociocultural, a chegada de novos moradores à região do eixo, na qual está localizada a Vila de Serra Grande, campo de pesquisa deste estudo.

Conforme relatam as moradoras nativas da Vila de Serra Grande, Jaci e Dandara, a respeito das mudanças ocorridas no território da Vila, decorrentes da chegada da política do meio ambiente por meio da criação do PESC e da instalação de novos atores sociais como a BA-001 trecho Ilhéus/Itacaré, o Txai Resort Itacaré e a propriedade da Natura, um fator relevante integra a transformação desse território entre a última década do século XX e início do século XXI, trata-se da chegada de novos habitantes, os migrantes²⁵.

Conforme matéria do site ESTADÃO sobre o Atlas Temático: Migrações Internacionais na Região Nordeste, que analisa os fluxos migratórios internacionais para a região Nordeste entre 2000 e 2017, lançado em Salvador pelo Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP), o Observatório das Migrações no Estado do Ceará e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB):

O atlas mostrou que, entre 2000 e 2017, 117,9 mil migrantes internacionais registrados se instalaram na região Nordeste, a maior parte deles no estado da Bahia (36,2 mil). Em segundo lugar vem o Ceará, com a presença de 26,4 mil migrantes. O Brasil se consolidou na rota das migrações internacionais, demonstrou o levantamento, com a chegada de 1,1 milhão de pessoas em 17 anos. Ocupando o

²⁵ Usamos o termo migrante para fazer referência àquele ou àquela que mudou de região ou país para o território da Vila de Serra Grande. O uso do termo atende a sua significação básica, conforme o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. O empregamos neste trabalho em decorrência da categoria analítica migrações, embora outros termos aludem nas falas dos moradores nativos para se referirem a estes. *Chegantes*, *gringos* são termos recorrentes nas falas sobre os migrantes.

lugar de terceira região com maior concentração de fluxo migratório, **o Nordeste atraiu, principalmente, migrantes oriundos de países europeus, que correspondem à quase metade dos países de origem analisados, com um total de 52,5 mil pessoas. A publicação da UNICAMP destacou possíveis “especificidades turísticas da região e de investimentos do capital transnacional” como justificativa para isso** (ESTADÃO, 2019, grifos nossos).

Ao fazer referência às possíveis especificidades turísticas da região Nordeste e de investimentos do capital transnacional, podemos apontar o território do Litoral Sul da Bahia, mais especificamente a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré (onde o turismo “desponta” como vocação econômica para a região, aliada à política do meio ambiente), onde está situada a Vila de Serra Grande, como um dos territórios alvos desse fluxo migratório internacional composto, principalmente, por migrantes europeus.

Sobre a chegada de migrantes ao território da Vila de Serra Grande no início do século XXI, a moradora nativa Dandara pontua que:

Assim que o asfalto (a BA-001, trecho Ilhéus/Itacaré) começou, nem terminou, antes de terminar que o pessoal de fora foram descobrindo isso aqui aí vieram comprando as terras das pessoas que tinham suas terras (DANDARA, 2019).

Segundo o relato da moradora, o pessoal de fora – migrantes em potencial e proprietários de terra frequentadores do território em ocasiões específicas – comprara propriedades no território da Vila de Serra Grande e passara a integrar as dinâmicas da vida na Vila de Serra Grande e seus entornos. Ela conta que no tocante à população atual “pra você encontrar uma pessoa nativa hoje daqui mesmo é difícil, viu, mas ainda tem, né, ainda tem, mas a maioria é chegante” (DANDARA, 2019). Assim, a fala da moradora é expressiva do projeto territorial eugenista que se impõe para a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, ao denunciar a diminuição, evasão e a expulsão da população nativa negro-indígena do território da Vila, distrito de Uruçuca, ao passo em que novos moradores com práticas de inserção e investimentos capitais chega(ra)m e se instala(ra)m na região.

Ou seja, conforme a moradora, há um grande número de chegantes²⁶ na Vila, chegando a ser difícil encontrar nativos entre o percentual de moradores que atualmente vivem na região da serra. Sobre a procedência dos novos moradores, os migrantes, outra moradora nativa revela a presença tanto de estrangeiros como de nacionais de outros lugares do país e do estado ao afirmar que:

Tem muita gente de fora aqui, e tem muita gente de fora que já mora aqui em Serra Grande. Tem gente de Vitória da conquista, de Jequié, de São Paulo, do Rio de Janeiro que já moram aqui. Sem falar nesses gringos, tem muitos gringos que moram aqui. Nessa mata aí pra dentro tem cada casa mais bonita do que na Serra (MORADORA NATIVA, 2019, grifo nosso).

²⁶ Termo usado pela moradora nativa para se referir as pessoas de fora que chegaram na Vila de Serra Grande.

Podemos perceber inicialmente, baseado no relato da moradora, a existência de duas categorias de pessoas de fora no território da Vila: as que moram na Vila e as que não moram na Vila – mas que transitam, frequentam esse território –; expressas no enunciado “*tem muita gente de fora aqui, e tem muita gente de fora que já mora aqui em Serra Grande*”. Dos que moram na Vila, podemos constatar ainda mais três subcategorias, a dos migrantes da própria Bahia, a dos migrantes do Sudeste do país e a dos migrantes internacionais, os chamados gringos.

Tendo em vista a dificuldade em encontrar dados oficiais referentes à migração de nacionais – tanto do estado como de outras regiões do país, ou seja, das migrações intermunicipal e interestadual – para a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré – embora tenha sido constatada em pesquisa de campo a presença desses migrantes no território da Vila de Serra Grande e seus entornos – nos concentramos, primordialmente, no que compete ao manuseio de dados numéricos e à análise de dados, na migração de internacionais para a Bahia, para a região do eixo e mais precisamente para o município de Uruçuca, sede do distrito Serra Grande.

Todavia, como relatado pela moradora nativa da Vila de Serra Grande em fala transcrita acima e como observado no contexto da pesquisa etnográfica realizada na Vila, há a presença de migrantes nacionais, das regiões Sul e Sudeste do país no território da Vila de Serra Grande, assim também como de migrantes de outros municípios do estado baiano, como Vitória da Conquista, Jequié e Salvador. As migrações começaram, segundo contam as moradoras nativas do território, após a chegada da política do meio ambiente na região por meio da criação do PESC em 1997 no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, visto que até meados da década de 1990 tratava-se de um território marcado por uma territorialidade rural, agricultora, pescadora e marisqueira, como vimos no capítulo 6 desta dissertação.

A fim de situarmos algumas dinâmicas da migração nacional no país apresentaremos uma breve bibliografia a respeito das migrações interestaduais, intermunicipais e de suas relações com as desenvolvimentos político-econômicas dos municípios de entrada e/ou saída de pessoas.

Sobre a migração nacional, conforme afirma, Ramalho, Figueiredo e Neto Júnior (2016, p. 68) a respeito das migrações interestaduais no Brasil, “a grande população, extensão territorial e elevada desigualdade regional do Brasil são características que tornam o estudo das migrações internas fundamental para a compreensão das dinâmicas econômica, demográfica e social”. Ou seja, o movimento de pessoas do Sul e do Sudeste do país, assim como de outros municípios baianos, para o Litoral Sul da Bahia expressa dinâmicas

territoriais, sociais, políticas, econômicas, étnicas, raciais e culturais que dizem respeito ao projeto territorial posto para o território destino desse fluxo migratório, no caso a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré.

É necessário enfatizar que por projeto territorial compreende-se neste estudo as coordenadas sociopolíticas, culturais e econômicas postas para um dado território, ao passo em que concebemos o território como o conjunto das forças e relações que estruturam a vida social. Nesse sentido, conforme Sousa Filho (2017, p. 55), “a dinâmica populacional de um determinado município (território), por sua vez, está intrinsecamente relacionada com o desempenho da sua atividade econômica”, isto é, com o projeto político-econômico posto para o território. Daí, a movimentação, a chegada de novos moradores – os migrantes – ao território da Vila de Serra Grande a partir das transformações territoriais postas pelo projeto territorial capitalista-ambiental na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré.

Tendo em vista que um dos eixos principais de um projeto territorial é o econômico, isto é, em torno do que se produz renda em um dado território, a mudança de um paradigma de base comunitária na Vila de Serra Grande – centrado na agricultura, na pesca e na mariscagem – para um paradigma centralizado na produção de uma territorialidade altamente capitalista – cujo mercado se constrói em volta do consumo das paisagens, do território e da vida neste quer seja pelo turismo, pela especulação imobiliária ou pelas migrações – acarretara uma forte mudança no perfil de morador que viveria nesse território.

Com referência à migração intermunicipal no Estado da Bahia, Sousa Filho (2017), ao tratar da relação entre o tamanho das cidades e a qualificação dos migrantes no cenário baiano, coloca que:

Os dados do censo demográfico mostram que 9% da população residente (1.267.369 pessoas em 2010) no estado da Bahia resulta de deslocamentos populacionais, sejam provenientes de uma movimentação entre municípios no estado Bahia ou de outros estados. Do total de migrantes, 56% deles (706 mil pessoas) são migrantes intermunicipais, ou seja, que trocaram de município de residência, mas continuaram morando no estado da Bahia e 44% são migrantes interestaduais (SOUSA FILHO, 2017, p. 9).

Assim, o autor enfatiza a relevância da migração intermunicipal na Bahia, uma vez que, segundo analisa, esta carrega “uma série de indicativos sobre a dinâmica das aglomerações urbanas no estado” (SOUSA FILHO, 2017, p. 9). O autor sugere ainda que o nível de qualificação – medido pela escolaridade – desempenha um papel importante na distribuição da população, especialmente, dos migrantes pelos municípios do estado da Bahia. Deste modo, propõe a relação entre a qualificação e o deslocamento de pessoas pelos municípios baianos.

No que compete às dinâmicas dos fluxos migratórios, à qualificação dos migrantes e ao desempenho das cidades brasileiras, considerando a *Push-pull Theory*²⁷ – tradução equivalente à Teoria da repulsão-atração –, Da Mata et al. (2007), que citam Golgher, Rosa e Araujo Jr (2005), analisam que:

Os fatores de repulsão (push) são mais relevantes para o caso do migrante de menor poder aquisitivo. Em outras palavras, **o migrante pobre decide migrar mais por fatores que o expulsa da localidade de origem do que por fatores de atração (pull) da região de destino. O contrário é válido para o caso dos migrantes de maior poder aquisitivo** (GOLGHER; ROSA; ARAUJO JUNIOR, 2005 apud DA MATA et al., 2007, p. 292, grifo nosso).

Deste modo, os autores defendem que os movimentos de mudança de município na Bahia estão diretamente relacionados ao perfil social do migrante – migrante de menor poder aquisitivo/migrante de maior poder aquisitivo – e que os fatores de expulsão da localidade de origem dos migrantes pobres são mais decisivos para o deslocamento destes que os fatores de atração da localidade de destino. Os fatores de atração da localidade de destino, por sua vez, são mais decisivos que os fatores de expulsão da localidade de origem no caso dos migrantes com maior poder aquisitivo. Por isso, em seu trabalho, Da Mata et al. (2007) procuram estimar quais características da região de destino são mais importantes para a decisão de migração da mão-de-obra qualificada. Como resultado concluem que:

Os migrantes qualificados procuram cidades com um maior dinamismo do mercado de trabalho, menor desigualdade social e menor nível de violência. Variáveis climáticas tais como invernos e verões menos rigorosos também foram relevantes para o desempenho das cidades na atração de mão-de-obra qualificada. Os migrantes qualificados também visam regiões próximas ao litoral (DA MATA et al., 2007, p. 289, grifo nosso).

Dessa forma, os autores afirmam que o dinamismo do mercado de trabalho, a menor desigualdade social, o menor nível de violência, invernos e verões menos rigorosos e regiões próximas ao litoral são as características territoriais mais relevantes das localidades de destino dos migrantes com mão-de-obra qualificada no Estado da Bahia.

Sendo assim, o fato de estarmos analisando a migração para o Litoral Sul da Bahia, mais especificamente para o eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré e para a Vila de Serra Grande, ou seja, para uma região litorânea nos permite inferir, a partir de Da Mata et al. (2007), que faz parte do perfil do migrante que tem se direcionado para esse território os caracteres mão-de-obra qualificada e maior poder aquisitivo em relação aos moradores nativos negro-indígenas do território do Litoral Sul.

²⁷ Conforme Da Mata et al. (2007, p.292), que citam Soares (2002), a *Push-pull Theory* “interpreta o movimento de pessoas como uma resposta a fatores econômicos, sociais e políticos”.

Nesse sentido, considera-se que o projeto territorial capitalista-ambiental posto para a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, centrado na mercadorização da natureza e do território – através do Turismo, da especulação imobiliária e dos demais atores sociais instalados a partir da criação do PESC em 1997 –, por meio da produção de uma territorialidade altamente capitalista, apresenta e oferece o dinamismo de um mercado de trabalho atrativo à imigração de mão-de-obra qualificada.

Uma vez que profissões como as de chef de cozinha, massagista, terapeuta, instrutor de cursos de Agrofloresta, esteticista, profissionais de serviços de SPA, guia de turismo ecológico, instrutor de esportes de aventura e outras compõem o mercado do Turismo, sobretudo, de um Turismo de luxo – a exemplo do que é oferecido pelo Txai Resort Itacaré, situado no entorno da Vila de Serra Grande –, a mão-de-obra qualificada aparece como um pré-requisito da produção de uma territorialidade altamente capitalista, como a que se verifica na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré a partir da chegada da política do meio ambiente por meio da criação do PESC e da inserção de novos atores sociais apresentados no capítulo 9.

Como a produção de uma territorialidade altamente capitalista – posta pelo projeto territorial imposto à região do eixo a partir de 1997– altera as dinâmicas do mercado de trabalho – elegendo profissões que operam a produção de tal territorialidade – e eleva o custo de vida no território – uma vez que atrai e coopta um público seletivo que possa dela usufruir e nela se inserir – cada vez mais a migração – de mão-de-obra qualificada, que expressa a migração do capital – para o território cresce e se intensifica o contraste com uma população nativa negro-indígena tradicionalmente pescadora, agricultora e marisqueira que passa a atuar – em detrimento da ação da política do meio ambiente, da expropriação de terra, enfim do projeto territorial capitalista-ambiental na região – na construção civil – como pedreiro, encanador, eletricista, ajudante de pedreiro e outros –, nos hotéis – como camareira, ajudante de cozinha, arrumadeira, lavadeira, faxineira, jardineiro e outros – e nos serviços autônomos – como diarista, vendedor, feirante, babá, empregada doméstica, costureira e outros. Deste modo, um cenário de desigualdades, segregações, violências, disputa e tensões se acirra no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, onde está situada a Vila de Serra Grande e onde residem populações nativas historicamente desenvolvedoras de formas de vida e sobrevivência ligadas à terra, ao mar e à mata (capítulos 5 e 6).

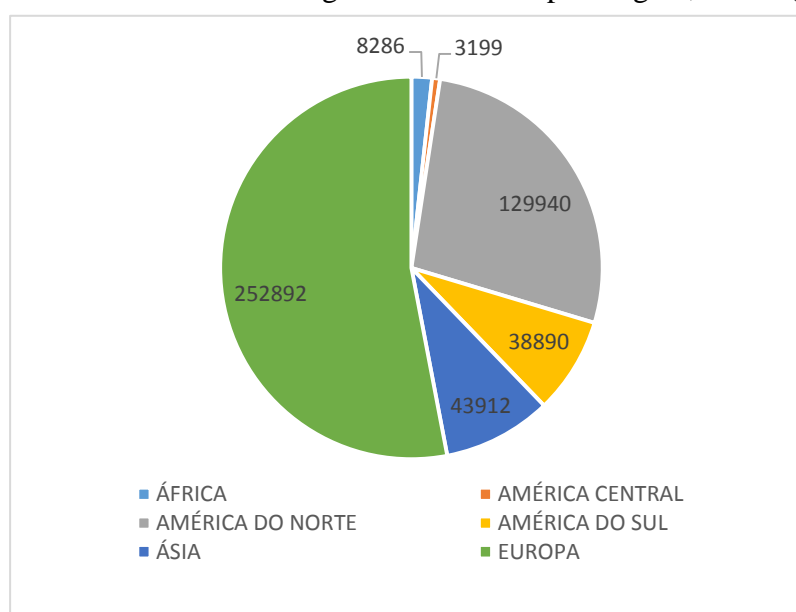
É nesse contexto que nos interessa investigar a migração internacional para o Nordeste, para a Bahia, para região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré e mais precisamente para a Vila de Serra Grande, distrito do município de Uruçuca. Tendo em vista a constituição territorial da região Nordeste do Brasil (formada pelos estados do Alagoas, Bahia, Ceará,

Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), do Estado da Bahia, do Litoral Sul da Bahia e da Vila de Serra Grande, busca-se refletir o impacto social da migração internacional no contato com uma população nativa negro-indígena brasileira, considerando que as regiões litorâneas atraem principalmente migrantes com mão-de-obra qualificada e com maior poder aquisitivo (DA MATA et al., 2007). Para essa reflexão faz-se necessário apurar quais as características dessa migração internacional. É nesta direção que seguimos nas próximas seções deste capítulo.

10.2 Migrações internacionais para o Brasil e a Região Nordeste

No que compete à migração internacional para o Brasil, segundo dados do censo IBGE (2010), o total de imigrantes no país era de 491.645 mil. Deste total, 78% (que equivale à 382.832 mil) dos migrantes internacionais no Brasil são europeus (252.892 mil) e norte-americanos (129.940 mil). Ou seja, as maiores migrações internacionais para o Brasil são advindas da Europa e da América do Norte. Observemos os dados referentes ao número de migrantes internacionais por origem no Brasil, segundo dados do censo IBGE (2010):

Gráfico 4 - Número de Imigrantes no Brasil por origem, IBGE (2010)



Fonte: IBGE (2010).

Conforme dados do SISMIGRA – Sistema de Registro Nacional Migratório, órgão administrativo da Polícia Federal brasileira responsável pela emissão do Registro Nacional Migratório (RNM), popularmente conhecido como carteira de identificação do estrangeiro ou do migrante; tal documento possibilita ao migrante transitar pelo território nacional, “obter conta bancária, moradia, viagens dentro do país e principalmente sua identificação em situações em que a polícia exige a apresentação”²⁸ – até 30 de novembro de 2019 o total da população migrante europeia (advinda dos cinco principais países europeus emissores de migrantes para o Brasil, a saber: Portugal [356.110 mil], Itália [118.265 mil], Espanha

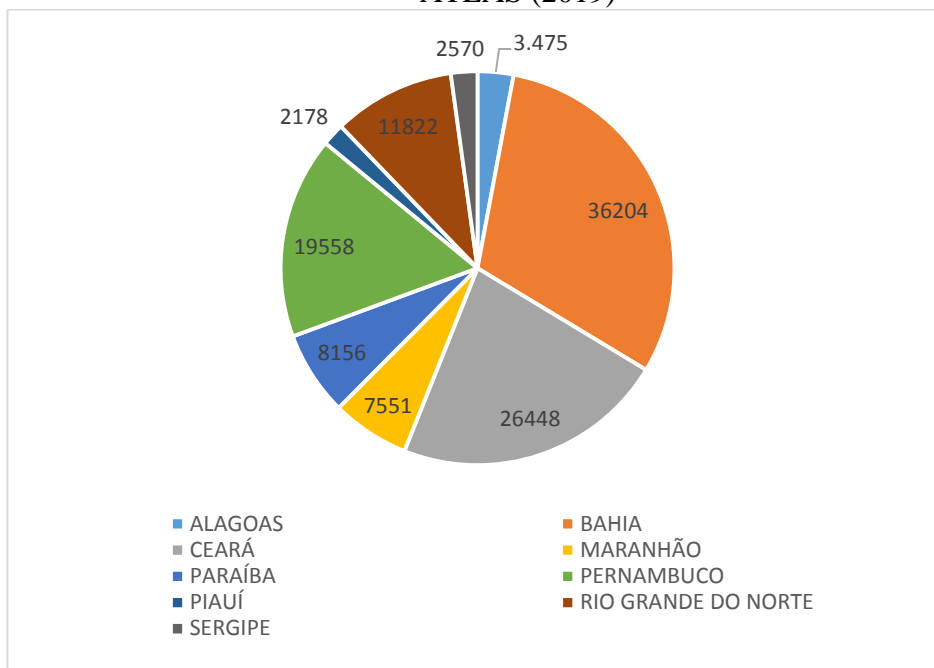
²⁸ Site: <<https://oestrangeiro.org/2013/12/24/documentacao-para-estrangeiros/>>. Acesso em: 02 de fev. de 2021.

[100.847 mil], Alemanha [75.660 mil] e França [59.858 mil]) e estadunidense [130.756 mil] chegara a marca de 841.496 mil. Ou seja, 841.496 mil migrantes internacionais oriundos de países do chamado primeiro mundo no território brasileiro. Importante ressaltar aqui que tais números expressam apenas os migrantes registrados no SISMIGRA e, portanto, só se referem aos migrantes em situação legal de registro no país.

Desta forma, tanto os dados do Censo IBGE de 2010 quanto os dados do SISMIGRA de 2019 atestam a expressiva migração de europeus e norte-americanos para o Brasil. Os dados do SISMIGRA (2019), na categoria Situação dos Registros, indicam ainda que cerca de 467, 3 mil migrantes europeus e estadunidenses estão em situação de irregularidade de registro perante o Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. O que significa que o registro da maioria desses migrantes apresentam status de “prazo vencido”, “cancelado”, “erro de ofício” ou “excluído”. Em linhas muito gerais, são esses alguns dados da migração internacional de europeus e estadunidenses para o Brasil no século XXI.

No que concerne às migrações internacionais para a região Nordeste, segundo o Atlas Temático Migrações Internacionais para a região Nordeste (2019) – tal documento fundamenta-se essencialmente no Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE) –, entre 2000 e 2017, o Nordeste recebeu principalmente migrantes europeus em seu território composto pelos estados do Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Maranhão, da Paraíba, do Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e do Sergipe. Todos com dimensões territoriais na região litorânea, onde grande parte desta é encoberta pela Mata Atlântica. (BRASIL, 2015) Observemos abaixo o gráfico com o número dos migrantes internacionais registrados no Nordeste por estado entre 2000 e 2017:

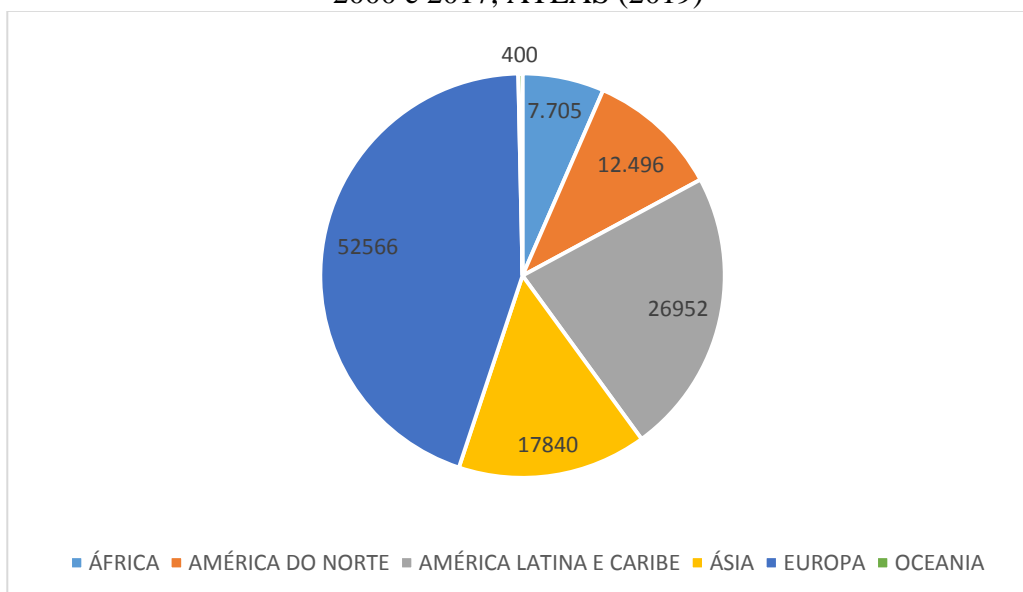
Gráfico 5 - Migrantes internacionais registrados por estado do Nordeste entre 2000 e 2017, ATLAS (2019)



Fonte: Atlas Temático Migrações Internacionais na Região Nordeste (2019).

Segundo o Atlas (2019), o total de migrantes internacionais registrados na região Nordeste é de 117.962 mil, sendo 52.566 mil oriundos da Europa e 12.496 mil vindos da América do Norte. Números que revelam que a maioria dos migrantes internacionais registrados no Nordeste é de países do chamado primeiro mundo. Vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 6 - Migrantes Internacionais residentes no Nordeste segundo Regiões do mundo entre 2000 e 2017, ATLAS (2019)



Fonte: Atlas Temático Migrações Internacionais na Região Nordeste (2019).

Num panorama geral, os dados do Atlas indicam que a migração internacional para a região Nordeste entre 2000 e 2017 é majoritariamente masculina (72% dos migrantes são homens) e que o tipo de visto predominante é o Temporário (73.462 mil), embora seja considerável o número de migrantes internacionais com visto Permanente (42.954 mil). Sobre a inserção laboral dos migrantes internacionais na região Nordeste, entre as ocupações mais citadas estão as de Estudante, Oficial, - Diretor, gerente ou proprietário -, Outra ocupação não classificada, Arquiteto, Sacerdote e Aposentado²⁹.

A respeito dos migrantes internacionais da Europa na região Nordeste, os dados indicam que, segundo a categoria Sexo, a maioria são homens (75%). Na categoria Tipo de Visto são predominantes os vistos Permanente (27.482 mil) e Temporário (24.521 mil). Dentre as cinco Ocupações mais citadas estão, por ordem decrescente, as de Estudante, - Diretor, gerente, proprietário -, Aposentado, Oficial e Outra ocupação não classificada.

Sobre os migrantes internacionais da América do Norte na região Nordeste, os dados anunciam que a maioria são homens (63%). O tipo de visto predominante é o Temporário, com o número de 10.461 mil vistos deste tipo, o que contrasta fortemente com o número de 1.985 mil vistos do tipo Permanente da população migrante norte-americana no Nordeste. Dentre as cinco Ocupações mais citadas estão as de Sacerdote, Estudante, Professor, Outra ocupação não classificada e Arquiteto. Nessa categoria, um dado curioso encontrado é que um terço dos migrantes norte-americanos na região Nordeste declarou a ocupação de Sacerdote, sendo esta a principal ocupação citada pelos migrantes da América do Norte com um número de 4.178 mil registros.

Conclui-se assim que (i) as migrações europeias e norte-americanas são expressivas no cenário brasileiro e nordestino; (ii) entre os migrantes internacionais europeus na região Nordeste, a maioria são homens e há um considerável número desses migrantes com visto do tipo Permanente (de 52.566 mil migrantes europeus na região, 27.482 mil têm visto Permanente), o que indica que a região Nordeste tem sido escolhida como destino de moradia permanente para um considerável número de europeus. Nesse contexto, as ocupações em destaque são as de - Diretor, gerente, proprietário -, Aposentado, Oficial e Outra ocupação não classificada; e (iii) os migrantes internacionais norte-americanos, por sua vez, também são em sua maioria homens, todavia, no que se refere ao tipo de visto, distinguem-se dos migrantes europeus. Os migrantes norte-americanos apresentam majoritariamente visto

²⁹ As palavras iniciadas com letras maiúsculas se referem ao tipo de visto ou às ocupações declaradas pelos migrantes internacionais, conforme aparecem no ATLAS TEMÁTICO MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS PARA A REGIÃO NORDESTE, 2019.

Temporário, com um total de 10.641 mil desse tipo contra 1.985 mil vistos do tipo Permanente. O que indica que a presença de tais migrantes no cenário nordestino está associada a atividades e investimentos de curto e médio prazo e, portanto, temporários.

Nesse cenário, conforme dados do Atlas Temático Migrações Internacionais para a Região Nordeste entre 2000 e 2017 (2019), a Bahia é o estado com o maior número de migrantes internacionais do Nordeste. Diante disso, tratar-se-á da migração internacional para o estado baiano na próxima seção deste capítulo.

Se se considerar as populações tradicionais nordestinas e baianas e a formação sócio-histórica e étnico-racial desses territórios, o olhar sobre a presença de migrantes internacionais de países do primeiro mundo – ou do que chamamos aqui de Norte global – nesses territórios é intrigante da configuração de que tipo de projeto territorial (lembrando que projeto territorial e projeto racial caminham juntos na história desse país, conforme discutido no capítulo 7) nacional tem-se colocado para os territórios do Brasil, do Nordeste, da Bahia, do Litoral Sul da Bahia e do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, tendo em vista que o maior contingente de migrantes que tem se direcionado e chegado ao país de população majoritariamente negro-indígena advém da Europa e da América do Norte e trata-se, portanto, de um fluxo migratório expressivamente branco e com práticas de investimentos capitais transnacionais. É nesse sentido que desenvolvemos as próximas seções deste capítulo e a parte final desta dissertação.

10.3 Migrações internacionais para a Bahia

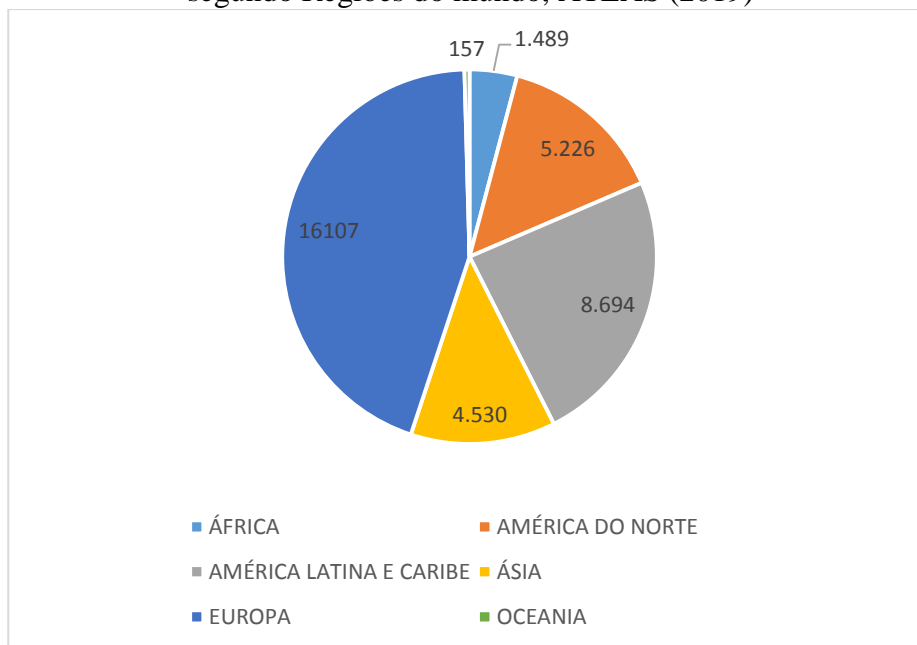
De acordo com o Atlas Temático Migrações Internacionais para a região Nordeste (2019), a Bahia é o estado do Nordeste que, entre 2000 e 2017 – período do qual trata o documento –, recebeu o maior número de migrantes internacionais. Tem-se o registro de 36.204 mil migrantes internacionais no estado baiano no período analisado pelo Atlas. Quase dois terços da população migrante internacional no Estado da Bahia concentra-se na capital Salvador que, segundo dados do Atlas, registra o número de 20.187 mil migrantes internacionais.

Sobre as características da população migrante internacional no estado, dados do Atlas (2019) apontam para uma maioria masculina, com 67% dos registros. O tipo de visto predominante é o Temporário (com 22.532 mil registros desse tipo) e o Permanente (com o total de 13.143 mil registros nessa categoria). Entre as Ocupações mais citadas pela população migrante internacional no Estado da Bahia estão as de Estudante, Oficial, - Diretor, gerente, proprietário -, Arquiteto, Outra ocupação não classificada, Sacerdote, Aposentado e Professor.

Quanto à origem da população migrante internacional no estado baiano entre 2000 e 2017, constata-se que, segundo dados do documento, o maior contingente de migrantes internacionais na Bahia é formado por europeus – com o número de 16.107 mil migrantes. Desse total, a maioria é de migrantes advindos (por ordem decrescente) da Itália [3.242 mil], da Alemanha [2.099 mil], de Portugal [1.960 mil], da Espanha [1.862 mil] e da França [1.585 mil]. Todavia, embora os europeus liderem o topo da lista dos migrantes internacionais na Bahia, os Estados Unidos da América são o país emissor do maior número de migrantes para o estado baiano, com um total de 4.895 mil migrantes estadunidenses. Tais números revelam que a migração internacional na Bahia é predominantemente europeia e norte-americana, ou, numa perspectiva racial, ela é predominantemente branca de contingentes do Norte global. Em contrapartida, o número de africanos no estado é, conforme o Atlas Temático Migrações Internacionais para a Região Nordeste (2019), de 1.489 mil, maior apenas que o número de oceânicos – 157 migrantes. Considerando o número de refugiados no estado baiano, que é de apenas 15 registros de condição de Refúgio, a discrepância entre a migração do Norte global e a migração do Sul global para a Bahia é reveladora do perfil de migrante que tem se

direcionado para o Estado mais negro do país³⁰. Observemos o gráfico a seguir com os dados referentes à origem da população migrantes internacional no Estado da Bahia:

Gráfico 7 - Migrantes Internacionais registrados no Estado da Bahia entre 2000 e 2017 segundo Regiões do mundo, ATLAS (2019)



Fonte: Atlas Temático Migrações Internacionais na Região Nordeste (2019).

Diante desse quadro, a migração internacional de expressivos contingentes brancos (europeus e norte-americanos) para o estado baiano é tornada nesta dissertação objeto crucial de investigação para a compreensão das dinâmicas étnico-raciais na Bahia (mais especificamente no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré no Litoral Sul do estado) e das novas performances da colonização capitalista euro-estadunidense em territórios baianos do Nordeste brasileiro.

A respeito da distribuição dos migrantes internacionais pelo Estado da Bahia, os dados do Atlas (2019) indicam que a capital Salvador (com 20.187 mil migrantes internacionais) e os municípios de Porto Seguro (com 2.676 mil migrantes), Lauro de Freitas (com 2.059 mil migrantes), Camaçari (com 1.251 mil migrantes), Feira de Santana (com 850 migrantes), Ilhéus (com 833 migrantes), Cairu (com 576 migrantes) e Itacaré (com 533 migrantes) são as principais localidades de concentração da população migrante internacional na Bahia. Deste modo, conclui-se que a migração internacional na Bahia tem se direcionado principalmente para a Região Metropolitana de Salvador e para o Sul baiano.

³⁰ Segundo dados do IBGE (2010), a Bahia é o estado de maior contingente populacional negro do Brasil.

Por seu turno, os municípios de Ilhéus e Itacaré – expressivos da migração internacional para a Bahia – fazem parte do Território de Identidade Litoral Sul e compõem, junto ao município de Uruçuca, a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, sobre a qual incidiu e incide a política do meio ambiente por meio da criação do PESC em 1997 que inaugurara um novo projeto territorial para essa região formada por populações nativas negro-indígenas, pescadoras, agricultoras e marisqueiras. O projeto territorial que, como vimos no capítulo 7, operacionalizou a evasão de moradores nativos negro-indígenas da região, também atraiu a migração de novos moradores para o território, dentre eles, os migrantes internacionais que são, em sua maioria, como estamos vendo, no cenário brasileiro, nordestino e baiano, europeus e norte-americanos. A seguir, trata-se da migração internacional para a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré e de sua relação com o projeto territorial capitalista-ambiental em vigor nessa região.

10.4 Migrações internacionais para o eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré

Tendo em vista que o nosso objetivo nesta seção é discutir a migração internacional para a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré a partir da implantação do PESC em 1997 com extensão nos municípios citados, toma-se como marco inicial desta análise o ano de 2000, devido à dificuldade de acesso a dados numéricos referentes aos anos de 1997, 1998 e 1999, imediatos a criação do parque. Os dados acessados referentes ao ano de 2000 advêm do Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo. Em seguida, considera-se os dados (i) do censo IBGE (2010) referentes ao número e origem dos migrantes internacionais por municípios do Brasil, (ii) do Atlas Temático Migrações Internacionais para a Região Nordeste entre 2000 e 2017 (2019) e novamente (iii) do Banco interativo do Observatório das Migrações em São Paulo.

De acordo com o Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo – que considera os dados referentes aos migrantes internacionais registrados no Sistema de Registro Nacional Migratório (o SISMIGRA) – no ano 2000 havia o registro de 25 migrantes internacionais em Ilhéus, sendo a maioria de origem europeia. O tipo de visto predominante foi o Permanente e as Ocupações mais citadas foram as de Aposentado, Estudante, Prendas domésticas, -Diretor, gerente ou proprietário- e Professor ou assemelhado.

No mesmo ano consta o registro de 5 migrantes internacionais em Itacaré, todos de origem europeia e com visto Permanente. As ocupações citadas foram as de - Diretor, gerente ou proprietário-, Estudante e Prendas domésticas.

Não há registro de migrantes internacionais no ano de 2000 em Uruçuca. Segundo o Banco de dados consultado, o primeiro registro de migrante internacional em Uruçuca data o ano de 2002 e relata a presença registrada de um único migrante no município, de origem argentina e cuja Ocupação declarada fora a de Estudante. Observemos os gráficos abaixo:

Gráfico 8 - Imigrantes Internacionais registrados em Ilhéus, Uruçuca e Itacaré em 2000, Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo



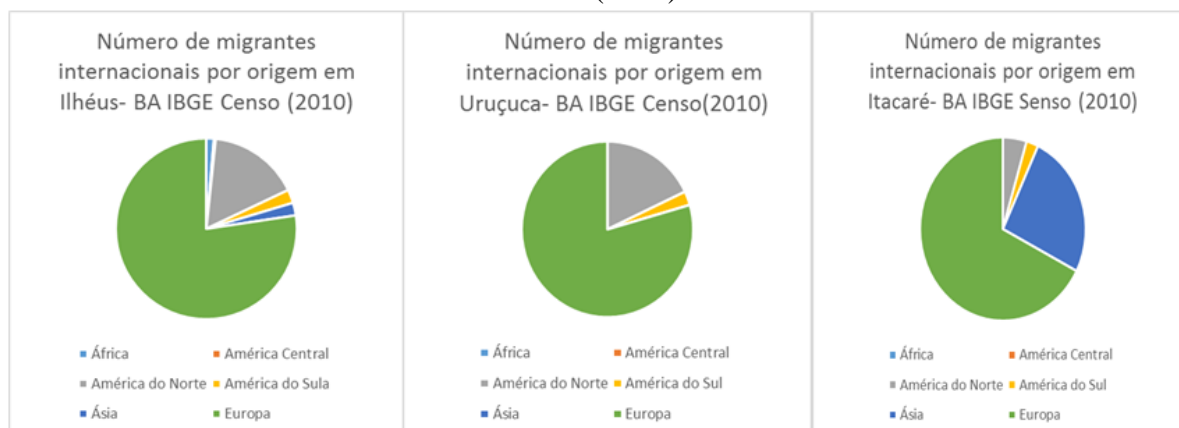
Fonte: Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo (2020)³¹.

Deste modo, os dados analisados sobre a migração internacional para os municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré indicam a presença de uma população migrante internacional, predominantemente europeia, no início do século XXI na região do eixo. Tal migração apresentara como Ocupações principais as de Estudante e de - Diretor, gerente ou proprietário -. Deste modo, revela-se o perfil de uma migração internacional, expressivamente europeia, no período analisado, com práticas de investimentos capitais na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, onde a política do meio ambiente por meio da implantação do PESC, em 1997, passara a inquirir as formas de vida e sobrevivência das populações nativas negro-indígenas do território, comunidades rurais desenvolvidoras da agricultura, da pesca e da mariscagem (conforme visto nos capítulos 6 e 7 desta dissertação).

Segundo dados do censo IBGE (2010) concernentes aos migrantes internacionais por municípios no Brasil, em Ilhéus constatou-se o total de 674 migrantes, sendo 513 europeus e 108 norte-americanos. Em Uruçuca foi registrado o número de 39 migrantes internacionais, sendo 31 europeus e 7 norte-americanos. No município de Itacaré, por sua vez, os dados mostram o total de 49 migrantes, sendo 29 europeus e 2 norte-americanos. Vejamos os gráficos a seguir:

³¹ Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/>>. Acesso em: 20 de dez. de 2020.

Gráfico 9 - Número de migrantes internacionais por origem em Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, IBGE (2010)



Fonte: IBGE (2010).

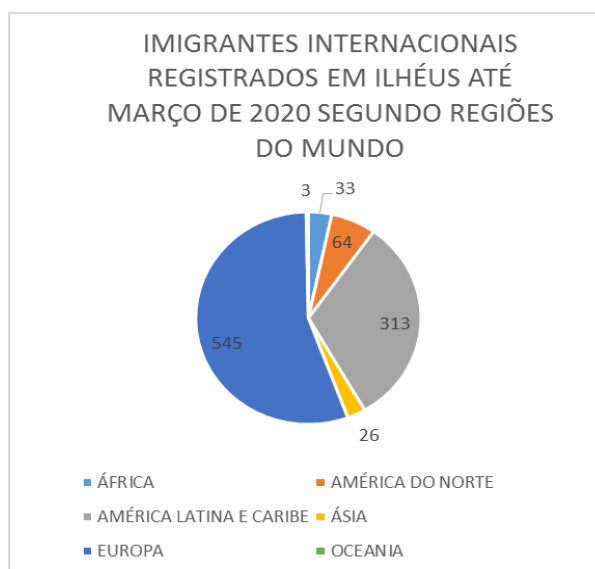
Diante de tais números relativos à primeira década do século XXI, observa-se que a migração internacional para o eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré fora predominantemente europeia e norte-americana.

Conforme dados do Atlas Temático Migrações Internacionais para a Região Nordeste (2019), que faz um balanço da migração internacional para o Nordeste por estado da região no período entre 2000 e 2017, a Bahia é o estado nordestino que recebeu o maior número de migrantes internacionais no período. Tais migrantes, como vimos na última seção, estão concentrados na Região Metropolitana e no Sul do Estado. Nesse contexto os municípios de Ilhéus (com registro de 833 migrantes internacionais) e Itacaré (com o registro de 533 migrantes internacionais) no Litoral Sul – que compõem a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré onde foi criado o PESC em 1997– são destaques da migração internacional para o Estado da Bahia. O município de Uruçuca, por sua vez, teve o registro de 127 migrantes internacionais no período analisado pelo Atlas. Frente a esses dados, a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré apresenta relevância no quadro da migração internacional para a Bahia. Levando em consideração que os municípios litorâneos do Território de Identidade Litoral Sul – Maraú, Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una e Canavieiras – registraram entre 2000 e 2017 o total de 1.817 mil migrantes internacionais, segundo dados do Atlas, a migração internacional na Bahia tem se direcionado principalmente para as regiões litorâneas do Estado. Dentre elas, a do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, onde está em vigor (conforme vimos na segunda parte dessa dissertação) um projeto territorial eugenista capitalista-ambiental que atrai e privilegia a inserção do capital transnacional e dos seus representantes, ao passo em que implica uma série

de dificuldades à sobrevivência e permanência das populações nativas negro-indígenas da região.

De acordo com o Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo – que comporta dados do SISMIGRA até março de 2020 –, em Ilhéus tem-se o registro de 987 migrantes internacionais. Segundo os dados, mais de cinquenta por cento da migração internacional para o município é de europeus e norte-americanos. Os seis principais países emissores de migrantes para Ilhéus são a Itália, a Colômbia, a França, a Suíça, a Alemanha e os Estados Unidos. Os migrantes são em sua grande maioria homens - 64,6%. A maioria dos vistos são do tipo Permanente (com 510 registros) e Temporário (com 409 registros). As principais Ocupações citadas pelos migrantes internacionais em Ilhéus são as de Estudante, - Diretor, gerente ou proprietário -, - Aposentado, pensionista ou assemelhado -, Outra ocupação não classificada e Professor ou assemelhado. Observemos o gráfico com os dados da migração internacional em Ilhéus, segundo dados do Banco Interativo:

Gráfico 10 - Imigrantes internacionais registrados em Ilhéus até março de 2020 segundo regiões do mundo, Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo

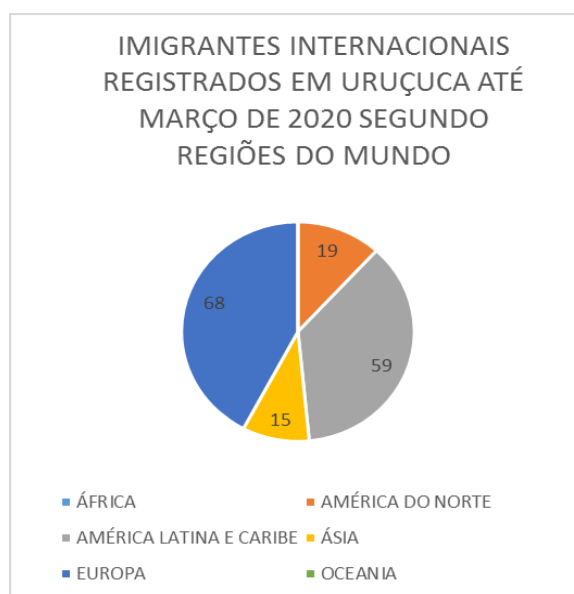


Fonte: Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo (2020).

Sobre o município de Uruçuca, os dados do Banco Interativo apontam o registro de 161 migrantes internacionais. Segundo os dados, cerca de cinquenta e seis por cento da migração internacional para Uruçuca é de europeus e norte-americanos. Os quatro principais países emissores de migrantes para o município são a Argentina, a Alemanha, os Estados Unidos e a Itália. Os migrantes são em sua maioria mulheres - 52,2%. A maior parte dos

vistos são do tipo Permanente (com 79 registros), Temporário (com 58 registros) e Residente (com 23 registros). As principais Ocupações citadas pelos migrantes internacionais no município de Uruçuca são as Sem informação, Estudante, Outra ocupação não classificada, - Diretor, gerente ou proprietário - e - Artista, ator, músico ou assemelhado. Vejamos o gráfico referente aos dados da migração internacional segundo as regiões do mundo em Uruçuca:

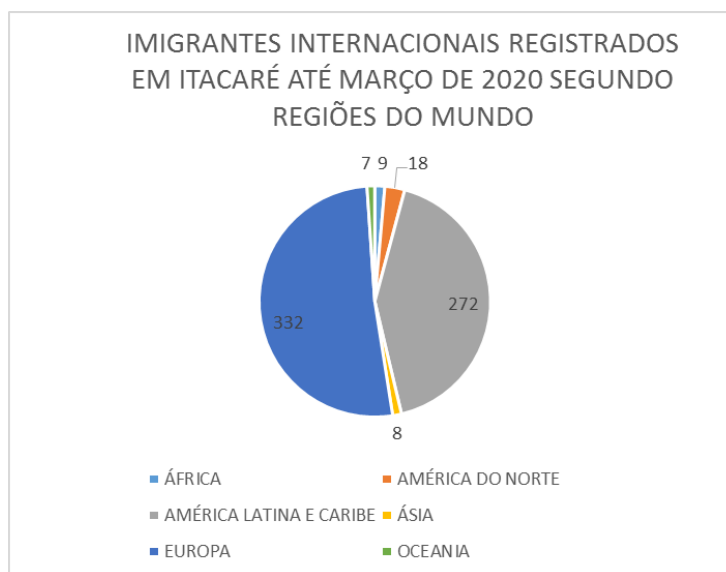
Gráfico 11 - Imigrantes internacionais registrados em Uruçuca até março de 2020 segundo regiões do mundo, Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo



Fonte: Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo (2020).

Em Itacaré, os dados do Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo indicam o registro de 646 migrantes internacionais no município do Litoral Sul baiano, sendo mais de cinquenta por cento da migração internacional no município oriunda da Europa e da América do Norte. Os principais países emissores de migrantes para Itacaré são a Argentina, a Noruega, a França, a Itália e Portugal. Na Categoria Sexo, tem-se a marca de 50,5% de migrantes internacionais do sexo feminino e 49,5% do sexo masculino. Os vistos são em sua maioria Temporário (com 301 registros), Permanente (com 255 registros) e Residente (com 85 registros). As principais Ocupações declaradas pela população migrante internacional no município são as de Estudante, - Diretor, gerente ou proprietário -, Sem informação, Outra ocupação não classificada, - Artista, ator, músico ou assemelhado -, Professor ou assemelhado e - Cozinheiro, mordomo, governanta, camareiro, garçom ou assemelhado -. Segue o gráfico com dados da migração internacional por origem em Itacaré:

Gráfico 12 - Imigrantes internacionais registrados em Itacaré até março de 2020 segundo regiões do mundo, Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo



Fonte: Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo (2020).

Deste modo, conclui-se que houve um aumento expressivo na migração internacional para o eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré a partir do ano 2000 e que tal aumento está relacionado ao projeto territorial capitalista-ambiental posto e em ascensão na região em razão das políticas adotadas pelo Estado brasileiro, dentre elas, a legislação ambiental que legitimou e outorgou a criação do PESC com extensão nos municípios citados e que teve e tem como três de suas consequências principais o controle, a desapropriação e a venda de terras das populações nativas negro-indígenas do território. Os dados analisados sobre a migração internacional para os municípios do eixo revelam a proeminência das migrações europeia e norte-americana para esse triângulo do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, o que indica o deslocamento de contingentes internacionais brancos do Norte global para a região do eixo. Os dados também demonstram que o fluxo de tais migrações para a região está associado à práticas de investimentos capitais transnacionais, daí a Ocupação de - Diretor, gerente ou proprietário - ser destaque entre as atividades econômicas exercidas pela população migrante internacional nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, confirmando desta maneira ser (i) o fator poder aquisitivo um dos determinantes para a migração para regiões litorâneas brasileiras e (ii) os fatores de atração da localidade de destino decisivos para o deslocamento de migrantes com maior poder aquisitivo (GOLGHER; ROSA; ARAUJO JR, 2005 apud DA MATA et al., 2007).

Sendo assim, numa perspectiva étnico-racial, depreende-se que trata-se, sobretudo, de migrações de expressivos contingentes brancos do Norte global (Europa e América do Norte), investidores do capital transnacional, para uma região histórico e tradicionalmente negro-indígena (como vimos na primeira parte desta dissertação), sobre a qual fora imposta a partir da última década do século XX, no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, um projeto territorial eugenista capitalista-ambiental que ocasionara intensas transformações na região do eixo – onde está localizada a Vila de Serra Grande –, dentre elas, a migração e a decorrente presença de migrantes internacionais – expressivamente brancos do Norte global – na região do triângulo onde a maioria da população é, segundo dados do censo IBGE de 1991, 2000 e 2010, negra (considerando a junção das categorias preto e pardo).

No próximo capítulo e última parte desta dissertação elabora-se um balanço da migração de internacionais (predominantemente europeus e norte-americanos) para a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, considerando as populações residentes por cor/raça nesses municípios, conforme dados dos censos IBGE de 1991, 2000 e 2010. Dando continuidade, tratar-se-á da existência de comunidades quilombolas no Território de Identidade Litoral Sul como dispositivo de resistência, sobrevivência e permanência das populações negro-indígenas do Litoral Sul baiano. Em seguida, aborda-se a presença de migrantes internacionais frente ao território e as populações nativas negro-indígenas da Vila de Serra Grande – em Uruçuca. Por fim, analisa-se as relações e identidades que emergem do contato entre nativos negro-indígenas do Litoral Sul da Bahia e migrantes internacionais brancos do Norte global.

***QUARTA PARTE* - NATIVOS NEGRO-INDÍGENAS DO LITORAL SUL DA BAHIA E
MIGRANTES BRANCOS DO NORTE GLOBAL: NUANCES DE UMA ATUAL
VELHA HISTÓRIA: UMA COLONIZAÇÃO QUE SE INSCREVE, MAS NÃO SE
EFETIVA**

11 NATIVOS NEGRO-INDÍGENAS E MIGRANTES BRANCOS DO NORTE GLOBAL NO EIXO ILHÉUS-URUÇUCA-ITACARÉ

“Para os que chegavam, o mundo em que entravam era a arena dos seus, em ouro e glórias. Para os índios que ali estavam, nus na praia, o mundo era um luxo de se viver. Este foi o encontro fatal que ali se dera. Ao longo das praias brasileiras de 1500, se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não só diferentes mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente” (RIBEIRO, 1995, p. 1).

Nesta quarta e última parte desta dissertação, composta por dois capítulos organizados em cinco seções, faz-se um balanço da presença de migrantes internacionais na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré frente às populações residentes por cor/raça nos municípios em análise. Para isso, considera-se os dados dos censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010 referentes a categoria em questão. A presença de uma população majoritariamente negra nesses municípios aponta a historicidade negro-indígena desses territórios originados por territorialidades similares as dos quilombos no Brasil (conforme observado no capítulo 6 que trata da genealogia do território e da formação da comunidade de Serra Grande no século XX). Nessa perspectiva, segundo Oliveira (2020, p. 130) “falar em quilombos na contemporaneidade é fundamental, pois eles são fundadores das cidades; no entanto, os estudos da sociologia urbana e história das cidades brasileiras negam a existência dos quilombos durante a fundação”. Daí, abordarmos a resistência escrava e a formação de quilombos na Bahia, mais especificamente no Sul da Bahia e as comunidades remanescentes de quilombos existentes no Território de Identidade Litoral Sul e na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, a qual, como apontado nesta dissertação, vem sofrendo intensas transformações decorrentes do projeto territorial eugenista capitalista-ambiental em ação. Em seguida, discute-se a presença de migrantes internacionais na Vila de Serra Grande, considerando a constituição negro-indígena do território e de sua população nativa. Por último, analisa-se como se dão as relações e a produção de identidades entre nativos do Litoral Sul da Bahia e migrantes internacionais do Norte global, tendo em consideração (i) o projeto territorial eugenista capitalista-ambiental imposto a região do eixo e ao território e populações negro-indígenas de Serra Grande e (ii) as dinâmicas de segregação e exclusão sócio espacial e racial da população nativa de Serra Grande no acesso a propriedade da terra e ao território dele (do projeto territorial) resultantes.

11.1 Balanço da presença de migrantes internacionais (europeus e norte-americanos) na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, considerando os dados referentes à população residente por cor/raça nos censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010

Tendo em vista a migração e a inserção de internacionais (predominantemente europeus e norte-americanos, investidores do capital transnacional) no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré nos últimos vinte anos seguintes à inauguração e ação do projeto territorial capitalista-ambiental posto por meio da criação do PESC em 1997, buscamos nesta seção fazer um balanço da presença desses migrantes internacionais frente às populações residentes por cor/raça nos municípios do eixo. Para tanto, tratar-se-á dos dados referentes às populações residentes por cor/raça em Ilhéus, Uruçuca e Itacaré nos anos de 1991, 2000 e 2010. Objetivamos, assim, abordar a dimensão étnico-racial das dinâmicas territoriais impostas à região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, levando em conta a intrínseca relação existente entre projeto territorial e projeto racial no Brasil e na Bahia, conforme visto na segunda parte desta dissertação.

Vejamos abaixo os gráficos que tratam da população residente por cor/raça em Ilhéus, segundo dados dos censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010:

Gráfico 13 - População residente por cor/raça em Ilhéus-BA nos censos IBGE de 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE (1991), (2000), (2010).

De modo geral, segundo os dados dos censos analisados referentes à população residente por cor/raça, pode-se notar que em Ilhéus a população autodeclarada parda fora maioria no município ao longo dos anos abordados, embora apresente redução no quadro

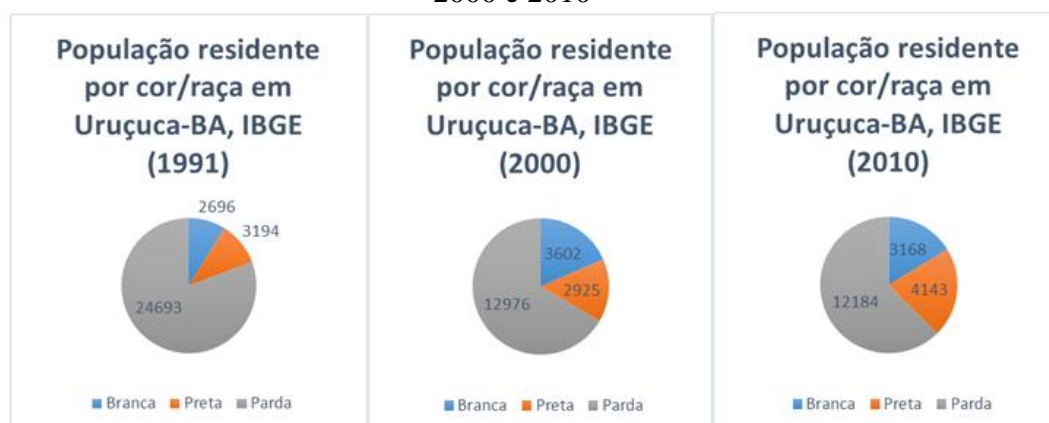
comparativo dos censos observados. A população autodeclarada branca, por sua vez, é maior que a população autodeclarada preta em Ilhéus nos anos de análise, o que ilumina a presença de uma população branca no município conhecido pelo forte coronelismo que imperou na região onde as disputas por terra, o cacau, a exploração do trabalhadores rurais e a chegada de pessoas dos mais variados lugares do mundo enredam duas importantes fontes da historiografia ilheense, os romances *Cacau* (1933) e *Terras do Sem Fim* (1943) do escritor baiano Jorge Amado.

Os dados do censo 2000, por seu turno, mostram que cresceram as populações autodeclaradas branca e preta no município em relação aos dados do censo IBGE de 1991. Já a população autodeclarada parda diminuiu ao se comparar os censos de 1991 e 2000. Importante lembrar aqui que a criação e atuação do PESC em 1997 colocara em ação um projeto territorial que, como vimos a partir da segunda parte deste trabalho, atraiu a chegada de novos moradores à região, dentre esses, migrantes internacionais predominantemente europeus e norte-americanos, ao passo em que operara a saída, a evasão de moradores nativos das localidades rurais do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, como acontecera no território da Vila de Serra Grande (capítulo 7).

No que diz respeito aos dados do censo IBGE (2010), da população residente por cor/raça em Ilhéus, os números apontam que houve redução da população autodeclarada branca no município e aumento da população autodeclarada preta no comparativo com o censo de 2000. Sobre tais índices, faz-se relevante considerar a atuação de um governo aberto às pautas sociais e identitárias e ao diálogo com os movimentos sociais – como o Movimento Negro – que presidira o país na década. Tal período, sem dúvida, teve reflexo no fato de Ilhéus ter tido em 2010 o maior contingente populacional autodeclarado negro dentre os anos analisados.

Vejamos agora os gráficos que tratam da população residente por cor/raça, segundo os censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, em Uruçuca, município sede da Vila de Serra Grande:

Gráfico 14 - População residente por cor/raça em Uruçuca-BA nos censos IBGE de 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE (1991), (2000), (2010).

Assim como no município vizinho (Ilhéus), em Uruçuca os números revelam a estreita relação entre as dinâmicas territoriais e raciais incidentes sobre o território. No censo de 1991, os dados mostram a prevalência da população autodeclarada parda em Uruçuca, quando no município predominavam as atividades da agricultura, da pesca e da mariscagem, conforme vimos nos capítulos 6 e 7 desta dissertação. Sendo assim, somado a população autodeclarada preta no censo de 1991, em Uruçuca contabilizou-se um total de 91% de população considerada negra. Já a população autodeclarada branca somou 9% da população total do município no referido censo, o que revela ser o município de Uruçuca um território eminentemente negro.

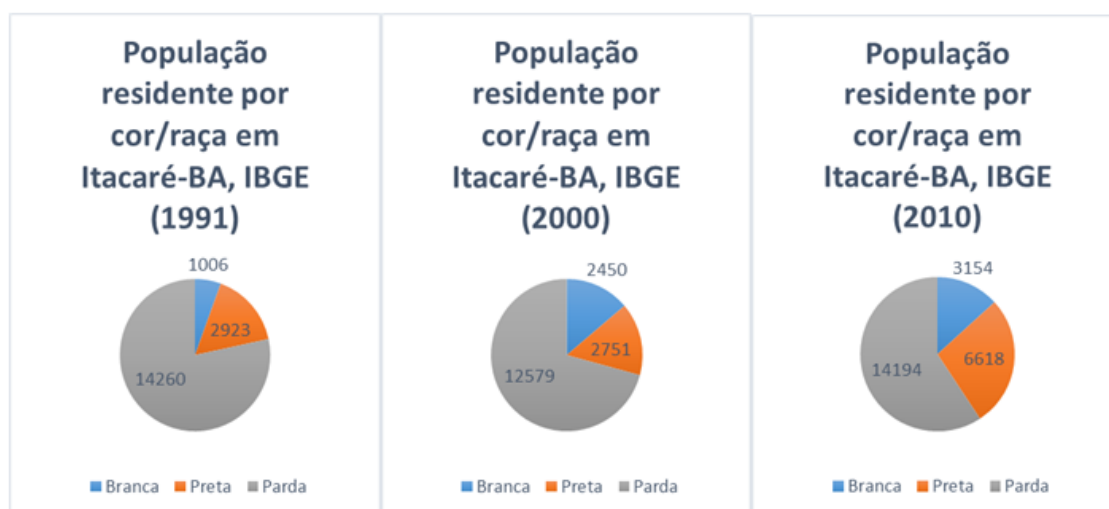
No censo IBGE de 2000 percebe-se uma expressiva redução da população total no município de Uruçuca. Tal redução ecoa diretamente na diminuição da população parda (que sai de 24.693 no censo 1991 para 12.976 no censo 2000) e preta (que sai de 3.194 no censo 1991 para 2.925 no censo 2000) no município. Deste modo, evidencia-se uma baixa de cerca de 50% na população autodeclarada parda em Uruçuca no período de 1991 a 2000, que comporta a criação do PESC (em 1997), a construção da BA-001 Trecho Ilhéus-Itacaré (em 1998), a instalação de um Turismo de luxo na região (com a inauguração do Txai Resort Itacaré na virada do último ano do século XX para o século XXI), a chegada de novos proprietários de terra e de novos moradores, os migrantes, na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré. A população autodeclarada branca, por sua vez, foi a única que apresentou crescimento no censo 2000 em comparação com o censo anterior, aumentando para 18% da população total do município. Embora não se tenha registro da migração internacional no ano de 2000 em Uruçuca, segundo as moradoras nativas da região, Dandara e Jaci, no final da

década de 1990, com a criação do PESC e a construção da BA-001, começou a migração (tanto de nacionais como de estrangeiros) para a região do eixo. Considerando a chegada de novos moradores na região e o aumento da população autodeclarada branca em Uruçuca no censo 2000 podemos concluir que a população migrante que se direcionara para o município fora de contingentes brancos.

No censo 2010, em Uruçuca (assim como em Ilhéus) foram constatadas a diminuição da população parda, o aumento da população autodeclara preta e a redução da população autodeclarada branca no município, comparadas ao censo 2000. Com exceção da diminuição da população parda no município que vem sofrendo uma considerável baixa ao longo dos anos analisados, as dinâmicas de aumento da população autodeclarada preta e de redução da população autodeclarada branca respondem, do ponto de vista aqui adotado, ao contexto político que governara o Brasil na década referente ao censo 2010. Ademais, o que pode-se observar é que a diminuição da população autodeclarada parda tanto equivale a uma redução na população total do município de Uruçuca (devido a uma série de fatores ligados ao projeto territorial em ascensão na região do eixo) quanto a uma maior afirmação da identidade negra no município em questão.

Vejamos a seguir os gráficos concernentes a população residente por cor/raça em Itacaré nos censos IBGE de 1991, 2000 e 2010:

Gráfico 15 - População residente por cor/raça em Itacaré-BA nos censos IBGE de 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE (1991), (2000), (2010).

No censo 1991, os dados mostram que 94% da população total de Itacaré era de pretos e pardos, revelando ser o município um território expressivamente negro. A população

autodeclarada branca no referido censo, por seu turno, fora de 6% da população total do município, anunciando, desta maneira, a pouca expressividade do contingente branco em Itacaré.

Conforme os dados do censo 2000 referentes à população residente por cor/raça em Itacaré, houve redução das populações parda e preta no município e aumento da população autodeclarada branca, se comparado ao censo anterior. A população negra teve a marca de 86% da população total do município – mantendo-se majoritária –, enquanto a população branca alcançou 14% da população contabilizada pelo censo – mais do dobro da população branca do censo 1991. Levando em conta o cenário de mudanças advindo da criação do PESC (em 1997), da construção da BA-001 Trecho Ilhéus/Itacaré (em 1998), da instalação de um turismo elitizado na região (o Txai Resort Itacaré), da chegada de novos proprietários de terra a região (propriedade da Natura) e da migração (predominantemente de internacionais europeus e norte-americanos para o eixo) tais números revelam a ação de um projeto territorial eugenista para a região do eixo ao incidir sobre a diminuição da população negra nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré apresentada pelo censo 2000.

No censo 2010, os dados indicam crescimento das populações parda, preta e branca no município de Itacaré em relação ao censo anterior. Tal crescimento das populações residentes por cor/raça no município revela que, diferentemente de Ilhéus e Uruçuca, em Itacaré houve aumento da população total (que no censo 2000 era de 17.780 mil moradores e no censo 2010 chega a 23.966 mil pessoas). Todavia, embora a população total de Itacaré tenha crescido, a porcentagem da população residente por cor/raça manteve-se correspondente a porcentagem do censo 2000. O saliente turismo (nacional e internacional) que marca o município e as migrações para o eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré (conforme visto no capítulo anterior) são possíveis fatores responsáveis pelo crescimento populacional em Itacaré, assim como a certificação, em 2003, de comunidades remanescentes de quilombos no município (BAHIA, 2010).

Nesse sentido, a expressividade do contingente negro em Itacaré, por sua vez, como pode-se inferir, está relacionada a existência de comunidades remanescentes de quilombos no município, sendo oito comunidades com certificados de reconhecimento. São elas: Água Vermelha, Fojo, João Rodrigues, Porto do Oitizeiro, Santo Amaro, Acaris, Serra de Água e Cuidados. Desta forma, Itacaré, com oito comunidades remanescentes de quilombos, e Marauí (município vizinho), com seis, concentram as 14 comunidades remanescentes de quilombos com certificado de reconhecimento no Território de Identidade Litoral Sul (BAHIA, 2010).

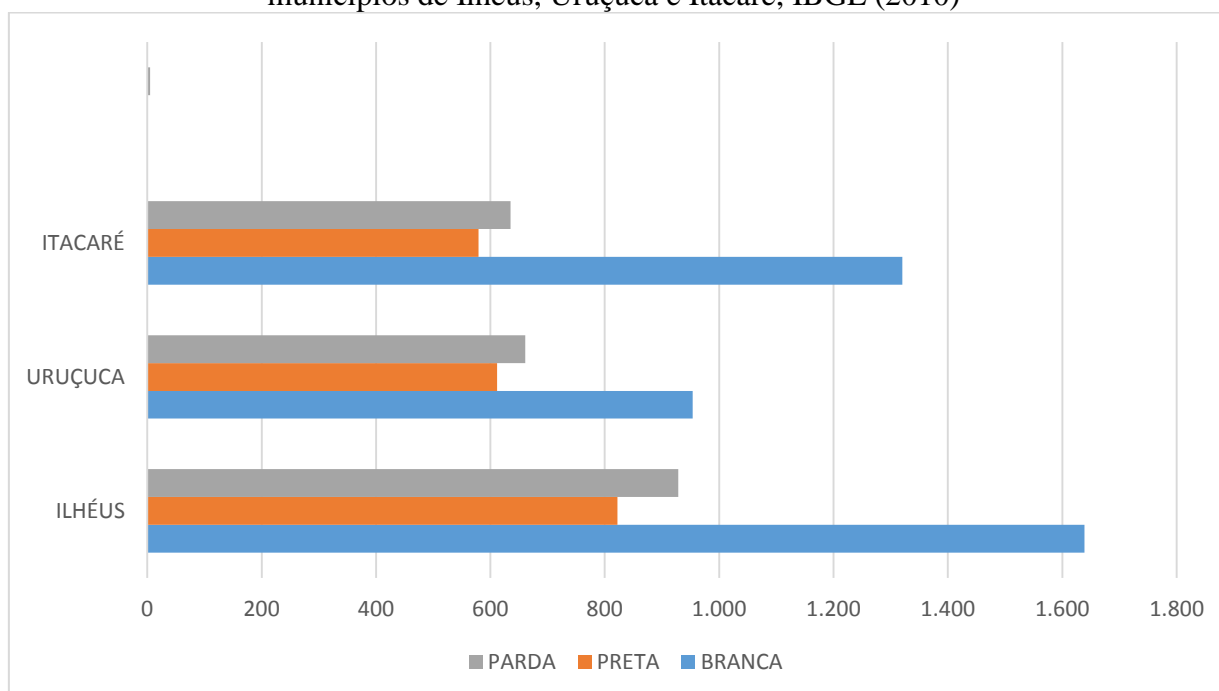
De tal modo, podemos concluir que a presença das comunidades remanescentes de quilombos em Itacaré atua como importante fator responsável pelo fortalecimento do contingente negro no município, que é o único da região do eixo onde as populações preta e parda aparecem em crescimento no censo 2010. Logo, tais comunidades aparecem como relevantes núcleos de resistência e permanência das populações negro-indígenas itacareenses.

Conclui-se, então, que os dados analisados sobre a população residente por cor/raça nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré nos censos 1991, 2000 e 2010 atestam ser os municípios do eixo territórios majoritariamente negros em que as dinâmicas populacionais por cor/raça (branca, preta e parda) nos censos 2000 e 2010 estão relacionadas a ação do projeto territorial capitalista-ambiental posto para a região do eixo a partir da última década do século XX por meio de legislação ambiental (que instituiu a criação de Áreas de Proteção Ambiental – APAs – e do PESC) que favoreceu a inscrição do capital humano e financeiro transnacional no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, formado por populações majoritariamente negras. Nesse sentido, pode-se afirmar que tal legislação ambiental e o projeto territorial dela resultante favoreceram e favorecem a venda das terras da região para o capital estrangeiro, incidindo, desta forma, decisivamente sobre a vida, a sobrevivência e a existência das populações negro-indígenas do eixo.

Assim, a presença de migrantes internacionais predominantemente europeus e norte-americanos na região do eixo dá-se no contexto de territórios e populações expressivamente negras que, com exceção de Itacaré, vêm apresentando diminuição no quadro geral dos censos analisados após a inauguração do projeto territorial eugenista capitalista-ambiental posto para o triângulo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré. A diminuição do contingente negro na região escancara, assim, a ação eugenista do projeto territorial capitalista-ambiental que acarretara uma série de dificuldades a sobrevivência e permanência das populações negro-indígenas do eixo, ao passo em que atraía e atrai cada vez mais migrações internacionais, sobretudo, de contingentes brancos advindos do Norte global, conforme observado na terceira parte desta dissertação.

Segundo dados do censo IBGE 2010 que tratam do valor do rendimento médio mensal da população por cor/raça nos municípios do eixo, as desigualdades no quadro socioeconômico atestam a ação e as consequências do projeto territorial eugenista capitalista-ambiental em vigor, uma vez que as populações negras em Ilhéus, Uruçuca e Itacaré apresentam rendimentos de respectivamente 46,6%, 33,3% e 54% a menos que as populações brancas residentes nos respectivos municípios. Observemos o gráfico do valor do rendimento médio mensal da população residente por cor/raça em Ilhéus, Uruçuca e Itacaré:

Gráfico 16 - Valor do rendimento médio mensal da população residente por cor/raça nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, IBGE (2010)



Fonte: IBGE (2010).

Diante desse quadro pode-se afirmar que a desigualdade econômica na região do eixo está nitidamente atrelada a cor/raça da população e ao lugar que as populações residentes por cor/raça ocupam no projeto territorial eugenista capitalista-ambiental em ação. Exemplo disso é que em Itacaré – município de maior expressividade do contingente negro no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré – a população negra recebe menos da metade do rendimento da população branca do município, evidenciando, desta maneira, que, na região do eixo, quanto maior for a população negra com relação a população branca do município maior será a distância econômica entre os dois contingentes, o que denuncia a pobreza, a segregação e a expulsão destinadas as populações negras no projeto territorial eugenista capitalista-ambiental que vigora na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré.

Depreende-se, então, como consequência dos dados neta seção analisados que a presença de migrantes internacionais predominantemente europeus e norte-americanos, ou numa perspectiva racial, de migrantes brancos do Norte global em Ilhéus, Uruçuca e Itacaré acontece em municípios expressivamente negros que têm apresentado diminuição da população negra em seus territórios nos últimos vinte anos – com exceção de Itacaré – e histórica desigualdade econômica entre as populações residentes por cor/raça; sendo Itacaré o município do eixo com maior desigualdade econômica entre a população branca e negra, segundo dados do censo IBGE de 2010.

Todavia, a despeito desses indicadores que expressam as violências dirigidas a existência, a sobrevivência e a permanência das populações negras da região do eixo, a presença negra é majoritária nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré e, portanto, emblemática das formas de resistência construídas e cultivadas nesses territórios. No sentido de apontar uma das formas históricas de organização social de protagonismo, sobrevivência, resistência e permanência das populações negro-indígenas do Brasil e da América é que abordaremos na seção a seguir a existência dos quilombos na história do Brasil e da Bahia e, mais precisamente, a presença de comunidades remanescentes de quilombos no Território de Identidade Litoral Sul e no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré. A presença e a certificação dessas comunidades, conforme vimos nesta seção, no caso do município de Itacaré, são fatores decisivos para a permanência, sobrevivência e identificação étnico-racial das populações negro-indígenas do Litoral Sul da Bahia.

11.2 Quilombos na Bahia: resistência escrava, quilombos no sul da Bahia e as comunidades remanescentes de quilombos no Território de Identidade Litoral Sul e no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré

“O Território do Litoral Sul também pôde ser classificado como rural, pois a densidade demográfica era de 52,69 hab./km². No território, identificam-se 14.610 agricultores familiares, 2.564 famílias assentadas, 2.743 pescadores e marisqueiras, quatorze comunidades quilombolas e duas etnias indígenas (Tupinambá de Olivença e Pataxó-Hã-Hã-Hãe), sendo importante a presença da agricultura tradicional” (BRASIL, 2010 apud CERQUEIRA e JESUS, 2016, p. 187).

Considerando o que defende Oliveira (2020, p. 136) em seu artigo *Quilombos, racismo ambiental e formação em saúde e saúde mental: diálogos emergentes*, ao afirmar que “o Brasil foi densamente povoado por territórios quilombolas” e que “estes constituíram os modos de viver das pessoas comuns - negros, africanos, índios e brancos pobres – não proprietários de terras e não pertencentes às elites ou nobreza”, buscamos nesta seção realizar uma breve discussão sobre a existência e o papel dos quilombos na história do Brasil, da Bahia e do Sul da Bahia como principal dispositivo de sobrevivência e resistência da população negro-indígena, fundadora dos territórios brasileiros (OLIVEIRA, 2019), para, assim, apontar a presença de comunidades remanescentes de quilombos, de territórios negros no Litoral Sul e na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré como relevantes núcleos de permanência e protagonismo histórico das populações negro-indígenas do Território de Identidade Litoral Sul.

Sobre a formação de quilombos no Brasil, Carneiro (1958) em sua obra *O Quilombo dos Palmares*, no que diz respeito as motivações, propósitos e ideais dos escravizados “rebeldes” no Brasil, analisa que:

O movimento de fuga era, em si mesmo, uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida. O quilombo, por sua vez, era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos. O tipo de organização social criado pelos quilombolas estava tão próximo do tipo de organização então dominante nos Estados africanos que, ainda que não houvesse outras razões, se pode dizer, com certa dose de segurança, que os negros por êle responsáveis eram em grande parte recém-vindos da África, e não negros crioulos, nascidos e criados no Brasil. **Os quilombos, dêste modo, foram - para usar a expressão agora corrente em etnologia - um fenômeno contra-aculturativo, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos** (CARNEIRO, 1958, p. 13-14, grifos nosso).

Desta forma, segundo Carneiro (1958), o quilombo no Brasil surge, é formado na busca da população africana e afro-brasileira escravizada pela realização de seus modos de existir, de ocupar, de falar, de fazer, de cultuar, enfim de viver baseados na vida em África.

Assim, o quilombo nada mais é que uma organização social pautada em valores comunitários de respeito à vida, ao outro, a si mesmo e a natureza. A sua própria constituição diz de autocuidado e proteção ao grupo que o constitui. Por isso, a terra e o território assumem dimensão tão importante para as populações negras e indígenas, porque representam uma realização extensiva “da cultura e do estilo de vida africanos” e indígenas perseguidos e violentados pelo poder branco europeu.

Nesta perspectiva, o quilombo fora e é o principal recurso de sobrevivência das populações negras do Brasil e de suas identidades. Mediante afirma Oliveira (2020, p. 135), “os quilombos no Brasil constituíram-se como territórios conquistados por africanos e afro-brasileiros escravizados, que resistentes a estas circunstâncias, organizaram-se em grupos para protagonizar suas liberdades”. Sendo assim, não sem motivo ataca-se os quilombos, os territórios negros (como são os municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré e o território da Vila de Serra Grande). Mas, porque eles atuam como movimento “contra-aculturativo, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos” (CARNEIRO, 1958, p. 14). Porque representam barreiras, resistência à inserção do capital e de sua cultura de objetificação dos corpos e mercadorização da vida, da terra e do território.

Conforme Amorim e Germani (2005, p. 796) colocam em *Quilombos na Bahia: uma presença incontestável*, “nas Américas as Comunidades Quilombolas recebem várias denominações, *Cimarone* na América Espanhola, *Marrons* no Haiti e ilhas do Caribe francês, *Maroons* na Jamaica, Suriname e sul dos E.U.A., *Palenques* na Colômbia e Cuba, *Cumbes* na Venezuela, *Quilombo* ou *Mocambos* no Brasil”, anunciando, desta forma, ser o quilombo um fenômeno, uma forma de organização social desenvolvida em toda a América, que reunira além da população negra, indígenas, brancos pobres e outros excluídos do projeto capitalista europeu de civilização (OLIVEIRA, 2020).

Sobre um dos maiores exemplos de organização político-social e resistência negra da história do Brasil, Moura (1986) escreve em seu livro *O quilombo e a Rebelião Negra* que:

Palmares – o maior exemplo do grande quilombo – era uma confederação de quilombos, sendo os principais os seguintes, de acordo com documentos de que se serviu Edison Carneiro e do qual nos aproveitamos: a dezesseis léguas de Porto Calvo ficava o mocambo do Zumbi; a cinco léguas mais ao norte localizava-se o de Acotirene; a leste deste dois mocambos chamados das Tabocas; quatorze léguas a noroeste destes dois localizava-se o de Dambrabanga; ao norte deste a “cerca de Subupira”, onde se localizava o quartel general da república; seis léguas mais ao norte, a “cerca real” do Macaco, capital da república; cinco léguas a oeste o mocambo de Osenga; a seis léguas de Serinharém, para noroeste, localizava-se a “cerca” do Amaro; a 25 léguas de Alagoas ficava o de Andalaquituche, irmão de Zumbi; a 25 léguas a noroeste de Porto Calvo ficava o quilombo de Alquatune, mãe de Zumbi, além de muitos outros menores (MOURA, 1986, p. 36).

Percebe-se, então, a partir da cartografia da República de Palmares descrita por Moura (1986), que vários foram os quilombos que constituíram Palmares, desde os citados pelo autor (de tamanho maior) a muitos outros menores, segundo afirma. Desta maneira, Palmares revela-se o maior exemplo territorial e político do protagonismo das populações africanas e negras brasileiras na história do Brasil Escravocrata. Segundo Reis (1983, p. 108) Palmares “resistiu por quase cem anos a várias expedições militares de portugueses e holandeses”, de modo que, para o autor, “a existência de quilombos representou não pequena ameaça a estabilidade do sistema escravista”.

Nesse sentido, conforme o historiador João José Reis, importante estudioso da resistência escrava no Brasil e na América, afirma:

Da perspectiva da classe senhorial e seus governos, **a existência dessas sociedades escondidas simbolizam uma alternativa que os escravos como um todo poderiam aspirar.** E estavam certos. **Daí o cuidado e dedicação com que os grupos dominantes reprimiram estes focos rebeldes. Quando a tarefa de destruí-los se mostrou impossível, os representantes da Ordem Escravista, como bons políticos que eram, negociaram tratados que obrigavam os rebeldes a devolver novos fugitivos e a tomar o partido dos coloniais em caso de subversão interna e invasão estrangeira** (REIS, 1983, p. 108, grifos nosso).

Nesta perspectiva, tendo em vista a força e a violência, *o cuidado e a dedicação* com que os quilombos foram reprimidos pelos *representantes da Ordem Escravista*, capitalista europeia, pode-se concluir, segundo Reis (1983), que esta organização revelara-se potente alternativa social ao desenvolvimento da vida e das terras no Brasil. Sendo assim, os quilombos representaram em termos sociais, políticos e econômicos a formação da primeira *Rés Pública* do Brasil, de modo que o território e tecido social brasileiro é fundado a partir desta organização comunitária de protagonismo e sobrevivência das populações negras, indígenas e brancas pobres, escravizadas e excluídas pelo poder colonialista europeu (OLIVEIRA, 2020).

Pensando o protagonismo da população negro-indígena no gerenciamento da vida, da sobrevivência e do território, faz-se importante considerar a afirmativa de Oliveira (2019, p. 183) de que “a história dos quilombos no Brasil contempla o universo socioeconômico e político de africanos e afro-brasileiros, protagonistas por cimentar as bases do desenvolvimento e do capitalismo em solo nacional”. Ou seja, o Brasil levanta-se enquanto nação a partir de um movimento de resistência das populações negras e indígenas – os quilombos – em que os modos de vida e gerenciamento do território por elas realizados garantiram não apenas a sobrevivência dessas populações frente a um cenário de

insustentabilidade de suas vidas e existências, como possibilitaram o desenvolvimento social, ambiental, cultural e econômico de todo o território nacional.

A fim de enfatizar a contribuição das populações negras e indígenas para o desenvolvimento do território e do povo brasileiros, consideramos importante lembrar que enquanto as colônias agrícolas, criadas pelo governo no Sul da Bahia na segunda metade do século XIX, formadas por estrangeiros não obtiveram sucesso, representando tentativas fracassadas de inserção de colônias estrangeiras no Sul baiano (LYRA, 1982, 2007) – embora expressassem o ideal de projeto territorial e racial almejados para o Brasil, em que populações brancas europeias eram recrutadas para ocupar as abundantes e férteis terras do sul baiano ocupadas em sua maioria pelas populações negras e indígenas, como vimos no capítulo 5 – os quilombos foram os grandes responsáveis pela formação e desenvolvimento dos territórios baianos e brasileiros e pela vida e sobrevivência de sua população (CARNEIRO, 1958; MOURA, 1986; OLIVEIRA, 2019; OLIVEIRA, 2020), já que, como atesta Oliveira (2020, p. 137) “nos quilombos havia uma economia de organização social. Ao mesmo tempo que o desenvolvimento tecnológico sempre foi presente”.

Sobre os quilombos como fundadores do território baiano, Oliveira (2020), que cita Moura (1987) afirma que:

O mapa dos quilombos baianos revela que várias cidades do Recôncavo, proximidades de Salvador e todo litoral do estado e Sertão da Bahia, eram tomados por quilombos. As cidades de Jaguaripe, Maragogipe, Cachoeira, Xique- Xique, Muritiba, entre outras, são territórios que primeiramente constituíram-se como Quilombos (MOURA, 1987 apud OLIVEIRA, 2020, p. 136).

Conforme cita Moura (1986, p. 26) ao pontuar os principais quilombos responsáveis pela formação dos territórios do Estado da Bahia, estão: o Quilombo do Urubu, o Quilombo de Jacuípe, o Quilombo de Jaguaripe, o Quilombo de Maragogipe, o Quilombo de Muritiba, os Quilombos dos Campos de Cachoeira, os Quilombos de Orobô, Tupim e Andaraí, os Quilombos de Xiquexique, o Quilombo do Buraco do Tatu, o Quilombo de Cachoeira, o Quilombo de Nossa Senhora dos Mares e o Quilombo do Cabula.

Sobre a repressão e violência destinadas aos quilombos, aos escravizados fugitivos e aos indígenas da Bahia no Brasil Colônia, Reis (2008) afirma que:

Em 1723, o Conselho Ultramarino mandou que se organizasse uma expedição ao sul da Bahia para extinguir índios hostis e destruir um mocambo com cerca de quatrocentos habitantes. Como nesta correspondência dos conselheiros do rei, os verbos **extinguir e destruir foram os mais usados para se referir a índios e negros rebeldes** (REIS, 2008, p. 3, grifos nosso).

As informações apresentadas pelo autor atestam, deste modo, que o Sul da Bahia constituía-se como uma região de forte presença, insubmissão e, também, perseguição aos negros e indígenas. O trecho citado aponta ainda a existência de um mocambo de conhecimento da Coroa com cerca de quatrocentos habitantes, ao qual uma expedição do governo da Colônia buscava destruir, evidenciado, assim, a ameaça que os quilombos e os quilombos do Sul da Bahia representavam para o sistema escravista. Nesse sentido, Reis (2008, p. 1) argumenta que “os quilombolas povoaram pesadelos de senhores e funcionários coloniais, além de conseguir fustigar com insistência desconcertante o regime escravista”.

No contexto das rebeliões escravas na Bahia, conforme Reis (2008, p. 3), “no final do século XVIII, em Ilhéus, escravos se levantaram no engenho Santana e se aquilombaram nas suas matas”.

No que diz respeito ao cenário dos levantes escravos na Bahia do final do século XVIII e do século XIX, Reis (1992) considera que:

As rebeliões escravas que aconteceram na Bahia na primeira metade do século XIX podem ser explicadas por vários fatores. Em primeiro lugar, a expansão da economia a partir do final do século XVIII, que fez aumentar o número de engenhos, a produção de açúcar para a exportação e a importação de escravos da África. Esses mesmos fatores influenciaram ainda o desenvolvimento da cultura do fumo, em Cachoeira, principalmente, fumo que era trocado na África por escravos. O crescimento da agricultura de exportação, por outro lado, foi feito às custas de uma intensificação do trabalho escravo e também as custas da produção de alimentos. O escravo do Recôncavo agora trabalhava mais e comia menos (REIS, 1992, p. 100).

Ou seja, o agravamento da condição de exploração dos escravizados na Bahia, sobretudo, no contexto da escravidão nos engenhos de açúcar baianos teria tido como resultado as inúmeras rebeliões, fugas e a formação de quilombos no estado.

Em tal direção, após o levante no Engenho de Santana em Ilhéus e o aquilombamento dos fugitivos nas matas do entorno da região no final do século XVIII, Reis (2008) relata que:

No sul da Bahia, na vila de Barra do Rio de Contas (atual Itacaré), em 1806, dezenas de escravos se aquilombaram numa comunidade de lavradores que os empregavam no cultivo da mandioca. **Quando este quilombo, chamado Oitizeiro, foi disperso, descobriu-se que os próprios escravos dos lavradores eram prósperos produtores de mandioca e ativos coiteiros de calhambolas** (REIS, 2008, p. 2, grifo nosso).

Tal dinâmica apresentada pelo autor ao argumentar a condição de prosperidade dos aquilombados revela a importância e a potência do quilombo do Oitizeiro no protagonismo econômico e de luta pela liberdade da população escravizada na Comarca de Ilhéus na região sul da Bahia.

Sacramento (2008) em sua dissertação de mestrado sobre a trajetória histórica dos Quilombos do Borrachudo na década de 1830 na Comarca de Ilhéus conclui que a resistência

escrava e a gestão de uma organização socioeconômica por comunidades de fugitivos foram uma realidade constante na Vila de Barra do Rio de Contas (atual Itacaré) e reuniam escravos, libertos e livres das vilas de Camamu, Ilhéus e Marauá no século XIX. Nas palavras da autora:

Em 1835, enquanto na capital da província baiana todos os esforços estavam inclinados sobre os interrogatórios e medidas punitivas aos integrantes do Levante Malê, no Sul da Bahia e em particular na Comarca de Ilhéus, as autoridades se empenhavam em desbaratar uma aglomeração de quilombos nas florestas da vila da Barra do Rio de Contas. Uma grande expedição, composta por oitenta praças sob o comando do Alferes Guilherme Frederico de Sá Bittencourt e Câmara, dava cabo dessa aglomeração – núcleos de resistência, sob as denominações de Colégio Novo, Colégio Velho, Sabura, Retiro Alegre, Santo Antônio do Bom Viver, Corisco e Coronel –, denominada de “Quilombo do Borrachudo”, ou “Quilombos do Borrachudo”, como se encontra registrado em alguns documentos da época (SACRAMENTO, 2008, p. 52-53, grifos nosso).

Considerando a denúncia de Póvoas (2012, p. 41) de que “há uma lacuna considerável na história da região sul da Bahia, no que diz respeito a registros sobre qual destino os descendentes dos escravos em Ilhéus tomaram, o trabalho de Sacramento (2008) é de suma importância não apenas para o (des)silenciamento sobre qual destino os descendentes de escravos nessa região tomaram, como para o (des)silenciamento da trajetória de resistência e aquilombamento dos insurretos na Comarca de Ilhéus. Em tal sentido, a autora defende que “africanos e crioulos, na condição de fugitivos, conseguiram modificar as vidas daqueles que continuavam no cativeiro”, atestando, desse modo, o protagonismo do segmento negro no Sul da Bahia (SACRAMENTO, 2008, p. 7).

Sobre a extensão territorial do Quilombo do Borrachudo na Vila de Barra do Rio de Contas, Sacramento (2008, p. 34) escreve que “as terras ocupadas pelos mocambos Corisco, Sabura, Coronel, Santo Antônio do Bom Viver, Colégio Novo, Colégio Velho e Retiro Alegre”, que compunham o chamado Quilombo – ou Quilombos – do Borrachudo, “se estendiam desde o distrito de Cachoeira até às margens do Rio de Contas”. A respeito dessa localização e das diversas experiências quilombolas relatadas na documentação analisada pela autora, ela aponta o “escasso povoamento dessa região e a presença de uma ecologia favorável aos fugitivos”, além da lavoura de mandioca, como fatores decisivos nas dinâmicas que envolveram a resistência escrava no Sul da Bahia e a formação e longevidade dos mocambos na Vila de Barra do Rio de Contas.

Acerca de uma ecologia favorável aos fugitivos e a formação dos mocambos, a autora afirma que a geografia da região, composta por rios, mar e floresta não só favoreceu os agrupamentos de fugitivos na Vila de Barra do Rio de Contas como foi importante responsável pela manutenção da sobrevivência, uma vez que, conforme Sacramento (2008, p.

34), tais recursos geográficos “serviram também para prover de alimentos não apenas o seguimento escravo como também os livres da Vila”.

No tocante a presença de rios, mar e florestas como canais de trânsito dos insurretos do Borrachudo, a estudiosa afirma ainda que a situacionalidade territorial da Vila de Barra do Rio de Contas possibilitou a conexão com escravizados de outras localidades do entorno, como as das Vilas de Camamu, Marau e Ilhéus. Nesse sentido, Sacramento (2008) expõe:

Cercada de morros, a Vila limitava-se ao sul com Ilhéus pelo rio Sargi, e ao norte com Marau através do rio Mahaú. Mas com essa configuração geográfica, pretende-se saber como, de fato, Barra do Rio de Contas mantinha comunicação com as demais localidades em termos de passagens terrestres, marítimas ou fluviais. **Caso o viajante quisesse, a partir da Vila, seguir viagem em direção a Ilhéus, partia-se pela “costa até ao Cajueiro; podia-se também subir em canoa os rios Fundão e da Esperança, até a foz Itaípe, onde se desembarcava, rumando daí ao dito lugar;” Outra trilha prosseguia do Cajueiro, percorrendo os rios Tijuípe e Jeribucassú. Estes funcionavam como veias naturais de ligação à Serra Grande, por onde se caminhava até a cachoeira do Engenho e de lá se chegava à Barra** (SACRAMENTO, 2008, p. 31-32, grifos nosso).

Levando em conta que uma das rotas de trânsito entre a Vila de Barra do Rio de Contas (atual Itacaré) – onde localizava-se o Quilombo do Borrachudo – e a Vila de Ilhéus (da qual as terras de Serra Grande eram pertencentes; constituindo-se, portanto, enquanto território fronteiro entre as duas vilas citadas) era composta pelo rio Tijuípe, cuja foz está na Praia do Pompilho no distrito de Serra grande, pertencente à Uruçuca, é contundente afirmar que o território onde formara-se a comunidade negro-indígena da Vila de Serra Grande no século XX fora, no século anterior, lugar de passagem, trajeto de fuga, parte do caminho trilhado por escravizados insurretos vindos de Ilhéus e em movimentação entre os mocambos da Vila de Barra do Rio de Contas e os cativeiros na Vila de Ilhéus (SACRAMENTO, 2008). Além disso, essa região fronteira, de matas da Vila de Ilhéus, também abrigara escravizados fugitivos do Engenho de Santana em Ilhéus (REIS, 2008).

Sobre a dimensão do Quilombo do Borrachudo na Vila de Barra do Rio de Contas no movimento de resistência escrava do Sul da Bahia, Sacramento (2008), que cita as suas fontes de pesquisa e Campos (2006) analisa e defende que:

A presença de escravos de diversas partes da Comarca nos mocambos do Borrachudo evidencia uma experiência escrava que extrapolava a jurisdição de Barra do Rio de Contas. E isto foi uma constante, se levados em consideração três episódios. Em 1806, escravos de Camamu, Marau e Cairu compuseram o Quilombo do Oitizeiro, nas margens do rio de Contas; em 1824, a Câmara de Barra sinalizava para as autoridades da sede da Comarca e da capital da província, sobre a atuação de um bando de escravos fugitivos “oriundos de diversas partes da Comarca de Ilhéus (Norte e Sul)” (APEB, maço1254); em 1828, o juiz ordinário da vila de São Jorge dos Ilhéus, registrou a fuga de 34 escravos do Engenho de Santana e de outros escravos de Camamu, que, caminhavam em direção ao grande quilombo que se formou no interior das matas de Barra do Rio de Contas (CAMPOS, 2006). **A sucessão de episódios desse tipo permite que se suponha um grau de**

envolvimento da escravatura local, decorrido da vivência comum do cativo. Deve-se salientar que o contingente escravo da Comarca estava, em sua maioria, envolvido na produção de alimentos, principalmente, a farinha de mandioca. **Os momentos de escassez desse produto na capital da província, implicava numa carga horária extenuante de trabalho para os cativos do sul da Bahia** (SACRAMENTO, 2008, p. 35, grifos nosso).

Deste modo, considerando a relação direta com o cenário de produção econômica do Brasil e da Bahia oitocentistas, a autora conclui que no tocante às dinâmicas de resistência escrava na Bahia:

Enquanto em Salvador e Recôncavo a rebeldia era marcada principalmente pela grande presença de cativos africanos, geralmente através de revoltas organizadas a partir de filiações étnicas, no sul da Bahia, a face rebelde da escravaria significou a continuidade de uma prática de formação de mocambos/quilombos iniciada em séculos precedentes. As vilas que mais experimentaram a incidência dessas instituições foram os distritos sulinos de Camamu, Ilhéus, Cairu e Barra do Rio de Contas (SACRAMENTO, 2008, p. 50, grifo nosso).

Quanto a presença estimada de quilombos e mocambos por período e localidades do Sul da Bahia, segue lista parcial dos quilombos e mocambos no Sul da Bahia retirada de Sacramento (2008, p. 29):

Quadro 1 - Lista parcial dos quilombos e mocambos no Sul da Bahia, retirada de Sacramento (2008)

Tabela 1 - Lista parcial dos quilombos e mocambos no Sul da Bahia

DATA	LOCAL	NOME
1692	Camamu	Desconhecido
1699	Cairu	Desconhecido
1733	Canavieiras	Desconhecido
1736	Barra do Rio de Contas	Desconhecido
1789	Ilhéus	Santana
1807	Barra do Rio de Contas	Oitizeiro
1821-1828	Ilhéus	Santana
1833	Camamu	*Quicerá
1833	Camamu	*Piedade
1835	Barra do Rio de Contas	*Colégio Novo
1835		*Santo Antonio do Bom Viver
		*Sabura
		* Retiro Alegre
		*Corisco
1835	Barra do Rio de Contas	*Coronel
1835	Barra do Rio de Contas	*Colégio Velho

Fontes: PEDREIRA (1973); REIS (1996); SCHWARTZ (2001). Nesta tabela acrescentamos quilombos identificados por nossas pesquisas em fontes manuscritas da Sessão Judiciária do Arquivo Público da Bahia.

Fonte: SACRAMENTO (2008).

No concernente as estratégias de defesa adotadas nos mocambos do Borrachudo, Sacramento (2008, p. 74) afirma que “os quilombos do Borrachudo não deixaram a desejar em termos de táticas de defesa” e que “as estratégias de defesa dos quilombolas variavam muito e podiam incluir a prática de abandono de um quilombo para outro, o que traduzia uma maneira de evitar o confronto direto quando os inimigos eram superiores em munições e em quantidade”. Como exemplo, a autora cita o Quilombo Colégio Novo que:

Erigido sobre um monte, o Quilombo Colégio Novo, teria causado às tropas tanto espanto quanto representaria uma barreira quase intransponível, pois uma “légua e meia antes de chegar ao dito quilombo principiou-se a arrancar taboas com estrepes [...] nos lugares de brejos.” **Neste caso, a presença de uma fortificação tão precisa revela o quão duradouro era o quilombo e a vantagem dos quilombolas no momento de fuga, já que “ninguém” foi encontrado** (SACRAMENTO, 2008, p. 74, grifo nosso).

No quesito populacional dos mocambos do Borrachudo, a estudiosa considera que:

O aumento da população do Borrachudo geralmente se dava através da reprodução natural e pelo aliciamento de escravos das senzalas de Barra do Rio de Contas e de vilas circunvizinhas. Um exame detalhado das atas das câmaras de Barra do Rio de Contas, Camamu, Marau e Ilhéus, durante 1830 e 1835, revela ter havido uma migração sistemática de escravos dessas localidades, com mais frequência nos meses de agosto e setembro, em direção aos mocambos do Borrachudo. Coincidência ou não, essas fugas se realizavam na temporada da colheita e moagem da cana (SACRAMENTO, 2008, p. 75, grifo nosso).

No quadro socioeconômico dos mocambos do Borrachudo, Sacramento (2008) avalia que:

Os mocambos do Borrachudo procuraram se situar em áreas não muito distantes dos centros de povoamento de Barra do Rio de Contas, ficando próximos de fazendas e engenhos. Neste contexto socioeconômico, os núcleos do Borrachudo se estabeleceram, criando outros cenários de relações sociais. [...] **A estrutura interna desses mocambos contava com a presença de várias casas de farinha e de instrumentos de trabalho ligados à sua fabricação, tais como, ralos de mandioca, prensas, alguidares, peneiras de massa, cochos e gamelas em grande quantidade.** Pelo que se depreende dos registros documentais, **os quilombolas produziram mais do que o necessário para sua subsistência. Integrando-se de um circuito econômico já estabelecido, eles poderiam naquele período representar uma camada significativa de roceiros envolvidos na produção e circulação de bens necessários ao mercado interno, como aguardente e farinha** (SACRAMENTO, 2008, p. 80-81, grifos nosso).

No que diz respeito aos aspectos econômicos dos Quilombos do Borrachudo, segue quadro retirado de Sacramento (2008, p. 81) com as atividades desenvolvidas em cada mocambo do Borrachudo:

Quadro 2 - Aspectos econômicos dos Quilombos do Borrachudo no século XIX na Vila de Barra do Rio de Contas (atual município de Itacaré), Sacramento (2008)

Tabela 6. Aspectos econômicos dos Quilombos do Borrachudo

Quilombos	Economia
Colégio Novo	Roçado de mandioca, três mil covas de cana, bananeiras, canteiros de alface, de cebolas, de alhos, carás, mangaritos, <i>quiçares</i> , inhames.
Colégio Velho	Roças de mandioca, bananeiras, cinco mil covas de cana, limoeiros, jaqueiras, laranjeiras, carás, mangaritos, <i>quiçares</i>
Santo Antonio do Bom Viver	Sacos de farinha de mandioca, beijus, roçado de mandioca, três mil covas de cana, bananeiras, limoeiros, laranjeiras, jaqueiras, carás, <i>quiçares</i> , inhame da Costa, gengibre, batatas.
Sabura	Várias plantações de cana
Retiro Alegre	Roçado de mandioca
Corisco	Roças de mandioca, cinco mil covas de cana, pés de algodoeiros, limoeiros, laranjeiras, limeiras, jaqueiras, pés de café e de cacau, plantações de fumo, gengibre e várias qualidades de inhames.
Coronel	Plantações de milho, de feijão, inhame da Costa.

Fonte: APEB, maço 2246.

Fonte: SACRAMENTO (2008).

No sentido da organização socioeconômica, comunitária, familiar, política e cultural apresentada pelos mocambos do Borrachudo em seu estudo, Sacramento (2008) elabora a reflexão de que:

[...] se a escravidão significou uma desterritorialização dos africanos e seus descendentes, o quilombo, enquanto instituição subjacente a realidade escravista denotou uma forma real de territorialização. Isto permitiu a criação de um território marcado por códigos e referências que orientavam social e culturalmente seus residentes. Menciona-se como exemplo, o quilombo Colégio Novo. A distribuição espacial das casas formava uma grande praça, sobre a qual orientavam-se os quilombolas, em caso de fuga. No fundo das habitações destacavam-se o cultivo de diversos produtos, fossem esses para consumo interno, trocas ou vendas. Uma clara demonstração da ocupação e do uso que os fugitivos faziam do solo (SACRAMENTO, 2008, p. 63, grifo nosso).

Sobre as medidas de enfraquecimento dos quilombolas do Borrachudo e as expedições realizadas para a destruição dos mocambos do Borrachudo, a autora relata que, após autorização, ordem e auxílio do governo da Província em maio de 1835, duas medidas foram tomadas. Primeiro, procedeu-se na suspensão da venda de pólvora e armas em toda a Vila de Barra do Rio de Contas no período precedente a missão a fim de promover o desarmamento dos aquilombados. Em segundo lugar, todo o entorno da Vila de Barra do Rio de Contas fora desocupado e preocupou-se que fossem retirados todos os víveres das moradas e fazendas do Termo da Vila. Tais medidas, segundo afirma Sacramento (2008), demonstraram eficácia no

sucesso obtido pelas expedições contra os quilombos e os quilombolas do Borrachudo. Conforme expõe a autora:

Entre os meses de agosto e setembro de 1835, foram enviadas duas expedições: A primeira saiu em 09 de agosto e durou 15 dias e a segunda deu entrada na mata a partir da primeira metade do mês de setembro. Poucos quilombolas foram presos nessas expedições, mas nos intervalos entre elas muitos se entregaram, “*alguns pela fome, pela falta de recursos para sobreviver, outros por medo e, finalmente, pela falta de pólvora que já não podiam adquirir pelas providências tomadas a respeito*”, uma clara demonstração da eficácia das duas medidas levadas a cabo pelas autoridades da Vila (SACRAMENTO, 2008, p. 71).

Ao analisar a trajetória de insubmissão e resistência escravas no Sul da Bahia, na Comarca de Ilhéus, expressa pela fuga de escravizados das Vilas de Camamu, Maraú e Ilhéus e pela formação de núcleos de resistência – que constituíram o Quilombo do Borrachudo na década de 1830 – nas matas da Vila de Barra do Rio de Contas (atual Itacaré), Sacramento (2008, p. 91) considera que “a luta dos quilombolas do Borrachudo representou, ao mesmo tempo, uma luta dos escravos da região no que se refere ao acesso à terra, roças escravas e comercialização de excedentes no mercado regional”.

Deste modo, a autora conclui a respeito da existência e representatividade dos Quilombos do Borrachudo que:

[...] **além de possuírem um caráter reivindicatório, expressavam na sua outra face a emergência de um campesinato negro**, forjado entre escravos das senzalas (através das roças) e quilombolas, e compartilhado por diversos setores livres (taberneiros, lavradores pobres, libertos, fazendeiros, etc.) da região (SACRAMENTO, 2008, p. 91, grifo nosso).

Sendo assim, diante desse contexto – de grande silenciamento (PÓVOAS, 2012) – da presença, atuação, resistência, protagonismo e destino das populações negras escravizadas do Sul da Bahia, os trabalhos de Sacramento (2008) e Póvoas (2012) são extremamente importantes para a percepção e compreensão de um Sul da Bahia efetiva, populacional e territorialmente marcado e delineado pela trajetória de luta e resistência da população negra. O caso dos quilombos do Borrachudo na década de 1830 no atual território de Itacaré abordado por Sacramento é um exemplo disso: de um Sul da Bahia que, a despeito do que serve o imaginário e as narrativas mercadológicas do turismo, da especulação imobiliária e entorno da política ambiental atuante na região, não é passivo e ordeiro como querem e pintam os interessados e empenhados na produção do Litoral Sul da Bahia como um paraíso natural, dentre eles, os responsáveis e dirigentes do projeto territorial eugenista capitalista-ambiental em vigor na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré. Além disso, o estudo de Sacramento permite-nos perceber uma semelhança territorial entre a organização do Quilombo do Borrachudo e o grande Quilombo de Palmares, tendo em vista a constituição

geográfica destes como um conjunto de quilombos e mocambos, o que garantiria, em muitos aspectos, a sobrevivência e resistência de suas populações (CARNEIRO, 1958; REIS, 1983; MOURA, 1986; SACRAMENTO, 2008).

Diante dessa perspectiva, no sentido contrário e dialético ao da presença histórica de luta e resistência da população negra nos territórios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, a migração de expressivos contingentes brancos do Norte global – europeus e norte-americanos, com práticas de investimentos capitais – para esses municípios, assim como para os demais territórios litorâneos do Território de Identidade Litoral Sul, isto é, Maraú, Una e Canavieiras (SOUZA; MARQUES DE SOUZA OLIVEIRA; DE OLIVEIRA, 2020) é emblemática do projeto territorial e racial postos para o Brasil nos séculos XIX e XX, como vimos no capítulo 7 desta dissertação, em que a Lei de Terras de 1850 agiu como instrumento de exclusão da população negra no acesso à propriedade da terra, enquanto a Política de Colonização e Imigração do Estado racista brasileiro atraiu e privilegiou a vinda e o estabelecimento de estrangeiros brancos, sobretudo, da Europa, nos territórios do Brasil (TELLES, 1929; LYRA, 1982).

A presença majoritária da população negra nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré e a diminuição do contingente populacional negro nesses municípios, com exceção de Itacaré, conforme vimos na seção anterior, são reveladoras da ação de um projeto político-territorial na região do eixo em muito semelhante ao gerenciado pela Lei de Terras de 1850 (se lembrarmos do controle e desapropriação de terras da região do eixo promovidos pelo PESC) e pela política de branqueamento da população do Brasil (se considerarmos o crescimento da população migrante internacional, sobretudo, europeia e norte-americana no eixo após a criação do PESC e as coordenadas econômicas direcionadas a partir dele), em que aparecem evidente o ideal antinegro e anti-indígena e pró-estrangeiro branco almejados para o país.

É nesse contexto que a presença de quatorze comunidades quilombolas e duas etnias indígenas, Tupinambá de Olivença e Pataxó-Hã-Hã-Hãe no Território de Identidade Litoral Sul (BRASIL, 2010) é sinalizadora das lutas, dos movimentos e estratégias de sobrevivência, resistência e permanência das populações negras e indígenas do Litoral Sul da Bahia.

Acerca da presença das comunidades remanescentes de quilombos com certificado de reconhecimento – o que implica o direito à propriedade da terra e aos seus modos de vida e produção tradicionais – no Território de Identidade Litoral Sul, seis destas comunidades estão localizadas no município de Maraú, são elas: Barro Vermelho, Maraú, São Raimundo, Empata Viagem, Minério e Terra Verde. As demais comunidades quilombolas com

certificado de reconhecimento do Litoral Sul estão localizadas no território de Itacaré e são elas: Água Vermelha, João Rodrigues, Santo Amaro, Serra de Água, Fojo, Porto do Oitizeiro, Acaris e Cuiudos (BRASIL, 2010).

Em artigo sobre as condições educacionais nas comunidades remanescentes de quilombos em Itacaré, Ferreira, Fiamengue e Pereira (2010, p. 6) relatam que “as comunidades remanescentes de quilombos conhecidas como Acaris, Cuiúdos, Fojo, João Rodrigues, Santo Amaro e Serra de Água se localizam na área rural pertencente ao município de Itacaré” e que a precariedade escolar (relacionada a ausência de escolas nessas comunidades e as dificuldades com transporte para a sede do município) e a negligência das esferas públicas para com os direitos garantidos por lei destas comunidades compõem a assoladora condição de descaso e desassistência em que vivem os moradores destas comunidades em Itacaré (FERREIRA; FIAMENGUE; PEREIRA, 2010).

Desta maneira, os dados e informações contidas no trabalho dos autores denunciam a situação de vulnerabilidade social em que se encontram os moradores das comunidades quilombolas de Itacaré. Em estudo semelhante ao acima citado, Oliveira, Pereira e Fiamengue (2010) também relatam o quadro de precariedade educacional que atinge as comunidades remanescentes de quilombos em Marau, expondo, assim, a situação de desassistência social e negligência de direitos que acomete as comunidades quilombolas do Território de Identidade Litoral Sul.

Diante do panorama da resistência escrava e da constante formação de quilombos no Sul da Bahia (SACRAMENTO, 2008) e do quadro de vulnerabilidade social apresentado pelas comunidades remanescentes de quilombos do Território de Identidade Litoral Sul (FERREIRA; FIAMENGUE; PEREIRA, 2010a; OLIVEIRA; PEREIRA; FIAMENGUE, 2010b) abordados nesta seção, confirma-se a ação de um projeto territorial eugenista não apenas para a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré (como apontamos e defendemos nesta dissertação) – onde estão oito das quatorze comunidades remanescentes de quilombos com certificado de reconhecimento do Território de Identidade Litoral Sul –, mas para todo o Litoral Sul, sobretudo, em seus municípios litorâneos que se configuram como territórios de disputa e expressiva migração internacional, principalmente, de europeus e norte-americanos (SOUZA; MARQUES DE OLIVEIRA; DE OLIVEIRA, 2020).

À vista da discussão realizada nesta seção, pensando a colocação de Póvoas (2012, p. 41) de que “*há uma lacuna considerável na história da região sul da Bahia, no que diz respeito a registros sobre qual destino os descendentes dos escravos em Ilhéus tomaram. [...] há de se perguntar, então, o que ocasionou tal silenciamento*”, sugere-se que a ação do

projeto territorial eugenista capitalista-ambiental no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré não acontece desarticulada de um projeto político-ideológico de esquecimento, silenciamento e apagamento histórico da trajetória de resistência, protagonismo e permanência da população negro-indígena dessa região.

Na direção contrária à do esquecimento, apagamento e silenciamento político-ideológico da constituição negro-indígena dos territórios e populações do Litoral Sul da Bahia, busca-se no próximo capítulo discutir a historicidade remanescente de quilombo da comunidade e do território de Serra Grande no século XX. Por fim, considerando a presença e a permanência de uma população nativa negro-indígena (como vimos, histórica) nesse território e a migração e a presença de internacionais expressivamente brancos do Norte global (sobretudo, europeus e norte-americanos, conforme visto no capítulo 10) em Serra Grande, almejamos analisar como se dão as relações e a produção de identidades nesse território do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré no Território de Identidade Litoral Sul.

12 A SERRA GRANDE DO SÉCULO XXI

12.1 Uma comunidade quilombola esquecida, silenciada e violentada pelo racismo ambiental

Os quilombos instituíram um tipo de democratização do espaço, através dos princípios civilizatórios de África, fizeram surgir e fundaram as primeiras vilas, povoados e cidades. Hoje, estas vilas levam seus nomes, embora a historiografia escrita – restritiva – dos estudiosos não negros, sempre reservem aos quilombos o lugar da invisibilidade na abordagem sobre cidades (OLIVEIRA, 2020, p. 132).

Frente à discussão realizada no capítulo anterior, se considerarmos (i) a constituição negro-indígena de base familiar e comunitária do território da Vila de Serra Grande nas décadas de 1940 e 1950 (a menos de setenta anos da abolição da escravatura), (ii) sua relação com a terra, a mata e o mar e (iii) as práticas e saberes tradicionais (abordadas no capítulo 6) que garantiram (e garantem) a existência e sobrevivência da população negro-indígena do território ao longo dos anos, encontramos substanciais evidências de que a comunidade da Vila de Serra Grande mantivera até a chegada da política do meio ambiente na região do eixo – por meio da criação do PESC em 1997 – fortes características e semelhanças com as chamadas comunidades remanescentes de quilombos. Segundo Ferreira, Fiamengue e Pereira (2010) afirmam em trabalho sobre as comunidades quilombolas no município de Itacaré:

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias (FERREIRA; FIAMENGUE; PEREIRA, 2010, p. 4).

Considerando que no capítulo 7 desta dissertação as moradoras nativas do território da Vila de Serra, Jaci e Dandara, narram as suas histórias de vida a partir da relação com a terra, a mata, o mar e o território, iluminando a importância das relações familiares e comunitárias, assim como das práticas e saberes tradicionais aprendidos com os mais velhos e passados de pai/avô para filho/neto (no caso da pesca, da agricultura, dos modos de educação dos filhos) e de mãe/avó para filha/neta (no caso dos saberes sobre partejo, ervas, rezas e agricultura) para a sobrevivência dos moradores e da comunidade de Serra Grande, a pergunta que emerge, então, é: seria/é Serra Grande um território e comunidade remanescente de quilombo que, tendo em vista sua localização privilegiada (i) no acesso à abundância de recursos (a floresta, os rios e o mar) e (ii) de território litorâneo alvo da instalação de uma cultura e territorialidade

altamente capitalistas, teria/está sofrendo ataques a fim de que suas características históricas, culturais e populacionais sejam apagadas e diluídas no processo de embranquecimento operacionalizado pelo sistema capitalista e por seus dispositivos de ação, como projetos territoriais e legislações ambientais que operam a expulsão de populações nativas negro-indígenas do território e a atração de migrantes brancos com poder aquisitivo?

E mais, tendo a Constituição Federal de 1988 reconhecido às comunidades remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras, o Decreto nº 6.227 de 1997 do Governo do Estado da Bahia – que instituiu a criação do PESC com extensão em áreas de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré – teria agido como estratégia, meio de desmantelamento das territorialidades e territórios negro-indígenas presentes na região a fim de que as populações negro-indígenas e seus descendentes não tivessem, perdessem o direito à propriedade da terra e ao território, tendo em vista o interesse do capital (financeiro e humano) sobre a propriedade das terras do Litoral Sul baiano para a realização de seus negócios (o turismo, a especulação imobiliária, o desenvolvimento de mercados entorno da venda e do consumo, isto é, da mercadorização do meio ambiente, dos saberes e tradições da região), sobretudo, em seus territórios litorâneos, como é a Vila de Serra Grande? As questões e categorias analisadas nesta dissertação apontam uma resposta afirmativa para ambos os questionamentos. A semelhança de Serra Grande com uma comunidade quilombola e o ataque a esse território, a sua população e as suas territorialidades pela legislação ambiental imposta a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, pelo Decreto Estadual nº 6.227 de 1997 que instituiu a criação do PESC.

Conforme Oliveira (2020) analisa sobre as investidas e violências contra os territórios quilombolas e a relação destas com o racismo ambiental:

Em geral os quilombos, por sua constituição altamente organizada em termos estratégicos e proximidades de áreas ambientais ricas em recursos hídricos, extensão para cultivos agrícolas e desenvolvimento de pecuária e subsolo com fontes de minérios que representam riquezas em matérias primas importantes para a economia global, **estão sob a mira de grandes especuladores do capital privado, que com o apoio e omissão dos governos sofrem racismo ambiental expressivo**. Pois além do difícil acesso a dignidade e bem estar geral, [...] **sofrem o constante risco de serem expropriados de suas terras, propriedades e territórios** (OLIVEIRA, 2020, p. 130, grifos nosso).

O ataque ao território da Vila de Serra Grande e as territorialidades e populações negro-indígenas da região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré pela legislação ambiental que instituiu a criação do PESC (1997) no eixo – conforme visto no capítulo 7 –, controlando e impedindo o acesso das populações nativas da região aos recursos do território e promovendo a expropriação das terras e do território, exemplifica a ação do racismo ambiental – de que

fala a autora – investido contra as populações e territórios negro-indígenas do eixo. Para Oliveira (2020):

Esta violência e apropriação dos bens pertencentes aos territórios quilombolas é um tipo de racismo ambiental que retira destas populações suas riquezas e recursos para a dignidade da vida, da saúde e do trabalho. Isolando-as e obrigando a população a buscar recursos fora da comunidade para sobreviver (OLIVEIRA, 2020, p. 131, grifo nosso).

Sendo assim, como resultados do racismo ambiental têm-se a segregação e a expulsão das populações nativas, negro-indígenas, do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, conforme vimos na análise dos dados dos censos IBGE de 1991, 2000 e 2010 referentes à população residente por cor/raça nos municípios em questão. Por isso, segundo Oliveira (2020, p. 132), “o racismo ambiental também é a negação dos corpos negros e quilombolas no espaço da cidade”, uma vez que infringe e viola as formas de vida e sobrevivência destas populações. Nesse ponto, faz-se importante situar que neste trabalho por racismo ambiental estamos compreendendo a prática de discriminação das populações negro-indígenas e de suas territorialidades, quer seja por meio da proibição de suas formas de vida e sobrevivência, quer seja pela segregação e desapropriação a elas impostas, enfim, do controle e poder exercidos sobre as terras, os recursos e territórios de vivência destas populações, em razão da ideologia de Desenvolvimento Sustentável, suposta e fragilmente comprometida com a preservação e conservação do meio ambiente.

É importante lembrar ainda que, como discutido no capítulo 7 desta dissertação, o Decreto Estadual nº 6.227 de 1997 que criou o PESC com áreas em Ilhéus, Uruçuca e Itacaré teve como propositores atores externos aos territórios negro-indígenas da região, como ambientalistas, empresários e instituições públicas e privadas envolvidas com a suposta e tendenciosa preservação da Mata Atlântica, revelando, assim, o caráter colonialista subjacente a ação da política ambiental do Estado da Bahia que violara e viola a condição negro-indígena do território da Vila de Serra e das territorialidades presentes na região do eixo. Tal violação, como já fora apontada e denunciada em outros momentos desta dissertação, comprometeu e compromete a compreensão e o reconhecimento legal (conforme prevê a Constituição Federal de 1988) de ser o território e a população nativa, negro-indígena, da Vila de Serra Grande uma comunidade remanescente de quilombo. Desta maneira, conclui-se, então, que o quilombo compreendido como espaço de força, vida e resistência dos excluídos históricos do Brasil – as populações negras (quilombolas, de terreiro, periféricas e faveladas) indígenas e brancas pobres – ainda é o principal alvo da ação exploratória e exterminadora do Estado racista brasileiro e das elites capitalistas atuantes no país.

À vista disso, assim como Oliveira (2020, p. 131), ao analisar as dinâmicas que dificultaram o reconhecimento de terras do Quilombo Lagoa Grande em Feira de Santana pelo Estado, aponta a ação de latifundiários e agricultores brancos da região que promoveram “o encanamento das fontes da região antes de sua formal titulação pela Fundação Palmares entre os anos de 2012 e 2013”, apontamos aqui, no caso de Serra Grande, a promoção da política do meio ambiente na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré realizada pelo Estado da Bahia e pela iniciativa pública e privada como principal entrave para a reivindicação e reconhecimento do território de identidade – da comunidade remanescente de quilombo – das populações nativas, negro-indígenas, de Serra Grande. Daí, Oliveira (2020, p. 133-134) afirmar que além da “destruição de seus conhecimentos, formas de vida e civilização”, o racismo ambiental os destituiu “de suas fronteiras a partir de legislações que menosprezam o valor e o legítimo pertencimento destes povos nas áreas por eles cultivadas, cuidadas e habitadas”.

Diante desse contexto de ataque ao território e as populações negro-indígenas do eixo, a migração de internacionais (predominantemente europeus e norte-americanos, contingentes brancos, com práticas de investimentos capitais) para a região do eixo e para a Vila de Serra Grande, territórios negro-indígenas, anuncia as novas performances da colonização capitalista euro-estadunidense em territórios brasileiros e, mais, tal migração expressa e materializa o projeto racial e territorial em ação no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, em que contingentes brancos detentores de alto poder aquisitivo são atraídos, se inserem, e contingentes negro-indígenas expropriados de seus recursos e terras são expulsos e segregados. Nesse sentido, segundo afirma Oliveira (2020, p. 133) “o racismo ambiental é resultado de como o protagonismo destes povos foi historicamente violado a partir dos massacres europeus e dos desígnios capitalistas de acúmulos de bens, dinheiro e domínio da propriedade da terra”.

No que compete à inserção do capital e de seus empreendimentos financeiros nos territórios negro-indígenas, Oliveira (2020, p. 134) defende que “empreendimentos capitalistas, contrários a cosmovisão dos povos quilombolas, roubam suas terras, saqueiam suas casas e as destroem, violentam as mulheres e humilham jovens e homens negros, indígenas e pobres”, estabelecendo, assim, as muitas formas de exploração, expulsão, apagamento e morte das populações negras, indígenas e brancas pobres dos territórios mundiais.

Não numa tentativa de apontar culpados – não se trata disso –, mas de situar a responsabilidade dos envolvidos no projeto territorial eugenista capitalista-ambiental em vigor na região do eixo, faz-se crucial refletir sobre a responsabilidade do Governo do Estado e dos governos municipais de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré no projeto territorial que, desde a última

década do século XX, vem acometendo a existência, a sobrevivência, a vida e a permanência das populações negro-indígenas dos municípios citados. As dinâmicas apresentadas pelos censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, referentes à população residente por cor/raça em Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, como vimos, mostram que a população negra do eixo, com exceção de Itacaré, vem diminuindo, denunciando, desta maneira, a ação do projeto territorial eugenista em curso na região.

Diante desse quadro, a certificação de oito comunidades quilombolas no município de Itacaré – que implica o direito dessas comunidades à propriedade da terra e aos seus modos de vida e produção – representa a importância do Estado junto ao reconhecimento de direitos das populações tradicionais do país, visto que trata-se em amplo sentido, como estamos vendo, do asseguramento da permanência e sobrevivência, ou seja, da existência das populações negro-indígenas do Brasil.

É fundamental ainda que se reflita como (i) o Turismo – que figura no imaginário social brasileiro e mundial como meio de lazer e na economia como potente segmento mercadológico para as elites empresariais –, (ii) a Política do Meio Ambiente – por meio de suas legislações e ideologias orientadas para a perpetuação e desenvolvimento do capital em detrimento da vida e existência das populações negras e indígenas do país (capítulos 7 e 8) – e (iii) as Migrações Internacionais – predominantemente de europeus e norte-americanos, brancos, com maior/alto poder aquisitivo – atuam e operam para o apagamento, o silenciamento e esquecimento da identidade negro-indígena na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré. Um exemplo disso é que, segundo conta um morador da Vila de Serra Grande – Pai de Santo –, havia muitos adeptos das religiões de matrizes africanas na Vila até que, com as transformações incidentes sobre o território e a região, grande parte foi embora e outra virou crente. Atualmente o seu Terreiro de Candomblé, instalado em sua casa, está desativado por falta de membros. Deste modo, levando em conta que a diminuição na população residente no município de Uruçuca diz respeito às populações preta e parda, o projeto territorial eugenista capitalista-ambiental não só tem atuado para a expulsão e segregação dessas populações como tem operado o apagamento das formas de existir, de sobreviver e de cultivar das populações negro-indígenas do Litoral Sul da Bahia. Necessário faz-se pontuar que, segundo Oliveira (2020, p. 132), o racismo ambiental também “desqualifica as tradições presentes nos espaços da diáspora como o sacerdócio das parteiras, rezadeiras, raizeras, e os terreiros de candomblé”. Confirmando o que coloca a autora, ao passo em que o projeto territorial eugenista capitalista-ambiental entrou em ação na região do

eixo (a partir do Decreto Estadual nº 6.227 de 1997), houve uma verdadeira explosão de igrejas evangélicas em Serra Grande, conforme relatam os moradores nativos do território.

Enfim, são essas algumas das relações e atravessamentos que atingiram e atingem as dinâmicas territoriais, sociais, culturais, étnicas e raciais na região do eixo e na Vila de Serra Grande, sobre as quais continuaremos a tratar nas seções finais desta dissertação.

12.2 A presença de migrantes internacionais no território da Vila de Serra Grande

Acerca da presença de migrantes internacionais no território da Vila de Serra Grande – distrito litorâneo do município de Uruçuca –, uma moradora nativa enfatiza que “eles são diferentes, sabe, a vestimenta, a língua, os comportamento” (MORADORA NATIVA, 2019). Assim, o depoimento da moradora aponta para as diferenças dos migrantes internacionais em relação aos brasileiros nativos de Serra Grande. A língua, a vestimenta e os comportamentos são, segundo a moradora, marcadores das diferenças entre os moradores da Vila. Tais marcadores, por sua vez, tanto indicam e expressam aspectos culturais, de classe, como raciais, já que, conforme vimos no capítulo 10, trata-se, principalmente, de migrantes oriundos da Europa e da América do Norte, e, portanto, de migrantes brancos do Norte global na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, onde está localizada a Vila de Serra Grande.

A respeito da localização e do poder aquisitivo dos moradores migrantes internacionais na Vila, uma moradora nativa analisa que:

A maioria deles moram na estrada aqui de Uruçuca entrando na estradinha de chão, quando parou de passar ônibus aqui a maioria das pessoas que tinham fazenda acabaram vendendo, então a maioria deles moram aí pra dentro, indo lá pro lado do Sargi tem muitos deles que moram pra lá, e se você for fazer uma pesquisa, ou andar dentro de Serra você vai descobrir que as melhores casas de Serra é onde eles moram, eles não moram em casebre, eles moram em casas luxuosas, porque naquele outro bairro lá, no antigo Ilhéus, novo bairro ali só tem casas boas e a maioria delas, está alugada pra essas pessoas, tem algumas dessas casas que são de moradores de Uruçuca e alugam a casa durante o ano inteiro, se você passar ali, vai ver que tem muitas casas boas, mas que é alugada pra eles. Eu fico calculando e penso que um casebre aqui o aluguel é 600, 700 reais imagina uma casa daquela quanto não custa? (MORADORA NATIVA, 2019).

Percebe-se, desta forma, que os migrantes internacionais são, conforme relatos das moradoras nativas informantes, detentores de certo capital financeiro, moradores de áreas privilegiadas do território da Vila de Serra Grande – propriedades na mata e/ou no litoral –, proprietários ou locatários. Além disso, também se distinguem pela língua, pelas vestimentas e pelos comportamentos. São, portanto, identificados e diferenciados pela maneira como se vestem, como falam, como agem, onde moram e as atividades que participam e realizam na Vila. Vila esta cujas populações nativas e território advêm de relações de exploração e violência, mas também de protagonismo das populações negro-indígenas residentes nesse território ao longo da história de sua constituição.

Lembrando os dados da migração internacional para Uruçuca, município do qual Serra Grande faz parte, segundo o Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo (que considera os registros do SISMIGRA), o território tem recebido principalmente europeus

e norte-americanos, sendo que os quatro principais países emissores de migrantes para Uruçuca são: a Argentina, a Alemanha, os Estados Unidos e a Itália. O tipo de visto predominante é o Permanente e as principais ocupações citadas pelos migrantes internacionais no município são as Sem informação, Estudante, Outra ocupação não classificada, - Diretor, gerente ou proprietário - e Artista, ator, músico ou assemelhado. As ocupações de - Diretor, gerente ou proprietário - e - Artista, ator, músico ou assemelhado - estão, por sua vez, ligadas a uma territorialidade em torno dos empreendimentos comerciais e do turismo na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, de modo a se inscreverem no projeto territorial capitalista-ambiental posto para a região e para o território negro-indígena da Vila de Serra Grande.

No que compete ao rendimento médio mensal da população residente por cor/raça em Uruçuca, segundo dados do censo IBGE (2010), tem-se o valor de 636,21 para a população negra e 953,96 para a população branca, ou seja, a população negra apresenta renda média de 33,3% a menos que a população branca, revelando, assim, a distância socioeconômica – que sabe-se ser histórica no contexto brasileiro – entre os residentes por cor/raça no município e, conseqüentemente na Vila de Serra Grande.

Considerando que os migrantes internacionais residentes em Uruçuca são predominantemente europeus e norte-americanos, ou, numa perspectiva racial, são migrantes brancos do Norte global, pode-se afirmar que os migrantes residentes na Vila de Serra Grande têm renda superior à da população nativa negro-indígena do território, cujas formas de subsistência foram e são intensamente inquiridas pela política do meio ambiente executada pelo PESC, pelo IBAMA e mobilizada e defendida pelos novos integrantes do território. Diante dessa conjuntura, confirma-se a análise de Oliveira (2020) ao afirmar que:

Ao desprezar a vida, o racismo ambiental se desenvolve nas sociedades contemporâneas no mundo inteiro. **Os povos quilombolas possuem conhecimentos e estão sujeitos ao racismo ambiental, considerando que sofrem extremas violências para poder permanecer em seus territórios e fronteiras, usufruindo de seus conhecimentos e formas de vida** (OLIVEIRA, 2020, p. 134, grifo nosso).

Desta maneira, observa-se que as relações entre moradores nativos negro-indígenas e migrantes brancos do Norte Global no território da Vila de Serra Grande em Uruçuca se dão no contexto de um projeto territorial eugenista capitalista-ambiental que tem (re)produzido relações étnicas de violência, exclusão e segregação espacial, racial e socioeconômica contra populações nativas do território que são constantemente infringidas pelo racismo ambiental e pelos anseios do capital global na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré.

Sendo assim, do ponto de vista desta dissertação, a migração e a presença de internacionais do Norte global (expressivamente europeus e norte-americanos) nos territórios

do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, como é o caso da Vila de Serra Grande, fazem parte do projeto territorial e racial postos para essa região. Um projeto territorial em que, desde a última década do século XX, as populações nativas negro-indígenas são (i) expropriadas da terra e proibidas de acessar os recursos do território pela política do meio ambiente, e, (ii) segregadas e marginalizadas nas dinâmicas capitais que se impõem ao território. Um projeto racial, portanto, que opera a expulsão, a subalternização e a pobreza de moradores negro-indígenas do território e a atração, a chegada e o privilégio de novos atores e moradores, investidores e detentores do capital transnacional, dentre eles, como vimos no capítulo 10, migrantes internacionais brancos do Norte global.

Deste modo, analisa-se que a colonização, o poder colonial se mantêm na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré na invisibilidade dos brancos, do poder branco que outorga o capital acima das vidas, dos corpos e territórios negro-indígenas do Litoral Sul da Bahia. Com invisibilidade dos brancos, do poder branco estamos denunciando a omissão que envolve a presença, a atuação e o privilégio do corpo (físico e jurídico) capital branco na Vila de Serra Grande e nos municípios do eixo. Assim, o fantasma colonial permanece na medida em que se mantem o congelamento do lugar de superioridade e privilégio da figura do colonizador no projeto territorial em ação nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré.

Como consequência desse projeto territorial que nesta dissertação chamamos de eugenista (em razão da dimensão racial) capitalista-ambiental (tendo em vista a dimensão político-ideológica, econômica e territorial), observa-se na Vila de Serra Grande o estabelecimento de identidades étnico-territoriais pautadas nas relações e atravessamentos decorrentes de tal projeto. A seguir, trata-se das identidades étnico-territoriais operantes no território da Vila de Serra Grande, localizado no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré. Tais identidades, conforme veremos, expressam fortemente como tem se constituído o território e as dinâmicas político-territoriais na Vila de Serra Grande e na região do eixo.

12.3 “As identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela”³²

Os territórios constroem as identidades ou as identidades constroem os territórios? Presume-se que eles devem ser analisados como uma relação. Os territórios são importantes para a construção de identidades sociais e as identidades sociais são importantes para a construção de territórios (OLIVEN, 2006, p. 304, apud OLIVEIRA, 2016, p. 90).

Considerando a constituição negro-indígena quilombola do território da Vila de Serra Grande (conforme abordado no capítulo 6 e na primeira seção deste capítulo), formado por populações tradicionais do litoral sul baiano, cujas formas de vida coletiva asseguraram a sobrevivência da comunidade surgida entre meados da década de 1940 e 1950 e o cultivo e conservação da natureza, a Vila de Serra Grande aparece nas dimensões política e simbólica do território – de que nos fala Haesbaert (2004) – como símbolo da potência do gerenciamento da vida e da resistência de suas populações negro-indígenas frente às violências e demandas capitais investidas contra seu território, territorialidades e população nativa.

Nesta conjuntura, a criação de um parque, uma área de preservação ambiental integral nas imediações do território da Vila de Serra Grande em Uruçuca e em outros territórios rurais da Mata Atlântica dos municípios de Ilhéus e Itacaré implicara uma série de limitações, proibições e obstáculos à vida, sobrevivência e permanência das populações negro-indígenas residentes na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré.

Mas, mais do que acarretar uma série de dificuldades à existência das populações nativas do Litoral Sul da Bahia, a imposição da Unidade de Conservação de Proteção Integral PESC em áreas de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré efetivara um projeto territorial baseado na importação de um modelo de preservação da natureza alheio às realidades e contextos histórico-sociais latino-americano e brasileiro (DIEGUES, 2008; ARÊAS et al., 2018). Nesta direção, conforme afirma Diegues (2008) em *O Mito Moderno Da Natureza Intocada*:

O modelo de criação de áreas naturais protegidas, nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, se constitui numa das políticas conservacionistas mais utilizadas pelos países do Terceiro Mundo. Parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza. Os preservacionistas americanos, partindo do contexto de rápida expansão urbano-industrial dos Estados Unidos, propunham “ilhas” de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem. Desse modo, as áreas naturais protegidas se

³² (CIAMPA, 2005, p. 132).

constituíram em propriedade ou espaços públicos (DIEGUES, 2008, p. 15, grifos nosso).

Em decorrência de tal modelo de criação de áreas de proteção ambiental fundamentado no paradigma da conservação da natureza *versus* presença humana elaborado a partir do contexto e ação estadunidenses sobre a natureza, segundo Diegues (2008, p. 13), “ocorreu um número crescente de expulsões de comunidades humanas de áreas transformadas em parques e reservas, em todo o mundo, estimado em cerca de 10 milhões de pessoas, sobretudo na África e na Ásia, que tiveram de abandonar suas moradias”.

A expulsão de comunidades humanas, isto é, de moradores dos territórios histórico-culturais transformados em áreas de proteção e conservação da natureza expressa, no caso da América, do Brasil e das populações indígenas e tradicionais do país, a lista de violências imposta pela colonização europeia: a expropriação da terra, do território, do corpo e da vida. Diante de tal contexto é que Ailton Krenak (2019) em seu primoroso livro *Ideias para adiar o fim do mundo* lembra o episódio em que:

Os Massai, no Quênia, tiveram um conflito com a administração colonial porque os ingleses queriam que a montanha deles virasse um parque. Eles se revoltaram contra a ideia banal, comum em muitos lugares do mundo, de transformar um sítio sagrado num parque. Eu acho que começa como parque e termina como *parking*. Porque tem que estacionar esse tanto de carro que fazem por aí afora. É um abuso do que chamam de razão (KRENAK, 2019, p. 10-11).

Deste modo, Ailton da aldeia Krenak que fica na margem esquerda do Rio Doce em Minas Gerais chama a atenção para a estratégia comum e violenta – que tem se mostrado eficiente – de se transformar territórios histórico-culturais em parques, reservas e assim controlar, limitar e expulsar as populações originárias e tradicionais desses territórios em nome da natureza, como se a natureza, a Terra fosse uma coisa e nós, a humanidade, outra (KRENAK, 2019).

Ao ironizar a lógica falha e equivocada, mas não ingênua, da criação de áreas para proteção da natureza ao dizer “acho que começa como parque e termina como *parking*³³”, o autor faz uma refinada crítica a real finalidade da conservação dessas áreas: “manter apenas alguns lugares como amostra grátis da Terra” (KRENAK, 2019, p. 8) e lucrar com isso (como observado e analisado ao tratarmos da instalação de uma cultura e territorialidade altamente capitalistas na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré onde fora criado o PESC), enquanto todo o resto se esvai em razão do modelo de mundo que as cria.

³³ Do inglês, o vocábulo *parking* significa estacionamento de carros.

Depois, continua Krenak (2019, p. 8), “se sobrevivermos, vamos brigar pelos pedaços de planeta que a gente não comeu, e os nossos netos ou tataranetos — ou os netos de nossos tataranetos — vão poder passear para ver como era a Terra no passado”. O futuro previsto por Krenak já é presente na região litorânea da Mata Atlântica do Sul da Bahia, na Vila de Serra Grande, quando nativos negro-indígenas e atores e migrantes brancos do Norte global disputam esse território histórico de vivência das populações tradicionais do Litoral Sul. Desta forma, acrescenta-se à previsão do autor que a briga pelos pedaços de planeta que o sistema capitalista não destruiu é na verdade a briga por territórios ocupados por populações que mantiveram suas existências e formas de vida ligadas à terra e à natureza. Esta briga, por sua vez, não se dá em condições justas e igualitárias, tendo em vista (i) “o mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza” (KRENAK, 2019, p. 9) e (ii) a mercadorização e capitalização da terra, do território e dos espaços que cada vez mais violentam as populações em situações de vulnerabilidade histórico-social e econômica ocasionadas pelo capitalismo colonialista racista, como são as populações negras e indígenas da Terra. Diante desse quadro, é possível prever e situar a perseguição e o ataque progressivos aos territórios de identidade negro-indígena da Mata Atlântica do Litoral Sul da Bahia, conforme analisado no caso dos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré e do território da Vila de Serra Grande, envoltos por interesses preservacionistas e capitalistas (se é que seja pertinente tal separação, como se uma coisa fosse diferente da outra).

À vista disso, a reflexão de Krenak (2019) ao citar o episódio de relutância dos Massai no Quênia quanto à transformação de sua montanha em um parque faz lembrar o nome, a localização e as consequências da UC de proteção integral criada em áreas dos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, englobando assim o território da Vila de Serra Grande: o Parque Estadual da Serra do Conduru. Uma região serrana do litoral da Mata Atlântica baiana, onde a presença do Conduru, árvore típica da região, dá nome ao parque. O Conduru, um conhecido antigo dos moradores nativos negro-indígenas da região se tornara, assim, símbolo da expropriação e desapropriação promovidas pela política conservacionista importada do país e contexto que são os principais responsáveis pelas agressões as diversas partes e dimensões da vida no planeta Terra (LOWY, 2013). De acordo com o que analisa Lowy (2013, p. 80) acerca da crise ecológica e do “caráter cada vez mais destrutivo do processo de acumulação capitalista em escala global”:

Todos os faróis estão no vermelho: é evidente que a corrida louca atrás do lucro, a lógica produtivista e mercantil da civilização capitalista e industrial nos leva a um desastre ecológico de proporções incalculáveis. Não se trata de ceder ao

“catastrofismo”, mas, simplesmente, de constatar que **a dinâmica do crescimento infinito, induzido pela expansão capitalista, ameaça destruir os fundamentos naturais da vida humana no Planeta** (LOWY, 2013, p. 80, grifo nosso).

Por conseguinte, conforme considera Krenak (2019, p. 11), “enquanto a humanidade está se distanciando do seu lugar, um monte de corporações espertalhonas vai tomando conta da terra”. Realocando o enunciado, dizemos que enquanto as populações negras, indígenas e negro-indígenas da Terra vão sendo distanciadas, expulsas do seu lugar, dos seus territórios de origem e identidade e das suas formas de vida pelo sistema capitalista de produção, o capital vai se instalando em todos os cantos e veias do corpo coletivo global, corroendo a vida e os territórios do planeta.

De tal forma, ao refletir sobre a ideia de humanidade prescrita pelos europeus e estadunidenses para os territórios e populações da América Latina, da África e da Ásia, Krenak (2019) argumenta que:

A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade (KRENAK, 2019, p. 9).

Como consequência dessa modernização violenta e expropriadora que torna a gente do campo e das florestas moradora de cenários em que se corrói a vida, o corpo coletivo, o sentido de si e a relação com o planeta, o autor segue analisando que:

A humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes — a sub-humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra. Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra. **A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe.** “Vamos separar esse negócio aí, gente e terra, essa bagunça. É melhor colocar um trator, um extrator na terra. Gente não, gente é uma confusão. E, principalmente, gente não está treinada para dominar esse recurso natural que é a terra.” **Recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar?** (KRENAK, 2019, p. 11-12, grifos nosso).

Ao apontar a organicidade das populações “que ainda consideram que precisam ficar agarradas na terra”, como alvo do ataque das corporações que cada vez mais têm criado e produzido mecanismos, justificativas e argumentos para separar essas populações de seus lugares de origem, o autor faz um importante alerta ao que se está em questão nessa busca avassaladora do sistema capitalista pela separação da Humanidade e da Terra, ou seja, pela

retirada do Homem da Natureza: a destruição de toda e qualquer cosmovisão que não seja a da ordem global imperante, que não a integre.

Paralela à constatação de Krenak, segundo Diegues (2008, p. 15) afirma, ao se contrapor ao paradoxo estadunidense da preservação da natureza *versus* presença humana, a presença das populações indígenas e tradicionais nas florestas tropicais é responsável pelo desenvolvimento de “formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais”, opondo-se às práticas altamente destrutivas e nocivas de produção e consumo do sistema capitalista. Para o autor:

A transposição desses espaços naturais vazios em que não se permite a presença de moradores, entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, cujas florestas são habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais. **Mediante grande conhecimento do mundo natural, essas populações foram capazes de criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica** (DIEGUES, 2008, p. 15, grifo nosso).

Considerando o conhecimento do mundo natural que as populações habitantes das florestas dos países tropicais detêm, o estudioso segue analisando que:

Existe nesses países grande diversidade sociocultural responsável por séculos de manejo do mundo natural, que tem garantido a diversidade biológica. A imposição de neomitos (a natureza selvagem intocada) e de espaços públicos sobre os espaços dos “comunitários” e sobre os mitos bioantropomórficos (o homem como parte da natureza) tem gerado conflitos graves. Em muitos casos eles têm acarretado a expulsão dos moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, como exige a legislação referente às unidades de conservação restritivas. Na maioria das vezes, essas leis restringem o exercício das atividades tradicionais de extrativismo, caça e pesca dentro das áreas protegidas (DIEGUES, 2008, p. 15, grifo nosso).

Diegues (2008) atesta, então, que a grande diversidade sociocultural expressa, sobretudo, no contexto do Brasil, pela presença das populações indígenas e negras foi responsável e tem garantido a diversidade e riqueza biológica dos territórios por elas ocupados. Todavia, a crença da presença humana nociva à natureza, advinda da experiência europeia e estadunidense, vem sendo o principal argumento para a retirada dessas populações de seus territórios históricos de vivências em países como o Brasil, em estados como a Bahia, onde a presença indígena e negra materializa o protagonismo e a resistência dessas populações perante o histórico de violências capitais euro-estadunidense destinado a elas e aos seus territórios.

Compreende-se neste trabalho que há um projeto muito bem definido em termos políticos, sociais, econômicos e culturais que orienta as práticas de desapropriação, expropriação, segregação, empobrecimento e expulsão incidentes sobre as populações negro-

indígenas da região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré onde fora criado a UC PESC em 1997. Trata-se de um projeto de eugenia para os territórios do eixo, territórios estes compostos por populações majoritariamente negras, conforme observado no capítulo 11. Um projeto articulado com um plano global que mobiliza e manipula uma pauta, um movimento, uma ideologia de preservação da natureza (compreendendo esta como estanque e independente dos modos de vida das populações que a cultiva(ra)m) que age como medida similar à da regeneração nacional pretendida pela política de imigração dos séculos XIX e XX e pelo movimento sanitarista do século XX; inclinações da eugenia brasileira.

Segundo Kobayashi, Faria e Costa (2009) afirmam acerca da eugenia no contexto brasileiro:

[...] **desenvolveu-se a eugenia com características próprias. Seus personagens mais marcantes situaram-se na interface de vários movimentos de salvação nacional, da saúde pública à educação**, levando à dinâmica do movimento brasileiro elementos de complexidade e heterogeneidade, além de denominadores comuns em relação ao ideário e às propostas europeias (KOBAYASHI; FARIA; COSTA, 2009, p. 316, grifo nosso).

Mediante os autores “como ‘movimento social’, a eugenia representou a busca constante da sociedade pela melhoria da sua constituição” (KOBAYASHI; FARIA; COSTA, 2009, p. 317), o que se expressara pela ação de verbos como embranquecer, civilizar, sanear, esterilizar, tratar, recuperar, transformar e ajustar o Brasil e a sua população. Que população? A numerosa e indesejada população negra e indígena que o compunha.

Ao abordar a eugenia, a Fundação Rockefeller³⁴ no Brasil e a saúde como proposta de regeneração nacional, os autores apontam como essa Fundação agira a serviço e em nome da eugenia através de planos e medidas que nortearam o projeto de saúde pública e saneamento no Brasil do século XX, no qual “a ideia de progresso e crescimento se atrelava à imagem de um país densamente povoado. Povoado, entretanto, pela melhor estirpe” (KOBAYASHI; FARIA; COSTA, 2009, p. 337).

De tal modo, diante do cenário brasileiro do século XX, levando em conta a ação e o desenvolvimento da eugenia em suas formas não nazistas, Kobayashi, Faria e Costa (2009), que citam Stepan (1991), argumentam que:

Em alguns casos é mais importante estudar a eugenia em suas formas não-nazistas, dada a excessiva brutalidade desta. Isso não significa defender um silenciamento em torno do período. Faz-se necessário abordar não somente o momento do advento do nazismo e as questões ligadas à eugenia, mas **reavaliá-la**

³⁴ Fundação de caráter filantrópico criada em 1913 nos Estados Unidos da América. Conforme Kobayashi, Faria e Costa (2009, p. 314) “nas primeiras décadas do século XX, a Fundação Rockefeller atuou de modo decisivo na implementação de ações voltadas para a saúde pública no Brasil, especialmente naquilo denominado de movimento sanitarista”.

como um movimento social e científico, levando em consideração, novamente, os atores envolvidos, o contexto da época, o papel desempenhado pelas fundações filantrópicas, como a Fundação Rockefeller e a Carnegie, por exemplo (STEPAN, 1991 apud KOBAYASHI; FARIA; COSTA, 2009, p. 319, grifos nosso).

Desta maneira, considerando o caráter, digamos, dissimulado da eugenia no Brasil, assim como nas primeiras décadas do século XX “a eugenia brasileira era equivalente ao sanitarismo, onde defendia-se a máxima de que ‘sanear era eugenizar’” (KOBAYASHI; FARIA; COSTA, 2009, p. 316), acredita-se, nesta dissertação, que a ação da política do meio ambiente na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré é equivalente a uma faceta da eugenia brasileira formalmente inaugurada no século XIX. Trata-se da política de controle da terra, expressa pelo mecanismo jurídico da Lei de Terras de 1850, em que populações negras e indígenas – indesejadas da nação pelos europeus e elites capitalistas brancas aqui instaladas – foram impossibilitadas e impedidas do acesso à terra. Diante de tais configurações da eugenia no cenário brasileiro, “preservar a natureza” – na política conservacionista posta pelas UCs, pautada na separação, na retirada de comunidades humanas da natureza, como figura o exemplo do PESC – é eugenizar territórios da presença histórica das populações negro-indígenas do Brasil, conforme observa-se na análise dos dados referentes à população residente por cor/raça em Ilhéus, Uruçuca e Itacaré nos últimos trinta anos.

É, então, diante dessa conjuntura que a criação de áreas de proteção ambiental a partir do século XIX (em meados e após o fim da escravatura na América) representa o principal mecanismo legal de desapropriação das populações negras e indígenas do Brasil (ver capítulo 8), constituindo-se, portanto, numa das maiores violências e ataques contra os segmentos negros e indígenas mundiais. Desta maneira, é importante que se perceba, como argumentamos e defendemos nos capítulos 7 e 8 deste estudo, que assim como a Lei de Terras de 1850 funcionou como um instrumento oficial de impedimento do acesso à terra pelas populações negras e pobres do país, a criação de áreas de proteção ambiental, baseada no mito da natureza intocada (DIEGUES, 2008), também opera nessa direção.

Confirmando tal análise, o artigo de Arêas et al. (2018, p. 2) intitulado *Os expropriados da terra pela conservação da natureza: a criação do Parque Estadual Serra do Conduru (PESC) no sul da Bahia e o assentamento nova vida* aponta um dos desdobramentos mais importantes decorrente da criação da UC PESC em áreas dos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, que foi “a criação de um assentamento rural para realocação de parte dos posseiros que tiveram suas terras desapropriadas, conhecido como Programa de Assentamento Nova Vida”.

Conforme relatam as autoras, a expropriação e desapropriação resultantes da imposição do PESC fizeram com que muitos moradores da área coberta pelo parque, posseiros e pequenos proprietários, se organizassem em associação numa tentativa de reivindicar a desestruturação de seus modos de vida e sobrevivência – ligados à terra, à mata e ao mar, como visto em capítulos anteriores – e o que era mais emblemático, de lutar pela permanência de seus corpos, presença e vida naquelas terras que compunham os seus territórios históricos de vivência, memória e identidade.

Como resultado desse movimento, segundo Arêas et al. (2018), fora criado em 2006 o Assentamento Nova Vida, advindo de duas propostas, uma do INCRA, e outra, de uma ONG do Txai Resort Itacaré. As duas entidades ofereceram terras para a criação de um assentamento, realocando através desta ação parte dos expropriados pelo PESC, precisamente de duas regiões englobadas pela UC, as regiões de Tesouras e Serra Azul.

Sobre a vida em assentamento, as autoras analisam, a partir da fala dos moradores do PA Nova Vida, que:

Se por um lado de modo geral a conquista de terras em um assentamento representa a liberdade para um trabalhador rural sem terra, tendo em vista que saem da condição de explorados para a condição de agricultores com terra, **para os moradores do PA Nova Vida, a liberdade estava nos seus territórios de origem, do lugar onde nasceram, viveram e construíram suas identidades** (ARÊAS et al., 2018, p. 8, grifo nosso).

Deste modo, conclui-se, mediante as análises de Arêas et al. (2018), a respeito da vida em assentamento dos expropriados pelo PESC, que:

[...] existe uma diferença fundamental entre os casos, pois se para alguns o assentamento representa um modo de vida livre, **para as pessoas que tinham suas terras, seu modo de vida e seus laços afetivos com seus territórios de origem, a vida em assentamento, seguindo modelos e regras de associação, representa a perda de um dos seus direitos fundamentais, o direito à liberdade** (ARÊAS et al., 2018, p. 8, grifo nosso).

Nesse contexto e cenário da implantação da UC PESC, a perda da liberdade fora precedida pela perda do direito à terra e ao território de vivência e identificação das populações negro-indígenas da região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré no Litoral Sul da Bahia. Sendo assim, uma vez que “ao perderam suas terras para o parque, essas pessoas perderam seu modo de vida, suas práticas e acima de tudo a sua liberdade” (ARÊAS et al., 2018, p. 10), pode-se afirmar que tais violências acarreta(ra)m forte impacto sobre o sentimento de pertencimento desses moradores que veem-se sendo tornados ilegais, inconvenientes, indesejáveis e involuntários da nova ordem territorial eugenista capitalista-ambiental que sobre eles se impõe.

É nesse sentido e em razão de tal configuração que, a partir das análises realizadas nesta dissertação, emergem duas identidades operantes na região do eixo que são aqui categorizadas como étnico-territoriais, tendo em vista (i) a dimensão do contato entre moradores nativos negro-indígenas do sul americano e atores e migrantes brancos do Norte global e (ii) o projeto territorial em ação no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré que agencia as dinâmicas de segregação e expulsão das populações negro-indígenas do sul da Bahia e de atração e privilégio dos atores e populações migrantes brancas do Norte global, especificamente da Europa e dos Estados Unidos da América.

Deste modo, as identidades étnico-territoriais a que estamos nos referindo são estruturadas mediante as conjunturas sócio-histórica, político-territorial e racial da situação de contato entre moradores nativos negro-indígenas do sul da Bahia e atores sociais e migrantes brancos do Norte global na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, onde está localizada a Vila de Serra Grande.

Tais identidades são organizadas, neste trabalho, considerando o paralelo com a identidade e dialética do *morto-ainda-vivo* de que nos fala a personagem Severino no poema *Morte e Vida Severina* do pernambucano João Cabral de Melo Neto, abordada por Ciampa (2005) ao defender sua tese de que as identidades expressam as condições, as estruturas histórico-sociais e políticas às quais os sujeitos estão imbricados, estabelecendo-se, portanto, na comunicação, na interação entre o indivíduo e a sociedade, o cotidiano e a História. Diante disso, a seguir apontamos as identidades étnico-territoriais do *expulso-ainda-presente* e do *presente-ainda-alheio* que compõem o território da Vila de Serra Grande no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, ao passo em que são constituídas, cada uma, por ele, conforme observações das dinâmicas territoriais apresentadas nesta dissertação.

12.3. 1 O *expulso-ainda-presente* e o *presente-ainda-alheio*

No poema *Morte e Vida Severina*³⁵ que narra a sua trajetória de vida que é a trajetória de defesa e luta pela vida, pela concretização de uma identidade humana (CIAMPA, 2005), Severino – personagem central do enredo e figura periférica do contexto social ao qual está submetido –, ao falar, ao contar sobre si vê-se estendido e esgotado nos tantos outros Severinos da Serra da Costela que como ele também são ele e declara a respeito de si e dos outros que “somos muitos Severinos iguais em tudo na vida” (v. 31 e 32) “e se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte Severina” (v. 39 ao 42). Daí o título do poema, *Morte e Vida Severina*, que remete a um contexto em que a morte e a vida são enlaçadas pela condição, pela sina severina.

Assim, Severino de dentro de sua sina severina acusa as sentenças da igualdade e da morte que assolam a sua história de vida, resumindo-a em uma sina que a muitos outros Severinos acomete: “somos muitos Severinos iguais em tudo e na sina” (v. 51 e 52).

Esta sina, por sua vez, conforme narra, está atrelada às condições político-sociais territoriais do sertão da Paraíba às quais está imbricado. Os trechos “um coronel que se chamou Zacarias e que foi o mais antigo senhor desta sesmaria” (v. 13 ao 16), “vivendo na mesma serra magra e ossuda em que eu vivia” (v. 29 e 30) e “somos muitos Severinos iguais em tudo na vida: na mesma cabeça grande que a custo é que se equilibra, no mesmo ventre crescido sobre as mesmas pernas finas e iguais também porque o sangue que usamos tem pouca tinta” (v. 31 ao 38) anunciam algumas configurações do território em que a personagem vivia que se confundem com o seu próprio corpo, com a sua própria materialidade.

Magra e ossuda era a serra em que vivia, mas era também ele, Severino, igual aos outros magros e ossudos que compunham a Serra da Costela, nos limites da Paraíba. Desta forma, a narrativa da personagem expõe que assim como a sina Severina se impõe não só a ela, mas ao Severino corpo coletivo – daí ser uma sina³⁶ –, as condições político-materiais do território também se impõem e determinam não apenas a sua história de vida, enquanto sujeito individual, mas a de todos os Severinos do qual faz parte (constata-se que sina e condições político-materiais do território – da Serra da Costela, nos limites da Paraíba – se equivalem e acometem a história de vida dos sujeitos e a trajetória de um dado coletivo), fazendo-os iguais

³⁵ Poema *Morte e Vida Severina* de autoria de João Cabral de Melo Neto. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/ebooks/Joao%20Cabral%20de%20Melo%20Neto.pdf>>. Acesso em: 04 de fev. de 2021.

³⁶ Conforme o Dicionário Online de Português, o vocábulo *sina* se refere àquilo a que se está sujeito, de que se é difícil ou impossível escapar. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/sina/>>. Acesso em: 04 de fev. de 2021.

em tudo, na vida – que foge da morte Severina “que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia (de fraqueza e de doença é que a morte Severina ataca em qualquer idade, e até gente não nascida)” (v. 43 ao 50) – e na sina – denunciada pela precariedade alimentar e física do corpo Severino, pela eminência da fraqueza advinda de uma anemia denunciada pelo sangue com pouca tinta que ataca até gente não nascida, pelas duras condições de trabalho a que se dedicavam a “querer arrancar alguns roçado da cinza” (v. 57 e 58) e pelo predomínio da violência retratado na morte de que se morre “de emboscada antes dos vinte” (v. 45).

Logo, conclui-se, a partir da narrativa da personagem, que a vida dos Severinos da Serra da Costela se dá, acontece na constante fuga da sina – isto é, das circunstâncias de morte – que a eles se impõe.

Destarte, percebe-se que o corpo, a materialidade Severina, assim como o território em que vive, é um cenário ao qual é destinada uma série de violências. A violência da fome, da escassez, da exploração do trabalho, da desassistência social, das mortes prematuras ocasionadas pelas circunstâncias político-sociais do território, enfim, das condições negligentes de vida e sobrevivência. Violências estas – ao corpo e ao território – que fazem com que Severino, na busca pela vida (na fuga da morte), emigre e continue a partir daí a sua trajetória de vida, agora, como retirante, como deslocado de seu lugar de origem, reiterando, deste modo, que a busca da personagem pela vida se dá no contexto da busca pela fuga da sina, da morte severina impostas ao seu corpo e território. Ou seja, a emigração se dá na situação de expulsão – provocada pelo contexto político-territorial – de Severino do território da Serra da Costela. É necessário atentar para tal conjuntura, pois, não se pode (nem se deve) esquecer que toda a narrativa confirma que Severino emigra em razão do quadro social a ele imposto. Isto é, essa saída – a emigração – é política e histórico-social na trajetória de grupos sociais vulnerabilizados como o de Severino – um nordestino da Serra da Costela, limites da Paraíba.

É até aqui que ficamos com a narrativa da personagem, pois é neste exato espaço entre Severino e o seu território, alvos de violências, e Severino migrante que buscamos situar a identidade de *expulso-ainda-presente* que emerge – e ao mesmo tempo resulta – do projeto territorial eugenista capitalista-ambiental em ação no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, no Litoral Sul da Bahia.

Longe de invalidar a ação de emigrar, de sair, deixar seu território de origem – realizada pela personagem Severino do poema – em busca da concretização de uma identidade humana (CIAMPA, 2005), negada nas conjecturas político-territoriais em volta da

Serra da Costela – do território alvo e expressão de violências –, até porque como visto no capítulo 10, os fatores de expulsão da localidade de origem dos migrantes pobres são mais decisivos para o deslocamento destes que os fatores de atração da localidade de destino (GOLGHER; ROSA; ARAUJO JUNIOR, 2005 apud DA MATA et al., 2007), queremos trazer à luz e à cena, os Severinos que permanecem, que não migraram, que ainda lutam pela sobrevivência e pela vida em seus territórios de vivência e identidade, por mais que a eles sejam impostas várias formas de exclusão, empobrecimento, segregação, expulsão e desligamento do seu território de origem, memória e identificação. Estamos nos referindo aos moradores nativos negro-indígenas – tradicionalmente agricultores, pescadores e marisqueiras (capítulos 6 e 7) – da região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré no Litoral Sul baiano.

Segundo os dados analisados no capítulo 11, concernentes às populações residentes por cor/raça em Ilhéus, Uruçuca e Itacaré nos censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, é inegável que há ocorrências de movimentos de saída, emigrações das populações nativas negro-indígenas da região do eixo – principalmente nos municípios de Ilhéus e Uruçuca –, expressas pela diminuição da população negra (pardos e pretos) no eixo após a criação da UC PESC em 1997 que inaugurara e operacionalizara (como vimos a partir do capítulo 7) um projeto territorial eugenista na região.

Todavia, os dados tratados no referido capítulo também asseguram a presença, a permanência de populações negras que são majoritárias nos territórios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré. São essas populações que, diante do contexto imposto pelo projeto político-territorial eugenista capitalista-ambiental na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, onde está situada a Vila de Serra Grande, aparecem como o expulso-ainda-presente de que estamos tratando. São a essas populações nativas negro-indígenas que são impostas condições de expulsão – provocadas pela ação do projeto político-territorial em vigor – de seus territórios de origem e identidade, conforme observado no decorrer desta dissertação.

As formas de expulsão da população nativa do eixo, de acordo com o que fora observado e analisado neste estudo, giram em torno da produção e manutenção de uma cultura e territorialidade altamente capitalistas na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, onde a política ambiental, a especulação imobiliária, o turismo, ou seja, as privatizações do território, e as migrações do Norte global vão no sentido contrário ao das formas de vida e sobrevivência das populações negro-indígenas do Litoral Sul da Bahia – abordadas neste trabalho.

O controle, a proibição, a expropriação e a desapropriação de terras das populações nativas negro-indígenas nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré promovidas pelo PESC e

pelo capital financeiro empresarial, a instalação de empreendimentos turísticos, a transformação de grandes áreas do território – de floresta e litoral – em propriedades privadas, a inserção de aparelhos sociais alheios ao território e às formas de vida da população nativa, a migração de nacionais e internacionais do Norte global, detentores e investidores de capital financeiro, e a realização de eventos e espaços produzidos por e para um público externo ao território negro-indígena são algumas das frentes de violação da identidade, do território e das territorialidades das populações negro-indígenas na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, que compõe a chamada Zona Turística da Costa do Cacau.

Deste modo, a dinâmica dialética que tenta-se abordar ao trazer à tona a identidade contextual de *expulso-ainda-presente* atuante no território da Vila de Serra Grande, na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, é a de que embora as populações nativas negro-indígenas – ligadas à terra, à mata e ao mar, de territorialidades quilombolas, segundo exposto nos capítulos 5, 6, 11 e 12 desta dissertação – estejam sendo expulsas do seu território de vivência, memória e identidade pela política preservacionista e pela força do capital global, ainda estão presentes e é por estarem presentes que conseguem denunciar as violências (do projeto territorial eugenista capitalista-ambiental) e a expulsão que a elas se impõem. Denunciam por meio de suas falas – em Jaci e Dandara – que estão sendo expulsas pela “alheidade” (acusada pela imposição) e violência do projeto territorial que a elas se impõem. Um projeto territorial que projeta e tenta a todo custo impor um Litoral Sul – em território e populações – branco que se quer presentificado, mas que não se efetiva, porque o que se mantém, a despeito de todos os ataques e violências, é um Litoral Sul negro-indígena que permanece, resistente e potente, como revelam as narrativas de História de vida de Jaci e Dandara, moradoras nativas do território de Serra Grande, em Uruçuca.

Guardiãs de suas próprias histórias que carregam a história dos seus e do seu lugar, Jaci e Dandara são emblemas de uma Serra Grande, de um Litoral Sul da Bahia e de um Brasil que jamais deixaram de ser o que é: NEGRO-INDÍGENA. Seus corpos carregam suas histórias e as suas histórias a presença e protagonismo dos seus, imprimidos em suas narrativas e territórios, que são cenários históricos que guardam e preservam, o enredo da trajetória de luta e permanência dessas populações.

Assim, o contexto de interação entre o projeto territorial eugenista capitalista-ambiental – inaugurado pela criação do PESC – e o território negro-indígena das populações nativas – historicamente ligadas a esse território – (analisado nesta dissertação) revela que o que se tem prevalente na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré é a presença do *expulso-ainda-presente* e a “alheidade” do *presente-ainda-alheio*.

Se a identidade étnico-territorial do *expulso-ainda-presente* – emergida da ação do projeto territorial eugenista capitalista-ambiental – se refere ao nativo negro-indígena da região do eixo, a identidade étnico-territorial do que estamos chamando de *presente-ainda-alheio* diz respeito aos atores e migrantes brancos do Norte global presentes na região, mas alheios às dinâmicas e ao território de identidade das populações nativas negro-indígenas. Ou seja, embora estejam presentes e sejam financeira e politicamente mais poderosos que as populações nativas do território, são mantidos na “alheidade” de ser um outro externo que se impõe ao território de identidade negro-indígena. A “alheidade” é, então, imputada pela circunstância de imposição da presença dos atores e migrantes brancos do Norte global posta pelo projeto territorial eugenista capitalista-ambiental na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré. É o que as narrativas de Jaci e Dandara denunciam e questionam: essa presença decorrente de um projeto territorial que desconsidera e violenta a história, a trajetória, as formas de vida e a existência das populações nativas negro-indígenas dos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré – territórios negros do Litoral Sul da Bahia.

Desta maneira, a atuação das duas identidades étnico-territoriais tratadas, a do *expulso-ainda-presente* e a do *presente-ainda-alheio*, revela também haver dois territórios em disputa na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré: um território capital branco (que se impõe) e um território de identidade negro-indígena (que permanece).

Diante desse quadro, a presença de atores e migrantes brancos do Norte global no eixo e a expulsão do nativo negro-indígena são impostas pela força do território capital branco, do qual os atores e migrantes do Norte global são expressões. A presença dos nativos negro-indígenas, por sua vez, e a “alheidade” dos atores e migrantes brancos do Norte global são postas pela força do território de identidade negro-indígena, do qual o nativo do sul da Bahia é expressão. São esses distintos territórios e suas respectivas forças que têm produzido as identidades de *expulso-ainda-presente* e de *presente-ainda-alheio* no contexto do contato entre nativos negro-indígenas do sul da Bahia e atores e migrantes brancos do Norte global, advindo da imposição de um projeto territorial eugenista capitalista-ambiental na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré.

De tal forma, a presença e a “alheidade” dos atores e migrantes brancos do Norte global e a presença e a expulsão dos nativos negro-indígenas do sul baiano expressam as diferentes forças político-territoriais que constituem o Litoral Sul da Bahia, no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré. Ou seja, se têm as duas presenças – a dos atores e migrantes brancos do Norte global e a dos nativos negro-indígenas do sul da Bahia – e as duas dinâmicas – a da “alheidade” e a da expulsão –, só que sob forças distintas.

No sistema político-social e econômico operante no Ocidente a força do capital tem imposto a presença dos atores e migrantes brancos do Norte global ao passo em que tem estabelecido as dinâmicas de segregação e expulsão dos nativos negro-indígenas de seus territórios históricos de ocupação. Já no sistema comunitário das populações nativas negro-indígenas a força do território de identidade (o território como extensão do corpo coletivo, da vida e da história) tem preservado a presença das populações negro-indígenas na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré – mesmo frente a uma série de ataques e negações de seus modos de vida, história e identidade – ao mesmo tempo em que tem apontado e denunciado a “alheidade”, a imposição da presença dos atores e migrantes brancos do Norte global, expressões do projeto territorial eugenista capitalista-ambiental em vigor. Deste modo, os atores e migrantes brancos do Norte global aparecem como representantes de um modelo de mundo e território que não são os das populações nativas do sul da Bahia e, mais, que essas não querem que sejam os seus, que estão combatendo para que não sejam.

Uma das expressões desse combate é percebida nas narrativas de Jaci e Dandara quando delineiam e demarcam em seus discursos quem são os outros do seu território de origem, vivências e identidade. É o *chegante*, o *gringo*, o *estrangeiro*, o *forasteiro* (para se referirem aos migrantes nacionais e internacionais presentes no território da Vila de Serra Grande), *essas coisas que chegaram aqui* (se referindo aos atores sociais alheios ao território, que foram instalados e passaram a incidir sobre ele), essa *modernidade* (para se referir às formas de viver que chegaram na Vila de Serra Grande), *tem a história do parque* (se referindo ao contexto de criação e implantação do PESC), *eles ficam fazendo perguntas e quer saber isso, saber aquilo* (para se referir às pessoas, pesquisadores e outros, interessados na história, nas coisas de Serra Grande), *é aquela coisa toda diferente* (se referindo às mudanças acarretadas na vida na Vila de Serra Grande), *é cada uma coisa que se dá* (para se referir à violência advinda do contexto de mudanças que atingiu o território), *é um povo assim que é muito diferente da gente* (se referindo aos migrantes internacionais no território da Vila de Serra Grande), *mudou tudo e mudou pra pior* (declaração acerca das mudanças no território e na vida da população nativa de Serra Grande, advindas da ação do projeto territorial eugenista capitalista-ambiental na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré).

Depreende-se, então, que o território da Vila de Serra Grande (negro-indígena quilombola, conforme analisado nesta dissertação) situado na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré – onde está em ação um projeto territorial eugenista capitalista-ambiental posto pela política preservacionista do Estado da Bahia, por meio da criação em 1997 da UC PESC que expropriou e desapropriou terras das populações negro-indígenas do eixo e atraiu e

privilegiou a inserção de atores e migrantes brancos do Norte global, incidindo drasticamente sobre o território e as condições de vida, sobrevivência e permanência das populações nativas – tem se constituído enquanto um território de conflito, tensão e disputa – mas também de resistência –, do qual as identidades de *expulso-ainda-presente* e de *presente-ainda-alheio* são manifestações.

Conclui-se esta seção (e também esta dissertação) voltando a narrativa da história de vida de Severino. Quando este decide emigrar, isto é, quando busca romper as condições de morte impostas ao seu corpo – partindo do território da Costa da Costela –, o primeiro evento com que se depara é um cortejo fúnebre. A causa da morte do sujeito descobre ao acompanhar os dois homens que carregavam o morto numa rede: a luta para “ter um hectare de terra ... que cultivava” (v. 117 e 120). O desfecho: uma emboscada e “uma bala voando desocupada” (v. 111 e 112). Ou seja, ao emigrar de seu território – na busca pela defesa de sua vida, pela concretização de uma identidade humana (CIAMPA, 2005) –, Severino defronta-se com a morte. Com a morte causada pela tentativa de combatê-la.

Em outro momento da narrativa que relata o enterro de um trabalhador, Severino em sua peregrinação já na zona da mata, ouve dos amigos do finado a seguinte passagem: “esta cova em que estás, com palmos medida, é a parte que te cabe deste latifúndio, não é cova grande, é cova medida, é a terra que querias ver dividida”. A fala dos amigos do trabalhador morto faz uma denúncia. A denúncia de que a luta pela vida, pela defesa desta – pela realização de uma identidade humana, conforme ensina Ciampa (2005) – perpassa a luta pela terra e pelo território. Todavia, a morte – imposta pelas condições sociais, político-territoriais de negação, de impedimento da concretização de uma identidade humana – está sempre a rondar, visto que sempre há uma emboscada, “uma bala voando desocupada” (v. 111 e 112) e uma cova medida a espreitar.

Assim, as circunstâncias de violência impostas aos territórios da Serra da Costela nos limites da Paraíba e da Vila de Serra Grande no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré manifestam e acusam a eminência da expulsão e da morte dirigidas ao corpo Severino e ao corpo nativo negro-indígena do sul da Bahia. No entanto, em um trecho de sua narrativa Severino declara sobre si que o morto (ou seja, aquele a quem se impõe condições de morte) ainda está vivo. No mesmo sentido, Jaci e Dandara também estão declarando e atestando em suas narrativas (e presenças!) que o expulso (aquele a quem se impõe a expulsão) ainda está presente. Severino ainda está vivo (!), Jaci e Dandara ainda estão presentes (!), confirmando que, como analisa o

rapper paulista Emicida em seu documentário *AmarElo* (2020)³⁷, não são apenas alvos dos racistas, da violência de um mundo que se impõe branco, antes, são o pesadelo deles.

³⁷ Documentário *AmarElo* produzido a partir do terceiro álbum do rapper brasileiro Emicida, (2020). Disponível em: Netflix. Acesso em: 31 de jan. de 2021.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: UM TERRITÓRIO QUE SE DISPUTA, UMA HISTÓRIA QUE SE REPETE, A ESPERANÇA DE UM LITORAL NEGRO-INDÍGENA QUE RESISTE, QUE PERMANECE ...

No filme *Escritores da Liberdade*³⁸ que retrata o contexto de uma escola “desestabilizada” pela proposta de integração nacional no sistema de educação dos Estados Unidos, a estudante latino-americana Eva, em uma discussão em sala de aula sobre racismo e discriminação, com vários colegas de diferentes grupos étnicos e uma professora branca, argumenta que “a cor da pele é tudo, tem a ver com pessoas decidindo o que você merece, tem a ver com pessoas querendo o que não merece, tem a ver com os brancos que pensam que dominam o mundo custe o que custar”. Na prova escrita da seleção de mestrado do PPGREC em 2018 lembrei dessa cena, dessa fala e agora, na elaboração de algumas considerações a respeito do estudo aqui apresentado – que trata das relações e identidades decorrentes da situação de contato entre moradores nativos negro-indígenas do sul da Bahia e atores e migrantes brancos do Norte global na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré –, as lembro (e evoco) novamente.

Desta maneira, inicialmente quero declarar que me isento de postular considerais finais acerca desta produção e o motivo, para mim, é o mais forte de todos: a ESPERANÇA. (Portanto, o que farei aqui mais se aproxima de algumas considerações parciais a respeito da questão de estudo investigada nesta dissertação).

A ESPERANÇA de que a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, onde está localizada a Vila de Serra Grande, não seja mais o território de violência apontado nesta dissertação.

A ESPERANÇA de que o Litoral Sul da Bahia, no território tratado, possa ser o que ele é: NEGRO-INDÍGENA, sem sofrer a perseguição e o ataque perverso e racista de um projeto político territorial capitalista-ambiental que se opõe à presença, à vida, à história, à trajetória, ao protagonismo e à identidade da população nativa negro-indígena da Vila de Serra Grande, na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré.

A ESPERANÇA de que, com a denúncia deste projeto político territorial que é eugenista capitalista-ambiental – conforme observado, analisado e acusado nesta dissertação –, ele possa deixar de figurar na invisibilidade do poder capital branco que age na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré revestido de preservação ambiental, desenvolvimento territorial

³⁸ O filme *Escritores da Liberdade* lançado em 2007 teve direção do cineasta e roteirista Richard LaGravenese e no elenco nomes como os de April Lee Hernández, Hilary Swank e Jason Finn.

“sustentável” e filantropia conveniente para segregar, expulsar e manobrar as populações nativas da terra em favor dos seus interesses e ideais.

A ESPERANÇA de que, exposto o teor e a ação de tal projeto, ele possa ser duramente enfrentado, inquirido e combatido pelas instâncias públicas e atores sociais – em nível municipal, estadual e federal – responsáveis e coautores de uma (Rés)pública verdadeiramente democrática.

A ESPERANÇA de que o governo estadual da Bahia e os governos municipais de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré venham a ser questionados sobre a imposição, a atuação e a complacência para com um projeto territorial que tem atingido violentamente a vida e a permanência das populações negras do eixo, conforme atestam os dados dos censos IBGE de 1991, 2000 e 2010 referentes às populações residentes por cor/raça nos municípios citados.

A ESPERANÇA de que sejam apurados os argumentos de que a criação da UC PESC, em 1997, com áreas nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré atuaria como medida ambiental compensatória à construção da BA-001, trecho Ilhéus-Itacaré, e que não infligiria drasticamente as formas de subsistência das populações nativas do eixo tendo em vista o conveniente argumento corrente (usado por ecologistas, biólogos e ambientalistas) de que tratava-se de “uma terra de solos pobres” (ARÊAS et al., 2018, p. 7), em que “a baixa qualidade do solo e o relevo acidentado da região” (ARÊAS et al., 2018, p. 8), teriam resultado em uma baixa produtividade agrícola nas terras englobadas pelo parque e no favorecimento da “expansão da cultura extrativista na região” (ARÊAS et al., 2018, p. 8). Tais argumentos usados e manipulados para defender a não violência, ou amenizar a violência, que representa a criação de uma UC de proteção integral – que prevê a desapropriação de terras e a guarda dos recursos do território – em uma região largamente ocupada por comunidades nativas negro-indígenas do sul da Bahia, desenvolvedoras da agricultura, da pesca e da mariscagem, vão de encontro ao levantamento histórico elaborado sobre a formação do Território de Identidade do Litoral Sul da Bahia e a constituição da comunidade de Serra Grande em meados das décadas de 1940 e 1950, apresentado nos capítulos 5, 6 e 11 (seção 2) desta dissertação. O argumento da improdutividade das terras do sul baiano, todavia, não é novo (e não fora verdadeiro), se considerarmos que nos poucos documentos encontrados sobre a condição da Capitania de São Jorge de Ilhéus no século XVI os colonos “se queixavam de terríveis e constantes dificuldades, através dos quais buscavam fugir do fisco insaciável” da coroa portuguesa (BARBOSA, 2007 apud DIAS; CARRARA, 2007, p. 8). No entanto, ao se proporem a investigar as estruturas sociais e econômicas da Capitania de Ilhéus entre 1700 e 1850, Dias e Carrara (2007) percebem que havia “um hiato entre a dinâmica

econômica que as fontes primárias revelavam e as visões correntes na historiografia, as quais apontam um estado crônico de miséria em todo o território da capitania e comarca de Ilhéus” entre o final do século XVI e a segunda metade do século XIX (DIAS; CARRARA, 2007, p. 10). Deste modo, acredita-se nesta dissertação que o argumento da improdutividade das terras onde fora implantado o PESC necessita ser ávida e devidamente inquirido, uma vez que aponta – direta ou indiretamente – para uma ação extrativista violenta das comunidades negro-indígenas residentes na região, legitimando e validando, assim, a presença e a ação da política preservacionista e do capital global no eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, bases do projeto territorial eugenista em vigor na região. Portanto, chamo a atenção para o quanto esse discurso – da improdutividade agrícola e da cultura fortemente extrativista nas terras onde fora instituído o PESC – favoreceu e favorece a ação da política ambiental ao mesmo tempo em que acionou e aciona o caráter filantrópico, de ajuda, assistência às populações nativas desassistidas pelo Estado e o caráter político-econômico de desenvolvimento territorial sustentável fornecido por agentes e atores externos ao território que encontram nessa abertura a oportunidade almejada de se inserirem e exercerem controle e poder sobre a região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré.

A ESPERANÇA de que a produção de uma cultura e territorialidade altamente capitalistas na região do eixo Ilhéus-Uruçuca-Itacaré, expressas pela instalação e ação do turismo e pela transformação de grandes áreas da região – de floresta e de litoral – em propriedades privadas para o lazer e investimento financeiro de grandes empresários e outros detentores do alto capital global, sejam vistas como a outra face da mesma moeda da política preservacionista e de desenvolvimento sustentável, outorgadas pelo Estado Capital.

A ESPERANÇA de que as migrações internacionais para o Brasil possam ser tratadas e investigadas como fenômeno político, econômico, étnico e territorial não apenas quando se tratarem de migrações do Sul global para territórios brasileiros, que comumente abordam a presença de migrantes de países da América Latina e do Caribe e da África no país, mas também e, sobretudo, quando se tratarem de migrações do Norte global para territórios da República Federativa do Brasil, tendo em vista o enredo histórico de relações étnicas de violência que marca a dinâmica do contato, da interação entre europeus brancos e populações indígenas e negras no Brasil.

A ESPERANÇA de que o direito das populações negro-indígenas do sul da Bahia, na região do eixo Ilhéus, Uruçuca-Itacaré, – oriundas de situações e contextos de escravismo, mas também de luta histórica pela vida, pela liberdade e pela terra (capítulo 11, seção 2) – à propriedade da terra e à vida e sobrevivência em seus territórios de identidade seja restituído

enquanto princípio fundamental para a concretização de um Estado brasileiro, de fato, Democrático.

A ESPERANÇA de que o território de identidade e a comunidade nativa de Serra Grande venham a ser reconhecidos e titulados como uma comunidade remanescente de quilombo – como foram reconhecidas e regularizadas as comunidades remanescentes de quilombo no município vizinho de Itacaré –, (mesmo tendo um certo cálculo – a partir desta dissertação – de como o projeto territorial eugenista capitalista-ambiental imposto à região do eixo operou e opera para a desestabilização do território de identidade das populações nativas da Vila de Serra Grande), mas que as populações nativas negro-indígenas do eixo não dependam disso para que possam continuar a existir e a viver em seus territórios de identidade e ter as suas histórias, trajetória e protagonismo reconhecidos como formadores e defensores de um Litoral Sul da Bahia que permanece, se mostra e se autodeclara NEGRO-INDÍGENA.

E A MAIOR ESPERANÇA alcançada nesta dissertação é esta: a de um Litoral Sul da Bahia NEGRO-INDÍGENA.

Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, Ailton Krenak (2019) revela que a sua “provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim” (KRENAK, 2019, p. 13). A história que contamos aqui, para acelerar o fim de um mundo capitalista branco, racista e violento é esta: A DA ESPERANÇA DE UM LITORAL SUL DA BAHIA (E DE UM BRASIL) NEGRO-INDÍGENA QUE PERMANECE.

REFERÊNCIAS

ADES, César. A memória partilhada. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 233-244, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642004000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 de jan. de 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642004000200012>.

AMADO, Jorge. **Cacau**. Rio de Janeiro: Editora Ariel, 1933.

AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.

AMARELO - É Tudo Para Ontem (baseado no terceiro álbum do rapper brasileiro Emicida). Direção de Fred Ouro Preto. Brasil: Laboratório Fantasma, 2020. Original Netflix.

AMORIM, Itamar Gomes; GERMANI, Guiomar Inez. Quilombos da Bahia: presença incontestável. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

ANSARA, Soraia; DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. **Athenea Digital. Jornal de pensamento social e pesquisa**, [SI], v. 15, n. 1 pág. 207-223, março 2015. ISSN 1578-8946. Disponível em: <<https://atheneadigital.net/article/view/v15-n1-ansara-dantas>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1356>.

ARÊAS, D. H; CAMPIOLO, S.; FIAMENGUE, E. C.; SANTOS, J. S.; TEIXEIRA, J. V. S. Os expropriados da terra pela conservação da natureza: a criação do Parque Estadual Serra do Conduru (PESC) no Sul da Bahia e o Assentamento Nova Vida. In: **VIII Simpósio Sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**, 2018, Araraquara.

BAHIA. Decreto Estadual Nº 6.227 de 21 de fevereiro de 1997. **Diário Oficial do Estado da Bahia** - Salvador, Bahia.

BAHIA. **Estratégia Turística da Bahia: O Terceiro Salto 2007-2016**. Superintendência de Investimentos em Turísticos. Secretaria de Turismo. - Salvador: Setur, 2011. 100p.

BAHIA. **Estudo de Potencialidades Econômicas Território de Identidade Litoral Sul** Superintendência de Estudos e Políticas Públicas Diretoria de Estudos e Planos Coordenação de Planos de Desenvolvimento, Jun. 2016.

BAHIA. **Guia técnico para a recuperação de vegetação em imóveis rurais no Estado da Bahia**. Secretaria do Meio Ambiente. – Salvador: SEMA, 2017. 82p.

BAHIA. LEI Nº 13.214 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014. **Diário Oficial do Estado da Bahia** - Salvador, Bahia · Terça-feira, 30 de Dezembro de 2014 Ano · XCIX · Nº 21.605.

BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Costa do Cacau**. Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. Mar. 2015.

BAHIA. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Conduru**, 2005. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo/plano-manejo-conduru/>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021.

BARRETO, Marcelo. **Parque Estadual da Serra do Conduru: Histórico da criação, dos conflitos socioambientais e da gestão participativa**. Dissertação (Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável) - IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, Serra Grande, 2015.

BARBOSA, Arléo. Prefácio. In: DIAS, Marcelo Henrique, CARRARA, Ângelo Alves. **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Marcelo Henrique Dias e Ângelo Alves Carrara (orgs). – Ilhéus: Editus, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **The Algerians**. Boston: Beacon Press, 1962.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: O que o Litoral Sul tem?**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário — Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – Pronat, 2010.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o novo milênio: lições americanas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: **Cultura com aspás**. São Paulo, Cosac Naify, 2009, p. 235-244.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

CARVALHO, M. R. G. O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico. **Cadernos CRH**, v. 1, p. 507-521, 2009.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a Reafirmação do Poder Básico do Estado sobre a Terra. In: **Histórica – Revista eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo**, ed. 2, v. 2, p. 2, jun. 2005.

CERQUEIRA, Cristiane Aparecida de; JESUS, Clesio Marcelino de. O Território Litoral Sul. **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia/** (Orgs.) Antonio César Ortega e Murilo José de Souza Pires. – Brasília: Ipea, 2016, p.185-212.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. **Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia.** Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2009.

CHAUI, Marilena. Brasil: **Mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

DA MATA, D. et al. Migração, qualificação e desempenho das cidades brasileiras. In: Dinâmica dos Municípios. **CARVALHO A.X.Y. etal.org.** Brasília: IPEA, 2007.

DIAS, Marcelo Henrique. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau.** Orgs. Marcelo Henrique Dias e Ângelo Alves Carrara. – Ilhéus: Editus, 2007.

DIAS, Marcelo Henrique. A inserção econômica dos aldeamentos jesuítos na capitania de Ilhéus. **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau.** Orgs. Marcelo Henrique Dias e Ângelo Alves Carrara. – Ilhéus: Editus, 2007.

DIAS, Marcelo Henrique, CARRARA, Ângelo Alves. **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau.** Marcelo Henrique Dias e Ângelo Alves Carrara (orgs). – Ilhéus: Editus, 2007.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 6. ed, 2008.

EWALD, Ariane Patrícia; GONCALVES, Rafael R.; BRAVO, Camila Fernandes. O espaço enquanto lugar da Subjetividade. **Rev. Mal-Estar Subj.** [online]. 2008, vol.8, n.3, pp. 755-777. ISSN 1518-6148.

ESCRITORES da Liberdade. Direção de Richard LaGravenese. Estados Unidos: MTV Films, 2007. 1 DVD (123 min.).

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Bahia: Editora EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Ladyane R.; FIAMENGUE, Elis Cristina; PEREIRA, Carlos José de A. Contribuições do geoprocessamento em comunidades rurais: o caso das comunidades quilombolas de Itacaré-Bahia. In: IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: Controvérsias e Alternativas de Desenvolvimento, 2010, Araraquara. **Anais do IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais**, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GOLDMAN, Márcio; Ossowicki, T. Martin. Ethnicity. In: Roland Robertson & Jan Aart Scholte (eds.). **New Encyclopedia of Globalization**. The Moschovitis Group, New York, 2006.

GOMES, Lauro Felipe E. Ser Pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 5, p. 66-78, 2019.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Os ‘Índios do Descobrimento’: tradição e turismo**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRJ/MN/PPGAS, Rio de Janeiro, 1999.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visões do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

IORIS, Edviges Marta. **Uma floresta de disputas: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

KLINGER, Diana Irene. **Escritas de si, escritas do outro: autoficção e etnografia na narrativa latino-americana contemporânea**. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. **Sociologias**, Porto Alegre, n.22, p.314-351, dez, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222009000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 de jan. de 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000200012>.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANE, Silvia. Prefácio. In: CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LOWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr, 2013.

LOYAL, Steven. Bourdieu, Colonialismo e Migração. **Revista Contemporânea**, v. 8, n. 1, p. 111-138, 2018.

LYRA, Henrique J.B. A “crise” de mão-de-obra e a criação de colônias agrícolas na Bahia: 1850 – 1889. **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Orgs. Marcelo Henrique Dias e Ângelo Alves Carrara. – Ilhéus: Editus, 2007.

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. **Colonos e Colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do séc. XIX**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Área de concentração História Social. UFBA, Salvador, 1982.

MACCALI, N.; MINGHINI, L.; WALGER, C. S.; ROGLIO, K. D. História de vida: uma possibilidade metodológica de pesquisar os aspectos subjetivos no processo de tomada de decisão. In: **XXXVII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2013.

MACHADO, Igor José de Reno. **Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003.

MACHADO, I. J. R. Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal. **Nuevo Mundo**, v. 7, p. 1-11, 2007.

MACHADO, Igor José R. (org.). **Um mar de identidades: a imigração brasileira em Portugal**. 1. ed. São Carlos: Edufscar, 2006.

MARCIS, Teresinha. **A “hecatombe de Olivença”: construção e reconstrução da identidade étnica – 1904**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. USP, 2003.

NEPO/UNICAMP. **Atlas Temático Migrações Internacionais na Região Nordeste**. BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália B.; DOMENICONE, Joice (coor.). QUEIROZ, Silvana N. de; VON ZUBEN, Catarina; VEDOVATO, Luís Renato (co-org.). – Campinas, São Paulo, 2019.

NETO, João Cabral de M. **Poema Morte e Vida Severina**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puccampinas.edu.br/services/ebooks/Joao%20Cabral%20de%20Melo%20Neto.pdf>>. Acesso em: 04 de fev. de 2021.

NEVES, Sandro Campos. **Discursos sobre cultura negra e turismo em Ilhéus-Ba a partir da experiência do grupo cultural dilazenze**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo), UESC, Ilhéus, 2007.

NOIA, Angye Cássia. **Por uma perspectiva endógena do turismo: avaliação, expectativas, participação e identidade de residentes da cidade de Ilhéus – BA**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo), UESC, Ilhéus, 2008.

OLIVEIRA, Elton Silva. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré – Bahia**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo), UESC, Ilhéus, 2008.

OLIVEIRA, Leonardo C. de; PEREIRA, Carlos José de A.; FIAMENGUE, Elis Cristina. Geoprocessamento: tecnologia da informação na caracterização de comunidades rurais. In: IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. **Anais do IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais**, 2010.

OLIVERA, Natália Altieri de; FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. Efeitos da Lei de Terras nas relações socioespaciais na Amazônia. **Revista Brasileira de História do Direito**, v.2, n.2, p. 19-38, dez. 2016. ISSN: 2526-009X.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. A cidade nas franjas do capitalismo: habitar a periferia e ser jovem negro. **Revista ABPN**, v. 4, p. 30-51, 2012.

OLIVEIRA, Regina M. S; NASCIMENTO, Maria C. A clínica e seus desafetos: pactos e omissões nos estudos sobre o negro no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, n. 24, p. 129-147, nov. 2017.

OLIVEIRA, Regina M. S. (orgs.); OLIVEIRA, Reinaldo José. **Dilemas da Raça: empoderamento e resistência**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

OLIVEIRA, Regina M. S. Frantz Fanon, Psicologia e Psicanálise: epistemologias da violência. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, n. 24, p. 40-66, nov. 2018.

OLIVEIRA, Regina M. S. Psicologia, Psicanálise e Relações Étnicas no Brasil e na França. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, ODEERE – UESB**, v. 2, n. 4, p. 29-60, 2017.

OLIVEIRA, Regina M. S. Quilombos, racismo ambiental e formação em saúde e saúde mental: diálogos emergentes. **ODEERE**, v. 5, p. 129-156, 2020.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. **A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e Território**. Editora Alameda, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Reinaldo José. Os territórios negros e os quilombos vão vencer a segregação? **Psicologias, pedagogias e tecnologias em Quilombos** / (Org.) Regina Marques de Souza Oliveira. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2019, p. 177-202.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. **Territorialidade negra e segregação racial na cidade de São Paulo – A luta por cidadania no século XX**. Alameda Casa Editorial: São Paulo, 2016.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Traduzido por: Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PÓVOAS, Ruy do Carmo. **Mejigã e o contexto da escravidão**. Org. Rui do Carmo Póvoas. Ilhéus: Edítus, 2012, 496p.

RABELLO, Evandro Henrique. **Deutschum na Bahia: a trajetória dos imigrantes alemães em Salvador**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2009.

RAMALHO, Hilton M. de Brito; FIGUEIREDO, Erik A. de; SILVA NETTO JÚNIOR, José Luis da. Determinantes das migrações interestaduais no Brasil: evidências a partir de um modelo gravitacional. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: **Repositório do Conhecimento do IPEA**. v. 46 | n. 1 | abr. 2016.

RAMOS, Karen Vieira. **A construção do espaço turístico: trocas simbólicas entre turistas e comunidade Tupinambá em Olivença (Ilhéus-BA)**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo), UESC, Ilhéus, 2008.

REIS, João José. Ameaça negra: escravos fugidos assombravam a Colônia e inspiraram lendas que a História não confirma. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, 14/06/2008. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20160411012334/http://rhbn.com.br/secao/capa/ameaca-negra>. Acesso em: 15 de jan. de 2021.

REIS, João José. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro, Bahia, 1806. In: REIS, João José; GOMES, Flávio (orgs.). **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

REIS, João José. Poderemos brincar, folgar e cantar: o protesto escravo nas Américas. **Revista AFRO-ASIA**, Bahia, v. 14, p. 107-122, 1983.

REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. **Revista AFRO-ASIA**, Bahia, v. 15, p. 100-126, 1992.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, Cornélia. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli Regina J.; GUAZZELLI, César Augusto B. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

- RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SACRAMENTO, Valdinéa de J. **Mergulhando Nos Mocambos Do Borrachudo – Barra Do Rio De Contas (século XIX)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2008.
- SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- SALGADO, Graça (coord.) Fiscais e meirinhos. **A administração no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século 21**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Caderno de atividades, Resumos, Atividades propostas e Conceitos: Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, p. 47-62, 2011.
- SEYFERTH, G. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil). **Revista de Antropologia**, 29, p. 57-71, 1986.
- SEYFERTH, G. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. In: Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro - BA. **Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Brasília - DF: Associação Brasileira de Antropologia, 2008. v. 1.
- SILVA, Fernanda A. Cultivando a liberdade – Alforrias em Ilhéus (1710-1758). **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. (Orgs.) DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo A. – Ilhéus: Editus, 2007.
- SILVA FILHO, Urbano C. **Discurso, identidade e representação social: uma análise linguístico-discursiva da publicidade turística impressa da Costa do Cacau**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo), UESC, Ilhéus, 2008.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 73-102.
- SILVEIRA, Lélian Patrícia de O. **O olhar europeu sobre o Brasil: da exotização do paraíso à mercantilização turística**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Culturais) - Universidade de Aveiro, Portugal, 2017.

SILVERA, Iacy P. **(Eco)logias do cuidado: saúde, natureza, e sociabilidade em Serra Grande, Uruçuca - BA**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, UFBA. Salvador, 2020.

SISMIGRA. **Relatório de atividades 2019**. Portal da Migração Laboral. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>> Acesso em: 15 de abr. de 2020.

SOUSA FILHO, Enoch Eduardo. **Tamanho das cidades e qualificação dos migrantes no Estado da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Economia), UFBA, Salvador, 2017.

SOUZA, Ana Paula A. **O turismo como transformador do espaço em Ilhéus e Itacaré, Bahia**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo), UESC, Ilhéus, 2005.

SOUZA, Jaqueline; OLIVEIRA, Regina M. S.; OLIVEIRA, Reinaldo José. Migrações, colonialismo e efeitos psicossociais em territórios litorâneos negro-indígenas da Bahia. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. 34, p. 601-626, nov. 2020. ISSN 2177-2770.

TELLES, Antonio de Queiroz. O problema imigratório e o futuro do Brasil. **Boletim de Eugenia** Rio de Janeiro, n.11, 1929. p. 3-4.

TONHASCA, Athayde Jr. **Ecologia e história natural da Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2005.

VIEIRA JÚNIOR, Astor. **Turismo LGBT na Costa do Cacau: uma alternativa econômica para o sul da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo), UESC, Ilhéus, 2008.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis K.; SEIFERT, Rene E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, p. 569-583, set. 2012. ISSN 1679-3951.

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** Trad. Eva Landa e Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2006.

WOOD, Ellen M. O que é (anti)capitalismo? **Revista Crítica Marxista**, n.17, p. 37-50, 2006.

YOUNG, Hilda Pon. Preservação ambiental: uma retórica no espaço ideológico da manutenção do capital. **Rev. FAE**, Curitiba, v.4, n.3, p.25-36, set./dez. 2001.

REFERÊNCIAS DE SITE

A disputa territorial entre Ilhéus e Itabuna “não é uma questão de bairrismo, e sim de direito”. BLOG do Gusmão. 17 de abr. de 2011. Disponível em: <<http://www.blogdogusmao.com.br/tag/mapa-da-capitania-de-sao-jorge-dos-ilheus/>>. Acesso em: 10 de fev. De 2021.

Bahia é o estado do Nordeste que mais recebe migrantes internacionais. ESTADÃO, Neo Mundo. 02 de set. de 2019. Disponível em: <<http://www.neomundo.org.br/2019/09/02/bahia-e-o-estado-do-nordeste-que-mais-recebe-migrantes-internacionais>>. Acesso em: 25 de jan. de 2020.

BANCO Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sinre-sismigra/>>. Acesso em: 10 de dez. de 2020.

Conversas latino-americanas, ciclo de debates feministas, debates 01. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KdaWykSxy0E>> Acesso em: 10 de set. de 2020.

Documentação para estrangeiros. O ESTRANGEIRO. 24 de dez. de 2013. Disponível em: <<https://oestrangeiro.org/2013/12/24/documentacao-para-estrangeiros/>>. Acesso em: 02 de fev. de 2021.

DENDE Serra. 2021. Disponível em: <<https://www.dendeserra.org.br/>>. Acesso em: 02 de fev. de 2021.

DICIONÁRIO Online de Português. 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/sina/>>. Acesso em: 04 de fev. de 2021.

IMOVEL Web. 2020. Disponível em: <<https://www.imovelweb.com.br/terrenos-venda-bahia-urucuca-ba-serra-grande-urucuca.html>>. Acesso em: 25 de jan. de 2020.

Instituto Arapyaú comemora avanços no sul da Bahia. ARAPYAU. 24 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://arapyau.org.br/instituto-arapyau-comemora-avancos-no-sul-da-bahia/>>. Acesso em: 20 de nov. de 2020.

MORTE e Vida Severina. 2021. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e_books/Joao%20Cabral%20de%20Melo%20Neto.pdf>. Acesso em: 04 de fev. de 2021.

PARQUE do Conduru. 2020. Disponível em: <<http://www.parquedoconduru.eco.br/>>. Acesso em: 10 de mar. de 2020.

SERRA Grande Net. 2019. Disponível em: <<https://www.serragrande.net/>>. Acesso em: 25 de dez. de 2019.

SISTEMA Informatizado de Monitoria de RPPN. 2021. Disponível em: <<https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/BA/>>. Acesso em: 18 de fev. de 2021

VIVA Real. 2020. Disponível em: <<https://www.vivareal.com.br/venda/bahia/urucuca/bairros/serra-grande/>>. Acesso em: 18 de mar. de 2020.

Uma conversa sobre o livro *Brasil: Uma Biografia*. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DwD_z_6Tpn4>. Acesso em: 19 de nov. de 2020.

APÊNDICES

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Apêndice B - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE Conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **“A PRESENÇA DE MIGRANTES NA VILA DE SERRA GRANDE: Relações Étnicas e Práticas de Linguagem no litoral sul da Bahia”**. Neste estudo pretendemos pesquisar **como tem se dado as relações entre os moradores na Vila de Serra Grande, focalizando a presença de imigrantes no território da Vila e as vivências e experiências na situação de contato.**

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é que **devido a situação de contato, proveniente dos movimentos migratórios, as formas de vida e de relações são alteradas e redimensionadas, anunciando novos modos e movimentos do estar, se relacionar e viver na contemporaneidade.**

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): **observação participante nos espaços e nas dinâmicas socioculturais da vida na Vila de Serra Grande, aplicação de questionário e entrevistas com os moradores, análises do material coletado e produção escrita de um texto sobre os dados e experiências que compuserem o universo teórico-metodológico deste estudo.**

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. **Esta pesquisa apresenta riscos mínimos à integridade pessoal e social dos sujeitos participantes da pesquisa por se debruçar sobre os discursos - construídos através das práticas de linguagem - acerca da situação de contato. Todavia, os sujeitos participantes serão respeitados e livres para não responderem às perguntas que possam ser consideradas invasivas ou desconfortáveis.**

Além disso, você tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. **Os benefícios deste estudo são buscar compreender as relações entre os sujeitos na situação de contato, advinda da imigração, assim como, as experiências e vivências dos sujeitos na situação de contato.**

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizados. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias,

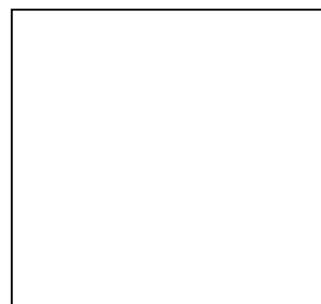
sendo que uma das vias será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Jequié, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Impressão digital (se for o caso)



Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP/UESB- Comitê de Ética em Pesquisa

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9600 (ramal 9727) / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

CONTATO COM OS/AS PESQUISADORES

Orientanda: Jaqueline Souza de Jesus

Fone: (73) 99178-7176 / E-mail: jackeesouza11@gmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Regina Marques de Souza Oliveira

Fone: (75)99903-1300 / E-mail: marquesregina@uol.com.br

Apêndice B - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora **Jaqueline Souza de Jesus** do projeto de pesquisa intitulado **“A PRESENÇA DE MIGRANTES NA VILA DE SERRA GRANDE: relações étnicas e práticas de linguagem no litoral sul da Bahia”** a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadora da pesquisa, acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Jequié-BA, ____ de ____ de _____.

Participante da pesquisa

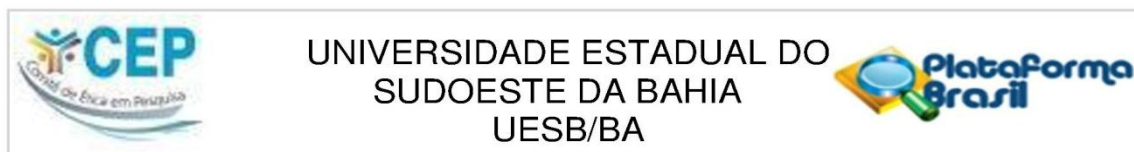
Pesquisador responsável pelo projeto

ANEXOS

ANEXO 01 – Parecer Consubstanciado do CEP

ANEXO 02 – Fotografias

ANEXO 01 – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PRESENÇA DE IMIGRANTES NA VILA DE SERRA GRANDE: RELAÇÕES ÉTNICAS E PRÁTICAS DE LINGUAGEM NO LITORAL SUL DA BAHIA **Pesquisador:** JAQUELINE SOUZA DE JESUS **Área Temática:**

Versão: 1

CAAE: 21201119.1.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.637.594

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de Mestrado do Programa de Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC-UESB), cuja temática é a questão da imigração para a Vila de Serra Grande, localizada no litoral sul da Bahia.

Pesquisa de caráter etnográfico, orientada pela observação participante com aplicação de questionário e entrevista.

Os sujeitos da pesquisa são três moradores locais e três estrangeiros da Vila de Serra Grande.

Na análise dos dados os autores farão uso da abordagem do materialismo histórico em diálogo com a perspectiva da Análise do Discurso.

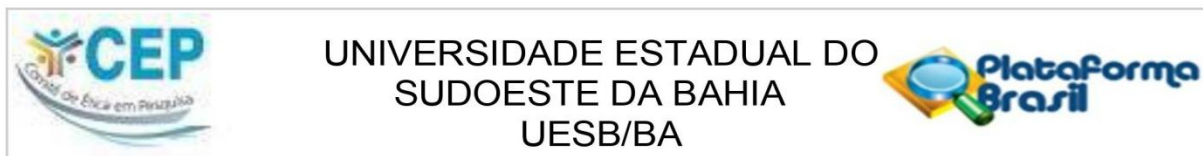
Objetivo da Pesquisa:

Segundo os autores, o objetivo geral do estudo é compreender como os moradores, locais e estrangeiros, da Vila de Serra Grande se relacionam e como concebem essas relações a partir das vivências e experiências — expressas nos discursos — decorrentes da situação de contato, advindas do fenômeno migratório.

Como objetivos específicos:

(i) analisar como se dão as relações na situação de contato entre moradores locais e estrangeiros da Vila de Serra Grande;

Endereço:	Avenida José Moreira Sobrinho, s/n		
Bairro:	Jequiezinho	CEP:	45.206-510
UF:	BA	Município:	JEQUIE
Telefone:	(73)3528-9727	Fax:	(73)3525-6683
		E-mail:	cepuesb.jq@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.637.594

Página 01 de

(ii) investigar como os moradores, locais e estrangeiros, concebem a situação de contato na Vila de Serra Grande;

(iii) investigar como as representações do outro mediam a situação de contato e movimentam as relações na Vila;

(iv) analisar como as práticas de linguagem tecem e mediam as experiências vividas e as relações sociais nos espaços da Vila de Serra Grande.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram devidamente esclarecidos, de modo que os primeiros não impedem o desenvolvimento da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto bem estruturado cujos resultados devem contribuir com os estudos na área da Antropologia Cultural.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos exigidos foram devidamente apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma pendência a ser registrada.

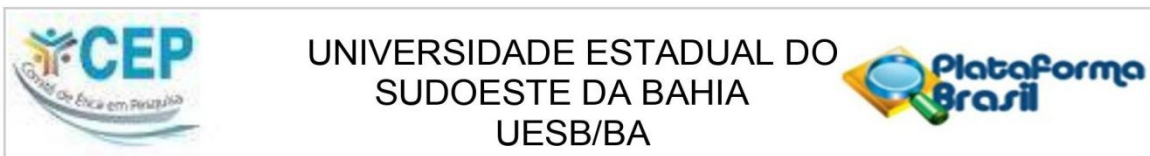
Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião de 11/10/19, a plenária deste CEP/UESB, aprova o parecer do relator

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1433866.pdf	13/09/2019 13:37:00		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	13/09/2019 13:30:12	JAQUELINE SOUZA DE JESUS	Aceito
Outros	QUESTIONARIOCARACTERIZACAODOSINFORMANTES.docx	13/09/2019 13:26:03	JAQUELINE SOUZA DE JESUS	Aceito
Outros	TERMOPARAUSODEIMAGEMEDEPOIMENTO.doc	13/09/2019 13:20:58	JAQUELINE SOUZA DE JESUS	Aceito
Outros	ROTEIRODEENTREVISTA.docx	13/09/2019 13:19:49	JAQUELINE SOUZA DE JESUS	Aceito

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepuesb.jq@gmail.com



Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISA.docx	13/09/2019 13:15:46	JAQUELINE SOUZA DE JESUS	Aceito
TCLE / Termos de	TERMODECONSENTIMENTOLIVREEE	13/09/2019	JAQUELINE SOUZA	Aceito

Continuação do Parecer: 3.637.594

Página 02 de

Assentimento / Justificativa de Ausência	LARECIDO.docx	13:13:35	DE JESUS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAODECOMPROMISSOSS.p df	12/09/2019 18:45:54	JAQUELINE SOUZA DE JESUS	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	12/09/2019 18:44:16	JAQUELINE SOUZA DE JESUS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JEQUIE, 11 de Outubro de 2019

Assinado por:
Douglas Leonardo Gomes Filho
(Coordenador(a))

Endereço:	Avenida José Moreira Sobrinho, s/n			
Bairro:	Jequiezinho	CEP:	45.206-510	
UF:	BA	Município:	JEQUIE	
Telefone:	(73)3528-9727	Fax:	(73)3525-6683	E-mail: cepuesb.jq@gmail.com

ANEXO 02 – Fotografias**FOTOGRAFIAS**

Feira livre aos sábados no entorno da Praça Pedro Gomes, arquivo pessoal.



Dinâmica de abertura (seção de yoga) do Festival Blues Jazz de Serra Grande, arquivo pessoal.



Residência na Vila de Serra Grande, arquivo pessoal.



Residência na Vila de Serra Grande, arquivo pessoal.



Residências de moradores nativos da Vila de Serra Grande, arquivo pessoal.



Represa de Serra Grande, um ponto turístico da Vila, arquivo pessoal.



Residência à beira mar na costa do Pé de Serra, arquivo pessoal.



Imagem da Praça Pedro Gomes, Serra, Grande, Uruçuca, BA, fonte: <<https://www.serragrande.net/>>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.



Mirante II, entre o Pé de Serra Grande e a Vila de Serra Grande, fonte: <www.tripadvisor.com.br>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.



Mirante I, entre o Pé de Serra Grande e a Vila de Serra Grande, fonte: <www.tripadvisor.com.br>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.



Rodovia BA-001 Trecho Ilhéus/Itacaré, fonte:
<<http://www.blogdogusmao.com.br/tag/dinheiro/>>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.



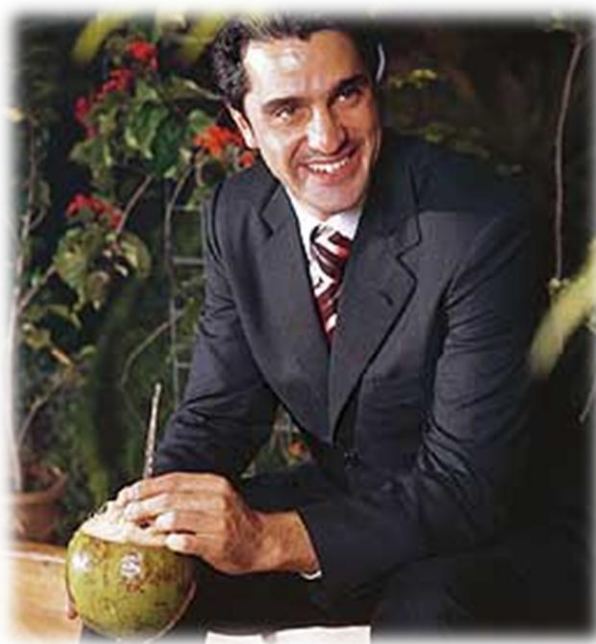
Localização a caminho da estrada de chão – BA-653 – que liga o distrito de Serra Grande à Uruçuca e dá acesso à área do PESC, fonte:
<<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6672>>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.



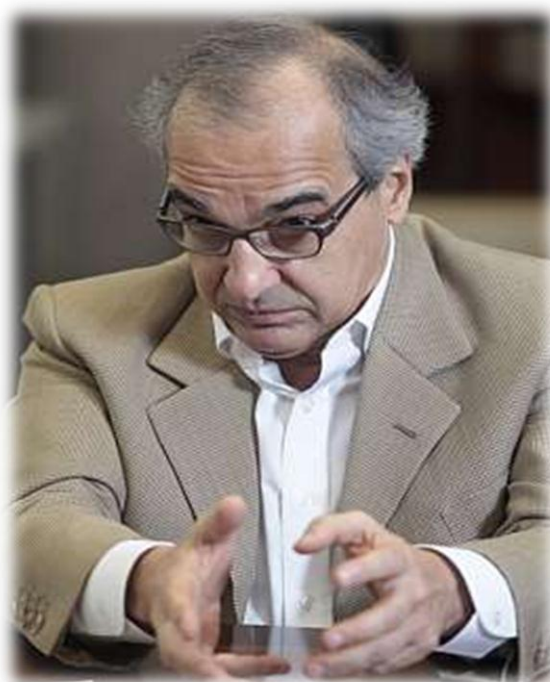
Propriedade do empresário Guilherme Leal, da líder de cosméticos Natura, no território da Vila de Serra Grande, fonte:<<https://www.pimenta.blog.br/2010/07/08/vice-de-marina-omite-fazenda-baiana-em-declaracao-ao-tse/>>. Acesso em: 07 de fev. de 2021.



TXAI Resort Itacaré, localizado no entorno do território da Vila de Serra Grande, fonte:<<https://www.guiadoturismobrasil.com/hospedagem/2/resort/7/BA/itacare/271/txai-resort/7430>>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.



Renato Guedes, sócio proprietário do Txai Resort Itacaré,
fonte: <https://www.terra.com.br/istoegente/168/reportagens/renato_guedes.htm>. Acesso em:
08 de fev. de 2021.



Guilherme Leal, proprietário da fabricante de cosméticos Natura e de uma propriedade no território da Vila de Serra Grande em Uruçuca, fonte:
<<https://www.pimenta.blog.br/2010/11/14/dono-da-natura-multado-em-r-21-milhoes/>>.
Acesso em: 08 de fev. de 2021.



Escola Rural Dendê da Serra, fonte: < <https://www.dendeserra.org.br/>>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.



Silvia Reichmann, moradora da Vila de Serra Grande e professora da Escola Rural Dendê da Serra, fonte: < <https://www.youtube.com/watch?v=IEL9yF4XDVY>>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.



TXAI Resort Itacaré, fonte: < <https://www.txairesorts.com/>>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.



Banner fotografado durante o I Festival Blues Jazz de Serra Grande: a fotografia retrata antigos moradores (as) da comunidade de Serra Grande na casa de farinha, arquivo pessoal.